

**KARINA PERIN FERRARO**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL,  
GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA  
UNIVERSIDADE**

**Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
*Campus* de Marília  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Marília - SP  
14 de setembro de 2011**

**KARINA PERIN FERRARO**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL,  
GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA  
UNIVERSIDADE**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-Unesp - *Campus* de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neusa Maria Dal Ri**

**Marília - SP  
14 de setembro de 2011**

Ficha catalográfica elaborada pelo  
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Ferraro, Karina Perin.

F376m Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia  
na universidade / Karina Perin Ferraro. - Marília, 2011  
209 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado - Educação) – Universidade  
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências 2011

Bibliografia: f. 195-204

Orientador: Neusa Maria Dal Ri

1. Movimento estudantil. 2. Gestão democrática.  
3. Autonomia universitária. 4. Universidade Estadual Paulista.  
I. Autor. II. Título.

CDD 371.1

**KARINA PERIN FERRARO**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL,  
GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA  
UNIVERSIDADE**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-Unesp - *Campus* de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais.

**Banca Examinadora**

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neusa Maria Dal Ri  
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP-Marília

**2<sup>a</sup>. Examinador:** Dr. Candido Giraldez Vieitez  
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP-Marília

**3<sup>a</sup>. Examinador:** Dr. Carlos Bauer de Souza  
Universidade Nove de Julho – UNINOVE

**Marília – SP, 14 de setembro de 2011**

Ao movimento estudantil, que continua lutando por  
outra sociedade e pelo controle de seu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À minha família que vende sua força de trabalho para que eu possa estudar. Sem o sacrifício de vocês eu não estaria aqui hoje.

Ao Herbert que esteve ao meu lado em todos os momentos e vivenciou comigo todo meu percalço. Aquele a quem eu corria quando precisava de carinho para conseguir acalmar as idéias. Amo você.

Aos meus amigos que contribuíram para que eu conseguisse chegar ao final dessa etapa, seja pelas conversas, pelas leituras, pelas correções ou pelas transcrições. Em especial à Carol, Camila, Glalce, Lisa, Ingrid, Alessandro e Angélica. Sem vocês eu não teria conseguido.

À minha orientadora Neusa, que além de amiga foi a melhor *parceira mais experiente* que eu poderia ter tido durante todos os anos que estudei na UNESP. Aquilo que eu aprendi com você, pode não estar quantificado nesse texto, por motivos de tempo, mas eu levarei comigo por toda a vida. Um especial agradecimento, por ter compreendido que a minha vida acadêmica está indissociada da minha militância política, coisa tão rara de ser compreendida na universidade atualmente.

Aos estudantes que militaram comigo e concederam os dados para esta pesquisa. Sem vocês não existiria a pesquisa e, muito menos, o movimento estudantil. Suas lutas entraram na história...

Às professoras Maria Valéria e Solange Tola por me concederem um pouco da história do movimento estudantil na UNESP e de suas próprias.

Aos professores da Banca de Qualificação, Candido e Marcos, pela contribuição e compreensão do meu (conturbado) processo de formação. Especialmente por tudo aquilo que aprendi e vivi com vocês durante os anos que convivemos na universidade.

Aos professores da Banca de Defesa, Carlos e novamente Candido, por acompanharem (e encerrarem) mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Ao Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia pelas discussões aprofundadas. Em especial a Valéria, Maraísa e Heyde por termos trilhado juntas o mestrado.

Àqueles que contribuíram para a minha formação e para esse trabalho, sintam-se prestigiados. Especialmente a Anna Maria Martinez Corrêa, do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), pela contribuição na coleta de dados.

Aos professores que compõem a *casta* do meu Programa de Pós, por me fortalecerem e me fazerem continuar lutando no movimento estudantil e, especialmente, pela participação dos estudantes na gestão da universidade. Não existe repressão que me faça parar. Isso eu só pude aprender com vocês.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

FERRARO, Karina Perin. **Movimento Estudantil, Gestão Democrática e Autonomia da Universidade**. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

## RESUMO

Este trabalho procura discutir a intervenção e contribuição do movimento estudantil (ME) para a construção da autonomia e gestão democrática da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O movimento de democratização da gestão foi desencadeado em 1984 pelas entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária, isto é, estudantes, docentes e funcionários, o qual resultou na primeira reforma democrática desta instituição. A autonomia outorgada pelo Governo Estadual em 1989 às Universidades Estaduais Paulistas, a saber: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e UNESP, consolidou-se como um aspecto da gestão democrática. Esse movimento de democratização foi retomado, de forma explícita, em 2007 pelas Universidades Estaduais Paulistas, em resposta ao conjunto de decretos promulgados pelo Governador José Serra. Neste contexto, o trabalho tem como objetivo geral verificar a intervenção e contribuição do ME para a construção da autonomia e gestão democrática da UNESP. Os objetivos específicos são analisar a literatura e documentação disponível sobre a temática; verificar o desenvolvimento da autonomia e da gestão democrática na UNESP no período determinado, bem como seu estágio atual, no que diz respeito à participação discente; identificar as expressões partidárias e independentes no ME e compreender quais os principais desdobramentos dos conceitos e práticas das mesmas com relação à autonomia e gestão democrática. Os procedimentos de coleta de dados da pesquisa guiaram-se pela pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; aplicação de entrevistas semi-estruturadas com estudantes que participaram desse processo e observação direta sistemática nos fóruns estudantis. A partir destes objetivos e procedimentos conclui-se que os estudantes, os quais realizam um processo de trabalho intelectual, se colocaram durante o processo de transformação histórica da universidade e demonstraram, dependendo da conjuntura, sua capacidade de decidir sobre seu processo de trabalho e sobre a produção de conhecimento. A partir da década de 2000 o ME inicia um processo de recusa de delegação de poder a formas institucionalizadas de representação. Desse modo, o ME de 2007 na UNESP buscou novas formas de organização, mediante a participação e a democracia diretas. A atuação do ME foi imprescindível para a realização do movimento que conseguiu reverter substancialmente o conteúdo dos decretos que interferiam na autonomia universitária. Contudo, o ME vem atuando em sentido defensivo, quando o segmento é *atacado*, não conseguindo expressar e propor de antemão seu projeto de gestão e autonomia universitária. Mesmo assim, a luta dos estudantes pela autonomia, associada a formas de participação direta, constitui-se como uma retomada dos estudantes em direção ao poder de gerir a universidade e por um projeto que tenha como finalidade atender àqueles que a financiam: os trabalhadores.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil. Gestão Democrática. Autonomia Universitária. Universidade Estadual Paulista.

## ABSTRACT

This paper discusses the involvement and contribution of the student movement (ME) to the construction of autonomy and democratic management of the Universidade Estadual Paulista (UNESP). The movement for the democratization of management was initiated in 1984 by representative organizations of the three segments of the university community, ie, students, teachers and employees, which resulted in the first democratic reform of this institution. The autonomy granted by the State Government in 1989 to the state universities, namely Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) and UNESP, has established itself as an aspect of democratic management. This democratization movement was taken up explicitly in 2007 by state universities, in response to a series of decrees issued by the Governor José Serra. In this context, this paper aims to verify the overall intervention and the ME contribution to the construction of autonomy and democratic management of Unesp. The specific objectives are to analyze the literature and documentation available on the subject; check the development of autonomy and democratic management of Unesp in the specified period, as well as its current stage, with regard to student participation; identifying the party and independent expressions of ME and understand what are the main developments of the concepts and practices related to autonomy and democratic management. The procedures for data collection were guided by the research literature, documentary research, application of semi-structured interviews with students who participated in this process, and systematic and direct observation of the student forums. From these objectives and procedures it will be concluded that students, who go through a process of intellectual work, put themselves in the process of historical transformation of the university and demonstrated, depending on the situation, their ability to decide on its working process and on the production of knowledge. From the 2000s, the ME starts a process of refusal of delegation of power to institutionalized forms of representation. Thus, the UNESP's ME in 2007 sought new forms of organization, through participation and direct democracy. The activity of ME was essential for the realization of the movement that managed to reverse substantial content of the decrees that interfered with university autonomy. However, the ME acts has been changed in a defensive sense, when the segment is *attacked*, unable to express and to propose in advance your management and autonomy project. Even so, the students' struggle for autonomy, associated with forms of direct participation, constitute itself as a resumption of the students towards the power to manage it and for a university project that has as purpose to assist those who finance it: the workers.

**Keywords:** Student movement. Democratic management. University autonomy. Universidade Estadual Paulista.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>Cap. I – POLÍTICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA PARA A UNIVERSIDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>1. AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES E O GERME DA AUTONOMIA E ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>20</b>
<b>2. A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL .....</b>	<b>28</b>
2.1. Reforma Rivadávia Correa (1911): a autonomia na forma legal .....	29
2.2. Reforma Carlos Maximiliano (1915): o cerceamento da autonomia e a criação da Primeira Universidade.....	30
2.3. Reforma Rocha Vaz (1925): regulamentação e controle das universidades .....	32
2.4. Da Reforma Francisco Campos e o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) à discussão em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: fortalecimento do controle do Estado sobre as Universidades .....	33
2.5. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 4.024/61: disputa entre a liberdade de ensino e a defesa da escola pública .....	37
2.6. Do Golpe de 1964 à abertura política no país: a Lei n. 5.540/68 e a legislação autoritária como modernização das universidades .....	42
2.7. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: autonomia e gestão democrática na forma da lei .....	48
2.8. Do Governo Collor ao Governo FHC e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9394/96: as reformas neoliberais na educação .....	50
2.9. Reforma universitária do Governo Lula .....	58
<b>CAP. II – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA: DA FUNDAÇÃO DECRETADA À DEMOCRATIZAÇÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>1. DO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA À DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS .....</b>	<b>72</b>

<b>2. A ADEQUAÇÃO DA UNESP À LDBEN NA DÉCADA DE 1990: RETROCESSOS NA DEMOCRATIZAÇÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>3. OS DECRETOS SERRA E A LUTA PELA AUTONOMIA .....</b>	<b>85</b>
<b>Cap. III – MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>108</b>
<b>1. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL .....</b>	<b>108</b>
<b>2. A TRADIÇÃO DAS LUTAS ESTUDANTIS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>112</b>
<b>3. A REIVINDICAÇÃO PELA AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO .....</b>	<b>117</b>
3.1. O surgimento do novo (ou velho) movimento estudantil .....	127
<b>Cap. IV – CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA UNESP.....</b>	<b>130</b>
<b>1. A CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PARA A PESQUISA.....</b>	<b>130</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	<b>133</b>
<b>3. AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>135</b>
<b>4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>139</b>
4.1. PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UNESP.....	145
4.2. A ATUAÇÃO NAS ENTIDADES ESTUDANTIS.....	152
<b>5. A DINÂMICA DA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>159</b>
<b>6. EFEITOS DIDÁTICO- PEDAGÓGICOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>165</b>
<b>7. DECRETOS DO GOVERNO SERRA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....</b>	<b>169</b>
<b>8. O MOVIMENTO ESTUDANTIL A PARTIR DE 2007.....</b>	<b>176</b>
<b>9. IDEOLOGIA.....</b>	<b>179</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

Como estudante do curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Marília, ingressamos, no início de 2005, no Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia<sup>1</sup> coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neusa Maria Dal Ri e no Movimento Estudantil (ME), participações que foram determinantes para as reflexões que apresentamos neste texto.

No Movimento Estudantil, vivemos a experiência de sermos representante e representada, participando das discussões e deliberações realizadas por meio das assembleias, órgãos colegiados e fóruns das instâncias deliberativas em nível local, regional e nacional. Fomos diretora do Centro Acadêmico de Pedagogia e representantes em órgãos colegiados, como nos Conselhos do Curso de Pedagogia, do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Administração e Supervisão Escolar, Congregação e comissões temporárias destas instâncias.

A partir dessa experiência, levantamos várias questões acerca dos processos decisórios da universidade e, principalmente, da participação dos estudantes. Preocupamo-nos com a pequena participação dos estudantes e em como isso incide no fato de que as reivindicações discutidas, deliberadas e encaminhadas não são aprovadas nas instâncias da universidade.

Ao mesmo tempo, no ano de 2006, o Grupo de Pesquisa iniciou o desenvolvimento do Projeto Integrado de Pesquisa denominado *Gestão democrática nas escolas públicas de educação básica do município de Marília*, do qual viemos participando.

Como bolsista (PIBIC-CNPq) desenvolvemos, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neusa Maria Dal Ri, trabalho de iniciação científica intitulado *Gestão democrática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Marília: participação dos alunos*, que teve como objetivo estudar a gestão democrática na escola pública, em especial a participação dos estudantes no Conselho de Escola (CE) e no Grêmio Estudantil (GE). No ano de 2009 essa pesquisa resultou em nosso Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Participação dos alunos na gestão democrática da escola pública em Marília* (FERRARO, 2009).

---

<sup>1</sup> Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela UNESP.

Mediante o desenvolvimento dessa pesquisa, pudemos observar que as discussões referentes à gestão educacional possuem três abordagens (DAL RI, 2008; PARO, 1990). A primeira abordagem denominada *administração empresarial* advém do paradigma da empresa capitalista e parte da gerência científica ao planejamento e gestão estratégica, com conceitos como eficiência, eficácia e produtividade. Na atualidade, essa abordagem significa a incorporação dos preceitos neoliberais da administração de empresas e sua influência na educação, com a qualidade total e a racionalização dos recursos. Sob influência dos organismos internacionais, essa política vem sendo implantada por meio das políticas públicas brasileiras, e esse tipo de gestão preconiza a participação da comunidade acadêmica e escolar por meio da representação e da ajuda material e financeira.

A segunda abordagem denominada *gestão democrática* se contrapõe à primeira por levar em conta as especificidades educacionais. Nesse caso, as especificidades se devem ao fato de que diferentemente de uma empresa, o produto, isto é, o estudante, também é o co-produtor de seu processo de formação e o seu resultado é de difícil mensuração. Essa abordagem advém, do ponto de vista teórico, principalmente, da pedagogia histórico-crítica e como proposição dos movimentos sociais organizados e apresenta a gestão por meio da eleição de dirigentes e a participação nos órgãos colegiados. Entende que a finalidade educacional pública atual deveria ter o objetivo de desenvolvimento da consciência crítica para a transformação social. Entretanto, de acordo com Dal Ri (2008, p. 2-4) esse enfoque deixa lacunas, por isso seria necessária a realização de mais pesquisas para a compreensão de seu processo e de suas possibilidades.

Por último, de acordo com Dal Ri (2008) a *autogestão* ou *auto-organização* que também reconhece a especificidade educacional, mas, acima de tudo, reconhece que no capitalismo a escola é capitalista. Contudo, diferentemente da segunda, essa abordagem advém da teoria marxista e da experiência história dos educadores soviéticos desenvolvida após a Revolução Russa de 1917. A gestão se dá mediante assembleias e participação direta da comunidade acadêmica e escolar.

Em nossa trajetória política, percebemos que a terceira abordagem seria a melhor para o desenvolvimento da democracia e era essa que procurávamos vivenciar e defender na universidade pública, mas não era a abordagem praticada na escola pública de educação básica.

Por meio da análise dos dados empíricos, constatamos que a denominada gestão democrática na escola pública é mais formal do que real e parece não atender aos reais anseios das comunidades escolar e externa. A participação dos estudantes na gestão, em geral, é apenas protocolar. Porém, constatamos que isso ocorre não porque os estudantes sejam incapazes de participar, mas porque existe uma relação de poder coercitiva exercida pelo diretor e pelos professores e um currículo oculto, que faz parte da organização escolar, o qual demonstra que a função do estudante é a de submissão.

Conforme Enguita (1989, p. 173-174),

Dados o horário, o calendário e os períodos obrigatório e habitual de escolarização, esta perda do controle sobre o próprio processo de aprendizagem implica mais ou menos, durante o período de anos que se permanece na escola, colocar a metade da própria vida consciente à disposição de um poder alheio, o do professor e da organização que atua por seu intermédio. Durante este tempo não contam os interesses subjetivos nem a vontade do aluno, mas tão somente os supostos interesses da sociedade, cujo representante legítimo a esse respeito é a instituição escolar, e a vontade do professor.

Contudo, não é possível compreender a prática da gestão democrática na escola pública sem contextualizá-la no modo de produção capitalista em sua fase neoliberal, na medida em que a educação é permeada por uma concepção de homem e mulher, de trabalho e de sociedade advinda de nossa sociabilidade.

O capitalismo se fundamenta principalmente na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, quando a produção da vida material é composta daqueles que detêm os meios de produção e daqueles que não o detendo necessitam vender sua força de trabalho. Em suas várias fases o capitalismo foi se transformando, sem, contudo, perder a qualidade daquilo que o fundamenta. Assim, em sua fase liberal, desenvolveu aquilo que nunca antes um modo de produção havia concebido: deu uma aparência democrática ao autoritarismo e à desigualdade. A partir da constituição do Estado Liberal, denominado *Estado de Direito*, constituiu teoricamente a existência de direitos inalienáveis para as classes sociais, inclusive o direito à propriedade privada, e à democracia representativa. Em sua fase atual, neoliberal, constituiu, ainda, a deregulamentação do mercado pelo Estado e a diminuição das políticas sociais.

Como afirma Macpherson (1977, p. 17), o conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos descobriram razões para acreditar que *cada homem um voto* não seria arriscado para a propriedade ou para a continuidade das sociedades divididas em classes.

Dessa forma, a educação não poderia ser fundamentada de outra maneira, ou seja, por uma gestão representativa e esvaziada de uma participação política e social real. Além disso, apesar de vivermos globalmente sob a égide do capitalismo, a sociedade brasileira possui marcas da sociedade colonial escravista.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada *cultura senhorial*, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. (CHAUI, 2001, p. 13).

Barbosa (2002, p.12) afirma que desde a década de 1980, as novas gerações assumiram princípios baseados no individualismo, como consequência da globalização e da política neoliberal. O afastamento das questões políticas indica um conformismo e uma passividade de quem já não se vê mais como sujeito da história, mas, sim, como objeto passivo dela.

[...] para poderem recuperar minimamente a condição de sujeitos, os jovens assumiram uma ideologia subjetivista expressa através de questões individuais de comportamentos, como as ideologias de bem estar do corpo, do sexo, do psiquismo, típicas das sociedades de consumo, busca de práticas alternativas, histeria consumista, abandono do espaço público e desinteresse da luta política organizada. Tudo isso, portanto, indica as novas características de uma juventude que não mais se identificava com a geração que a antecedeu. (BARBOSA, 2002, p.12).

Para não perder o movimento do real, devemos nos atentar à contradição e a luta de classes, isto é, mesmo com a aparente passividade que constatamos nos movimentos sociais, em alguns mais do que em outros, devemos apreender as forças que ainda se colocam como na construção de uma contra hegemonia. É por essa via que analisamos como os segmentos e forças, principalmente no ME, se colocam e se opõem à conjuntura atual.

Marx e Engels (1998) afirmam que o primeiro passo na revolução operária é a constituição do proletariado em classe dominante, que seria a conquista da democracia. Os autores não estavam se referindo à democracia burguesa representativa, mas à democracia real, constituída por meio da revolução, no qual não mais o *ser cidadão* seria separado do *ser trabalhador*.

Coloca Engels (2008), sobre a democracia burguesa, que particularmente o sufrágio universal, deve ser utilizado como forma de se chegar à classe trabalhadora, como instrumento de emancipação. “As instituições estatais em que a dominação da

burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais.” (ENGELS, 2008, p. 52).

Compreendemos que o Movimento Estudantil configura-se, na maior parte de suas lutas e de suas reivindicações, como um movimento social contra-hegemônico. Mas, de qualquer modo, a luta pela democratização da universidade alavanca e instrumentaliza a consciência dos estudantes sobre a sociedade que vivemos e pode dar-lhes a oportunidade única de exercerem-se como sujeitos de seu próprio trabalho. É nessa perspectiva que colocamos a discussão sobre o Movimento Estudantil, na perspectiva do movimento como educador.

Pela pesquisa realizada, observamos uma lacuna nos estudos da história das lutas pela democratização da sociedade e das instituições, pela falta de documentos e literatura a respeito das entrelinhas dos movimentos sociais, principalmente do ME. Mas, os sujeitos participantes desse processo existiram e ainda existem (LIMA, 2003; SANTOS, 2005; BARBOSA, 2002).

Dentre as várias leituras que nos auxiliaram nesta pesquisa, destacamos as dos textos de Barbosa (2002), Paro (1987; 2000; 2004), Pistrak (2000); Poerner (1979); Dal Ri (1997; 2004); Bastos (2005); Lima (1988), Barroso (1995), Groppo (2006) e Furtado (2005), que contribuíram para que pudéssemos sistematizar nossas reflexões sobre a gestão democrática educacional e para situar a relevância de um estudo sobre o ME.

Pudemos perceber que pesquisar somente a gestão democrática sem relacionar com a autonomia da instituição torna-se insuficiente para compreender seus limites e suas possibilidades, na medida em que não há o que gerir se não houver autonomia para elaborar e decidir sobre um projeto de universidade. Torna-se inviável discutir o modo como será organizada a gestão, já que a sua função seria, neste caso, de execução e não de discussão e decisão. Entretanto,

Nos quase mil anos de história da universidade, poucos conceitos foram alvo de tanta controvérsia como o de autonomia. Ele tem servido para justificar projetos e ações de governos, partidos, comunidades e corporações visando conformar de múltiplas e diferentes/divergentes formas a estrutura e o funcionamento da instituição universitária ou de ensino superior através dos séculos, desde Bolonha, Paris, Oxford e Salamanca. (SGUISSARDI, 1998, p. 29).

Por conseguinte, a questão norteadora deste trabalho está centrada na participação e contribuição do ME para a construção e implementação da autonomia e da gestão democrática na Universidade Estadual Paulista (UNESP), já que esta

universidade obteve um avanço democrático significativo na década de 1980, quando comparada com outras instituições públicas.

Na década de 1980, e na esteira do movimento dos trabalhadores contra a ditadura militar e contra a carestia, em algumas universidades, como na UNESP, estabeleceram-se processos de democratização interna com a participação dos três segmentos. Dal Ri (1997) defende a tese de que o movimento de democratização das estruturas de poder da UNESP, desencadeado em 1984 pelas entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária, que resultou na primeira reforma democrática desta instituição e a autonomia outorgada pelo Governo Estadual às universidades estaduais paulistas, em 1989, consolidaram-se, nesta universidade, como um aspecto do autogoverno.

Partimos da hipótese de que esse movimento pela democratização da sociedade e da UNESP que aconteceu na década de 1980 foi retomado, de forma explícita, em 2007 pelas Universidades Estaduais Paulistas, a saber: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de *Campinas* (UNICAMP) e UNESP.

Neste contexto, temos como objetivo geral verificar a intervenção e contribuição do ME para a construção da autonomia e gestão democrática da UNESP. Os objetivos específicos são analisar a literatura e documentação disponível sobre a temática; verificar o desenvolvimento da autonomia e da gestão democrática na UNESP no período determinado, bem como seu estágio atual, no que diz respeito à participação discente; identificar as expressões partidárias e independentes no ME e compreender quais os principais desdobramentos dos conceitos e práticas das mesmas com relação à autonomia e gestão democrática.

Utilizamos os seguintes procedimentos de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental; aplicação de entrevistas semi-estruturadas; e observação direta sistemática.

Desenvolvemos a pesquisa bibliográfica a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre os temas gestão democrática, autonomia universitária e ME.

Apesar de a pesquisa bibliográfica se assemelhar à pesquisa documental, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a primeira se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2006, p. 51).

Realizamos a pesquisa documental com levantamento, consulta e leitura de documentos, como legislação, estatutos, textos, documentos oficiais, jornais, boletins informativos, revistas, etc. publicados pelas entidades estudantis e pela UNESP, em especial os documentos publicados pelo movimento de democratização da década de 1980 e entre 2007 e 2009.

O levantamento de dados empíricos se dá por meio de entrevistas, pois

Essas técnicas mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa ‘sente, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quais quer das coisas precedentes’ (SELLTIZ, 1967, p.273 apud GIL, 2006, p.115).

Dentre os tipos de entrevistas escolhemos a semi-estruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, e é “[...] guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2006, p.117). Para Gil (2006, p.118), o entrevistador “[...] deverá ter a preocupação de registrar exatamente o que foi dito. Deverá, ainda, garantir que a resposta seja completa e suficiente”. Portanto, nos apoiamos no uso de um gravador.

Ao que se refere à UNESP<sup>2</sup>, instituição escolhida para a realização da coleta de dados, esta possui atualmente Unidades Universitárias em 23 cidades do Estado de São Paulo, tem 32 faculdades e institutos, totalizando 168 opções de cursos de graduação, com 34.425 mil alunos, e 112 programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, cursados por 12.031 mil alunos, sendo 108 mestrados acadêmicos, 4 mestrados profissionais e 85 doutorados. Tem 3.354 professores e 6.984 funcionários. Seu último *campus* construído foi o da Barra Funda, em 2009, que compõe o Instituto de Artes e o Instituto de Física Teórica.

Sua estrutura administrativa compreende os seguintes órgãos colegiados superiores: Conselho Universitário (CO), que é o órgão máximo de deliberação; Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE); e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Possui, ainda, a Câmara Central de Pesquisa (CCPe), a Câmara Central de Pós-Graduação (CCPG), a Câmara Central de Graduação (CCG) e a Câmara Central de Extensão Universitária (CCEU). Os estudantes possuem uma representação de 15% nesses órgãos. As Unidades Universitárias têm a Congregação como órgão máximo com a mesma proporção de representantes discentes, ou seja, 15%. Todos os demais órgãos, como as Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

---

<sup>2</sup> Dados informados no site da instituição <[http://www.unesp.br/apresentacao/perfil\\_2009.php](http://www.unesp.br/apresentacao/perfil_2009.php)>

Universitária, bem como os Conselhos de Curso, Conselhos Departamentais e de Pós-graduação possuem representação discente.

A organização estudantil tem a seguinte estrutura:

- a) O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade máxima na qual, desde final de 2007, os diretores são delegados eleitos em *campus* da UNESP por meio de assembleia geral, com mandato revogável.
- b) Há Diretórios Acadêmicos (DAs) em cada *campus* ou Unidade que representa os estudantes, nos quais as diretorias são eleitas por chapas com mandato de um ano.
- c) Por fim, os Centros Acadêmicos (CAs) que representam os estudantes de cada curso, possuem diretorias também eleitas por chapas com mandato de um ano.
- d) Além dessas entidades, os estudantes têm representantes nos órgãos colegiados permanentes da universidade, como descrito, e em órgãos colegiados temporários, como Comissão de Reestruturação de cursos, Comissão de Orçamento, Comissão de bolsas, entre outros. A maioria dos órgãos colegiados segue a proporcionalidade de composição com setenta por cento de docentes, quinze de estudantes e quinze de funcionários, assim como para a eleição de dirigentes. Entretanto, os conselhos de curso e algumas comissões são paritárias, ou seja, possuem o mesmo número de docentes e de estudantes.

A partir do que foi explicitado referente à gestão e à organização estudantil da UNESP, pode-se perceber que existe uma grande quantidade de informantes que poderiam ser entrevistados. Dessa forma, definimos a amostra para as entrevistas pelas entidades estudantis de organização máxima, como o DCE e os DAs e, portanto, entrevistamos os delegados eleitos para os anos de 2007-2008, além dos representantes eleitos para representar a estudantes da UNESP no Conselho Universitário durante os anos de 2007-2008. Entrevistamos quinze pessoas que em 2007 eram estudantes da UNESP e participaram do movimento, como explicado. Além disso, entrevistamos duas professoras que nos anos de 1980 eram estudantes da UNESP e participaram do movimento naquela época.

Para alcançar a captação mais precisa do objeto estudado na atualidade, utilizamos a técnica da observação direta sistemática em reuniões, plenárias, assembleias do ME na UNESP que tinham como tema a gestão democrática e a

autonomia da Universidade. Para tanto, estabelecemos um conjunto de categorias definido de acordo com os objetivos da pesquisa: a dinâmica das relações de poder, as forças mais atuantes em relação à gestão democrática e autonomia, oposições e conflitos na universidade, efeitos nas relações de produção pedagógicas e sua percepção pelos sujeitos, efeitos na organização pedagógica da universidade em decorrência da presença da gestão democrática e autonomia e nível de atuação do ME em prol da gestão democrática e autonomia da UNESP pós 2007.

Não há maiores preocupações com quantificação visando medir o nível de generalização dos fenômenos. O estudo empírico na universidade teve por finalidade colher subsídios *in vitro* que contribuíssem para a tentativa de formulação de padrões e tendências da organização da gestão democrática e da autonomia, sobretudo a partir da discussão e participação do ME. A análise interpretativa apoiou-se nos seguintes aspectos principais: no estudo teórico; na análise documental e nos resultados alcançados como respostas aos instrumentos de coletas de dados empíricos.

Para melhor compreensão do texto definimos os seguintes conceitos básicos.

**Autonomia universitária:** direção daquilo que é próprio. Um espaço onde a comunidade possa elaborar, discutir e decidir um projeto de universidade. Para isso, é necessária a autonomia em todos os seus aspectos, isto é, didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

**Administração, gestão, governo e organização:** ato de elaborar, organizar, decidir e executar a vida institucional em todos os seus aspectos, isto é, didático-científico, financeiro e patrimonial.

**Autogestão, gestão democrática, autogoverno, gestão participativa e co-governo:** possibilidade de auto-organização dos envolvidos na vida institucional, sem tutela de qualquer poder, seja religioso, estatal ou de hierarquia técnica. Compreendemos estes termos como sinônimos, contudo priorizamos no texto o termo gestão democrática por se tratar do termo utilizado nos documentos legais. Durante nosso percurso de pesquisa procuramos também compreender como este conceito é entendido pela política educacional, que é diferente de como compreendemos.

**Alienação do trabalho:** Alienação do humano, de seu *ser próprio* em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), por meio dele próprio (pela sua própria atividade).

**Ideologia:** Conjunto de valores, idéias e práticas das classes sociais. Contudo, uma ideologia pode exercer hegemonia sobre outra classe, como acontece com a classe

burguesa que dissemina sua ideologia à classe trabalhadora como se fosse sua, por meio da educação, dos meios de comunicação, das necessidades, dos intelectuais.

**Participação:** se apresenta como um processo no qual o ser humano descobre-se como sujeito histórico capaz de desenvolver a consciência de si e da organização do trabalho que realiza, partindo do princípio da direção coletivamente organizada. É uma participação contra a alienação social e do trabalho.

Afirmamos como Dal Ri (1997, p. 24) que,

Não tivemos a preocupação de caracterizar os termos segundo uma teoria ou outra. Não pretendemos, com isso, esvaziar os conceitos de seus sentidos históricos ou desconhecer que está abrigado debaixo de certos *rótulos* um contingente de realidades. Mas, tivemos a liberdade de utilização dos termos, sem a preocupação de circunscrevê-los nos limites de teorias fechadas.

Essa dissertação está assim organizada.

No capítulo I, analisamos a construção dos conceitos gestão democrática e autonomia universitárias, levando-se em consideração o modo de produção e a conjuntura em cada momento correspondente, para demonstrar que os conceitos citados possuem uma longa tradição na história e, principalmente, nas lutas das universidades públicas.

No capítulo II, contextualizamos a luta pela gestão democrática e autonomia universitárias na UNESP. Para a consecução deste objetivo descrevemos e analisamos as lutas pela democratização da UNESP, focando principalmente a contribuição e participação do Movimento Estudantil.

No capítulo III, discutimos a contribuição e participação do ME na luta pela autonomia e gestão democrática para as universidades.

Por fim, no capítulo IV, apresentamos a concepção teórico-prática do Movimento Estudantil da UNESP referentes à gestão democrática e autonomia universitária. Para alcançar esse objetivo analisamos os dados empíricos recolhidos a partir das observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas com estudantes e militantes que participaram do ME da UNESP durante os anos de 2007 a 2009.

Em seguida, apresentamos a conclusão, as referências dos textos citados e o apêndice contendo o roteiro de entrevista, base da coleta de dados empíricos.

## CAPÍTULO I

### POLÍTICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA UNIVERSIDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar a construção dos conceitos gestão democrática e autonomia universitárias, levando-se em consideração o modo de produção e a conjuntura em cada momento correspondente, para demonstrar que os conceitos citados possuem uma longa tradição na história e, principalmente, nas lutas das universidades públicas.

No primeiro item, discutimos a organização das primeiras universidades do Ocidente na Idade Média, para mostrar que elas representaram o germe da autonomia e organização democrática, principalmente a Universidade de Bolonha e a Universidade de Paris.

No item dois, passamos para a análise da política educacional universitária no Brasil, para analisar o processo de organização da universidade brasileira e os limites e possibilidades que a legislação apresenta referente à temática abordada.

Embora tenhamos abordado em vários momentos do texto o movimento estudantil e a representação discente na universidade, por fins didáticos e de sistematização, neste item nos atentamos mais à análise da política e legislação educacional. A discussão mais aprofundada referente à luta do movimento estudantil nesse mesmo período será apresentada nos outros capítulos.

#### **1. As primeiras universidades e o germe da autonomia e organização democrática**

As universidades ocidentais datam do início do século XIII que, de acordo com Jacques Le Goff (1973, p. 73), é a época de criação e desenvolvimento das universidades porque também é o período das corporações. “É a fase institucional do desenvolvimento urbano que materializa em comunas as liberdades políticas conquistadas, em corporações as posições adquiridas no domínio econômico.” (LE GOFF, 1973, p. 73).

A universidade é o que melhor caracteriza a Idade Média, a alma européia, matriz do Ocidente. Obra dos grupos urbanos que se constituíam, *universitas magistrorum et scholarium*, como sabiamente a chamou o grande Papa Inocêncio III, teve sua origem *ex consuetudine*, isto é, espontaneamente, das escolas catedrais preexistentes, formando, professores e alunos, uma única

*societas*, à semelhança do que ocorria naquele momento com os demais ofícios urbanos. E representava o novo mundo que surgia, a consciência de liberdade e a valorização do saber pelo que ele representa por si mesmo. Tornava-se, então, necessário instaurar centros de saber que correspondessem a tal exigência, bem como para apoiar e qualificar uma nova classe de homens capazes de produzir, transmitir e administrar o saber: a classe dos *magistri*, a corporação dos profissionais do saber. (BELTRÃO, 1997, p.1)

O termo *universitas* foi utilizado com o sentido de associação ou corporação de ofício antes do século XIII, mas somente nesse século ele passou a designar as corporações de mestres e estudantes que se consagravam de modo organizado ao estudo das artes liberais, do direito, da medicina e da teologia (NUNES, 1979, p. 211).

[...] no tempo antigo, na Idade Média oriental e no mundo muçulmano houve escolas elementares e superiores que hoje, por figura de linguagem, são chamadas de universidades nos livros de história, o que constitui evidente imprecisão de linguagem e anacronismo, uma vez que as universidades com os seus estatutos, a sua organização jurídica e os graus acadêmicos surgiram espontaneamente no seio da cristandade medieval e foram uma das suas lídimas e originais criações. (NUNES, 1979, p. 212).

Sendo assim, as primeiras universidades européias foram corporações de estudantes e professores que buscavam o direito ao trabalho intelectual independente e a autonomia administrativa em relação às autoridades eclesiásticas e políticas da época (SCHWARTZMAN, 1983). Assim como as demais corporações da época, as universidades ocuparam áreas e bairros determinados, gozaram de direito de recrutamento, estabeleceram sistema hierárquico e de controle de seus membros, organizaram suas atividades e outorgaram-se estatutos (LE GOFF, 1973). Beneficiaram-se de isenção de serviço militar e de taxas locais, e seus membros, mesmo os estrangeiros, encontravam abrigo nas jurisdições locais. “Além da autonomia administrativa, era privilégio das corporações universitárias o direito de greve e secessão, e o monopólio na colação dos graus universitários”. (RANIERI, 1994, p.38).

As universidades eram geridas, de modo geral, por funcionários eleitos e assembleias gerais. Todos os funcionários administrativos ocupavam cargos eletivos, sendo o reitor o principal deles. Embora detentor de um mandato de três meses, o reitor tinha amplos poderes, administrava as finanças, possuía jurisdição civil sobre os membros da universidade, convocava e presidia assembleias, representava a universidade e intervinha na justiça para fazer respeitar os privilégios universitários e defender seus membros. Porém, no exercício de seu mandato, sujeitava-se ao controle das assembleias (DAL RI, 1997, p. 30).

Dada a fragmentação do poder e as próprias condições da época, a autonomia de um microcosmo social, como as universidades, não pode, segundo Dal Ri (1997, p. 31), ser considerado um fenômeno tão diverso, mesmo porque não determinava nenhuma modificação na estrutura de poder social. No entanto, a universidade nasceu autônoma e, este fenômeno, traz em si, de forma embrionária, elementos democráticos.

As principais e mais antigas universidades da Idade Média, a Universidade de Bolonha e a Universidade de Paris, mostram a organização das universidades nessa época, sendo a primeira uma corporação de estudantes e a segunda de professores.

A origem da Universidade de Bolonha liga-se ao renascimento dos estudos jurídicos no Ocidente. Por volta de 1120, a Escola de Direito de Bolonha era universalmente conhecida na Itália e era nominada *douta*, por ser a sede natural das leis (NUNES, 1979, p. 215).

As escolas de Direito em Bolonha, no século XII, antes de se tornarem uma corporação universitária, conquistaram sua autonomia em 1158. O documento denominado *Authentica habita*, elaborado pelo imperador do Sacro Império Romano – Germânico, Frederico Barbarossa (1122-1190), outorgava aos professores e alunos suas *liberdades acadêmicas* (MACEDO, 1996).

De acordo com Charle e Verger (1996, p. 16), em 1190 iniciou-se a mudança em Bolonha.

Subtraindo-se à autoridade individual dos doutores, os estudantes começaram a se reagrupar, de acordo com sua origem geográfica, por *nações* (ingleses, alemães, provençais, lombardos, toscanos etc). Enquanto os mestres aceitavam prestar juramento de obediência à Comuna, os estudantes organizavam-se entre eles para se proteger das cobranças da população local, reger seus conflitos internos, assinar contrato com os professores e determinar eles mesmos os ensinamentos de que tivessem necessidade. Pouco a pouco, as *nações* estudantis reagruparam-se em *universidades* (houve duas delas, a dos italianos ou citramontanos e a dos estrangeiros ou ultramontanos); na direção de cada universidade surgiu um reitor eleito anualmente.

A Universidade emancipa-se definitivamente logo que a cidade, em 1278, reconhece o papa como senhor de Bolonha (LE GOFF, 1973, p. 79).

Os professores de Bolonha deveriam prestar juramento ao reitor da corporação de estudantes, reconhecido como chefe da universidade, e com ele estabelecer seu contrato acadêmico (DAL RI, 1997, p. 33).

Na organização da Universidade de Bolonha, cada nação podia escolher um conselheiro. O dever mais importante dos conselheiros era eleger o reitor que devia ser estudante, clérigo, solteiro, de vinte e cinco anos, ter estudado leis durante cinco anos,

ser membro da universidade que o escolheu e adornado das virtudes da prudência e da honestidade. Ainda, devido os encargos de sua função, o reitor deveria ser um homem rico<sup>3</sup> (NUNES, 1979, p. 221-222).

Já a Universidade de Paris nasceu pouco depois de 1200, quando os mestres independentes que ensinavam principalmente artes liberais começaram a se associar. Logo depois seguiram os professores de direito canônico e teologia (CHARLE; VERGER, 1996, p. 17).

Sua autonomia foi adquirida após sangrentos acontecimentos em 1229 que colocaram frente a frente os estudantes e a polícia real, o que teve como resultado vários estudantes mortos. A grande maioria da Universidade entra em greve e retira-se para Orleans e por dois anos quase não há aulas. Em 1231, Luis e Branca de Castela reconhecem solenemente a independência da Universidade, renovando e ampliando os direitos outorgados por Felipe Augusto em 1200 (LE GOFF, 1973, p. 76).

Entretanto, de acordo com Beltrão (1997), para retornar, os mestres apresentaram várias exigências, contempladas na *Parens scientiarum* pela Santa Sé e pelo rei francês, e que seriam também instituídas para toda e qualquer corporação de ensino nos mesmos moldes, para todos os tempos. As cláusulas da bula eram:

1ª) confirmação de que a *licentia*, isto é, a graduação do estudante, era outorgada pelo colégio dos *magistri*, sem qualquer interferência externa, fosse do poder temporal ou espiritual;

2ª) confirmação de que seriam, *ad eternum*, os mestres que elaborariam os estatutos para o funcionamento interno da universidade e de seus *curricula* de estudos;

3ª) confirmação do direito de greve e retirada, em caso de *ab-rogação* de qualquer uma das cláusulas superiores por parte do poder temporal ou espiritual. (BELTRÃO, 1997, p. 1).

Conforme Nunes (1979, p. 225-226),

[...] gradativamente o reitor passou a dirigir toda a universidade. De 1231 a 1251 ele presidia o conselho dos mestres, reclamava à polícia os estudantes presos, estabelecia o preço para o aluguel dos alojamentos, assim como o dos livros que serviam de exemplares oficiais.

Podemos citar, ainda, de acordo com Le Goff (1973, p. 76), a Universidade de Oxford, na qual uma série de conflitos em 1232, 1238 e 1240 entre os universitários e o rei acaba com a capitulação de Henrique III. Em 1214, após os burgueses enforcarem arbitrariamente dois estudantes, a Universidade obteve suas primeiras liberdades. Segundo Charle e Verger (1996, p. 18), a Universidade de Oxford detinha uma

---

<sup>3</sup> Quando Napoleão invadiu Bolonha, em junho de 1796, e as nações e os oficiais foram dispersados, em 1798 a universidade de Bolonha pela primeira vez teve um professor reitor (NUNES, 1979, p. 223).

autonomia relativa, pois tinha o controle distante do bispo de Lincoln, representado ali por um chanceler escolhido entre os doutores.

Na Espanha, a Universidade de Salamanca teve em seu nascimento em 1218, sua autonomia é reconhecida pelas autoridades papal e real.

Sendo assim,

[...] a liberdade acadêmica e jurídica das universidades foi, sem dúvida, a pedra de toque para o florescimento da ciência, da cultura e da liberdade de crítica em termos universais, ao mesmo tempo em que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento tecnológico e, portanto, econômico das nações que nela acreditaram. Em contrapartida, seu cerceamento, quando ocorreu, resultou em períodos obscuros para o pensamento crítico e para a inventividade científica. (MACEDO, 1996, p. 1).

O século XIII foi a época de ouro das universidades, pois nele se organizaram as primeiras e mais importantes. Durante os séculos XIV e XV as universidades multiplicaram-se através da Europa, mas começaram a perder as suas características. Primeiro, foram sendo despojadas da sua autonomia, assim como de suas outras conquistas e agregadas ao Estado. Depois, as universidades começaram a perder seu caráter internacional, na medida em que os países foram criando suas próprias instituições (NUNES, 1979).

No antigo modo de produção, a economia era predominantemente agrícola. Assim, o comércio estava limitado aos produtos básicos de necessidades primárias. A expansão comercial possibilitou a consolidação do novo modo de produção, com a organização dos Estados nacionais e a Revolução Industrial. Esses três elementos são as bases para a educação e para a formação ideológica do homem burguês. “Formar indivíduos aptos para a competição no mercado, esse foi o ideal da burguesia triunfadora.” (PONCE, 2000, p. 136).

A educação fica sob a responsabilidade do Estado e este se organiza sob a égide da economia de mercado. Por essa razão, o ser humano passa a ser educado para aceitar pacificamente a nova ordem como um fenômeno natural (GONÇALVES, 2008, p. 84).

As novas universidades foram atos de fundação de autoridades políticas, pelo príncipe ou pela cidade, e confirmada pelo papado. O Estado esperava que se formassem os letrados e os juristas competentes e necessários à administração em desenvolvimento, bem como à elaboração da ideologia nacional e monárquica que acompanhava o nascimento do Estado Moderno (CHARLE; VERGER, 1996, p. 22-25).

[...] as condições de inscrição e as durações dos estudos, assim como as modalidades de exame, foram fixadas com minúcia. O próprio conteúdo dos ensinamentos foi algumas vezes especificado e o exercício dos privilégios

peçoais dos estudantes cuidadosamente limitado; as antigas nações estudantis perderam sua importância. O recurso à eleição foi suprimido em todos os lugares ou estritamente controlado e os oficiais do príncipe puderam contar com a docilidade das autoridades universitárias reduzidas a uma estreita oligarquia de professores ou de diretores de colégios. A ortodoxia religiosa dos estudantes era verificada desde o juramento de matrícula e raras foram as universidades que, como Pádua ou Órleans, puderam demonstrar, pelo menos durante algum tempo, alguma tolerância. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 45).

A interferência do Estado nas universidades foi facilitada pelo fato deste tomar para si o pagamento dos salários dos professores e a construção dos prédios, por vezes suntuosos. Além disso, reservando um determinado número de empregos no clero ou na judicatura, o Estado controlava uma grande parte dos egressos.

Le Goff (1973, p. 136) afirma que se constituiu uma oligarquia universitária, que ao mesmo tempo em que contribuía para baixar singularmente o nível intelectual, conferia ao meio universitário uma das características essenciais da nobreza: a hereditariedade. O Estado convertê-lo-ia numa casta. As roupas de mestres e estudantes, as jóias, como o anel de formatura, os ritos, as casas dos estudantes e até seus túmulos se tornaram luxuosos<sup>4</sup>.

Com o advento do capitalismo, os intelectuais começam a tratar o trabalho manual com profundo desprezo, consequência da divisão entre a teoria e a prática, entre a ciência e a técnica. Essa divisão se aprofunda pelo próprio processo de produção material em ascensão, daqueles que detém os meios de produção e por isso controlam o processo de trabalho e daqueles que necessitam vender sua força de trabalho e, portanto, apenas executam<sup>5</sup>. Gramsci (2004) aponta ainda a necessidade de esclarecer que não existe uma cisão completa, como se o trabalho manual fosse unicamente prático, porque todo trabalho manual advém de um esforço humano de elaboração individual do executor, portanto o que existe é a separação entre a atividade essencialmente intelectual e aquela que não é essencialmente. Mas, “Assim se mede o enorme entrave que constituirá para os progressos da ciência esta divisão estabelecida entre o mundo

---

<sup>4</sup> Antes do século XIV as universidades não possuíam prédios próprios e as aulas eram ministradas em salas, em claustros e até ao ar livre. Muitos professores davam aulas na sua própria casa e os alunos sentavam no chão coberto de palha. O professor falava, tendo diante de si uma estante para o livro, e ensinava de cima de um estrado. A sua roupa era, de regra, um traje escuro de compridas pregas e com capuz de pele (NUNES, 1979, p. 227).

<sup>5</sup> O trabalho e os trabalhadores se transformaram em mercadorias para serem comercializadas no mercado. Assim, a sociedade de classe se caracteriza pelas relações antagônicas de interesses entre o capital e o trabalho (GONÇALVES, 2008, p. 86).

dos sábios e o mundo dos práticos, o mundo científico e o mundo técnico.” (LE GOFF, 1973, p. 139).

Vale ressaltar que no século XVI os filhos de camponeses ricos, de plebeus dos burgos e das cidades, de comerciantes, de notários, de barbeiros etc. entravam nas universidades. Os filhos de plebeus, assim como na Idade Média, formavam grandes fileiras nas universidades. A partir do século XVI chegou às universidades uma porção de jovens nobres, da pequena, média ou mesmo alta nobreza. No século XVIII, se tornariam maioria as classes mais abastadas (CHARLE; VERGER, 1996, p. 52-53).

Entre o século XV e XVI prevaleceu a Universidade renascentista que se estendeu para os principais países da Europa, influenciada, principalmente, pelas transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico. Após o século XVI ocorreram as grandes descobertas científicas, do Iluminismo e da revolução industrial inglesa, que serviram de transição para a Universidade moderna que surgiu no século XIX e prevalece até hoje (SILVA, 2003).

Se antes a produção intelectual e a formação universitária não continham em si uma influência direta na organização econômica, a partir da organização do Estado e do desenvolvimento das forças produtivas se torna necessário utilizar a educação escolar para formar os quadros intelectuais e a força de trabalho necessária para a nova organização social em ascensão. Deste modo, enquanto algumas organizações universitárias, como a de Bolonha, dotavam os estudantes de poder total e se organizavam democraticamente, em um sistema não hierárquico e autônomo, os quais podiam contratar e demitir seus professores, a universidade típica do século XIX, como a inglesa e alemã, daria poder absoluto ao professor (GROPPO, 2006, p. 31).

Segundo Ranieri (1994, p. 48), “[...] a progressiva centralização estatal e seu correspondente processo de burocratização solaparam em grande medida a autonomia das antigas universidades, submetendo-as à supervisão pública”, ou seja, ao Estado. Quando as universidades passaram para o controle do Estado perderam grande parte da autonomia que tinham, não a recuperando totalmente nem mesmo com o advento do Estado Liberal (ALVIM, 1995, p. 43).

Para Gramsci (2004), o Estado moderno teve como elemento constitutivo de sua base fundante a produção de uma nova camada de intelectuais que assegurou o desenvolvimento da nova ordem social, retirando a centralidade da Igreja na produção teórica, subalternizando de vez a ordem feudalista. O autor afirma que cada classe que emerge ao poder necessita constituir uma nova camada de teóricos, lançando bases para

a constituição de uma nova moral, de novas leis, direitos e deveres etc. A partir destes elementos podemos pensar o interesse do Estado em buscar subsidiar, direcionar e controlar a formação universitária que produziria os novos quadros intelectuais. Como afirma Le Goff (1973, p. 138) a ciência se torna possessão e tesouro, instrumento de poder e não já fim desinteressado.

Contudo, foram as idéias liberais do século XIX que favoreceram o resgate da autonomia universitária como princípio inerente à natureza do trabalho acadêmico, afinal consagrado definitivamente no século XX. Todavia, a grande marca medieval “[...] há de ser atribuída à construção do postulado universal acerca da significação social do trabalho acadêmico, de sua natureza autônoma e de sua legitimidade em face do saber que produz e transmite.” (RANIERI, 1994, p. 48).

É necessário ressaltar que a gestão democrática e a autonomia universitárias praticadas no período medieval não têm uma continuidade linear e, portanto, não são as mesmas encontradas no século XX. No capitalismo essas questões tomaram uma outra dimensão que pincelamos no decorrer do final deste item, mas que discutiremos em profundidade a seguir. O intuito dessa análise foi demonstrar que a ideia embrionária de uma organização horizontal na universidade, praticada e reivindicada pela luta dos estudantes pelo poder de geri-la estava presente na Idade Média, possuindo, portanto, uma longa tradição na história das universidades. Desse modo, a universidade nasceu assim e mesmo com as transformações advindas do novo modo de produção que muda fundamentalmente as relações na e da universidade, não podemos deixar de analisá-la como um pressuposto e como uma prática já realizada de experiência de luta estudantil por controle de seu próprio trabalho.

Podemos concluir desse processo de transformação da universidade que ela está diretamente envolvida com os interesses do poder vigente em cada época histórica, porque seu controle é essencial para a disseminação e fundamentação da ideologia que se queira difundir. Entretanto, assim como por vezes ocorre nos demais locais de trabalho, os trabalhadores exigem o controle de seu próprio trabalho, seja contra influências externas da Igreja, do Estado ou do mercado, seja contra a própria *casta* que está no topo hierárquico da organização. Mesmo que os estudantes defendam em uma última instância os interesses de suas classes, estes realizam um processo de trabalho intelectual, e por isso, também se colocaram durante o processo de transformação da universidade e demonstraram, dependendo da conjuntura em que ocorreu, sua

capacidade de decidir sobre seu processo de trabalho e sobre a produção de conhecimento.

## 2. A organização da universidade no Brasil

As primeiras universidades criadas na América Latina foram a de São Domingos, em 1538, e a do México, em 1551, no século XVI. Depois vieram as universidades de São Marcos, no Peru, de São Felipe, no Chile, de Córdoba, na Argentina, entre outras. Somavam por volta de 27 universidades na América espanhola, na época da independência do Brasil, em 1822, no século XIX (CUNHA, 2007a, p. 15).

Entretanto, no Brasil, o surgimento de universidades, em comparação com outros países da América Latina, foi muito tardio. Os argumentos explicativos para essa questão são diversos na literatura. Segundo Fávero (2000), em três séculos de colonização, houve o impedimento legal por parte do governo português, que não permitia a instalação de universidades em suas colônias porque “[...] sempre pareceu à política da Metrópole conveniente, senão necessário, mantê-los centralizados em sua antiga universidade, para onde começam a afluir, desde o início do século XVII, estudantes brasileiros, representantes das classes mais abastadas” (FÁVERO, 2000, p. 30). Outros autores, como Faria (1952 apud CUNHA, 2007a, p. 16), afirmam que Portugal dispunha de apenas duas universidades, sendo uma de pequeno porte, o que as prejudicaria caso enviassem seus professores às colônias.

De qualquer modo, o Brasil apenas implantou uma universidade quase um século depois de sua emancipação política ocorrida em 1822 (LIMA, 2003, p.63). Alguns autores, como Lima (2003, p. 64), afirmam que o objetivo foi “[...] outorgar o título de *Doctor Honoris Causa* ao Rei da Bélgica Alberto I, que veio em missão oficial ao País”. Cunha (2007a, p. 190) afirma que embora não se possa alegar isso com certeza, o decreto de criação foi assinado cinco dias após o navio com o Rei ter deixado a Bélgica.

Destarte, da Colônia à República o sistema de ensino superior foi centralizado pelo Estado, com caráter repressivo e com objetivos político-estratégicos: “[...] controle social e formação de elites nativas.” (MATTOS, 1985, p. 1).

Para Lima (2007, p. 126-127), se a educação superior no Brasil nasce como privilégio social, cuja *democratização* começava e terminava na burguesia,

[...] com o desenvolvimento do capitalismo monopolista a ampliação do acesso à educação passou a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de trabalho para o entendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva.

Estes elementos de controle social e formação de elites nativas indicam a possibilidade de configuração de um *colonialismo educacional* (FERNANDES, 1975b, p. 80), isto é, a permanência de um padrão dependente de educação superior, que “[...] seria historicamente confrontado pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pela burguesia e pela democratização interna das universidades.” (LIMA, 2007, p.127).

É nesse contexto de colonialismo educacional versus a pressão exercida pelos atores acima citados no que concerne à democratização e luta pela autonomia da universidade pública que discutimos a organização da universidade pública no Brasil.

### **2.1. Reforma Rivadávia Correa (1911): a autonomia na forma legal**

Em 5 de abril de 1911, o Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, promulgou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, pelo decreto nº 8659, conhecida como a Reforma Rivadávia Correa, que concedia autonomia didática, administrativa e financeira aos institutos de ensino superior.

A autonomia didática era relativa, na medida em que o diretor da instituição deveria enviar ao Conselho Superior do Ensino um relatório anual circunstanciado sobre o desenvolvimento do ensino, cabendo a este órgão promover reformas e melhoramentos que achasse necessários (DAL RI, 1997, p. 39).

A autonomia administrativa era restrita, pois embora as instituições pudessem elaborar e aprovar estatutos e regimentos, o corpo docente era nomeado pelo Governo, com base em proposta da Congregação – órgão colegiado das instituições. A admissão do pessoal administrativo ficava a cargo do diretor, mas sua função estava totalmente explicitada em lei. Entretanto, a autonomia administrativa incentivava a autonomia financeira, pois as instituições poderiam cobrar taxas dos estudantes (RANIERI, 1994, p. 70).

Para Dal Ri (1997, p. 39) “[...] o cerne de toda a questão relativa à autonomia das instituições mantidas pelo Estado se resumia no seguinte: sem independência

financeira não haveria efetiva autonomia”. As instituições que não precisassem de subsídio do governo ficariam isentas de fiscalização (RANIERI, 1994, p. 70).

Nesse sentido, a autonomia financeira provocou reações desfavoráveis, como a de diretores que afirmavam que essa medida exonerava o Estado de sua responsabilidade no funcionamento e na organização das instituições (RANIERI, 1994, p. 71)

Entretanto, foi a primeira vez que se organizou um Conselho Superior do Ensino. Este Conselho foi composto por diretores dos institutos superiores federais e do Colégio Pedro II, e de um docente de cada um dos estabelecimentos, eleitos pelas respectivas congregações. Além disso, nas instituições, os diretores das faculdades passaram a ser eleitos pela Congregação (RANIERI, 1994, p. 70-71).

A autonomia na forma legal, segundo Ranieri (1994, p. 68) “[...] foi mais uma resposta positiva do governo ao movimento de contenção de matrículas nas faculdades, do que, propriamente, o reconhecimento de sua importância no que concerne ao desempenho das atividades acadêmicas”. Isso porque alimentado pela política vigente, pela crescente demanda escolar e por determinações ideológicas de cunho liberal e positivista, que clamavam pelo ensino livre e contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas, o ensino superior expandiu-se desordenadamente. Paralelamente desenvolveu-se forte crítica à qualidade do ensino que era considerada *medíocre* por facilitar a entrada e a aprovação de *qualquer tipo* de estudante nas faculdades. Portanto, se por um lado apoiava a desoficialização do ensino, de outro pretendia conter a invasão de alunos considerados *inabilitados* nas faculdades (RANIERI, 1994, p. 67). Para Cunha (2007a, p. 117) essa medida “[...] seria a recondução da escola, especificamente a superior, ao desempenho da sua função social/cultural, a serviço das classes dominantes, comprometida pela facilitação do acesso aos seus cursos de alunos sem o preparo tido como adequado”.

De qualquer modo, é a primeira vez que se trata da autonomia das instituições de ensino superior em documento legal brasileiro.

## **2.2. Reforma Carlos Maximiliano (1915): o cerceamento da autonomia e a criação da Primeira Universidade**

Em 1915, no Governo Federal de Venceslau Brás, os ensinos secundário e superior foram novamente reformados pelo decreto n. 11.530, conhecido por Reforma

Carlos Maximiliano. As mudanças foram desastrosas para o princípio da autonomia universitária no país. A única parcela real de autonomia era a dos professores catedráticos, a quem cabia a regência efetiva das correspondentes cadeiras (RANIERI, 1994, p. 73).

Segundo Dal Ri (1997, p. 40; RANIERI, 1994, p. 72-74) as principais modificações para as instituições de ensino superior foram:

- a) O Conselho Superior de Ensino fora investido agora de órgão fiscalizador permanente de todos os institutos oficiais;
- b) O orçamento elaborado pela Congregação deveria ser aprovado pelo Conselho e homologado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e as verbas deveriam ser aplicadas ao fim a que se destinavam;
- c) O regimento interno elaborado pela Congregação deveria ser aprovado pelo Conselho e este poderia alterar os pontos que estivessem em desacordo com as disposições legais; as emendas só seriam permitidas a cada dois anos e caberia o mesmo procedimento acima citado;
- d) A aprovação dos programas dos professores catedráticos era de competência da Congregação, bem como a distribuição das matérias; cabia ao Conselho aprovar a seriação das matérias;
- e) A grande prerrogativa perdida pelos institutos foi o direito de eleger seus dirigentes; os diretores passaram a ser nomeados livremente pelo Presidente da República.

No bojo dessa Reforma, em 1920, é criada a Universidade do Rio de Janeiro. Sua organização se deu mediante um Conselho Universitário composto por dez membros: “[...] além do reitor, os diretores das três unidades e seis professores catedráticos, dois de cada congregação, eleitos por seus pares” (CUNHA, 2007a, p. 190). Além disso, seu reitor agora seria o presidente do Conselho Superior do Ensino (RANIERI, 1994, p. 74).

Entretanto, a criação da Universidade do Rio de Janeiro foi a agremiação de três faculdades, sob uma direção comum, e isto não satisfez muitos educadores. Surgiram constantes críticas que a partir de 1925 começaram a se expressar de modo organizado, o que será abordado nos próximos itens (CUNHA, 2007a, p. 198).

### **2.3. Reforma Rocha Vaz (1925): regulamentação e controle das Universidades**

No Governo Federal de Artur Bernardes foi realizada a última reforma do ensino superior na Primeira República, denominada Reforma Rocha Vaz, pelo decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 (RANIERI, 1994, p. 75).

Essa Reforma visava reforçar o controle do governo federal sobre o aparato escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que provocaram o Golpe de 1930, para, dessa forma, impedir a entrada da política e da ideologia não oficiais no ensino superior (RANIERI, 1994, p. 75; DAL RI, 1997, p. 41).

Foi criado o Departamento Nacional de Ensino diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ao seu diretor geral, nomeado livremente pelo Presidente da República, subordinavam-se os diretores dos institutos e os reitores das universidades (RANIERI, 1994, p. 75).

Sob o aspecto da autonomia administrativa, introduziu-se a fixação de um limite anual para a matrícula no primeiro ano do curso (RANIERI, 1994, p. 76).

Para Cunha (2007a, p. 167)

Além da função de produzir (em parte) e dissimular a discriminação social, o ensino, em particular o ensino superior, é o processo de produzir agentes dotados do saber dominante, em diversos campos, capazes de produzir e reproduzir as práticas que correspondem aos interesses (materiais e ideológicos) das classes dominantes. Daí os privilégios ocupacionais. Mas, para que esses agentes sejam capazes de produzir e reproduzir aquelas práticas, é necessário que o ensino seja eficaz. Não só que seja capaz de selecionar os destinatários dotados da formação prévia que assegure um aprendizado satisfatório, mas também, e principalmente, que o ensino seja capaz de produzir nos destinatários as transformações esperadas.

Em 1927 é fundada a Universidade de Minas Gerais nos moldes da Universidade do Rio de Janeiro. O Governo Federal procurando controlar a criação e organização das universidades nos estados institui o decreto n. 5.616, de 28 de dezembro de 1928, e uma regulamentação em abril de 1929, os quais prescreviam que as universidades criadas nos estados gozariam de perfeita autonomia administrativa, econômica e didática. Entretanto, prescreviam que as admissões dos estudantes deveriam seguir os moldes federais; a fiscalização seria feita pelo Departamento Nacional de Ensino e estabeleciam marcos limitadores para a multiplicação de universidades (CUNHA, 2007a, p. 191).

#### **2.4. Da Reforma Francisco Campos e o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) à discussão em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: fortalecimento do controle do Estado sobre as Universidades**

Somente a partir de 1930, quando Getúlio Vargas é nomeado Presidente da República no Governo Provisório, é que foram processadas reformas de cunho nacional, tratando de forma mais aprofundada os temas educacionais. Segundo Brito (2006, p.12)

[...] o período que vai dos anos 30 aos anos 60 foi importante tanto para a consolidação do capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino.

Assim, de 1930 a 1945 é o período marcado pela atuação, no campo político, do Governo Provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime, que possuía como meta promover rompimento com a velha ordem social oligárquica e desenvolver definitivamente o capitalismo no país; a atuação do Governo no setor econômico para sair da crise de superprodução do café; e na área educacional pelas Reformas de Francisco Campos, paralelamente à luta ideológica irrompida entre pioneiros e conservadores (ROMANELLI, 1985, p. 128).

No âmbito da Reforma Francisco Campos, implementada por seis decretos nos anos de 1931 e 1932, os decretos de nº 19.851/31 e nº 19.852/31 dispuseram acerca da organização do ensino superior e adoção do regime universitário e sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, respectivamente. (LIMA, 2003, p.19).

Pelo decreto 19.851/31 foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras. Para Dal Ri (1997, p. 43) as principais questões colocadas no Estatuto foram:

- a) Os estatutos das universidades deviam ser aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, assim como suas modificações, ou ouvindo-se ainda o recém-criado Conselho Nacional de Educação.
- b) As Universidades, por meio dos Conselhos Universitários, deveriam elaborar uma lista com três nomes docentes para que o Ministro da Educação escolhesse o reitor. Enquanto os diretores seriam indicados pelos seus respectivos governos pelo mesmo mecanismo.
- c) Os Conselhos Universitários, presididos pelo reitor, seriam compostos pelos diretores dos institutos, um representante dos livres-docentes, um da Associação dos Diplomados (ex-alunos) e um do Diretório Central dos Estudantes.

- d) Cada Instituto das universidades deveria ter um Conselho Técnico-Administrativo, seu órgão deliberativo, composto por professores catedráticos em exercício na instituição, escolhidos diretamente pelo ministro da educação.
- e) Ao Conselho Técnico-Administrativo foi transferida a maioria das atribuições até então exercida pela Congregação.

Com relação à organização estudantil, o Estatuto das Universidades Brasileiras colocava a criação de diretórios dos estudantes em cada Instituto, constituído por no mínimo nove estudantes. Entretanto, deixava a aprovação de seu estatuto ao cargo do Conselho Técnico-Administrativo, assim como as modificações que estes julgassem necessárias. Ainda previa a organização de comissões permanentes desde que descritas em seus estatutos, mas era obrigatória a criação da comissão de beneficência e previdência, da comissão científica e da comissão social. Para a autonomia de gestão financeira das entidades estudantis, era reservada uma quota das taxas de admissão dos novos estudantes. O Decreto previa ainda a criação do Diretório Central dos Estudantes, composto de dois estudantes de cada diretório dos institutos. O estatuto do Diretório Central dos Estudantes deveria ser elaborado juntamente com o Reitor e aprovado pelo Conselho Universitário (BRASIL, 1931).

De acordo com Ranieri (1994, p. 79) “[...] os limites estabelecidos no estatuto foram estreitos demais para que realmente se manifestasse a autonomia universitária”.

Nesse sentido, o próprio Francisco Campos explicitou sua preferência pela orientação prudente e segura da autonomia relativa, pois a autonomia integral requeria espírito universitário amadurecido, experiente e dotado de seguro sentido de direção e responsabilidade. Essa suposição era similar àquela que a ideologia autoritária tinha a respeito do povo como incapaz de dirigir-se, necessitando assim de elites dirigentes que lhe apontassem o caminho (DAL RI, 1997, p. 44).

Em 1933, por meio do Decreto 22.579 o Estado reafirmou sua interferência sobre as universidades estaduais e as livres<sup>6</sup> já sujeitas à fiscalização: atribuiu ao ministro da Educação e Saúde Pública a aprovação de seus estatutos e regime didático e escolar, bem como suas modificações, e revogou a possibilidade de lista tríplice na escolha de dirigentes, passando a ser de livre escolha do Presidente (DAL RI, 1997, p. 45).

---

<sup>6</sup> Universidades não mantidas pelo Estado.

O Decreto nº 6283/34 institucionalizou a criação da Universidade de São Paulo (USP) sob um regime menos rígido do que o determinado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. Por meio de suas disposições, instituiu à universidade personalidade jurídica e autonomia científica, didática e administrativa, nos limites expostos no decreto, e a possibilidade de completa autonomia financeira, caso tivesse um patrimônio com renda suficiente para se manter. Enquanto o Estado mantivesse a universidade haveria um representante seu no Conselho Universitário (RANEIRI, 1994, p. 83).

Entretanto, quando os Estatutos da USP foram aprovados, o Decreto n. 39, assinado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, introduziu modificações significativas: não mais permitia sua auto-regulamentação e muito menos a escolha indireta de seus dirigentes. Portanto, a autonomia na prática voltava a ser bastante limitada (DAL RI, 1997, p. 46; RANIERI, 1994, p. 85).

Para Brito (2006, p. 13), outro marco importante no período do governo provisório foi a Constituição de 1934.

Esta, além de reafirmar alguns princípios anteriormente expostos — como a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação, que foi confirmado em sua função de traçar um Plano Nacional de Educação para o País, a ser aprovado pelo Poder Legislativo — determinou aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. Para a organização e manutenção de suas escolas, estados e municípios deveriam investir 10,0% de seus tributos, enquanto ao governo federal caberia o investimento de 20,0% deste mesmo tipo de receita.

O período que se seguiu marcou outra etapa da história brasileira, com o advento do Estado Novo de 1937 a 1945, quando o Ministério da Educação e Saúde já era ocupado por Gustavo Capanema, desde 1934. “Refletindo as adequações necessárias à nova fase atravessada desde então pelo país, abriu-se um novo conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema” (BRITO, 2006, p. 14).

Quanto ao ensino superior, a preocupação fundamental do Estado Novo foi o fortalecimento do regime universitário, acoplado à fiscalização do governo federal sobre estas instituições. Assim, o Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, estabelecia o controle federal sobre o processo de abertura de cursos superiores, bem como a fiscalização das instituições já existentes, principalmente quando de sua equiparação às instituições federais. (BRITO, 2006, p. 18).

A Lei n. 452 de 1937 transforma a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, que se torna o padrão do ensino superior no país,

desconsiderando a autonomia enquanto condição inerente à existência de qualquer universidade (RANIERI, 1994, p. 86-87).

A USP foi subordinada à Interventoria Federal, pelo decreto-lei n.13.855 de 1944, tornando-se uma autarquia sob tutela administrativa do governo do Estado e sob controle financeiro da Secretaria da Fazenda (RANIERI, 1994, p. 87).

Nesse período foi criada, em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Fruto do Congresso Nacional dos Estudantes, a UNE foi resultado da tentativa de cooptação pelo Estado dos opositores ao autoritarismo. Entretanto, a UNE caracterizou-se por orientações democráticas, conseguindo razoável espaço político, mesmo nesse período<sup>7</sup> (CUNHA, 2007a, p. 206).

Para Cruz (2006, p. 1),

No plano nacional, os anos 40 foram marcados pelo fim da ditadura Vargas, o que levou a redemocratização institucional do País, sobretudo, com a realização das eleições em que o General Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD/PTB foi eleito Presidente da República. A partir das prioridades estabelecidas pelo seu governo, a política econômica brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano do pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, os resultados apresentados pela missão ABBINK (Comissão Técnica Mista Brasil/Estados Unidos) indicam que para o Brasil aquecer a sua economia e elevar o nível de produção seria necessário formular uma política que objetivasse a contenção do nível de inflação e primasse pelo desenvolvimento da indústria petrolífera.

Na área educacional “O Governo Provisório restitui à Universidade do Brasil, de forma falaciosa, a limitada autonomia perdida durante o Estado Novo” (RANIERI, 1994, p. 87). Desse modo, a autonomia administrativa, didática e disciplinar, prevista no art. 9º do Decreto n. 19.851, de 1931, ganhou maior dimensão institucional com o Decreto-lei n. 8.389/45, que incluiu especificamente à Universidade do Brasil a autonomia financeira.

“Outra inovação em destaque foi a criação da Assembleia Universitária, cuja composição se faria com a participação dos três segmentos internos (corpos docente, discente e técnico-administrativo)” (LIMA, 2003, p.19).

Além disso, os dirigentes voltariam a ser escolhidos pelo Governo do Estado por lista tríplice feita pelos colegiados universitários (RANIERI, 1994, p. 88).

Em contrapartida, o decreto-lei n. 8.393/45 instituiu o Conselho de Curadores, colegiado que esvazia o poder decisório do Conselho Universitário com relação ao controle e normatização econômico-financeira da instituição (RANIERI, 1994, p. 88).

---

<sup>7</sup> A discussão mais aprofundada sobre a atuação da UNE será feita no capítulo III.

As legislações federais sobre o ensino superior editadas entre 1931 e início da década de 1960 caracterizaram-se pelo detalhismo normativo.

As normas, no geral, são prescritivas, despidas de qualquer conteúdo autônomo em termos de oferecimento de critérios decisórios às universidades, assegurando o forte controle do Estado sobre as universidades, exercendo diretamente pelo ministro da Educação ou indiretamente pelo Conselho Nacional da Educação, este último sobrecarregado de consultas casuísticas à vista do rígido sistema estabelecido. (RANIERI, 1994, p.87).

A divisão de encargos entre sistema federal e sistema estadual de ensino, preconizada em 1934 e suprimida em 1937, retorna na Constituição de 1946, mas reserva à União a competência de legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que serão aprovadas apenas em 1961, após longa tramitação no Executivo e no Legislativo. Durante o período de expectativa da nova lei, o sistema universitário expandiu-se e multiplicou-se. Entretanto, a criação de novas universidades continuou a reproduzir o antigo propósito de se credenciarem recursos humanos para a constituição da elite nacional (RANIERI, 1994, p. 88-89).

## **2.5. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 4.024/61: disputa entre a liberdade de ensino e a defesa da escola pública**

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, foi aprovada em 1961 no Governo de João Goulart. Entretanto, seu primeiro anteprojeto foi elaborado em 1948.

O Ministro da Educação, Clemente Mariani, nomeado em 1947, no Governo Dutra, encaminhou o primeiro anteprojeto da LDBEN em 1948 ao presidente da República. O projeto previa a educação como direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita. Caberia às escolas particulares admitir estudantes gratuitamente ou com pagamento reduzido. O sistema educacional seria descentralizado, cabendo aos estados organizar conselhos locais de educação (CUNHA, 2007b, p. 94).

Os dispositivos relativos ao ensino superior procuravam mudar a rigidez do Estatuto das Universidades de 1931. A autonomia universitária, em termos didáticos, administrativos e financeiros, era um dos pontos importantes do documento.

A autonomia didática consistia na capacidade de fixar os currículos, os programas, os métodos de ensino, os processos e as épocas de avaliação antes prescritas minuciosamente por normas federais, completada pela liberdade de

cátedra. Os processos de concurso de cátedra passariam a ser completamente internos às universidades, não cabendo sequer recurso ao Ministério da Educação. A autonomia administrativa permitiria a elaboração de estatutos e regimentos, sem a interferência do ministério. A autonomia financeira implicaria em grande flexibilidade no uso das verbas e na feitura dos orçamentos. (CUNHA, 2007b, p. 96).

Apesar da flexibilização das universidades em relação ao Estado, ainda se manteria o Conselho Nacional de Educação com o poder de aprovar ou vetar seus estatutos, reconhecer ou não seus cursos e, em decorrência, conceder ou não os privilégios pretendidos pelos diplomados (CUNHA, 2007b, p. 97).

Com relação à participação estudantil, não se previa o presidente do Diretório Central dos Estudantes tendo voz e voto no Conselho Universitário, como no Estatuto de 1931, mas a presença de um representante dos estudantes. Ainda, eram vedadas manifestações de caráter político-partidário nas escolas (CUNHA, 2007b, p. 98-99).

O anteprojeto sofreu fortes ataques, principalmente dos defensores da política educacional do Estado Novo e dos dirigentes das instituições privadas. O parecer do deputado Gustavo Capanema foi suficiente para travar o andamento do anteprojeto por vários anos. Seu principal argumento foi de que a centralização do poder na educação era princípio da unidade nacional. Para os dirigentes das instituições privadas, suas críticas visavam a liberdade de ensino, aumento do setor privado e distribuição de recursos públicos para a iniciativa privada (CUNHA, 2007b, p. 99-100).

A questão da LDBEN foi retomada na segunda metade da década de 1950, agora com uma oposição clara entre os defensores da *escola pública* e os da *liberdade de ensino*, leia-se ensino privado.

Os educadores liberais, inseridos na burocracia do Estado, defendiam o anteprojeto de 1948, que visava a escola pública como propulsora do progresso e propiciadora da redistribuição dos indivíduos pela escala social. O resultado foi o apoio dos estudantes e intelectuais de esquerda que visavam aliar o proletariado à burguesia industrial contra o latifúndio e o imperialismo. Isso acabou trazendo para a defesa do privatismo setores indecisos que viram os liberais como extremistas<sup>8</sup> (CUNHA, 2007b, p. 103).

Em 1958, Carlos Lacerda e Perilo Texeira apresentaram um substitutivo ao projeto de LDBEN, seguido de um novo substitutivo três meses depois. Os substitutivos

---

<sup>8</sup> Para Cunha (2007b, p. 105) o fato de o liberalismo ser uma doutrina propiciadora de múltiplos arranjos ideológicos, faz com que a burguesia não seja uma classe homogênea. Quando uma fração torna-se dominante no âmbito da classe, procura assegurar a posição conquistada através de determinado tipo de formação escolar imposta às demais frações.

tratavam pouco do ensino superior. Em se tratando da autonomia, estendiam-na ao máximo e restringiam o poder do Conselho Nacional de Educação ao seu reconhecimento, fazendo-o julgar os pedidos a partir das recomendações das universidades (CUNHA, 2007b, p. 104).

Os defensores da escola pública se organizaram intensamente em congressos e manifestações e publicaram artigos e editoriais em jornais e revistas. A Campanha em Defesa da Escola Pública teve grande adesão dos movimentos sociais e ampla discussão com a sociedade. Entretanto, a correlação de forças políticas no interior do Congresso foi favorável aos defensores privatistas. O substitutivo lançado três meses depois do substitutivo Lacerda, que conciliou os aspectos técnico-pedagógicos do projeto de 1948 e os dispositivos privatistas, foi aprovado na Câmara e no Senado com modificações na forma, todavia mantendo suas principais orientações. Empossado na Presidência em 1961, João Goulart sancionou a primeira LDBEN (CUNHA, 2007b, p. 106-111). Repudiando o conteúdo da Lei, a UNE (1962a, p.11 apud CUNHA, 2007b, p. 111) afirmou em suas resoluções do Conselho

A UNE não pode esconder a sua decepção diante do sancionamento da atual Lei de Diretrizes e Bases, ainda privatista no seu estilo e forma, e por isso lesiva aos interesses populares que só poderão ser atendidos pela Escola Pública, gratuita e democrática. Sua Diretoria, no entanto, envidou esforços para manter contatos com o Presidente da República para expor suas posições e expressar seu veto total a determinados itens do projeto. Não sendo atendida pelo Presidente no dia 19 de dezembro, a UNE não pode expressar seu ponto de vista e, assim, viu sancionada no dia 20 do mesmo mês a atual lei, que repudiamos pelos motivos acima expostos. A UNE no entanto continuará na luta pela democratização do ensino, pela Reforma Universitária e pela Escola Pública.

As principais questões colocadas para o ensino superior na redação final da LDBEN, que dizem respeito ao tema tratado neste trabalho são, de acordo com Dal Ri (1997, p. 49-50), Ranieri (1994, p. 89-92) e Cunha (2007b, p. 93-125):

- a) O Conselho Federal de Educação, criado em substituição ao Conselho Nacional de Educação, teria 24 membros com mandato de seis anos nomeados pelo Presidente da República. Os estados deveriam organizar seus próprios sistemas de educação, tendencialmente voltados para o ensino fundamental e médio. Os estabelecimentos particulares deveriam ter representação nos conselhos estaduais e federal.
- b) O poder normativo e de controle do Conselho Federal de Educação foi fortalecido por meio do poder de aprovar o funcionamento de escolas isoladas públicas ou privadas, a credenciar ou não as universidades e outras instituições

de ensino superior mediante a aprovação de seus estatutos, assim como designar-lhes interventores.

- c) A cátedra foi sutilmente mantida, por meio do veto do presidente a todos os artigos relacionados ao seu processo de escolha e seleção, alegando ser matéria de regimento interno de cada universidade. O poder de decidir sobre a manutenção ou não deste sistema foi colocado, assim, exatamente nas mãos dos beneficiários da estrutura vigente. A menção aos catedráticos aparece no artigo que afirma que o diretor das instituições será escolhido dentre uma lista tríplice composta por três catedráticos.
- d) Reconheceu-se o direito dos estudantes participarem da gestão das universidades e das escolas isoladas, integrando seus Conselhos Universitários, Congregações e Conselhos Departamentais. Entretanto, não fora especificada a proporção dessa representação, pois foi considerado como assunto de competência interna de cada universidade<sup>9</sup>.
- e) As universidades gozariam de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, na forma de seus estatutos. No entanto, os parágrafos de sua redação original os quais discriminavam o âmbito dessa autonomia foram vetados pelo presidente da República.
- f) A tutela legal do Poder Central para as universidades federais, no que se refere à proposta orçamentária e à prestação de contas, ambas anuais, traduzia-se em interferências em matéria financeira e de pessoal. Apesar das previsões contidas na LDBEN, as universidades federais não possuíam, por exemplo, competência para admitir os servidores de que necessitavam, nem para autorizar o afastamento de professores e funcionários, para realização de cursos ou estágios no exterior. Essa situação atingia o próprio governo, pois as universidades não tinham agilidade suficiente para cumprir regularmente as tarefas indispensáveis ao seu normal funcionamento.

A LDBEN/61 buscou definir o espaço das universidades, bem como o poder de interferência do Estado na esfera administrativa dessas instituições. Ao mesmo tempo, em dezembro de 1961, a lei 3.998 e o decreto 500, de 1962, criaram a Universidade de Brasília. Nascida para ser a mais moderna universidade brasileira, que buscava definir

---

<sup>9</sup> Em 1962, os estudantes, encabeçados pela UNE, organizaram uma greve geral no país pela participação dos estudantes na gestão da universidade conhecida como *greve de 1/3*, que será discutida no capítulo III.

os problemas e as soluções nos quadros ideológicos do nacionalismo desenvolvimentista, esta universidade apresentou o mais avançado quadro de participação estudantil e autonomia universitária nos limites colocados pela legislação em vigor. Conforme Cunha (2007b, p.142 -148):

- a) A universidade não teria professores catedráticos, mas apenas professores contratados pela legislação trabalhista.
- b) O poder formal se distribuía de modo bastante diferentes das demais instituições, pois estava dividido em órgãos normativos, de coordenação e de direção.
- c) Os estudantes ocupavam mais espaços, devido à multiplicação de órgãos colegiados.
- d) A câmara dos delegados estudantis, formada pelos representantes junto às congregações, tinha o poder inédito de convocar o conselho universitário para o exame de questões do seu interesse. Todavia, a proporcionalidade dos estudantes nestes órgãos era insuficiente para que chegasse a alterar as decisões. Além disso, assim como nas demais universidades, os estatutos das entidades estudantis deveriam ser aprovados pelo conselho universitário.

A Universidade de Brasília,

[...] aparentemente correspondia às demandas dos professores/pesquisadores de modernizarem suas condições de trabalho, conforme o paradigma norte-americano, mas resguardando-se do arbítrio governamental, cuja memória, do tempo do Estado Novo, permanecia viva para muitos. (CUNHA, 2007b, p. 148).

A despeito da previsão legal, a autonomia universitária foi sendo gradualmente limitada já desde os primeiros anos de vigência da LDBEN. Porém, “O golpe militar deflagrado em 1964, que instaurou uma ditadura no País durante 21 anos, viria arrefecer esse processo, muito embora o Governo federal promovesse uma nova política para o ensino superior em 1968, por meio da Lei nº 5.540” (LIMA, 2003, p.19-20).

A legislação ordinária, submetida teoricamente à LDBEN, como os decretos-lei n. 228, de 1967 e o n. 477, de 1969, alçavam sobre todos os estabelecimentos de ensino superior do país, com caráter padronizante visando seu controle sociopolítico. A Constituição Federal de 1967 e a emenda n.1 de 1969 garantiram a fundamentação legal para essa política (RANIERI, 1994, p. 93).

## 2.6. Do Golpe de 1964 à abertura política no país: a Lei n. 5.540/68 e a legislação autoritária como modernização das universidades

O Golpe militar de 1964 deve ser compreendido na configuração das políticas internacionais desenvolvidas pelos dois grandes blocos geopolíticos formados após a segunda guerra mundial, ou seja, os países capitalistas no ocidente e os países do bloco soviético ou socialistas no oriente.

Estava em curso a denominada guerra fria. Para Vieitez e Dal Ri (2011, p. 5-6).

A URSS, em particular, se tornara uma antagonista real no campo da geopolítica e da luta de classes em âmbito mundial, e as classes proprietárias temiam que o movimento de massas pudesse ser contagiado pelo comunismo. Ainda, havia a tradição política brasileira. Todas as grandes mudanças ocorridas no Brasil, tais como a independência, a instauração oficial do capitalismo com a abolição da escravatura, a proclamação da República, o Estado Novo e a Segunda República foram instauradas pelo alto, com pouco ou nenhum concurso dos trabalhadores. [...] contudo, os trabalhadores entraram em cena como protagonistas, e isto por si só era uma situação execrável para a classe dominante habituada com o exercício monolítico do poder. Portanto, no intercruzamento dos poderes dominantes nacionais e imperiais, a *salvação* das classes dominantes foi encontrada no *big stick*, como diziam os americanos, isto é, o golpe de estado e a reconversão da guerra fria em *guerra civil* contra os trabalhadores do país.

De acordo com Sader (1990, p. 15) “[...] o comando subversivo residiria na URSS, ou em Cuba, ou na China, e seus instrumentos internos seriam as forças de esquerda, os sindicatos, o governo de Jango e todas as forças populares.” Dessa forma, com a argumentação de moralização da política brasileira, bem como do afastamento do *perigo comunista* e do progresso econômico, os militares, apoiados pela burguesia, assumiram o governo do país (MAGALHÃES, 1998, p. 57).

Além disso,

[...] o sentimento de monopólio do patriotismo e da honestidade que os militares brasileiros atribuíam a si próprios, desde os primeiros tempos da República, era reforçado pela ação do imperialismo norte-americano, cooptando as Forças Armadas dos países latino-americanos, para que elas não deixassem de apoiar seus interesses em escala mundial e no interior dos seus próprios países. Segundo, da aliança dos militares com os capitalistas brasileiros e estrangeiros, bem como de setores da burocracia governamental, empenhados em usar as Forças Armadas para implantar as reformas econômicas que propiciassem o desenvolvimento associado com o capitalismo internacional, ao contrário das pretensões autonomistas das forças políticas que apoiavam o governo deposto. (CUNHA, 2007c, p. 28).

Nos primeiros anos do golpe não foram instituídas novas legislações para a educação superior que visassem um novo projeto educacional. Foi pelas ações repressivas e decretos específicos que se iniciou a *modernização* das universidades.

O primeiro ato foi no dia 31 de março de 1964, em Minas Gerais, quando dirigentes sindicais e estudantes foram presos. “A repressão às atividades e às pessoas suspeitas de subversão começou com os primeiros movimentos das tropas golpistas” (CUNHA, 2007c, p. 25). A sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada e, em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie perseguiram os *comunistas* nas universidades vizinhas, como a USP, com armas de fogo.

Ao mesmo tempo em que centenas de intelectuais, professores, cientistas, técnicos e artistas brasileiros deixavam o país por causa da perseguição política, da falta de condições de trabalho ou de ambas as coisas, milhares de consultores norte-americanos aqui desembarcavam como agentes do desenvolvimento e da modernização. (CUNHA, 2007c, p. 29).

O desenvolvimento e a modernização das universidades foram tentativas, de acordo com Cunha (2007c, p. 22), de subordinar a universidade à empresa capitalista. Não a imediata e visível subordinação financeira e administrativa, mas, mais intensamente, a hegemonia que as práticas do americanismo, próprias da grande indústria, passaram a ter nas universidades brasileiras, isto é, a organização e a avaliação da universidade em função da produtividade, da organização racional do trabalho e das linhas de comando, conceitos essenciais de Frederick Taylor e de Henri Fayol. Entretanto, nesse movimento, as forças atuantes nas universidades sempre lutaram contra essa aplicação, pelo fortalecimento e ampliação da autonomia e dos órgãos colegiados.

A Lei n. 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, regulou a representação estudantil. Instituiu-se a obrigatoriedade do voto dos estudantes em suas entidades, e quem não votasse seria impedido de prestar exames. Não era permitida a candidatura de estudantes do primeiro ano, repetentes, dependentes ou em regime parcelado. Haveria um Diretório Estadual de Estudantes por estado e um Diretório Nacional de Estudantes, constituído por um representante de cada Diretório Estadual. O Diretório Nacional só poderia se reunir em Brasília nas férias para debates de caráter técnico. Não satisfeito, o governo baixou o decreto 55.057 de 24 de novembro de 1964 pelo qual as verbas governamentais recebidas pelos DAs e DCEs, só poderiam ser gastas mediante planos de aplicação aprovados pelas congregações ou conselhos universitários, devidamente encaminhados ao MEC. Para as faculdades e universidades não federais, o Ministério teria o poder de aprová-los ou reprová-los. Cinco meses depois, foi baixado um decreto que marcava as eleições das diretorias estudantis, 16 de agosto de 1965 para os Diretórios Acadêmicos e 30 de agosto do mesmo ano para os

Diretórios Estaduais. Os dirigentes das universidades seriam os responsáveis pelo cumprimento desse decreto ou seriam destituídos (CUNHA, 2007c, p. 58-59).

Houve lutas dos estudantes contra a Lei Suplicy, além de plebiscito realizado pela UNE. Os estudantes repudiaram a legislação que bloqueava seu movimento, restringindo a autonomia das entidades estudantis<sup>10</sup>. No início de 1967, com a ascensão do movimento estudantil, a Lei Suplicy foi revogada pelo Decreto-lei 228, conhecido como Decreto Aragão. Com o objetivo de evitar possíveis rearticulações, o decreto extinguiu as entidades de âmbito estadual e nacional. Também modificou a punição para quem não votasse, para 30 dias de suspensão. Com isso, muitos estudantes boicotaram essas entidades e formaram *diretórios livres*, não reconhecidos pelas direções universitárias ou criaram *centros acadêmicos* (CUNHA, 2007c, p. 59-60).

Os decretos de 1967 sobre a organização das entidades estudantis eliminaram a entidade nacional, a UNE, mediante determinação de que a representação discente se limitaria ao âmbito exclusivo de cada universidade. Deste modo, foram mantidos os Diretórios Acadêmicos para cada unidade e Diretórios Centrais de Estudantes para cada universidade. O primeiro seria eleito por voto direto e o segundo por eleição indireta. Ainda, era vedada às entidades qualquer ação, manifestação ou propaganda político-partidária, bem como iniciar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares, com pena de suspensão ou dissolução da entidade (ROMANELLI, 1985, p. 217-218).

Todavia, ao mesmo tempo, um processo mais poderoso se desenvolvia: a revisão do Plano Nacional de Educação, em 1965, que destinou 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para financiar a educação superior privada. Esse incentivo financeiro e a contenção do crescimento da educação superior pública abriram amplas possibilidades para o desenvolvimento do setor privado. Verbas tradicionalmente aplicadas no ensino médio, recém-investidos em cursinhos e em outros setores transferiram-se para a exploração do promissor mercado da educação superior. A complacência do Conselho Federal de Educação em permitir que faculdades particulares funcionassem sem condições adequadas em termos de instalações, bibliotecas, laboratórios e, principalmente, professores propiciou a multiplicação do ensino superior privado (CUNHA, 2007c, p. 291). Assim, configurou-se o início da política de privatização da educação superior no país.

---

<sup>10</sup> A discussão sobre a participação estudantil nessa época será abordada em profundidade no capítulo 3.

Essa foi a essência dos decretos baixados durante os primeiros anos do Golpe militar. Todavia, a grande reformulação do ensino superior ocorreu a partir de 1968. Quando a reforma universitária entrou na pauta política como uma importante *reforma de base* ou *reforma de estrutura* reivindicada pelos movimentos sociais, Fernandes (1975a, p. 21) afirmou que a classe dominante tomou para si a condução do processo que ele denominou *reforma universitária consentida*, pois “[...] ao tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a a sua feição” (FERNANDES, 1975b, p. 167).

A reforma universitária de 1968 concentrou-se em três ações fundamentais:

A primeira foi preparar uma reforma universitária que era uma anti-reforma, na qual um dos elementos atacados foram os estudantes, os jovens, os professores críticos e militantes. [...] Além disso, a ditadura usou um outro truque: o de inundar a universidade. Simulando democratizar as oportunidades educacionais no nível do ensino de terceiro grau, ela ampliou as vagas no ensino superior, para sufocar a rebeldia dos jovens, e expandir a rede do ensino particular [...] Por fim, um terceiro elemento negativo foi introduzido na universidade: a concepção de que o ensino é uma mercadoria. O estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso. Essa idéia germinou com os acordos MEC-USAID, com os quais se pretendia estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado. (FERNANDES, 1989, p.106).

O resultado da *reforma universitária consentida* foi a Lei n 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e representou a consolidação da reforma iniciada após 1964. Com relação à autonomia, previu-se para as universidades autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira; a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; a organização da universidade com estatutos e regimentos submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente; a escolha do reitor e vice-reitor das universidades públicas realizada por meio de lista sêxtupla elaborada por um colégio eleitoral, constituído pelo Conselho Universitário e órgãos colegiados máximos de ensino, pesquisa e extensão (DAL RI, 1997, p. 51-52)<sup>11</sup>.

O Ato Institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968 e o decreto-lei n.477 de fevereiro de 1969 limitaram a autonomia universitária prevista na Lei n. 5.540 (RANIERI, 1994, p. 95). Ainda, a manutenção da exigência de constituição sob forma autárquica ou fundacional, prevista desde a lei n. 4.024/61, previa, principalmente para as universidades federais,

---

<sup>11</sup> No capítulo III aprofundaremos a discussão sobre a participação dos estudantes no movimento contra a ditadura, na questão da reforma universitária e na denúncia dos acordos MEC-USAID.

[...] a não participação direta no orçamento da União, que, portanto fica desobrigada da previsão de dotação anual para as fundações; sobrevivência por conta de seus insuficientes recursos próprios, contando com a participação de pelo menos, um terço de recursos privados na constituição do patrimônio; recebimento eventual de auxílio financeiro da União; supervisão ministerial no que respeita à execução de orçamento-programa e programação financeira. (RANIERI, 1994, p. 96).

Ainda que a lei n. 5.540 tenha reconhecido peculiaridades próprias às universidades, propondo-lhes tratamento jurídico específico e reconfirmado a previsão autônoma, a imposição do regime autárquico ou fundacional não lhes permitiu organização flexível, sobretudo no que se refere a questões orçamentárias e financeiras. Com relação à gestão universitária, permaneceu o administrador limitado pelas normas gerais de administração, tanto no que se refere ao planejamento econômico – financeiro como no relativo aos critérios de administração pessoal (RANEIRI, 1994, p. 97).

Para a universidade modernizada, ou seja, privatizada,

[...] não se colocaria a questão da representação das diversas categorias de participantes na sua gestão: os conselhos, poucos e pequenos, teriam apenas funções de assessoria. O reitor – como um presidente de conselho de acionistas de sociedade anônima – contrataria um administrador para gerir *sua* universidade, como se fosse uma fábrica, uma loja, um hospital, etc., supostamente empenhados na busca dos mesmos objetivos: produzir mercadorias e serviços que, vendidos, resultariam numa receita compensadora diante dos custos. A administração da universidade deveria ser, como naquelas instituições, verticalista, toda atribuição derivando do poder do chefe. (CUNHA, 2007c, p. 293).

A partir de 1968, e durante todo o período da ditadura, a legislação autoritária, a repressão e o próprio modelo de universidade *modernizada* se mantiveram como um obstáculo para a gestão democrática nas universidades e a autonomia necessária ao desenvolvimento de suas atividades ficou no plano da discussão e de lutas, como a dos estudantes. Todavia, os movimentos sociais organizavam suas lutas e se organizavam de uma forma mais ampla contra a ditadura. Ao final dos anos de 1970

Simultaneamente com suas lutas econômicas, o movimento operário começou a forçar as barreiras políticas impostas pela ditadura. Esse processo de luta contribuiu enormemente para o desvendamento, aos olhos das massas populares, da inexistência das liberdades mais elementares. Dessa forma, não só os sindicatos, mas, também, um número crescente de entidades da sociedade civil foi assumindo as lutas mais gerais contra a ditadura. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o movimento pró-anistia, que empolgou e envolveu importantes setores do professorado. (DAL RI, 1997, p. 80).

Como resultado da crise econômica e das lutas, crescia na sociedade descontentamentos com a ditadura. O Governo ditatorial encaminhou “[...] algumas reformas políticas há muito reivindicadas pela oposição, tais como a revogação do AI-5,

substituído pelas *salvaguardas constitucionais*; o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e a *distensão lenta, gradual e segura*”. (DAL RI, 1997, p. 83).

Em 82, pela primeira vez pós 64, por meio de eleições diretas, assumia o Governo do Estado um candidato do partido de oposição, do PMDB. Observamos que, na época, vários partidos de esquerda, que sob a ditadura operavam de forma clandestina, incorporaram-se ao PMDB e tinham seus candidatos para a Assembleia e para a Câmara eleitos sob essa sigla, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e, no governo Montoro, tiveram relativa influência, sobretudo o PCB. No entanto, as forças políticas de direita dominaram, por um certo tempo ainda, vários órgãos e instituições do próprio Estado. (DAL RI, 1997, p.102).

Não obstante, o processo expansionista de industrialização, quase totalmente assente no endividamento externo, entre 1968 e 1979, conduziu a uma profunda crise financeira, particularmente grave a partir de 1981-1983 (SANTOS, B., 2005, p. 13). Esta crise manifestou-se, também, numa escassez de recursos financeiros para as universidades públicas. “Tanto que, nos últimos anos do Governo Militar, a demanda por suplementações de verbas, ao lado da luta contra a ditadura e pela democratização interna das universidades, foi o principal móvel das reivindicações do movimento universitário.” (DAL RI, 1997, p. 121-122).

Ainda, nos países que viveram em ditadura militar, como o Brasil, a indução de uma crise institucional nas universidades públicas teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção livre de conhecimento crítico e a abertura ao setor privado Da produção do bem público, que obriga a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários (SANTOS, B., 2005, p. 13).

Vale ressaltar ainda, que antes de terminar a década de 1960, o movimento estudantil tinha sido desmantelado e praticamente desapareceu durante duas décadas uma oposição ativa à expansão da rede superior privada em detrimento da pública. Mesmo quando a oposição ressurgiu com certa força na década de 1970, não tinha a mesma magnitude que a década anterior.

É certo que com a implementação da contra-reforma de 1968, a juventude universitária expandiu-se incessantemente via a escola privada. Mas nesta, salvo exceções, o controle social e político despótico exercido pelos chamados *mantenedores* deixou pouco ou nenhum espaço para a organização autônoma dos estudantes e, posteriormente, também de professores e funcionários quando estes se organizavam em associações e depois em sindicatos. (VIEITEZ; DAL RI, 2005, p. 14).

Como afirmam Vieitez e Dal Ri (2005, p. 14), com o encerramento da ditadura em 1985, a repressão ao movimento democrático refluíu ao curso de normalidade da

democracia liberal num país de periferia. “Contudo, o ataque aos direitos sociais e trabalhistas adquiridos sob o populismo, ou durante um breve momento por meio da legislação que decorreu das lutas republicanas contra a ditadura, foi retomado, embora sob a égide da ideologia neoliberal.” (VIEITEZ, DAL RI, 2005, p. 14).

Essas foram as condições que a universidade pública enfrentou no contexto da abertura política no país.

## **2.7. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: autonomia e gestão democrática na forma da lei**

Até 1988 a promulgação de leis referentes à autonomia e à gestão democrática universitárias não valorizou os traços característicos dos entes autônomos. Salvo raras exceções de curta duração, leis detalhistas tentaram controlar e restringir a ação das universidades. A absorção normativa da autonomia universitária e da gestão democrática pela Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 proporciona uma modificação desse quadro legal, porque apenas mediante emenda constitucional poderia ser alterada (RANIERI, 1994, p. 105-106).

Aponta Moysés (2006, p. 24) que

A inscrição da autonomia universitária na Constituição Federal (CF) de 1988 concretizou uma das mais expressivas vitórias do movimento docente, fruto de anos de lutas, experiências e saberes políticos. Naquele momento, o ANDES-Sindicato Nacional, em conjunto com as entidades representativas de estudantes e técnico-administrativos, articulou-se a constituintes comprometidos com a educação pública para garantir à Universidade Pública brasileira o princípio que permitira o desenvolvimento das universidades européias: a autonomia didático-científica e administrativa, isto é, a independência em relação a quaisquer instâncias de poder extra-acadêmico, sejam políticas, partidárias, financeiras ou religiosas.

Entretanto, a promulgação de leis não garante a efetivação da gestão democrática e da autonomia. Fruto do neoliberalismo e conseqüente avanço das forças de direita, atualmente, mesmo sob essa lei, a universidade nunca foi tão pouco autônoma, como poderá ser observado nas discussões a seguir. Mesmo sob a mesma lei, a conjuntura se modificou e como conseqüência temos mais controle e menos autonomia na universidade

Apesar disso, a conquista da autonomia e gestão democrática em lei foi e ainda é importante para a atuação dos segmentos da comunidade acadêmica.

A Constituição Federal, em seu art. 207, estabelece a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as universidades e, no art. 206, a gestão democrática do ensino público. Em todo o documento estes são os únicos artigos nos quais constam os princípios da autonomia universitária e da gestão democrática.

Segundo Ranieri (1994, p. 106-107) sob o prisma da incidência normativa, ao art. 207 não se fazem necessários comandos legislativos complementares. Ainda, torna inconstitucional qualquer lei inferior que disponha sobre a extensão, o sentido ou conteúdo da autonomia das universidades.

Discutindo especificamente cada um dos âmbitos da autonomia universitária, podemos afirmar, segundo Dal Ri (1997, p.56-61), que:

1. A autonomia didático-científica significa direção própria do ensino oferecido e conhecimento produzido, isto é, implica o reconhecimento da competência da universidade para definir o conhecimento a ser transmitido, sua forma de transmissão e a própria condução e execução do processo de produção de conhecimento. Desse pressuposto decorre a capacidade de organizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Cabe ressaltar que liberdade para dirigir não é soberania absoluta, pois como a educação é um bem público financiado, nesse caso, pela sociedade, cabe à universidade reverter seu conhecimento para a sociedade, assim como ser fiscalizada por ela.
2. A autonomia administrativa significa a possibilidade de auto-organização, que permite que as universidades decidam quanto à regulamentação das suas atividades-fim e é pressuposto da autonomia de gestão financeira. Consiste essencialmente no direito de elaborar suas próprias normas de organização interna, como elaboração e aprovação de seus estatutos e regimentos, e no direito de escolher seus dirigentes. De acordo com Dal Ri (1997, p. 59) “[...] a autonomia constitucionalmente atribuída à universidade não só lhe confere o poder de autodeterminação (dentro dos limites indicados pela Constituição) como também a individualiza enquanto instituição auto-organizada”. A universidade é uma organização normativa, portanto, produz direito, “suas normas integram a ordem jurídica porque assim determinou a norma fundamental do sistema” (DAL RI, 1997, p.59).
3. A autonomia de gestão financeira e patrimonial define a ação autonômica das universidades públicas na questão financeira e consiste no ato de gerir os

recursos públicos que são colocados à sua disposição, como elaborar, executar e reestruturar seus orçamentos e constituir e dispor de seu patrimônio. Deste modo, é lícito às universidades conceder aumentos a seus servidores, independentemente dos percentuais atribuídos ao funcionalismo em geral, criar cargos, subsidiar restaurantes universitários, manter moradias estudantis, investir em pesquisa, etc. Por outro lado, não lhes é permitido comercializar bens com fins lucrativos, deixar de obedecer às licitações, financiar projetos estranhos às suas finalidades.

Com relação à gestão democrática, pela primeira vez esta aparece incorporada a uma lei. No entanto, podemos perceber que na redação da lei não há normas reguladoras da gestão democrática, deixando para legislações futuras sua regulamentação. Essa falta de definição trouxe diversas práticas como poderá ser observado nas políticas e legislações promulgadas a partir da década de 1990, por influência direta do neoliberalismo. Entretanto, tanto a autonomia universitária como a gestão democrática do ensino público foram conquistas dos movimentos sociais, sindicais e estudantis e houve sem dúvida progressos com a incorporação desses princípios na Carta Maior.

## **2.8. Do Governo Collor ao Governo FHC e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9394/96: as reformas neoliberais na educação**

A burguesia brasileira ansiava por uma nova via de desenvolvimento econômico a partir da inserção do país no mercado internacional e pela substituição do modelo desenvolvimentista por novos padrões de acumulação, reivindicando o fim da intervenção estatal no mercado interno e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Assim, várias frações da burguesia se reúnem para eleger Fernando Collor de Mello (LIMA, 2007, p. 88)

O governo Collor de Mello elaborou um programa para a área de educação a partir das noções de equidade, eficiência e competitividade. Parte da lógica de modernização e adequação da educação aos desafios da economia globalizada (LIMA, 2007, p.131).

Além disso, a partir da década de 1980, as políticas educacionais focam a descentralização, “[...] porém os processos de descentralização e centralização ocorrem simultaneamente, tornando-se mais rigorosos os processos de controle” (FURTADO,

2005, p. 75). Esta situação fundamentará as reformas educacionais que começam a ganhar força no Brasil no início da década de 1990.

Estas *reformas educacionais*, que se apresentam como processos de descentralização e conseqüentemente conferem maior autonomia para as escolas, sempre fizeram parte das reivindicações de diretores e professores, que não possuíam liberdade de ação, pois estavam cerceados por uma rígida legislação. Tais reformas emergem atreladas à área econômica, de acordo com a política neoliberal vigente, fazendo parte do arsenal que tem como objetivo a implantação de um *Estado mínimo* nas áreas sociais. A principal característica deste Estado é deixar que o mercado imponha as suas necessidades e ritmo, ou seja, as instituições deverão se adaptar à livre concorrência, o que do ponto de vista do neoliberalismo é positivo, pois com a concorrência há uma tendência para se elevar os níveis de qualidade. Na realidade, o capital está interessado na ampliação dos mercados e inicia um trabalho para *adentrar* as áreas sociais, oferecendo os seus serviços. (FURTADO, 2005, p. 78).

Em consonância com essa política, as principais posturas educacionais do governo Collor foram, de acordo com Lima (2005, p. 131-132):

- a. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 56/91 intitulado *Abertura da economia brasileira e modernização das universidades*, para que as universidades federais assumissem o pagamento dos salários e das despesas de custeio e novos investimentos, a partir de um percentual fixo do orçamento geral da União. Teria sido aprovado, não fosse a luta do movimento docente sob a liderança do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN);
- b. A proposta de extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), somada ao estímulo para adequação da formação profissional ao mercado, centrada somente no ensino;
- c. As divergências do governo com o Conselho Federal de Educação (CFE), devido ao seu favorecimento à expansão do ensino privado e o CFE ser responsável pelo reconhecimento e credenciamento destes cursos.

Após o *impeachment*<sup>12</sup> de Collor, o governo Itamar Franco conservou seu projeto de *modernização* educacional. Em maio de 1993, o governo organizou a discussão e elaboração do *Plano decenal de educação para todos: 1993-2003*, “[...] em consonância com as políticas dos organismos internacionais no início da década de

---

<sup>12</sup> A atuação do ME conhecida como *caras pintadas* para o *impeachment* de Collor será discutida no capítulo III.

1990, especialmente aquelas deliberadas pela Conferência Mundial de Educação para Todos” (LIMA, 2007, p.132-133).

As ações desse governo foram, de acordo com Lima (2005, p. 133-134):

- a. A criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), em parceria com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e alguns setores das universidades brasileiras, além de representantes de associações do setor educacional;
- b. A Lei nº 8.958/94 que possibilita a captação de verbas privadas para o financiamento das atividades acadêmicas das universidades federais, desresponsabilizando o Estado de seu financiamento;
- c. O governo extinguiu o CFE e criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), e alterou profundamente as funções desse órgão, pela flexibilização dos critérios para criação e funcionamento dos cursos de nível superior e ampliou os poderes do MEC colocando a maior parte das cadeiras para o Governo.

Contudo, a implementação fundamental do projeto neoliberal para a educação no Brasil ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso. As principais estratégias foram a diversificação das instituições de educação superior (IES) e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento. “A atuação de Paulo Renato Souza, ex-reitor da UNICAMP e gerente de operações e vice-presidente do BID, como ministro da Educação”, garantiria a adequação da política educacional brasileira às políticas dos organismos internacionais (LIMA, 2007, p.136).

Entre as principais ações do governo FHC, de acordo com Lima (2007, p.141-144) estão:

- a. *Programa de governo Mãos à Obra Brasil (1995-1998)*: A modernização da educação e da ciência e tecnologia convivem com a drástica redução das verbas públicas para estas áreas;
- b. *Planejamento Político-Estratégico MEC (1995-1998)*: Estímulo às parcerias entre setor público e o setor privado para financiamento, oferta e gestão da educação;
- c. *Lei 9.192/95* – regulamenta o processo de escolha de dirigentes universitários: Reduz a participação democrática dos servidores técnicos e administrativos e dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na escolha dos dirigentes;

- d. *Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96*: Do desrespeito com o processo democrático de construção do projeto de LDBEN pelos movimentos sociais, até a realização de um conjunto de manobras regimentais, a burguesia de serviços educacionais viabiliza a aprovação da nova LDBEN, absolutamente afinada com a política de privatização da educação brasileira;
- e. *Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997*: Estabelece que o Sistema Federal de Ensino é composto por universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Implementa a diversificação das IES e desmonta, na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que esta indissociabilidade é exigida apenas para as universidades;
- f. *Aprova o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*: O PNE aprovado, em completa oposição ao PNE elaborado por um amplo conjunto de entidades ligadas à educação brasileira, reafirma a transferência de responsabilidades do Poder Público para a sociedade no financiamento da educação e sua concepção de gestão educacional com ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional. Em relação à educação superior, reafirma sua política de diversificação das IES e de suas fontes de financiamento;
- g. *Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições*: Classifica as IES em universidades, centros federais de educação tecnológica e centros universitários, faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores. Somente universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este decreto revoga os decretos nºs 2.026/96 e 2.306/97. A diversificação das instituições de ensino superior é ampliada. Também garante que as entidades mantenedoras com finalidade lucrativa deverão apenas elaborar, a cada exercício, demonstrações financeiras atestadas por seus colaboradores, não se submetendo mais, a qualquer tempo, a auditoria pelo Poder Público.

Na década de 1990, enquanto a burguesia e o governo defendiam o projeto neoliberal de educação, movimentos sociais atuaram na defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e voltada a atender as demandas dos trabalhadores. Entre eles o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que elaborou o *Projeto de Lei da*

*LDBEN e o Plano nacional de educação: proposta da sociedade brasileira* (LIMA, 2007, p.136). Os projetos expressavam visões antagônicas de educação e, especialmente, da educação superior.

A disputa em torno da elaboração da nova LDBEN foi acirrada no início da década de 1990. Havia dois projetos: o projeto defendido pelos empresários industriais, pelos empresários de ensino e pela Igreja Católica, para ampliação da privatização da educação brasileira, especialmente da educação superior, tanto pela abertura de novos cursos, como pela subvenção de suas atividades com verba pública; e a pressão dos setores do movimento sindical, do movimento estudantil, dos movimentos sociais e de parlamentares comprometidos com a elaboração de uma legislação para a área educacional, fundada na concepção da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada. O projeto sofreu sucessivas modificações até ser sancionado pelo presidente FHC, na forma da Lei nº 9.394/96, garantindo a vitória dos privatistas (LIMA, 2007, p.135).

Na LDBEN aprovada, nos artigos 53, 54 e 55 constam, mais especificamente, as ações relacionadas à autonomia universitária. Discutindo essa questão, Chauí (2001, p. 204) afirma que “[...] autonomia possuía sentido sociopolítico e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e de regulação”. Mas, embora o art. 207 da Constituição Federal “[...] pareça contemplar a antiga idéia de autonomia universitária, a LDB entende por autonomia simplesmente a gestão eficaz de receitas e despesas, de acordo com contratos de gestão assinados pelas universidades com o Estado” (CHAUÍ, 2001, p. 204).

Durante a década de 1990, vários pesquisadores, entre eles Fávero (1998, p.67-69) afirmaram que as universidades públicas, em função da concepção de autonomia financeira prevista na LDBEN, poderiam ser levadas a procurar e depender do mercado.

Se a autonomia foi sendo associada ao sentido administrativo e instrumental das leis que regem o mercado, a gestão universitária é o meio pela qual isso se realiza. De acordo com Catani e Gutierrez (1998, p. 128) o enxugamento e a busca de uma eficiência mensurada quantitativamente vieram ocupar o centro do discurso e da prática acerca da gestão universitária. O tipo de gestão que as políticas neoliberais propõem foi disseminado pelos órgãos internacionais, como o Banco Mundial.

Segundo Furtado (2005, p. 44),

Para o Banco Mundial a flexibilização da gestão da educação é uma necessidade técnica, pois o Banco vincula os problemas da educação a uma

gestão ineficiente. Para resolver o gerenciamento da educação e torná-la mais eficaz, o Banco Mundial propõe a flexibilização dos métodos de gestão e a abertura para maior participação da comunidade, conforme os modelos propostos.

É preciso, portanto, analisar com cuidado os termos utilizados por tais organismos, pois a flexibilização e a participação propostas pelo Banco aparecem como participações na arrecadação de recursos.

Governos e organismos internacionais falam de participação na definição das políticas educativas, mas esta participação é fundamentalmente participar com recursos. Ou seja, a comunidade é incentivada a ajudar a construir a escola ou a fazer as cantinas escolares com a mão-de-obra gratuita das mães. Esse é o conceito de participação que eles têm. (CORAGGIO, 1998, p. 259 apud FURTADO, 2005, p.82)

Afinado com essa política, podemos compreender, portanto, o texto que dispõe sobre a gestão da universidade. Em relação ao princípio da gestão democrática, o art. 56 da LDBEN - o qual dispõe sobre o funcionamento de órgãos colegiados deliberativos com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica - dispõe que os docentes devem ocupar setenta por cento dos assentos em cada órgão, principalmente quando se tratarem de formulações estatutárias e regimentais, assim como de escolha de dirigentes.

Dessa forma, a universidade apresenta um sistema dual, ao mesmo tempo que detém uma administração de tipo burocrático, no qual se fundamenta em um sistema de poder hierárquico, apresenta uma estrutura de órgãos colegiados, que apresenta elementos da gestão democrática ou autogestão.

A gestão democrática real ou autogestão, para Vieitez (1996, p. 141), “[...] em seu sentido restrigido, é um método de participação avançada” em que “[...] os trabalhadores não apenas influem na vida da organização, senão que são eles próprios os responsáveis diretos e imediatos pela tomada de decisões da organização, ou seja, são eles mesmos os gerentes da organização.”.

Todavia, para isso, entendemos que todos os segmentos da comunidade acadêmica, ou seja, docentes, estudantes e servidores técnicos devam participar deste processo na mesma proporção. A participação

[...] não é apenas um fenômeno voltado para a motivação dos indivíduos no trabalho, nem só uma luta de classe para a melhoria das condições de vida, sob a perspectiva da participação conflitual, nem simplesmente um esquema de integração nos processos e nas técnicas administrativas de uma instituição. Ela é tudo isso, e muito mais; é produto do processo de conscientização política e, conseqüentemente, de envolvimento concreto dos indivíduos nas ações efetivas. Dessa forma, podemos afirmar que a gestão democrática participativa é aquela que convoca todos os elementos a fim de, com plena consciência, perseguirem e viabilizarem juntos os objetivos

definidos de maneira clara e direta pelo coletivo que dela usufruirá. (DAL RI, 1997, p.20).

A representação e a participação na organização autogerida é direta e a única autonomia que pode interessar à universidade é a autonomia capaz de alimentar o processo democrático (DAL RI, 1997, p.189). Os elementos de autogestão podem se tornar mais fortes, na medida em que se fortalecerem e forem se sobrepondo ao tipo burocrático, ou seja, na medida em que os segmentos possuem maior controle do seu trabalho.

Para isso, Barros e Silva (1998, p. 100) afirmam que o corpo estudantil precisa ter efetiva participação na organização universitária, não como sujeito passivo, mas como agente desse processo, estando junto com os outros segmentos para exercer sua influência de modo a contribuir para a vida universitária e seus objetivos.

Entretanto, a LDBEN e as demais legislações posteriores limitam a participação discente na gestão universitária, colocando os docentes como gerentes eficientes, mediante o discurso da competência técnica. Assim, os docentes figuram no topo da hierarquia, pois aplicarão melhor as medidas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na área da educação.

A disputa pelo PNE (Plano Nacional de Educação) não foi diferente, pois “[...] foi aprovado com nove vetos presidenciais, anulando os subitens do plano que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que a maioria dos vetos estava diretamente relacionada com a educação superior” (LIMA, 2007, p.137).

A proposta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para a política de educação superior apresentava que ela deveria desenvolver-se de modo a contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira, articulando-se, para tanto, com a educação básica, no que se referia aos objetivos, estrutura curricular, gestão democrática e formação continuada dos trabalhadores em educação, particularmente do corpo docente. Ainda, defendia a autonomia e a gestão democrática.

As instituições públicas de educação superior terão autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em relação ao Poder Público, e serão administradas em conformidade com os princípios da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade acadêmica da instituição em todas as instâncias deliberativas. (LIMA, 2007, p.139).

Já no texto aprovado consta a expansão do ensino privado como estratégia de aumentar o índice de acesso. Diversifica as instituições, para atender a diferentes objetivos e classes, defende a redução do financiamento estatal e incentiva a Educação a Distância (EaD). (LIMA, 2007, p.139). Em nenhum momento afirma a autonomia e a gestão democrática como partes constituintes e essenciais à organização das instituições.

Podemos observar que enquanto o projeto do Fórum colocava a educação superior voltada a atender a maior classe da sociedade, a trabalhadora, e procurava fortalecer a autonomia universitária e a gestão democrática, o PNE aprovado estabelece uma concepção de educação voltada para o mercado, preocupada com a eficácia e eficiência demandadas pelo padrão de gestão das empresas capitalistas.

Concordamos com Lodi e Lima Neto (1998, p. 49) quando afirmam que se de um lado a comunidade acadêmica busca na autonomia agilidade, transparência e qualidade social ao padrão de gestão das universidades públicas financiadas pelo Estado, “[...] de outro, o governo usa-a para no bojo da crise das contas públicas, abrir novos espaços para a progressiva transferência dessa responsabilidade para os setores privados”.

Para Fávero (1997, p. 1, grifos da autora) “[...] aqueles que criticam a universidade pública propõem como saída mágica a universidade modernizada. Modernizar, nessa perspectiva ideológica, *significa privatizar e terceirizar, significa destruir o trabalho ou a autonomia criadora*”.

O argumento utilizado pela burguesia é de que a eficácia das instituições só será efetivada com a alteração da estrutura participativa, pois para eles a participação dos segmentos nos órgãos colegiados não passa de burocracia que atrapalha e atrasa o processo decisório, pois impede uma racionalização no uso dos recursos disponíveis. Ainda, exigem uma correta formulação da questão da autonomia universitária, ou seja, que ela procure sua subsistência na competição do mercado.

Contudo, a luta pela autonomia e pela gestão democrática na universidade é antiga e marcada por reivindicações dos segmentos da comunidade acadêmica.

Para Freitas (1991) a luta do movimento docente em defesa da autonomia universitária representa a possibilidade histórica de se contrapor ao projeto neoliberal para a educação superior e colocar um projeto de universidade autônoma e democrática. Isso porque a discussão sobre a autonomia e a gestão está atrelada a um projeto de

universidade. A autonomia plena e a gestão democrática seriam meios necessários para que a comunidade acadêmica definisse e aplicasse seu projeto.

Com relação aos estudantes,

[...] reputamos de importância para o momento histórico em que vivemos uma incursão nesse aspecto específico da vida universitária que é a organização estudantil em bases democráticas, de modo a que legitimamente, conquiste o espaço que lhe é devido e possa efetivamente contribuir para o surgimento de uma universidade em sintonia com as necessidades do povo brasileiro e a seu serviço. (BARROS; SILVA, 1998, p.88).

Entretanto, apesar das reivindicações da comunidade acadêmica, a realidade educacional criada pela política e legislação do governo FHC foi mais uma face da *contra-reforma* universitária ou da reforma universitária consentida pelo capital. Somado ao crescente *empresariamento* da educação superior, o governo não apenas ampliou o mercado para as instituições privadas, como ampliou a privatização interna das universidades públicas sob a aparência de democratização do acesso à educação.

## 2.9. Reforma universitária do Governo Lula

Antes de iniciar a discussão sobre a Reforma Universitária do Governo Lula, apresentamos uma breve análise sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), pois ele se configurou como uma proposta de esquerda para o governo do país e abarcou esperanças da população de um governo que representasse os interesses da classe trabalhadora, uma proposta que modificaria a conjuntura do capitalismo neoliberal no Brasil.

O PT foi formado a partir das lutas do novo sindicalismo e dos movimentos contra o regime militar organizados por intelectuais e frações das camadas médias, de movimentos da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base), dos movimentos sociais de minorias (negros, mulheres e outros) e de grupos marxistas-leninistas e trotskistas, recolocando na cena política a organização da classe trabalhadora. (LIMA, 2007, p. 105).

Apesar das divergências entre os teóricos que estudam a fundação do PT, sobre se havia uma perspectiva socialista ou não, é possível verificar, ao final da década de 1980, um processo de redução do programa partidário para a ocupação do poder. Esse processo deve ser analisado à luz da crise do socialismo real, que destruiu os referenciais teóricos e de ação política dos partidos e sindicatos do campo da esquerda e a ofensiva do capital contra o trabalho, por intermédio da implementação das políticas neoliberais, desregulamentando direitos sociais e trabalhistas.

A partir disso, mediante um reordenamento interno, o PT colocou como eixo central a ocupação do poder e não a organização dos trabalhadores. Vale ressaltar que, durante essa década, muitas tendências que compunham o partido saíram para fundarem outros partidos que tivesse como base a luta da classe trabalhadora.

Iniciou-se um processo que atravessaria a década de 1990, pautado em três eixos políticos fundamentais: mudanças no programa partidário; mudanças na organização e estrutura interna do partido; e estabelecimento de alianças com diversas frações da burguesia brasileira. (LIMA, 2007, p. 108). Esse processo aparece

- a. na mudança do lema *trabalhador vota em trabalhador* para *o modo petista de governar*;
- b. aumento do número de funcionários contratados que substituiu a militância de base;
- c. a atuação de marqueteiros políticos que apresentariam a imagem do PT sem vínculos classistas;
- d. o esvaziamento dos núcleos descentralizados e dos congressos, para cada vez mais controle da burocracia partidária.

A maior expressão do pacto social foram as alianças estabelecidas pela cúpula petista para formação da Coligação Lula Presidente, que concorreria às eleições presidenciais de 2002: PT, Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), articulando inclusive a escolha do vice-presidente José Alencar, do PL, empresário da indústria têxtil mineira. Se no início da campanha estas alianças envolviam frações da burguesia brasileira, a partir da divulgação da Carta ao povo brasileiro [...] em junho de 2002, a Coligação Lula Presidente redefiniria suas alianças, articulando-se com os segmentos estreitamente vinculados ao capital internacional, que inicialmente apoiavam o candidato do PSDB, José Serra. [...]. A burguesia brasileira garantia, desta forma, seu padrão histórico de hegemonia, por intermédio da proteção da propriedade individual, da iniciativa privada, enfim, da ordem burguesa, e a burocracia sindical e partidária dos trabalhadores, por sua vez, garantia seu acesso ao poder. [...]. Sob a imagem de uma radicalização da democracia ou democratização da democracia, as burocracias sindicais e partidárias dos trabalhadores defenderiam, de fato, a democracia burguesa e a reprodução de sua ordem econômica, política e ideocultural. (LIMA, 2007, p. 109-110).

Os documentos elaborados durante a campanha eleitoral demonstram que o PT incorporou as teses do ajuste fiscal e da estabilidade econômica com justiça social, conforme as diretrizes elaboradas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, a partir da metade da década de 1990, afinado com os pressupostos do neoliberalismo.

O PT tem como pressuposto que o Estado não deve ser grande e interventor, como no período nacional-desenvolvimentista, ou um Estado mínimo dos governos neoliberais, mas um Estado regulador, descentralizado, transparente e democrático que deveria criar um reordenamento político e jurídico para estimular a participação da sociedade civil e do setor privado. A concepção de democracia está limitada à democracia representativa, com base na criação de conselhos, na qual assuntos controversos deveriam ser abordados por meio do diálogo (LIMA, 2007, p. 113).

Para Vieitez e Dal Ri (2005, p. 18-19),

Essas idéias são as mesmas encontradas nos ideólogos do neoliberalismo ou em documentos dos organismos internacionais que representam as classes hegemônicas, as quais vêem a democratização como inclusão social, exercício da cidadania, focalização e todo o conserto de medidas compensatórias, tipo Programas como a *Fome Zero* e *bolsa-esmola*, concebidas para aliviar os efeitos mais degradantes das atuais políticas dominantes sobre as massas trabalhadoras.

Foram nessas condições que se deu a vitória eleitoral da Coligação Lula Presidente.

Cristovam Buarque, Ministro da Educação no primeiro ano do governo Lula, foi reitor da UnB, governador do Distrito Federal, presidente da Universidade da Paz das Organizações das Nações Unidas de 1987 a 1988 e trabalhou entre 1973 e 1979 em Washington, no BID. De acordo com Lima (2007, p. 155), Buarque considerou os representantes do Banco Mundial como colaboradores e fiscais da política educacional brasileira e agradeceu ao ex-ministro Paulo Renato Souza, afirmando que recebia um *ministério em marcha*.

Em 20 de outubro de 2003, o Governo instituiu um Grupo de Trabalho (GT) Interministerial composto pela representação da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Planejamento, Fazenda e da Ciência e Tecnologia. O documento elaborado pelo GT, intitulado *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira* (BRASIL, 2003), identificou a crise das universidades como consequência da crise fiscal do Estado e da velocidade do conhecimento e das inovações tecnológicas no mundo globalizado. Propunha como ações emergenciais para as universidades federais o pagamento dos endividamentos com fornecedores de água, luz, telefonia, etc., a realização de concursos para professores e servidores, com a possibilidade de bolsas para recém-doutores e professores aposentados e outorgar autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos extra-

orçamentários. Para a ampliação do número de vagas nas universidades públicas, propunha três estratégias principais: a dedicação docente à sala de aula, o número maior de alunos por turma e a utilização da educação superior à distância (VIEITEZ, DAL RI, 2005; LIMA, 2007, p.162).

Com relação à autonomia universitária, o Governo Lula concebia o autofinanciamento das universidades, especialmente para as federais. Além disso, o documento propunha a manutenção de um sistema regulatório por meio da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior (Sinapes) e apresentava como uma de suas propostas centrais a efetivação do Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo (Pedi), que se constituiria na alocação de recursos para as instituições que aderissem ao pacto (LIMA, 2007, p.163).

Em 11 de dezembro de 2003 foi apresentada a PEC nº217/2003, de autoria da deputada Selma Schons, que tratava da diversificação das fontes de financiamento da educação superior e propunha a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (Fundes) e da Contribuição Social para a Educação Superior (CES). Esta proposta recupera o posicionamento do Banco Mundial para a reformulação da educação superior.

Com efeito, a modernização do MEC coincide no fundamental com as agendas do Banco Mundial, do BID e da Cepal para as instituições de educação superior públicas: racionalização do acesso não por medidas universais, mas por cotas; programas de estímulo à docência por meio de gratificações por produtividade; avaliação padronizada da 'qualidade' (Exame Nacional de Desempenho) inspirada na teoria do capital humano; vinculação entre os planos de desenvolvimento institucional (estabelecidos com a participação empresarial), avaliação (Sinaes) e financiamento (financiamento por meio de contratos); direcionamento do *mercado educativo* da instituição para o âmbito regional, e associação linear e estreita entre eficiência acadêmica e pragmatismo universitário. Em suma, o Banco difunde um posicionamento ideológico de modo a conformar a universidade pública em um setor mercantil balizado pelos valores neoliberais. (LEHER, 2005, p.7).

Sobre a autonomia universitária, ainda em dezembro de 2003, o deputado Eduardo Valverde (PT/RO) apresentou um Projeto de Lei Complementar com o objetivo de instituir a Lei Orgânica da Autonomia Universitária. As avaliações do movimento docente de que a autonomia plena está garantida na Constituição Federal e que qualquer tentativa de aprovar uma legislação infraconstitucional para a autonomia universitária seria, na prática, pôr fim à própria autonomia, criando limites e entraves para sua gestão foram ignoradas. (LIMA, 2007, p.165).

Em de janeiro de 2004, o presidente Lula anunciou que Tarso Genro seria nomeado ministro da Educação. O ministro Tarso Genro indicou como secretário-executivo do MEC Fernando Haddad, ex-assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e coordenador da elaboração do Projeto de Lei sobre Parcerias Público-Privadas (PPP).

Como resultado, em agosto de 2004, o Geres divulgou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*.

Este documento partiu da consideração de que a reformulação da educação superior ocorreria por meio de um processo dito democrático, marcado por um grau elevado de consenso, no qual as divergências diriam respeito às questões pontuais. [...]. Seja na teleconferência realizada em abril de 2004, quando participaram apenas Andifes e União Nacional dos Estudantes (UNE), seja nas audiências regionais, quando representantes dos movimentos sociais, estudantes e sindicais foram impedidos de participar, o MEC tem sistematicamente privilegiado o debate apenas com as direções das entidades que estão afinadas com seu projeto de reformulação. Além destes fatos, cabe ressaltar que as divergências existentes não são pontuais; são divergências de fundo, que se referem à própria concepção de educação que norteia a reformulação da educação superior. (LIMA, 2007, p. 167).

Vale ressaltar que o ANDES, na época filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), posicionou-se contrário tanto ao teor da Reforma, quanto ao processo no qual foi gestada. A Direção Nacional da CUT aprovou a reforma, entretanto sua Direção Executiva Nacional criticou. (VIEITEZ, DAL RI, 2005, p. 18).

A análise de Lima (2007, p. 167) sobre esse documento é de que a base de fundamentação política partiu das seguintes concepções: a) a educação é considerada como um descaracterizado bem público, assim poderia ser alocado verba pública para as universidades privadas e viabilizados os financiamentos privados para as universidades públicas; b) a justiça social é concebida como igualdade de oportunidades, por isso caberia a cada indivíduo conquistar espaço nos cursos pós-médios ou nas universidades e c) o Estado deve assumir seu papel como regulador das novas relações entre público e privado.

Segundo Vieitez e Dal Ri (2005, p. 18), aquilo que o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* trazia como proposta de democratização era reformar a universidade para construir uma gestão democrática. Aqui cabe afirmar que elementos de gestão democrática como eleições dos dirigentes, órgãos colegiados e outros já se encontram presentes nas universidades públicas. Portanto,

A tese de *construir uma gestão democrática* significaria, de fato, por um lado, ampliar o escopo da gestão democrática nas universidades públicas –

autonomia de gestão financeira, liberdade de estabelecer critérios para a eleição de dirigentes, criação de conselhos sociais, dentro outras medidas – e, por outro, instaurá-la nas particulares. (VIEITEZ, DAL RI, 2005, p. 19).

Nos projetos implementados durante o Governo Lula podemos observar que a discussão acerca da gestão democrática e autonomia universitárias não avançaram, ao contrário, foram prejudicadas mediante as constantes *regulamentações* da autonomia das universidades. A autonomia das universidades foi limitada naquilo que seria essencial para a gestão da comunidade acadêmica, sua gestão financeira, que foi também utilizada para abrir a universidade pública ao mercado, como poderá ser observado a seguir.

Esta reformulação a conta-gotas vem sendo realizada a partir de um conjunto de leis, medidas provisórias e decretos. De acordo com Vieitez e Dal Ri (2005, p. 17) “Com as reformas introduzidas, a tendência é que o mercado torne-se cada vez moldado pelos interesses das empresas educacionais. Disso decorre uma outra consequência crucial, qual seja, a precarização da própria universidade pública”.

Nessa reformulação foi aprovado o SINAES, com o objetivo de conduzir a política de avaliação do MEC, articulando a avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação com o desempenho acadêmico dos estudantes. O planejamento e a operacionalização de suas ações seriam realizados pela CONAES.

A composição da CONAES está assim estabelecida: um representante do INESP, um representante da Capes, três do MEC e mais cinco membros indicados pelo ministro da Educação, sendo um representante dos docentes, um dos técnico-administrativos e um dos estudantes. “Conclui-se que a CONAES seria uma comissão majoritariamente governista e absolutamente adequada à política conduzida pelo ministério” (LIMA, 2007, p.169-170).

Este sistema de avaliação está estruturado em avaliações internas e externas das IES e na aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A avaliação interna ou auto-avaliação seria coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por ato do reitor da instituição. Já a avaliação externa seria coordenada por comissões externas designadas pelo INEP e constituídas por indicação do MEC, a partir de nomes cadastrados no INEP.

Os resultados das avaliações externas das instituições e cursos de graduação seriam expressos por meio de conceitos e apresentados publicamente, reafirmando o ranking de IES que vigorava no governo Cardoso. Em caso de resultados insatisfatórios, a instituição assinaria protocolo de compromisso com o MEC para superação das dificuldades detectadas, indicando que o

sistema de avaliação credenciaria o funcionamento das instituições, representando mais uma interferência na autonomia universitária. (LIMA, 2007, p.170).

A análise de Vieitez e Dal Ri (2005, p. 20) sobre o SINAES é a de que se integra às metas colocadas pela ideologia neoliberal, no sentido de substituir controles burocráticos mecânicos e diretos por controles indiretos, baseados na supervisão e dados de produtividade.

Os sistemas de avaliação poderiam constituir-se em ferramentas para a tomada de decisões democráticas. Contudo, como constatamos, eles convertem-se em mecanismos de controle mais opressivos do que aqueles patrocinados pela burocracia e pelo taylorismo clássicos, particularmente porque o que realmente avaliam são os membros dos segmentos *perigosos*, ou seja, trabalhadores e estudantes.

O Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio recupera a Lei nº 8.958/1994, promulgada no governo Itamar Franco.

Vieitez e Dal Ri (2005, p. 20) afirmam que as Fundações beneficiam grupos externos em conluio com grupos particularistas internos às universidades que realizam operações mercantis com proveito recíproco. Concordamos com a análise dos autores de que o resultado desses convênios representa um ganho para a iniciativa privada que utiliza vantajosamente a força de trabalho, a infra-estrutura e os equipamentos da universidade pública.

Outra proposta que foi colocada em prática foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Medida Provisória nº213, de 10 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004). O ProUni foi uma das principais ações para *garantia do acesso* à educação superior, a partir de duas argumentações:

1) os dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003) e do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2002a) revelam que hoje somente 9% da população, na faixa etária de 18 a 24 anos freqüentam algum tipo de curso de educação superior; e 2) a existência de um grande número de *vagas ociosas* nas instituições privadas de ensino superior, pois, segundo dados do Inep (BRASIL, 2002a), as 1.442 instituições privadas de ensino superior em funcionamento no Brasil ofereceram, em 2002, 1.477.733 vagas e só foram preenchidas 924.649, ficando, portanto, 533.084 vagas ociosas. Com o ProUni, estas vagas seriam aproveitadas por meio da concessão de bolsas de estudos para estudantes considerados pobres (com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo), que cursaram o ensino médio em escolas públicas, a professores da rede pública de ensino fundamental sem diploma de nível superior, e também para os estudantes negros, pardos e indígenas, articulando o programa com a política de cotas conduzida pelo MEC. (LIMA, 2007, p.172).

Para Vieitez, Dal Ri (2005, p. 22) e Lima (2007, p.173) o ProUni constitui-se em mais uma modalidade de parceria público-privada que objetiva resolver a crise de inadimplência vivenciada pelo setor privado diante do aumento dos valores das mensalidades ou anuidades das instituições privadas de ensino superior e do nível de empobrecimento progressivo dos trabalhadores brasileiros. O ProUni possui o papel estratégico de garantir a aparência de um projeto democrático-popular.

Ainda, a Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973, promulgada em dezembro de 2004, autoriza a incubação de empresas nas instituições de ensino superior públicas e a utilização, pelo setor privado, de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos das IES públicas (LIMA, 2007, p.174).

Todo esse processo de reformulação da educação superior seria arrematado em dezembro de 2004 com a divulgação, pelo MEC, da primeira versão do anteprojeto de lei da reforma da educação superior.

[...] o anteprojeto foi divulgado dez dias após a Grande Marcha de 25 de novembro de 2004, ato realizado em Brasília que reuniu mais de 15 mil manifestantes contra as reformas neoliberais do governo Lula da Silva, e no dia nacional de luta contra o ProUni. Estas duas referências já demonstram que se trata de uma disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade: o projeto em defesa da educação pública e gratuita e o projeto do governo, que amplia a privatização da educação superior brasileira. (LIMA, 2007, p. 176).

No anteprojeto podemos notar que o financiamento da educação e a concepção de autonomia universitária são dois elementos políticos fundamentais.

[...] a autonomia universitária é concebida como geração de cursos financeiros pela própria instituição. Esta concepção está evidente nos arts. 15 e 16, que tratam dos recursos gerados pela própria instituição, por meio de contratos, acordos e convênios, bem como no art. 40, que estabelece a cooperação financeira das universidades federais com entidades privadas. O documento também faz referência ao funcionamento das fundações de direito privado no interior das IES públicas. Esta referência está articulada com a recente regulamentação das fundações, comprovando mais uma vez a relação orgânica existente entre o anteprojeto e as ações do governo ao longo de 2003 e 2004. (LIMA, 2007, p. 178-179).

Neste processo de reformulação da educação superior, o governo Lula divulgou, ao longo de 2005 e 2006, mais três versões do Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior: a segunda versão em maio de 2005, a terceira versão em julho de 2005 e a quarta versão em maio de 2006, apresentada ao Congresso Nacional sob forma do Projeto de Lei n. 7.200/06. “Nenhuma destas versões, nem mesmo o PL n. 7.200/06 indicaram alterações na concepção do governo sobre a educação como um setor de

atividades não-exclusivas do Estado, um serviço público não-estatal” (LIMA, 2007, p. 189).

O Projeto de Lei nº. 7.200/06 deve ser analisado em continuidade com a política representada no conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias, promulgadas durante o Governo Lula, denominado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) aprovado em 2007. Vale ressaltar que a partir do PDE as universidades tiveram que organizar seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No projeto de Lei os artigos 4, 14, 26, 39 e 40 dispõem sobre a autonomia universitária e sobre a gestão. O art. 4

[...] XII - gestão democrática das atividades acadêmicas, com organização colegiada, assegurada a participação dos diversos segmentos da comunidade institucional;

XIII - liberdade de expressão e associação de docentes, estudantes e pessoal técnico e administrativo; e

[...]

Art. 14. A universidade goza de:

I - autonomia didático-científica para definir seu projeto acadêmico, científico e de desenvolvimento institucional;

II - autonomia administrativa para elaborar normas próprias, escolher seus dirigentes e administrar seu pessoal docente, discente, técnico e administrativo e gerir seus recursos materiais; e

III - autonomia de gestão financeira e patrimonial para gerir recursos financeiros e patrimoniais, próprios, recebidos em doação ou gerados por meio de suas atividades finalísticas.

Parágrafo único. A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial são meios de assegurar a plena realização da autonomia didático-científica.

[...]

Art. 26. A universidade deverá constituir conselho social de desenvolvimento, de caráter consultivo, presidido pelo reitor, conforme disposto em seus estatutos, com representação majoritária e plural de representantes da sociedade civil externos à instituição, com a finalidade de assegurar a participação da sociedade em assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. O conselho social de desenvolvimento terá as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe possam ser estatutariamente conferidas:

I - dar amplo conhecimento público das atividades acadêmicas da universidade, com vista à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição;

II - acompanhar a execução do plano de desenvolvimento institucional; e

III - indicar demandas da sociedade para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

[...]

Art. 39. A universidade federal é pessoa jurídica de direito público, instituída e mantida pela União, criada por lei, dotada de todas as prerrogativas inerentes à autonomia universitária, na forma da Constituição.

Art. 40. O reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República mediante escolha em lista tríplice eleita diretamente pela comunidade acadêmica, na forma do estatuto.

§ 1º O reitor e o vice-reitor, com mandato de cinco anos, vedada a recondução, deverão possuir título de doutor e ter pelo menos dez anos de docência no ensino superior público.

§ 2º O mandato de reitor e de vice-reitor se extingue pelo decurso do prazo, ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo, na forma do estatuto.

§ 3º Os diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo reitor, observadas as mesmas condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo. (BRASIL, 2006).

Com relação à autonomia, o documento anexo ao projeto explicita suas intenções:

9. Essa garantia de autonomia vem acompanhada de uma forte responsabilidade na gestão do recurso público: os recursos serão distribuídos conforme indicadores de desempenho e qualidade, dentre eles, o número de matrículas e de concluintes, na graduação e na pósgraduação, a produção institucionalizada de conhecimento, mediante publicações e registro e comercialização de patentes, bem como resultados positivos nas avaliações conduzidas pelo ministério da educação, dentre outros. Com isso, a universidade federal tem critérios bastante objetivos para a aplicação dos recursos públicos garantidos pela autonomia universitária. (BRASIL, 2006, p. 21).

Muitos questionamentos podem ser colocados sobre estes artigos, mas nenhum deles que não tenhamos discutido neste trabalho. Contudo, vale voltarmos a eles. Sobre a autonomia, sua garantia e conseqüente liberação de recursos aparecem vinculadas à avaliação de desempenho, ou seja, à produtividade, avaliada de forma quantitativa, dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Esta política, afinada com a política do Estado de São Paulo, é hegemônica na educação brasileira desde a década de 1990. Contudo, sem entrarmos no mérito da polêmica, da sua provável inadequação para avaliar as universidades, a prerrogativa de autonomia não poderia estar vinculada aos índices, uma vez que as instituições piores avaliadas continuarão deficitárias se não obtiverem os recursos. Exceto em alguns estados, como o de São Paulo, a maioria das universidades públicas brasileiras necessita, todo ano, solicitar recursos para se manter, portanto essa questão é essencial para o desenvolvimento da autonomia e da gestão.

Sobre a gestão universitária, em primeiro lugar, podemos discutir a nomeação dos dirigentes universitários pelo Presidente da República e, no caso das universidades estaduais, pelo Governador do Estado. Vemos na prática que, normalmente, se aceita o candidato que alcançou o primeiro lugar, entretanto, esta normatização deixa a cargo do Governo aceitar ou não *a consulta*. A considerada *consulta* na verdade é uma eleição da própria comunidade, ou seja, daqueles que estão vivenciando realmente o cotidiano universitário. A reivindicação de autonomia de gestão e de processo decisório é a maior

reivindicação do movimento docente e estudantil. Em todas as greves, manifestações, paralisações e discussões essa questão está colocada, pois é nela que os segmentos se esbarram quando necessitam disputar seus projetos.

Além disso, nos voltamos à segunda questão que se desdobra dessa, ou seja, a proporcionalidade de representação nas decisões universitárias. É previsto aos docentes, pelo menos, setenta por cento da composição dos órgãos colegiados e dos votos em eleições para os dirigentes, enquanto aos estudantes e funcionários o restante, ou seja, quinze por cento para cada segmento. Desse modo, em outros estados que não o de São Paulo ainda pode ser disposto de outra forma, na medida em que a legislação não regulamenta a proporcionalidade exata de todos os segmentos. Por exemplo, os docentes podem ter oitenta por cento ou mais de representação nas decisões, enquanto os estudantes dez por cento e os funcionários cinco.

Se pensarmos que está previsto na legislação que a comunidade acadêmica deve gerir a universidade e, ao mesmo tempo, que cabe aos docentes o maior peso nas decisões, não é a comunidade que gere a universidade, mas sim os docentes. A maioria daqueles que constituem e vivenciam a universidade, ou seja, os segmentos dos estudantes e dos funcionários não estão na verdade gerindo a universidade.

Assim como ocorre em todos os setores do mundo do trabalho, o qual retira o poder de decisão do trabalhador<sup>13</sup> sobre o processo e os frutos do seu trabalho, percebemos na universidade a ocorrência dessa alienação, mas de modo peculiar. Quem possui o maior peso nas decisões é um segmento daqueles que realizam o trabalho na universidade e não como acontece no mundo do trabalho que é um capitalista.

Portanto, a reivindicação por paridade (mesma proporcionalidade de decisão para os segmentos nos órgãos) ou por voto universal (proporcionalidade de decisão dos segmentos de acordo com a totalidade de seus componentes) é uma reivindicação normalmente posta pelo segmento estudantil, que é aquele que possui o maior número de pessoas na comunidade e o menor poder de decisão.

Um dos resultados da visão de autonomia universitária do governo Lula, a partir do PDE, aparece no Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), decreto nº 6.096/07 e Decreto nº 6.095/07, que criam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, além das portarias

---

<sup>13</sup> Apesar de os estudantes não serem trabalhadores, eles realizam um trabalho intelectual e, portanto, a não decisão sobre seu processo e sobre seus rumos é compreendido por nós como um processo de alienação.

interministeriais de nº 22/07 e nº 224/07, que instituem e consolidam o banco de professores equivalentes.

Segundo o Dossiê elaborado pelo ANDES (2007, p. 8)

Apesar do discurso de respeito à autonomia universitária, os decretos pressionam os dirigentes universitários a aderirem às suas regras com a promessa de aumento de verbas. As drásticas alterações previstas pelos decretos e portarias interministeriais, no entanto, nem sequer podem ser discutidas satisfatoriamente pela comunidade universitária devido aos prazos exíguos estipulados pelo MEC.

Pelo Decreto (BRASIL, 2007), o REUNI tem “[...] o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior [...] pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Para o ANDES (2007, p. 12),

Em que pese o conhecimento dessa realidade, o REUNI não prevê o aumento dos investimentos correspondentes ao número das vagas que pretende criar. Com metas numéricas definidas, mas sem os recursos necessários, a proposta do governo não será capaz nem mesmo de melhorar as já precárias condições em que se encontram praticamente todas as universidades públicas brasileiras e, menos ainda, acolher satisfatoriamente os novos estudantes. Sem o aumento real dos investimentos na educação superior, o governo não possibilitará o acesso com garantia de permanência, uma das lutas históricas do Movimento Docente.

Contra o REUNI, que dentre outras questões aumenta o número de vagas sem proporcional aumento de dotação orçamentária, ocorreram movimentos nas universidades federais no ano de 2007. É possível atualmente constatar as conseqüências dessa Reforma Universitária.

Na UFMG começamos a ver as primeiras conseqüências nefastas de um programa de expansão que tem como um dos objetivos uma reestruturação que precariza o ensino superior federal. Já no semestre passado o curso de Design de Moda teve suas aulas paralisadas por cerca de um mês, decorrente da falta de professores. Neste semestre os alunos do primeiro curso criado pelo REUNI [...] tiveram três disciplinas canceladas e duas aguardam a nomeação de professores concursados. [...] Arquivologia e Biblioteconomia hoje têm disciplinas com 80 estudantes em sala de aula, com a junção das duas turmas, fato nunca visto [...]. Na Letras [...], tem disciplinas ministradas à distância que pouco cumprem os requisitos básicos de uma educação de qualidade. Em Montes Claros o número de cursos triplicou sem haver ampliação na infraestrutura, e o projeto de novas instalações, prometido pelo decreto do REUNI, sequer começou a ser colocado no papel. [...]. O bandeirão começa novamente a ter filas, sem qualquer proposta concreta no sentido de uma nova ampliação com a instalação [...]. Além disso [...] a Assistência Estudantil, necessária para permanência de muitos na universidade, tem objetivos nada suficientes e demasiado abstratos. A carga de trabalho dos servidores no bandeirão ainda aumentou muito, e o projeto não prevê nenhuma solução em relação a tal problema. Frente a esta situação muitos estudantes começaram a se organizar. No Curso de Design de Moda, [...] os

alunos mantiveram-se mobilizados por meio de Assembleias no semestre passado. [...] os estudantes de Teófilo Otoni que, devido à falta de professores para determinadas disciplinas e às frágeis condições de estrutura física, se organizaram e hoje mantém uma heróica greve estudantil nos cursos de Serviço Social e Economia, repetindo o feito dos estudantes da UFSJ-Divinópolis no semestre passado, que após 1 mês de paralisação tiveram muitas conquistas. Muitos estudantes que entraram no último período em vagas abertas pela implementação do REUNI hoje esperam para ver o que vai acontecer [...]. Nós somos os maiores defensores destes estudantes, pois além de defendermos sua permanência queremos garantir qualidade de ensino de fato, com professores e infraestrutura. É para isso estamos construindo um Projeto de Lei Nacional, junto à Assembleia Nacional de Estudantes – Livre, que garanta verbas e uma expansão de verdade. (DCE, 2009).

Podemos observar descrições e análises demonstrando a falta de estrutura com a qual estes novos estudantes, juntamente os que já lá estavam, defrontam-se atualmente em quase todas as universidades federais. Entretanto, já em 2007, na época do decreto, tanto o movimento estudantil quanto o movimento docente previam tais conseqüências. Como descreveu o Diretório Central dos Estudantes da UFMG, o ANDES (2007, p. 28-29) defendia que

Expandir a oferta do ensino universitário para atender o direito social à educação é um anseio antigo da sociedade e da comunidade universitária, como bem demonstra o processo de construção do plano nacional de educação, elaborado em 1997 pelos movimentos organizados da sociedade brasileira, com o protagonismo do ANDES-SN e de representantes do movimento estudantil, dentre outros. Além do PNE, vários documentos que o sucederam também revelam o empenho das entidades na defesa desse direito.[...] A universidade pública, por cuja expansão com qualidade estudantes e professores vêm lutando há muito tempo, não pertence aos seus dirigentes, nem ao governo de plantão. Foi construída num tempo relativamente curto, pelo esforço de toda a sociedade e pelos que nela trabalham e estudam há gerações. São essas as forças que não permitirão que patrimônio tão valioso seja apropriado privadamente e desmontado no seu âmago.

A política e a legislação educacionais brasileiras, principalmente a partir de 1930, elencaram várias metas a serem cumpridas, normalmente para os próximos 10 anos. A cada fim de ciclo foram promulgadas novas legislações sem, entretanto, sanarem-se os principais problemas elencados na legislação anterior. Compreendemos com isso que a legislação educacional no Brasil serviu mais a projetos específicos de interesse de determinadas frações da burguesia no decorrer das conjunturas, do que para discutir e colocar expectativas de solucionar determinados déficits, como o analfabetismo, as condições estruturais encontradas no interior das escolas, salário digno aos professores e até mesmo referente ao nosso tema: gestão democrática e autonomia para as escolas e universidades. Tais déficits são sempre retomados com alguma nova *cara*, mas as soluções são sempre adiadas porque não interessam aos grupos dominantes e mesmo que interessassem, como a erradicação do analfabetismo

que é necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, há necessidade de altos recursos financeiros que os capitalistas não estão dispostos a ceder. Contudo, as conquistas de muitas das reivindicações, mesmo que mínimas, foram sempre colocadas e dispostas nesse percurso pelos movimentos sociais, que deram força para construir uma contracorrente. Desenvolveremos essa discussão nos capítulos a seguir.

## **CAPÍTULO II**

### **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA : DA FUNDAÇÃO DECRETADA À DEMOCRATIZAÇÃO**

O objetivo deste capítulo é apresentar e contextualizar a luta pela gestão democrática e autonomia universitárias na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Para a consecução deste objetivo descrevemos e analisamos as lutas pela democratização da UNESP, focando principalmente a contribuição e participação do movimento estudantil.

No primeiro item deste capítulo apresentamos as lutas e conquistas pela democratização da UNESP principiada no início da década de 1980. No item seguinte delineamos os retrocessos apresentados a partir da década de 1990, com o advento da política neoliberal. No terceiro e último item analisamos o processo de luta por autonomia e gestão democrática desencadeado no ano de 2007 contra os decretos outorgados pelo Governo do Estado, focando as mobilizações estudantis durante esse processo.

#### **1. Do movimento pela democratização da Universidade Estadual Paulista à democratização do país**

A Universidade Estadual Paulista foi fundada em 30 de janeiro de 1976, pelo decreto n.º. 952 do governador da época, Paulo Egydio Martins, reunindo 15 Institutos e Faculdades Isoladas localizadas no interior do Estado de São Paulo. Entretanto, seu processo de criação se inicia no fim da década de 1960.

Em agosto de 1968 os segmentos docente, discente e de funcionários dos Institutos Isolados “[...] promoveram um encontro em Araraquara que teve como principal ponto de pauta o estudo encomendado pelo Governador Estadual sobre a situação dessas faculdades” (DAL RI, 1997, p. 68). Durante o encontro, os segmentos perceberam que o conteúdo de suas necessidades e reivindicações era semelhante e decidiram formar um movimento conjunto (DAL RI, 1997, p. 68).

Entretanto, em outubro, um dia após o segundo encontro dos segmentos dos Institutos Isolados, realizado em Rio Claro, a polícia invade um sítio em Ibiúna, São Paulo, onde se realizava o XXX Congresso da UNE e prende centenas de estudantes, inclusive seus principais dirigentes. Dessa forma, “O clima de terror e insegurança

desencadeado pela repressão da ditadura inviabilizou a discussão e a continuidade do movimento pelo agrupamento dos Institutos Isolados” (DAL RI, 1997, p. 69).

Dias (2004, p. 160) questiona se o governo

[...] esperava que os estudantes e professores deixassem as ruas e se reunissem dentro das escolas (territórios livres?). Na pior das hipóteses, dessa forma, poderiam ser clara e facilmente identificados. Uma outra possibilidade era de se promover a ilusão da participação, ou ainda, tomar tais reuniões como termômetros medidores da recepção das idéias produzidas do CEE [Conselho Estadual de Educação], no caso dos Institutos Isolados. Se não, qual o sentido das reuniões propostas, além do benefício trazido para a comunidade acadêmica dos Institutos, se o tratamento oficial dado ao material produzido é esse, que vemos a seguir?

Logo após a reunião de Rio Claro, em 1969, o Governo Estadual criou a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), a qual passou a coordenar os Institutos. A análise de Dias (2004, p. 162) é a de que o próximo desafio dos executivos da CESESP seria conferir uma forma institucional orgânica às jovens autarquias, de modo a adaptá-las aos desígnios da Reforma de 1968.

Em 1970 foi criada uma legislação própria para os Institutos Isolados.

[...] a decisão de criar a terceira universidade do Estado já estava tomada, restando apenas gerar formas de viabilizá-las, em várias instâncias. Há no entanto, todo um exercício de retórica, sustentando a necessidade de se considerar outras possibilidades existentes, como a de federação de escolas e a criação de universidades regionais, ambas considerando a particularidade expressa na dispersão espacial dos Institutos. (DIAS, 2004, p. 1620).

Segundo Nilo Odália (1996 apud DAL RI, 1997, p. 70), o projeto que estava sendo estudado pelos docentes, na época, era de uma Federação, pois os “Institutos Isolados não perderiam sua individualidade nem o seu passado”.

Entretanto, em uma reunião em 1976, o então Secretário de Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Luiz Ferreira Martins, responsável pela CESESP, e o governador Paulo Egydio Martins criaram a UNESP, sem nenhum diálogo ou consulta às comunidades acadêmicas. A primeira ação realizada foi o corte de cursos duplicados nos *campi*. “[...] princípio este equivocado, porque isso não atendia à realidade própria, multicampal, tendo em vista que a clientela atendida pela UNESP era diferenciada, não só em termos sociais ou econômicos, mas diferenciada geograficamente” (NILO ODÁLIA, 1996 apud DAL RI, 1997, p. 70).

A criação da UNESP da forma relatada representou o autoritarismo da ditadura militar. Seu primeiro reitor, indicado pelo governo estadual, foi Luiz Ferreira Martins (1976-1980), que organizou o primeiro Estatuto da UNESP sem discussão com os segmentos acadêmicos. Além disso, foram transferidos cursos e professores de um

*campus* para outro, tendo como critério a não duplicação de cursos em uma mesma região. Esse processo foi antidemocrático e traumático para os professores e estudantes, pois já haviam se enraizado nas cidades.

O período compreendido entre a apresentação do projeto de Lei que cria a UNESP e a sua assinatura três meses depois não seguiu sem percalços.

Os artigos do projeto de Lei que foram questionados na Assembleia eram os relativos à representação discente, que não tinha sido contemplada, e à maneira como seriam incorporados aos quadros da nova universidade os professores dos Institutos Isolados, contratados por diferentes tipos de contratos. Com base na Lei 5.540, foi garantido aos estudantes a representação mínima de 1/5 dos participantes do colegiado. Como, a partir da criação, foi constituído o Conselho Universitário Provisório, tinham os gestores a idéia de regulamentar tal representação quando fossem elaborados Estatutos e o Regimento. Parece ter sido considerado conveniente afastar os estudantes das discussões que levariam à reestruturação da universidade. Uma vez contestada a exclusão, a emenda foi feita e não houve como contestá-la. (DIAS, 2004, p. 183-184).

O Conselho Universitário Provisório (CO) formado para gerir a UNESP foi composto pelo reitor, vice-reitor, diretores dos Institutos e representante discente. Assim, os professores e funcionários não tiveram representação.

Além disso, como afirma Dias (2004, p. 186) “[...] as informações eram dadas na forma de notícias, como, por exemplo, a questão do nome da universidade, e em nenhum momento a comunidade acadêmica participou do processo”.

Para oficializar os dois grandes princípios que nortearam a reorganização dos Institutos Isolados, a reitoria colocou para aprovação o primeiro estatuto da universidade e as eleições para representantes no CO, que até então funcionava provisoriamente (DAL RI, 1997, p. 74).

Nesse momento foi criada a primeira Associação de Docentes das universidades estaduais paulistas, em 5 de junho de 1976, a Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP). Os docentes estavam até então, impedidos de participar das discussões formais, não tendo representação no CO. “A tarefa inicial foi a de viajar a todos os *campi*, para sensibilizar os colegas à necessidade de articulação e conseguir um mínimo de respaldo para as atividades” (DIAS, 2004, p. 194).

Empossado, o primeiro CO eleito aprova quase que na íntegra o estatuto defendido pela reitoria. O anteprojeto foi encaminhado para discussão com um prazo de apenas 15 dias para ser aprovado.

As primeiras manifestações e protestos se referiam à questão do tempo [...]. As FFCL, principalmente em Presidente Prudente, Araraquara, Rio Claro, Assis e Marília entraram em estado de Assembleia Permanente, para que fosse possível, em tempo recorde, analisar, criticar e propor mudanças ao

estatuto. Reuniões foram feitas também em Franca e Rio Preto. [...] Foi [...] intensa a participação dos docentes via ADUNESP, com a publicação freqüente de manifestos e textos de análise e organização de manifestações em várias cidades, envolvendo as comunidades locais. (DIAS, 2004, p. 202-203).

Segundo Odália (1996 apud DAL RI, 1997, p. 75), houve um equívoco na atuação da ADUNESP, já que os docentes se opunham ao estatuto defendido pela Reitoria, mas não apresentaram um projeto alternativo. Ademais, Dal Ri (1997, p. 75) assinala que sob o regime militar, muitos docentes tinham medo de participar e achavam que não havia como se contrapor ao governo autoritário.

Assim, em ritmo acelerado, durante quatro dias, conselheiros se debruçaram na análise e votação das emendas, aprovando todo o Estatuto. De acordo com Dias (2004, p. 210), no terceiro dia, os alunos se retiraram sob protestos, discordando do encaminhamento dado.

Os estudantes da UNESP apenas conseguiram se organizar em 1981, com o 1º Congresso dos Estudantes da UNESP, que ocorreu em Araraquara. Em 1983 sucedeu o 2º Congresso, em Assis, durante o processo que desencadeou a luta pela democratização.

O movimento pela democratização e por eleições diretas para os cargos executivos da universidade iniciou-se em agosto de 1983<sup>14</sup> no *campus* de Assis, quando a comunidade acadêmica daquela Unidade indicou um nome para o cargo de diretor (DAL RI, 1997, p.91). O então reitor, Armando Octávio Ramos, não aceitou a indicação da comunidade e empossou outra pessoa como diretor daquele *campus*. Esse fato acabou desencadeando uma luta no interior da UNESP por eleições diretas para reitor e pela democratização da instituição, que se articulou com a luta mais geral pela democratização da sociedade e pela volta ao estado de direito no país.

Em novembro de 1983, a ADUNESP, apoiada pelo DCE e pela Comissão Central de Funcionários da UNESP, realiza uma *eleição* para reitor. O candidato Saad obtém a maioria dos votos entre os segmentos. Contudo, o CO promoveu nova consulta, considerada oficial, agora com seus candidatos. Mesmo sendo inelegível, por legalmente não poder haver reeleição, e ainda assim perder para Saad, que obtém

---

<sup>14</sup> Em dezembro de 1983 inicia-se o movimento conhecido como Diretas Já que se estende até abril de 1984, reivindicando eleições diretas para Presidente e demais cargos executivos do Estado. Esse movimento será trabalhado no capítulo III. Entretanto, cabe ressaltar que o movimento pela democratização da universidade ocorrido na UNESP no mesmo período, expandiu-se e encontrou respaldo fora da universidade, fortalecendo-se.

novamente a maioria dos votos, Armando e o CO elaboram a lista sêxtupla sem os nomes dos mais votados. (DAL RI, 1997, p. 91-93).

Quando o CO desprezou a consulta que havia sido realizada à comunidade para indicação do nome do novo reitor, uma caravana de cerca de 800 pessoas dirigiu-se a São Paulo na expectativa de um posicionamento do recém-eleito governador, Franco Montoro. O governador, eleito pela oposição, canalizara o descontentamento com o antigo Governo e as esperanças de democratização. (DAL RI, 1997, p. 93).

Franco Montoro rejeitou a lista enviada pelo reitor, pois os nomes eram do próprio reitor e outros cinco de seu próprio grupo.

Para Maria Valéria Barbosa Veríssimo (2011)<sup>15</sup>, estudante do *campus* de Marília na época,

[...] o que as pessoas queriam naquele momento, que as eleições pudessem ser diretas para diretor e que a gente pudesse ter o rebaixamento de título para diretor. Porque antigamente os diretores das unidades só podiam ser professores titulares e os próprios títulos para professores titulares não eram títulos por mérito. Alguns receberam esse título porque foram nomeados sem terem passado necessariamente por um concurso. Então com isso você tinha um feudo de professores titulares no interior da universidade, esse feudo era o feudo que comandava a universidade, porque só eles podiam ser diretores das unidades. Como a gente tinha poucos cargos de professores titulares, eles rodavam a universidade. Tanto é que o diretor naquele momento na UNESP de Marília era um professor de Assis [...]. É como se a comunidade fosse controlada por pessoas que nem conhecia a Unidade. E com isso você tinha uma mão de ferro muito maior. As Unidades tinham que seguir a risca aquilo que era deliberado fora de suas congregações. Esse diretor servia muito mais ao comando externo do que o que estava colocado internamente. As congregações eram mais congregações de referendo do que congregações de discussões dos problemas internos da própria Unidade. Tudo vinha de cima, um conselho universitário extremamente controlado, com esses diretores que eram também nomeados que estavam na mão do próprio reitor. Então Assis, a partir do movimento estudantil, do movimento de professores, do movimento de funcionários desencadeia o processo de eleições.

A comunidade acadêmica deflagrou uma longa greve, com ocupações de reitoria e diretorias, passeatas e atos públicos, cuja principal palavra de ordem era: eleições diretas para reitor e para presidente.

Os *campi* de Assis, Marília, Araraquara e Rio Preto entraram em greve. Os estudantes do *campus* de Ilha Solteira paralisaram as aulas nos dias 10 e 16 de agosto desse ano, para apoiar os estudantes de Assis e também para protestar contra os problemas que enfrentavam em Ilha Solteira.

Maria Valéria (2011) afirma que

---

<sup>15</sup> Entrevistamos Maria Valéria Barbosa Veríssimo, no mês de maio de 2011. Atualmente, ela é docente da UNESP, *campus* de Marília.

Marília que sempre teve um reduto mais combativo, responde muito rapidamente aquilo que estava acontecendo lá. Claro que tinha uma forte pulsão dos alunos, os alunos foram protagonistas desse processo, mas tinha um enorme respaldo do conjunto dos professores e do conjunto dos funcionários. E mais, quem estava mais na linha de frente, de fazer ocupações nas diretorias e na reitoria, foi o movimento estudantil. A gente tinha um movimento estudantil forte nesse momento, que não fica restrito a sua Unidade, você tinha uma certa circulação de lideranças estudantis, e essas lideranças é que acabava dando um certo elo, uma certa unidade para o conjunto da luta.

Chauí (1983a, p. 1; 1983b, p.1) afirma que estudantes, professores e funcionários sofreram repressão após iniciar as mobilizações em Assis, por meio de aberturas de sindicâncias, correndo o risco de expulsão e demissão, e por meio de repressão policial no *campus* ocupado pelos estudantes. Segundo Salgado (1996 apud DAL RI, 1997, p.91), “[...] o Armando [reitor] bancou o durão e até ameaçou demitir docentes e punir alunos numa sindicância interna que durou meses. [...]. Mas o pessoal sentia no ar que aqueles eram os primeiros trechos de um caminho que nos conduziria à democracia”.

De acordo com a estudante do *campus* de Botucatu na época, Solange Tola Delfini (2010)<sup>16</sup>, “O envolvimento dos estudantes foi fundamental, fortalecendo as entidades locais (centros acadêmicos). Foram muitos dias de greve, várias vindas para São Paulo e a invasão da reitoria por alguns dias”.

A situação apenas começou a estabilizar-se quando ocorreu a intervenção do governador Franco Montoro que nomeou um reitor *pro-tempore* para a UNESP (DAL RI, 1997).

Quanto aos estudantes, Solange (2010) afirma que

O maior contato entre os estudantes dos diferentes *campi* e as discussões durante este período do processo eleitoral para reitor, além do período da invasão da reitoria, onde as principais lideranças locais estavam presentes e onde realizávamos assembleias diárias discutindo não só os rumos do movimento pela reitoria, mas as principais reivindicações para o próximo reitor, foram evidenciando a necessidade de uma entidade que identificasse todos os estudantes da UNESP. O resgate do DCE Helenira Resende surgiu como resultado natural do movimento.

Durante os dias 25, 26 e 27 de setembro de 1984 aconteceu a eleição para a primeira diretoria efetiva do DCE da UNESP.

De acordo com Solange (2010)

Durante o movimento as correntes foram se organizando. Era fácil se unir em torno de uma causa maior, mas na hora que se chegava a temas mais

---

<sup>16</sup> Solange Tola Delfini nos concedeu um depoimento por escrito, no mês de dezembro de 2010. Atualmente é docente do Centro Paula Souza.

específicos, as diferentes concepções afluíam. A polarização acontecia entre o PT e os partidos clandestinos ligados ao PMDB. E assim as chapas se formaram. Como eu era filiada ao PT, mas não pertencia a nenhuma *corrente*, meu nome conseguiu aglutinar as lideranças das diferentes correntes petistas e eu saí como presidente (eu também representava um dos maiores *campus* em termos de alunos, Botucatu). A outra chapa se organizou em torno de um estudante de Ilha Solteira ligado ao PCB.

Assim, a chapa *Avançar na Luta*, que teve como Presidente Solange, ganhou as eleições (DCE, 1984).

Em 1984 “[...] quando as entidades e a comunidade universitária ainda discutiam a sucessão para reitor, outro debate começou a tomar forma: a elaboração de novos estatutos para a universidade” (DAL RI, 1997, p.97). Em novembro de 1984, o reitor *pro-tempore*, Jorge Nagle, convocou o processo estatuinte na UNESP. A reformulação do Estatuto foi inspirada no da Universidade Estadual de *Campinas* (UNICAMP), que era mais democrático que o da Universidade de São Paulo (USP), mediante ampla discussão com os setores acadêmicos.

Houve uma forte participação dos três segmentos de todos os *Campi* no processo de reforma estatutária. Maria Valeria (2011) discorrendo sobre esse processo afirma a forte participação do segmento discente.

Eu só lembro que a gente fazia algumas reuniões coletivas de todos os *campi*. A gente teve encontros, que foram encontros dos três segmentos, que discutiam a democratização da universidade em dois principais pontos: eleições e a reforma do estatuto. A reforma do Estatuto era necessária para colocar aquilo que queríamos implementar, como uma certa descentralização, queríamos que as congregações tivessem uma força maior. Os órgãos colegiados foram redesenhados. Eu me lembro das lideranças políticas participando [...]. Eram lideranças com muita clareza política, eram extremamente engajadas, elas tinham muito respeito inclusive do segmento docente. Eu me lembro claramente de um encontro que teve em Botucatu, encontro dos três segmentos para discutir o Estatuto. [...]. Os estudantes que participaram das discussões eram delegados eleitos em seus *campi*, era um grupo grande e eu fui uma delas. A gente não tinha tanto essa divisão por cursos, a gente fazia uma assembleia geral, discutia e votava.

O segmento estudantil apresentou propostas, tais como: “[...] paridade, desde o Conselho Universitário, descendo toda a hierarquia até os Conselhos de Departamentos. A eleição direta e paritária para todos os cargos diretivos da UNESP [...]” (TOLA, 1984 apud DAL RI, 1997, p.97-98).

Os estudantes levaram suas propostas, como fortalecimento da universidade pública, a questão de mais verbas para a universidade, as eleições e órgãos colegiados, e dentro dela a questão da paridade. Tanto que em um primeiro momento a gente vai ter vários órgãos colegiados com paridade e após LBD temos um certo recuo. É claro que a perspectiva meritocrática esteve sempre presente, os professores acham que estão em um patamar superior aos estudantes, por isso a deliberação tem que estar nas suas mãos. Tem uma

certa visão assim, os alunos passam e os professores permanecem. Mas naquele momento a discussão não tinha tanto essa perspectiva, porque pegava muito mal chamar pra si um certo privilégio, porque tinha um movimento estudantil muito forte. Então não tinha espaço político para dizer isso. Em um certo momento teve uma certa discussão sobre eleição universal, mas não me lembro como isso se desdobrou. Só me lembro que depois ficou paridade, deve ter sido parte das negociações. Mas eu me lembro que era muito freqüente os alunos falarem em voto universal. No processo de negociação acabou ficando a bandeira da paridade justamente para a unificação da luta. Uma das grandes questões é que a gente se sentia muito atrelado ao Estado. Apesar de Franco Montoro ser um governo eleito [...] Mas ele continuava sendo uma força estranha no interior da universidade. Assim a gente reivindicava com muita força a questão da autonomia em todos os níveis, inclusive autonomia de gestão financeira. (MARIA VALÉRIA, 2011).

Como afirmou Maria Valéria (2011), houve outras propostas como: reuniões abertas à comunidade em todos os órgãos colegiados; qualquer membro da comunidade deve ter o direito a concorrer a reitor; sufrágio universal para a escolha de dirigentes. Entretanto, foram propostas derrotadas no Congresso (MENDONÇA, 1998, p.61).

“Em agosto de 86, a Comissão Central submeteu o Anteprojeto do Estatuto da UNESP à aprovação da comunidade universitária, por meio de plebiscito. [...]. A grande maioria dos votantes (73,3%) optou pelo sim” (DAL RI, 1997, p.99). No entanto, alegando que o conjunto das propostas apresentava muitos pontos conflitantes, o agora reitor Jorge Nagle indicou uma comissão para apresentar um anteprojeto. “No final de 87, o anteprojeto é enviado ao CO que, discutindo item por item, levou um ano para aprová-lo” (DAL RI, 1997, p.100).

Para Dal Ri (1997, p.106) “Embora o estatuto aprovado no C.O. não tenha refletido exatamente o que saiu do Congresso de Reestruturação, [...] este se constituiu em um dos mais avançados e democráticos quando comparado com o de outras universidades”. Vale ressaltar que a UNESP contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade, processo que foi, posteriormente, referendado no Estatuto da Universidade aprovado em 1988.

Dal Ri (1997) verificou que a UNESP obteve uma ampliação significativa de espaços democráticos, de participação dos segmentos na estrutura de poder, mormente nos órgãos colegiados.

Contudo, a atuação do movimento estudantil naquela época não conseguiu aprovar grande parte de suas reivindicações. Para Solange (2010)

[...] o enfraquecimento do movimento se deu pela sua partidarização, que afastou a massa estudantil que não queria uma vinculação partidária e deixou de lado as causas específicas do segmento que representava. As causas específicas agregavam os estudantes e a politização deste processo fortalecia o movimento, entretanto, quando a politização passa para a partidarização, a

coisa se restringe e o movimento *perde a mão*. [...]. Os partidos em voga eram PT, PCB e PC do B.

Em 1986, mediante o decreto n. 24.951, foi criado pelo governador Franco Montoro o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo (CRUESP). Constituído pelos reitores da USP, UNICAMP e da UNESP, bem como pelos secretários da Educação do governo, o CRUESP tinha como objetivo fomentar uma integração das três universidades (CATANI; GUTIERREZ, 1998, p. 123).

Após a criação do CRUESP se inicia uma grande mobilização da comunidade acadêmica, juntamente com o funcionalismo estatal, por aumento salarial, conhecido como *SOS Universidade*.

De acordo com Buccelli (2005, p. 91), “[...] na esteira de uma greve de 80 dias, simultaneamente, à promulgação da nova Constituição Federal”, a comunidade acadêmica da UNESP conquista sua autonomia de gestão financeira, pela promulgação do Decreto nº 29598, de fevereiro de 1989, no Governo de Orestes Quéricia, que abrangeu também a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). “O orçamento das universidades foi vinculado a um percentual da arrecadação do ICMS transferindo a elas a responsabilidades na formulação e execução das políticas de pessoal, de custeio e de investimento” (BOVO, 2005, p.80). O mesmo decreto acrescenta às competências do CRUESP a distribuição dos recursos entre as três universidades<sup>17</sup>.

Segundo Magalhães (1998, p. 80) a concessão de autonomia do Estado às universidades através de decreto é muito precária, uma vez que pode ser revogada a qualquer momento. Isto coloca a necessidade de uma luta para tornar a gestão financeira e patrimonial objeto de legislação estadual.

Além disso, a autonomia de gestão financeira não garante o repasse da verba necessária ao cumprimento das atividades universitárias. “Segundo representantes dos estudantes no Conselho Universitário da época, o movimento discente tinha restrições sobre a questão, uma vez que não adiantava ter autonomia administrativa sem um percentual adequado” (MAGALHÃES, 1998, p. 81). Uma época de crise, logo com pouca arrecadação, deixaria a universidade também em crise.

Para Maria Valéria (2011)

---

<sup>17</sup> O percentual inicial do ICMS destinado às universidades paulistas era de 8,4% em 1989 e desde 1995 é de 9,57%.

As universidades tinham muita força para fazer greve, a gente puxava as greves do funcionalismo público como um todo. A gente inclusive tinha um núcleo chamado M19, que juntava todas as entidades do funcionalismo público que desenvolvia a greve. Em 1988, o funcionalismo faz uma greve muito forte e os professores ficaram 100 dias parados, e após essa greve que termina no fim do ano, é que o governo do Quêrcia, que era um governo do MDB, já nesse momento PMDB, outorga a autonomia. Quando ele outorga o índice de recurso financeiro, ele coloca um índice muito abaixo daquilo que nós gastávamos. Com isso, o dinheiro que é liberado para a gente não dá para nos manter, por isso um presente de grego.

É compreensível que os estudantes tivessem restrições a essa questão, pois, como pode ser observado nos anos a seguir, foi e ainda é necessário a luta da comunidade acadêmica para aumentar o percentual de arrecadação durante as discussões sobre a lei orçamentária do Estado. Contudo, o governo não outorgaria a autonomia de gestão financeira, se não fosse a força e a amplitude das mobilizações naqueles últimos anos. Diante do exposto, compreendemos que a autonomia de gestão financeira, mesmo com um percentual não adequado às necessidades das universidades, foi uma conquista de sua comunidade. Certo que não se pode parar de lutar após sua conquista.

Enquanto a USP e a UNICAMP estavam tranqüilas com isso, pois a primeira detinha um alto poder patrimonial, além de receber o maior percentual da arrecadação, e a segunda remetia o assunto a uma questão de competência administrativa, os segmentos acadêmicos da UNESP mobilizaram-se para lutar pelo aumento do percentual destinado a elas. Na medida em o movimento da UNESP aumentou sua força, as outras universidades abandonaram seu discurso e passaram a apoiar essa bandeira (MAGALHÃES, 1998, p. 81-82).

Segundo Santos (2008, p. 12), depois de 12 anos sem aumento no percentual, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2006 previa um aumento de verbas para todos os níveis da educação pública. Apesar das emendas no projeto não contemplarem a totalidade das reivindicações das entidades, elas representaram um avanço em relação à situação vigente. Foram aprovados aumento para 10% no percentual de repasse da quota-parte líquida do ICMS para as Universidades; destinação às três universidades de 10% da quota-parte do Estado da Lei Kandir; 1% do ICMS para o Centro Paula Souza e aumento de 30 para 31% da receita de impostos para a Educação Básica.

“Centenas de estudantes, funcionários e docentes da UNESP, USP, UNICAMP e Centro Paula Souza acompanharam no plenário da Assembleia Legislativa essa vitória

histórica da educação pública no Estado de São Paulo” (SANTOS, 2008, p. 12), que foi posteriormente vetada pelo Governador da época, Geraldo Alckmin.

De qualquer modo, as universidades estaduais paulistas conquistam uma maior autonomia, se comparada a outras universidades brasileiras, o que proporciona melhores condições para o autogoverno.

Porém, pela influência direta do neoliberalismo, a partir da década de 1990, constatamos que a UNESP começa a perder traços de sua democratização.

## **2. A adequação da UNESP à LDBEN na década de 1990: retrocessos na democratização**

Boaventura de S. Santos (2005) identifica três crises para as universidades públicas no século XXI.

A crise da hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas. De um lado, a produção da alta cultura necessária à formação das elites. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, útil na formação de mão de obra qualificada. “Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara numa crise de hegemonia” (SANTOS, B., 2005, p. 8-9).

A crise de legitimidade era decorrência de a universidade deixar de ser uma instituição consensual, em face da contradição das restrições do acesso e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade, que vinham sendo colocadas.

A crise institucional resultava da contradição entre a reivindicação pela autonomia e a pressão crescente resultante da aplicação de critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial.

A análise “[...] mostrava que a universidade, longe de poder resolver as suas crises, tinha vindo a geri-las de modo a evitar que elas se aprofundassem descontroladamente.” (SANTOS, B., 2005, p. 9).

No bojo das reformas neoliberais implementadas na década de 1990, essencialmente no Governo FHC, já discutidas no capítulo I, a gestão democrática e a autonomia universitárias são remodeladas. A busca pela eficiência da gestão e a abertura da universidade ao mercado colocaram a participação e a autonomia de gestão como empecilhos para atingir as finalidades propostas.

Para entendermos melhor como se deu o processo de disputa em torno da LDBEN e quais as implicações para a autonomia e gestão democrática universitária no texto aprovado, percorremos os fatos desde seu início e analisamos mais profundamente os artigos que tratam dessas questões, na medida em que essa legislação está vigorando até o momento e define as condições, em tese, de participação dos estudantes na gestão da universidade.

“Logo após a aprovação da Constituição Federal, um grupo liderado por Florestan Fernandes foi encarregado de discutir com diferentes entidades representativas dos setores educacionais um novo texto para a LDBEN” (PELOZO, 2005, p.72). O primeiro projeto de LDBEN saiu da Câmara dos Deputados e foi apresentado pelo

[...] deputado Octávio Elísio, porém teve como relator o deputado Jorge Hage, o qual trabalhou sobre o material disponível, ouvindo democraticamente todos os que pudessem contribuir para o equacionamento da matéria em pauta, chegando a um projeto substitutivo que foi aprovado pela Comissão em 28.06.90. (SAVIANI, 2000, p. 195)

Podemos notar o caráter democrático que teve este primeiro projeto, uma vez que procurou ouvir os diversos segmentos acolhendo os anseios e as necessidades de democratização das relações sociais, entre elas a das instituições educacionais.

Apesar do esforço para a elaboração de um projeto democrático, o mesmo não foi aprovado, pois recebeu inúmeras “[...] emendas que correspondiam a interesses dos grupos privados e descaracterizava o caráter democrático do projeto original”. (PELOZO, 2005, p. 65).

Ao mesmo tempo em que tramitava o projeto da Câmara, o senador Darcy Ribeiro apresentou um projeto substitutivo no Senado. Desse modo, dois projetos tramitaram simultaneamente. Após oito anos da apresentação do primeiro projeto de LDBEN, o projeto de lei n. 9.394/96 do senador Darcy Ribeiro foi aprovado, pois se encontrava “[...] em sintonia com a nova orientação política dominante” (PELOZO, 2005, p. 65), ou seja, com os princípios neoliberais, uma vez que desde o governo Collor houve uma aproximação com o Banco Mundial e iniciou-se a implantação das reformas neoliberais.

O art. 56 da LDBEN - o qual dispõe sobre o funcionamento de órgãos colegiados deliberativos, com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica - dispõe que os docentes devem ocupar setenta por cento dos assentos em cada órgão,

principalmente quando se tratarem de formulações estatutárias e regimentais, assim como de escolha de dirigentes.

Entretanto, a UNESP contava com eleições paritárias desde 1983, fruto do processo de luta da comunidade acadêmica, encaminhada principalmente pelos estudantes. Após a promulgação da LDBEN, o estatuto da UNESP foi reformulado, durante a gestão do reitor Antônio Manuel (1997- 2001), para adequação à Lei. Assim, no estatuto os critérios para as eleições de dirigentes apontam a porcentagem de setenta por cento de peso dos votos para os docentes, quinze por cento para estudantes e quinze para funcionários.

É sempre relevante lembrar que a UNESP contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade, processo que foi, posteriormente, referendado no Estatuto da Universidade, aprovado em 1988. Esse quadro só mudou a partir de 1996<sup>18</sup>, quando a UNESP adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma exigência legal, foi uma submissão do Conselho Universitário (CO). Ao realizar a última reforma nos estatutos da Universidade, o CO submeteu-se passivamente à política das leis federais de restrição à autonomia universitária, as quais impuseram um retrocesso aos processos democráticos que vinham sendo observados. (ADUNESP/SINTUNESP, 2008, p.1).

Além disso, segundo Dal Ri (1997, p. 198), a UNESP, na década de 1990, apresentou um retrocesso no funcionamento democrático dos órgãos decisórios, pois houve uma centralização do poder de decisão no nível do executivo, a reitoria desenvolveu uma política de articulação com os diretores de Unidades e negociou cargos com os funcionários em troca de apoio político. Também não cumpriu seus estatutos, em especial no que se refere à discussão orçamentária, pois o reitor do período deixou a discussão de fora do CO, que o apreciava apenas de maneira formal.

As mudanças ocorridas nos estatutos foram pontuais, unilaterais e não privilegiaram a participação da comunidade, ao contrário, foram colocadas restrições à sua participação. A Assembleia Universitária que deveria ser convocada a cada quatro anos, composta pelos representantes dos três segmentos, não ocorreu e sua periodicidade foi excluída do Estatuto, sem reação por parte das entidades representativas (DAL RI, 1997, p. 210).

A discussão sobre a gestão democrática e a autonomia na UNESP parecia estar relativamente esquecida pela comunidade acadêmica na década de 1990, ficando nas mãos dos teóricos desse tema. Ainda assim, podemos constatar que a produção teórica

---

<sup>18</sup> Entretanto, a UNESP demorou o prazo máximo de quatro anos permitido em lei, para se adequar à LDBEN/96. Somente a partir do ano 2000, a universidade modificou as eleições paritárias para setenta por cento de docentes, quinze de estudantes e quinze de funcionários.

referente à educação superior não coloca em evidência a discussão acerca da gestão universitária e, muito menos, sobre os processos decisórios dos segmentos. Entendemos que um dos motivos do porque isso ocorre é que o segmento que detém o maior poder decisório na universidade é justamente aquele que também produz a maior parte do conhecimento, ou seja, os docentes.

Catani e Gutierrez (1998, p. 134) afirmam que “[...] a possibilidade de co-gestão (ou até mesmo de autogestão) da Universidade é limitada, também, concretamente, pela falta de vontade política dos agentes sociais envolvidos”. Isso se deve, também, à ideologia hegemônica difundida na sociedade capitalista de que aquele que deve decidir sobre o processo de trabalho é o capitalista, detentor dos meios de produção, ou a burocracia que detém, segundo tal visão, o conhecimento acerca dos processos técnico-administrativos. Essa ideologia está associada à concepção de democracia representativa. Os representantes, após eleitos, possuem o poder de decidirem sozinhos sobre as questões que envolvem o corpo que o elegeu.

Na história do movimento estudantil podemos constatar a luta por uma democracia direta e participativa, que tenha como pressuposto as deliberações realizadas pelo corpo daqueles que estão envolvidos nas questões colocadas. Contudo, à medida que essa ideologia é contraposta à dominante no interior da universidade, os resultados dependem da correlação de forças nas quais se expressam as classes sociais. Por vezes, o movimento estudantil é desencorajado pela maioria dos estudantes que reproduz a ideologia dominante ou por medo de repressão. Mesmo assim, essa reivindicação é sempre posta, conseguindo conquistas dependendo da conjuntura, como será demonstrado nas discussões posteriores.

Observamos que em 2007, no Estado de São Paulo, a luta por autonomia e gestão democrática foi retomada por um forte movimento, como resposta ao projeto educacional do governo Serra para as universidades públicas estaduais.

### **3. Os decretos Serra e a luta pela autonomia e gestão democrática**

No ano de 2007 no Brasil as universidades públicas entraram em sua maior crise considerando a última década, principalmente as Universidades Estaduais de São Paulo. Boaventura de S. Santos (2005) aponta que as reitorias e o Estado, longe de resolverem suas crises, passaram os últimos anos gerindo-as de forma a evitar que se

aprofundassem descontroladamente. Entretanto, quando a crise se aprofundou obteve reação social e política dos setores organizados.

Um marco da crise ocorre no dia 29 de dezembro de 2006, quando o então governador Cláudio Lembo (Partido da Frente Liberal – PFL), em seus últimos dias de gestão, vetou o aumento de recursos aprovado pela Assembleia Legislativa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 (LDO) para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza. A Assembleia havia aprovado o aumento dos recursos para a área da educação em todos os níveis, que receberia 31% do orçamento do Estado.

Os deputados também haviam elevado a cota-parte do ICMS destinado à manutenção da USP, UNESP e UNICAMP de 9,57% para 10,43%, além de destinar 1% da arrecadação do mesmo imposto para o Centro Paula Souza. A medida significaria cerca de R\$ 700 milhões a mais para as universidades. (USP, 2007).

Desde a conquista da autonomia de gestão financeira em 1989, as estaduais paulistas lutam todos os anos pelo aumento do repasse, congelado no percentual de 9,57 desde 1995. Entretanto, essa discussão foi somada às medidas implementadas pelo novo governador, e até certo ponto ficando secundária nas lutas, como pode ser observado a seguir.

Logo nos primeiros dias de seu mandato no ano de 2007, o então governador José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), interveio por meio de uma série de decretos nas instituições públicas estaduais.

O Decreto nº 51.460 de 01/01/2007 decreta alterações de denominação da Secretaria de Turismo para Secretaria de Ensino Superior. São submetidos à Secretaria de Ensino Superior: a USP; a UNICAMP; a UNESP; a Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA; a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP e a Fundação Memorial da América Latina. Também passa a ser estrutura básica da pasta o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo – CRUESP. Pelo mesmo decreto ficam transferidos para a Secretaria de Ensino Superior os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis.

“Importante ressaltar que até então, as estaduais paulistas, bem como o Centro Paula Souza eram subordinados à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Agora, o Centro Paula Souza (ETEs e FATECs) foi desvinculado da UNESP e submetido à Secretaria de Desenvolvimento” (GRÊMIO POLITÉCNICO, 2007).

O Decreto nº 51.461 de 01/01/2007 dispõe sobre as atribuições da Secretaria de Ensino Superior, conferindo à Secretaria poder para implementação de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis. Cria mais etapas ao já carregado sistema, ocasionando inviabilidade em sua gestão. Não chega a prever financiamento público para as universidades. Ainda, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo – CRUESP passa a integrar a Estrutura Básica da Secretaria de Ensino Superior e será conduzido por um Secretário designado pelo Titular da Pasta.

Apesar de estar observado o respeito à autonomia universitária, “[...] o decreto afirmava a prioridade as pesquisas que pudessem ser aplicadas imediatamente (operacionalizadas)” (BIANCHI, 2008, p. 48).

O Decreto nº 51.471 de 02/01/2007 estabelece que ficam vetadas a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial, como é o caso das estaduais paulistas, as fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e as sociedades de economia mista. Porém, essa restrição não se aplica às nomeações e designações para cargos em comissão ou funções de confiança.

Desse modo, as funções do CRUESP foram repassadas a nova Secretaria, ferindo a autonomia de gestão administrativa. A priorização de determinados tipos de pesquisa, interfere na autonomia didático-científica. A determinação das universidades estaduais paulistas serem incluídas no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), interfere na autonomia de gestão financeira. Compreendemos, portanto, que o governo estadual por meio dos decretos infringiu, principalmente, a administração das universidades, determinando regulamentações na autonomia conquistada na década de 1980.

Como resposta aos Decretos, iniciou-se uma forte mobilização da comunidade acadêmica das instituições envolvidas, principalmente as estaduais paulistas. Os primeiros decretos foram instituídos nos primeiros dias de janeiro de 2007, ou seja, no período de recesso das universidades, mas mesmo assim a discussão foi iniciada.

A Associação de docentes da UNICAMP (Adunicamp) em 17 de janeiro de 2007 divulgou um boletim explicativo sobre o teor dos decretos, com o título *2007 – o fim da autonomia universitária!*. (ADUNICAMP, 2007). Vale ressaltar que no Boletim consta que a Adunicamp apenas teve acesso ao decreto que cria a Secretaria de Ensino Superior no dia 16 de janeiro. Reuniões dos setores começaram a ser organizadas. Em

vista da repercussão dos decretos, no final do mês de janeiro o governador altera um dos decretos, qual seja, o que diz respeito ao CRUESP.

O Decreto nº 51.535 de 31/01/2007 dá nova redação ao artigo 42 do Decreto nº 51.461. O governador colocou como membros do Conselho o Secretário de Ensino Superior, o Secretário da Educação e o Secretário de Desenvolvimento, porém deixando a presidência do Conselho, exercida em rodízio, para um dos Reitores eleito pelos membros do CRUESP, com mandato de um ano.

Na UNESP os estudantes estavam discutindo a reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE), pois estavam sem realizar eleições para a diretoria há quase dois anos. No dia 4 de fevereiro os estudantes de dez *campi* e seis Centros Acadêmicos (CAs) da UNESP fizeram uma reunião na Casa Socialista do Brás (sede da organização Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional – LER-QI<sup>19</sup>), onde discutiram o significado da intervenção do governo estadual e qual atuação deveriam ter para a construção de um movimento grevista em defesa da autonomia da universidade e por suas reivindicações locais. (LER-QI, 2007).

Os estudantes da UNESP presentes nessa reunião eram, em sua maioria, militantes da LER-QI, porém havia independentes e militantes de outros partidos como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado<sup>20</sup> (PSTU). Essa reunião estava sendo organizada desde o início de janeiro, mas por falta de condições de espaço negadas pela reitoria e pela Faculdade de Tecnologia (Fatec) de São Paulo, só pode ser realizada nesse dia. Ainda, havia o problema de a reunião ser convocada antes do início das aulas, portanto não haveria condições de discutir com o corpo estudantil. A reunião foi realizada mesmo assim, pois foi considerada necessária uma preparação para mobilizar os estudantes durante a primeira semana de aulas.

A carta resultante dessa primeira reunião foi assinada por diversas entidades estudantis. Assinaram também integrantes de gestões. A carta enfatizava que deveria ser realizado em todos os *campi* da UNESP assembleias para discutir os decretos, além de buscar apoio de outras entidades, para a construção de uma greve estadual.

Para barrar este ataque é preciso unir todas as forças que defendam a Universidade Pública e a autonomia universitária. Para isso precisamos unir todos os setores da Universidade dispostos a combater estas medidas, para em seguida buscar o apoio da sociedade. Desde já as Associações de Docentes, os Sindicatos dos Trabalhadores, os DCE's e C.A.'s e o conjunto

---

<sup>19</sup> A LER-QI foi fundada em 2001. É uma organização marxista, leninista e trotskista, com maior incidência no movimento estudantil.

<sup>20</sup> O PSTU foi fundado em 1994. A maioria dos que fundaram o PSTU vinha de uma ruptura com o PT. Ele reivindica a construção de uma direção revolucionária da classe trabalhadora para o país.

do Fórum das Seis [fórum que reúne os sindicatos de docentes, de funcionários e as entidades estudantis das três universidades e do CEETEPS] precisam convocar assembleias unificadas em todas as unidades. O último boletim do SINTUNESP [sindicato dos funcionários da UNESP] aponta a perspectiva correta para o movimento: todos às assembleias para preparar a greve! É isso que precisamos começar a fazer, construir desde as bases, em cada instituto, em cada unidade, em cada repartição assembleias e reuniões unitárias para construir uma grande greve geral do ensino superior público paulista pela derrubada do veto e do decreto. Os administradores da Universidade, reitores, diretores, chefes de departamentos, conselheiros e congregados que dizem defender a universidade pública e a autonomia universitária não podem se manter calados frente a este ataque à universidade. Por isso, não só a administração, mas também a intelectualidade e as principais figuras públicas da academia devem utilizar seu peso político e seu prestígio acadêmico para soltar declarações na imprensa e apoiar a mobilização que nasce para fortalecê-la junto a sociedade para que possamos barrar este ataque. (CACS, 2007b).

Outra reunião foi sugerida para dia 24 de fevereiro, no saguão da História-Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) na USP às 14h00. Entretanto, não se realizou, mas em seu lugar foi proposto o Conselho de Entidades Estudantis da UNESP e Fatec (CEEUF) para os dias 17 e 18 de março no mesmo local. No dia 18 estava também marcada uma atividade unificada da UNESP, USP e UNICAMP para construção de um comitê de greve das estaduais.

Ao mesmo tempo, estavam ocorrendo mobilizações da Frente Nacional de Luta contra a Reforma Universitária implementada pelo Governo Lula. As reformas, já discutidas no capítulo I, eram assim avaliadas pela Frente

ProUni: Compra vagas ociosas das universidades privadas, através da isenção de tributos, e concede essas vagas a estudantes de baixa renda. Com o dinheiro desses impostos seria possível criar 03 vezes mais vagas nas universidades públicas.

Lei de Inovação Tecnológica: As empresas podem usar a infra-estrutura e os recursos humanos das universidades em benefício próprio, na lógica da apropriação privada do conhecimento.

Sinaes / Enade: Sistema de avaliação do desempenho das universidades que usa como um dos critérios a proximidade da instituição com o mercado. O ENADE nada mais é do que o provão do governo FHC com outra cara, mas mantendo o ranking que interessa à propaganda das instituições particulares.

Decreto das Fundações: O Estado deixa de ser o único financiador das universidades e CEFETs, que passam a produzir conhecimento e tecnologia de acordo com a demanda das fundações que financiam as pesquisas. Aquela velha história: quem paga a banda, escolhe a música.

Ensino à distância: A aula passa a ser ministrada através de vídeo-conferência. Isso torna o ensino impessoal e superficial. A falta de contato humano e de intermediação do professor precariza o ensino, pois não permite a discussão dos assuntos trabalhados. Os alunos assistem às aulas apenas uma vez por semana, comprometendo a qualidade ao não abordar com profundidade os conteúdos. Na UFPR temos mais de 20.000 vagas ofertadas à distância desde 2005. (CAF, 2007).

Após a primeira reunião, os estudantes já organizados decidem elaborar um manifesto para fazer uma divulgação ampliada durante as *calouradas* (primeira semana de aula dos estudantes de 1º ano) em todos os *campi* da UNESP e Fatec, divulgando a discussão dos decretos e chamando para participar do CEEUF. O Centro Acadêmico de Pedagogia da UNESP – Marília em seu Boletim aos calouros, apresentou um texto do Presidente da Adunesp – Seção Sindical de Marília, José Carlos Miguel, que afirmou

[...] o princípio da autonomia é condição fundamental para a consecução dos objetivos de ensino, pesquisa e atendimento às demandas sociais. Sem tal princípio, a capacidade de pensar, refletir, elaborar e, enfim, de planejar a ação acadêmica fica prejudicada como bem definiu a douta Congregação da FFC –UNESP – *campus* de Marília em sua última reunião. A autonomia serve para criar o ambiente de vida cultural e científica e deve ser livre da ingerência de forma direta (CAPED, 2007).

Na primeira semana de aula já foi marcada uma Assembleia geral dos estudantes na UNESP – *campus* de Marília. Dia 05 de março se realizou a assembleia que aprovou a paralisação de estudantes com realização de ato pela cidade no dia 08/03, com as seguintes reivindicações: contra a opressão e super-exploração das mulheres: trabalho igual, salário igual; fora Bush do Iraque e da América Latina e fora Lula do Haiti; e abaixo o aumento da tarifa do transporte público. Segundo o boletim divulgado “Esta é uma atividade que faz parte do calendário de mobilização construído pelos C.A.'s e D.A. da UNESP - Marília para construção da greve estudantil. Essa paralisação será organizada em conjunto com os secundaristas e vários sindicatos da região”. O ato na cidade teve cerca de 1500 pessoas. (DEL’ OMO FILHO, 2007a). Poucos dias depois, na UNESP, *campus* de Bauru foi realizada uma assembleia geral que deliberou pela greve caso outros *campi* da UNESP também entrassem.

Nos dias 9 e 14 de março, mais dois decretos referentes às universidades foram expedidos. O Decreto nº 51.636 de 09/03/2007, estabelece normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis além da obrigatoriedade de vínculo das autarquias especiais ao SIAFEM/SP (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios). Assim, determina à Secretaria da Fazenda descontar das liberações financeiras, montante correspondente às contribuições previdenciárias patronais não recolhidas pelas universidades, contrariando acordo firmado entre Governo e Alesp na LDO-2006 e LDO-2007. Além disso, limita a autonomia contratual (relativo a contratos de serviços, compra de materiais e equipamentos, entre outros) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor além do qual será necessária prévia manifestação do Secretário de Economia e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e do

Secretário da Fazenda quanto aos aspectos financeiros. (GRÊMIO POLITÉCNICO, 2007).

O Decreto nº 51.660 de 14/03/2007 institui a Comissão de Política Salarial (CPS) vinculada diretamente ao governador do Estado. As reivindicações salariais e a instituição ou revisão de vantagens e benefícios de qualquer natureza, no âmbito dos órgãos da Administração Direta e às Autarquias do Estado, serão previamente analisadas pela Unidade Central de Recursos Humanos, da Secretaria de Gestão Pública, respeitados os critérios estabelecidos pela Comissão de Política Salarial. Integram a CPS os Secretários da Fazenda, de Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e Relações do Trabalho e o Procurador Geral do Estado.

Enquanto os estudantes discutiam, os sindicatos de docentes e funcionários das estaduais se mobilizaram para a discussão dos decretos. O Sindicato dos trabalhadores da USP (Sintusp), em Boletim publicado em março indicou greve a ser convocada pelo Fórum das Seis (entidades das estaduais). A greve seria contra os decretos, pela autonomia universitária e por reajuste salarial. Foi aprovado pelo Sintusp um ato contra o novo Secretário de Ensino Superior, José Aristodemo Pinotti, no dia 15 de março, que estava participando das reuniões dos Conselhos Universitários das estaduais paulistas para discutir os decretos.

O primeiro *campus* das estaduais paulistas que obteve uma ocupação, foi o da USP - São Carlos, no dia 14 de março, quando estudantes ocuparam salas de aula reivindicando o aumento de vagas na moradia estudantil.

O Boletim do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACCS) da UNESP – *campus* de Marília publicado no mês de março chamava a atenção para o Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais de Lula que se realizaria nos dias 25 e 26 de março<sup>21</sup>. De acordo com o Boletim “Não podemos cair num *internismo* louco que acha que derrotaremos Serra sem nos ligar aos batalhões de trabalhadores e estudantes de todo o país” (CACCS, 2007a). Ainda, discutia a questão da deliberação da Congregação do *campus* sobre ter uma ronda policial durante o período de aulas, devido aos estudantes que levaram uma parte da escola de samba da cidade em um dia de aula sem autorização. Essa questão teve uma grande repercussão no *campus*, com posição

---

<sup>21</sup> Impulsionado pela Central Sindical e Popular – Conlutas, Instrumento de Luta e Organização da Classe Operária (Intersindical), Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), Frente de Oposição de Esquerda da Une, MST entre outros.

contrária da Adunesp – seção sindical Marília e dos estudantes. Vale ressaltar que a gestão do CACS era em sua maioria formada por militantes da LER-QI.

No CEEUF realizado nos dias 17 e 18 de março, em São Paulo, compareceram 36 entidades estudantis da UNESP e Fatec. A reunião do Conselho teve três pautas:

- A crise resultante dos decretos do Governador Serra contra a Autonomia Universitária e as Fatecs, apontando a greve estudantil;
- Organização do movimento estudantil da UNESP-Fatec: organização do DCE, realização de Congresso dos Estudantes da UNESP e Fatec (CEUF) e eleição de representantes discentes para os órgãos colegiados centrais.
- Discussão dos cursos de Educação a Distância (EaD) aprovados na UNESP.

O CEEUF teve como resoluções:

30/03 será a nossa proposta de indicativo de paralisação unificada das estaduais para ser debatido no encontro das UEESP;  
 Campanha contra a repressão como no caso da polícia no *campus* de Marília e a invasão da Direção da UNESP de Presidente Prudente no espaço do DA III de Maio no dia 3 de janeiro;  
 Moção de repúdio à polícia no *campus*;  
 Moção de repúdio ao Ensino à distância nos cursos de Geografia e Matemática que já foram aprovados no CO (Conselho Universitário);  
 Conjuguar a luta contra a Reforma Universitária do governo Lula/PT e os decretos nocivos a educação paulista do Governador José Serra/PSDB. Para isso, nós compreendemos que só unificando as lutas com todos os setores de luta dos trabalhadores poderemos vencer essa luta diante desses decretos históricos do Governo Serra. E a unificação já se inicia, segundo o CEEUF, participando do dia 25 de março Encontro Nacional dos Trabalhadores puxado pela CONLUTAS, Intersindical e outras organizações contra as reformas neoliberais do Governo Lula/PT como a Reforma da Previdência, Tributária, Trabalhista etc. Além disso, também as UNESP e Fatec presentes somarão suas forças na Plenária da Educação no dia 26 de março para refletirmos sobre a nefasta Reforma Universitária, que está sendo puxado pela CONLUTE e ANDES, que filiou-se recentemente à CONLUTAS;  
 CEEUF na UNESP de Ourinhos 19 a 20 de maio com pauta principal Congresso de Estudantes da UNESP e Fatec. (PATRICK, 2007a).

Do Encontro dos estudantes das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo - UNESP, UNICAMP, Fatec e USP - as resoluções foram:

O mesmo que foi tirado no CEEUF para casarmos a luta do decreto do governo do Estado Serra com a luta contra a reforma universitária do governo Lula. Tendo como ponto de partida o Encontro Nacional dos Trabalhadores e a Plenária da Educação, nos dias 25 e 26 de março em São Paulo, respectivamente;  
 USP e UNESP e Fatec terem indicativos de paralisações unificadas no dia 29 de março;  
 No dia 17 de Abril termos como proposta de paralisações unificadas entre as Fatec's, USP's, UNESP's e UNICAMP's;  
 Foi feito um manifesto para amadurecermos a necessidade de construirmos um comitê de greve, logicamente condicionado ao avanço das lutas, acúmulo de debate, compreensão da base;

Agora é ampliar as discussões nas suas respectivas bases, muito trabalho, panfletagem, debates, passagens em sala de aulas, cartazes, assembleias, jornais, o manifesto etc. (PATRICK, 2007a).

Dessa forma, o Boletim unificado aprovado teve como propostas

Pela necessidade de abrir a discussão entre todos os estudantes propomos:

- 1) A construção de uma grande mobilização em cada curso e cada sala de aula para organização desde a base as reivindicações e assembleias de cursos e faculdades. Neste sentido, apoiar e construir as paralisações da USP (29/03), da UNICAMP (27/03) e o dia de paralisação unificado com o Fórum das Seis
- 2) Organizar as reivindicações de cada curso/universidade como contratação de professores e funcionários, melhor infra-estrutura, manutenção do vínculo UNESP-Fatec, mais moradias estudantis, etc, ligando estas aos Decretos de Serra.
- 3) Para unificação das Estaduais, chamarmos a discussão em todos os cursos e assembleias da criação de um comitê de mobilização e/ou greve dos estudantes das Estaduais Paulistas de acordo com o avanço das lutas e mobilizações. (ENCONTRO DOS ESTUDANTES..., 2007).

No dia 20 de março os estudantes da UNESP – *campus* de Marília realizaram um ato contra a polícia no *campus*, com cerca de 200 estudantes. O *campus* de Franca organizou um vídeo sobre os decretos que foi divulgado em todos os *campi*.

O Centro Acadêmico de Biologia - *campus* de Rio Claro publicou um Boletim sobre os decretos e realizaram uma discussão, com a participação de aproximadamente 200 estudantes. Ainda, deliberaram pela criação de um comitê de discussão e mobilização. (SILVA, 2007a).

No dia 27 de março pela manhã cerca de 130 estudantes ocuparam a Reitoria da UNICAMP. De acordo com o Boletim da ocupação, os motivos foram: “Nós, estudantes da UNICAMP, estamos ocupando a Reitoria por estarmos cansados do descaso desta com a universidade pública, em particular no que se refere à assistência estudantil e à democracia na Universidade”. (PAIVA, 2007).

O Boletim (SILVA, 2007b) ainda informa como se seguiram os fatos:

Aproximadamente as 8 h cerca de 130 alunos tomaram posse da Reitoria da Universidade de *Campinas*! Após o Almoço (13:48h) este número aumentou para 150 e o reitor pediu reintegração de posse. Às 17h a polícia estava na frente da Reitoria pressionando os alunos para que abandonassem o lugar. Às 17:45 a polícia está parada em frente a reitoria humilhada junto ao reitor, e há 300 pessoas! Compraram panos de papel e vinagre no caso de houver lançamento de gases! A rede globo está dentro do *campus* e existe um camburão passando pelo *campus* dando os informes e comunicando aos universitários! O clima está tenso com gritos de reivindicações ao Reitor (sem moral visto a quantidade de alunos e não intervenção da polícia em nenhum sentido)! Alguns representantes das entidades que estão dentro da Reitoria estão parando as aulas do noturno para se juntarem à manifestação! (Amanhã haverá piquete na porta da UNICAMP e não deixarão ninguém entrar na faculdade). Pernoitaram cerca de 90 estudantes dentro da reitoria; foi uma madrugada tranquila com apenas alguns fotógrafos registrando a

ocupação!

Logo de manhã o reitor, visto a perda de espaço e respeito, abriu o indicativo de negociação com estudantes (havia cerca de 130 no momento). Foi montada uma reunião perto da reitoria e discutidas partes da reivindicações, porém, partidistas do PSOL se exaltaram e prejudicaram o andamento da reunião que foi suspensa. O reitor se mostrou a favor de colaborar com os pedidos referentes a moradia (mas ainda não assinou documento algum). Após suspensa a sessão, os estudantes realizaram uma plenária e decidiram montar um comitê para reabrir as negociações, no momento (18:05h) existem estudantes conversando com o reitor, cerca de 120 alunos na reitoria e outros 200 do lado de fora, dois camburões da polícia, cerca de 7 emissoras de TV (bandeirantes, record, rede globo, entre outras) e um clima tenso se instala, pois os estudantes irão ocupar o CONSU da UNICAMP (sala ao lado da reitoria), e através de olheiros da polícia que estão infiltrados no movimento, já foi armada uma corrente de isolamento entre o CONSU e os alunos! Possível enfrentamento!

No dia 29 de março, os estudantes do *campus* de Ourinhos estavam em uma paralisação de suas atividades. Na UNICAMP, cerca de metade dos estudantes presentes na ocupação da reitoria, ocuparam o Conselho Universitário (CONSU). Ao meio-dia o reitor convocou uma reunião extraordinária com os representantes do CONSU discutindo a reintegração de posse. Os estudantes do lado de fora fizeram uma assembleia para resolver o posicionamento do movimento.

No dia 31 de março, os estudantes da UNICAMP desocupam a reitoria e o CONSU após conquistarem locação de casas para estudantes desalojados, financiamento dos gastos relacionados a essa locação e reformas nos blocos da moradia. Além de questões referentes ao nosso objeto de estudo.

[...] 2- A questão referente à homologação dos Representantes Discentes (RDs) voltará à pauta do próximo CONSU e serão retomadas as atividades do grupo de trabalho que avalia a questão.

3- O reitor fará seu posicionamento público crítico aos decretos do governo Serra em artigo a ser apresentado em breve no jornal O Estado de São Paulo.

4- A reitoria garantiu que não haverá punições ou medidas disciplinares contra os estudantes que participaram da manifestação.

Este movimento, organizado e pacífico, se retira portanto dos prédios ocupados por compreender que conquistou o que reivindicava, mas reitera a importância da continuidade da mobilização dos estudantes. Na UNICAMP ainda há muitas questões pelas quais lutar: [...] eleição direta e paritária para reitor, entre outras. Há também muito a avançar na luta por uma universidade pública e de qualidade. Essa luta se manifesta hoje na necessidade de barrarmos a Reforma Universitária e os decretos do governo Serra que o aprofundam o processo de sucateamento e de privatização velada da universidade pública. Convocamos todos os estudantes para que se levantem pela construção de uma greve indicada para o dia 17 de abril em defesa da educação pública. As conquistas da ocupação da UNICAMP demonstram a força do movimento estudantil e seu potencial para avançar em suas lutas.

**NAS RUAS! NAS PRAÇAS! QUEM DISSE QUE SUMIU?! AQUI ESTÁ PRESENTE O MOVIMENTOESTUDANTIL!!! (CMI, 2007).**

Em abril, os estudantes de Registro realizaram paralisação das aulas, atos e reuniões reivindicando melhorias na infraestrutura no *campus*. No dia 17, data marcada para a paralisação unificada, os *campi* se organizaram para reivindicar e discutir, com panfletos, vídeos e debates.

Em 3 de maio os estudantes da USP ocuparam a Reitoria em São Paulo. Nesse dia foi marcada uma audiência pública com a reitoria da USP no Prédio da FFLCH. A reitoria não apareceu para discutir as reivindicações dos estudantes. Desta forma, os estudantes decidiram organizar um ato em frente ao Gabinete da Reitoria para protocolar a carta, que continha reivindicações desde moradia, reforma de prédios, ampliação de salas até um posicionamento público da reitora em relação aos decretos do governador. Entretanto, os seguranças da reitoria fecharam a entrada. Os estudantes derrubaram a porta e a grade, iniciando a ocupação da reitoria da USP.

Como proposta de um estudante da UNESP presente, os estudantes ocupados aprovam uma carta às estaduais:

Nós, estudantes da USP, ocupamos a reitoria de nossa Universidade no dia 03/05 frente ao descaso de nossas instituições dirigentes com a situação de sucateamento e privatização da Universidade Pública. Até o momento, nossa reitoria não se posicionou sobre os decretos e todas as ações desta vão no sentido de apoiar os ataques do governador.

Sabemos que sozinhos não vamos barrar estes decretos, por isso, nos dirigimos aos estudantes da UNESP/FATEC e UNICAMP para organizarmos jornadas de ocupações políticas coordenadas e ações diretas contra os decretos e a precariedade do ensino superior público. Somente todos juntos, com ações radicalizadas que alavanquem uma grande greve unificada derrotaremos Serra e seus agentes na Universidade.

Abaixo os Decretos de Serra! Pelo atendimento das reivindicações estudantis! Pela educação pública de qualidade para todos! Até a vitória, ocupação dos estudantes da USP (DEL' OMO, 2007b).

Essa carta chegou à UNESP durante os preparativos para o CEEUF e mobilizações locais. Demorou alguns dias para os estudantes da UNESP perceberem a força da ocupação da Reitoria da USP. Em 6 de maio o CA da Fatec de Indaiatuba divulgou uma moção de apoio à ocupação da USP. Dias depois outros *campi* da UNESP aprovam moções de apoio a ocupação na USP.

No dia 8 de maio a reitoria da USP concedeu parte das reivindicações, como a construção de 200 novas vagas na moradia do Crusp, 70 em São Carlos e 70 em Ribeirão Preto, entre outras. No entanto, em assembleia geral, com cerca de 1500 estudantes, foi deliberado manter a ocupação e indicação de greve para dia 16. Foi aprovado também um Comitê de mobilização unificado dos estudantes, com a primeira

reunião marcada para dia 11 de maio, às 17h, na ocupação. No dia 16 de maio, os funcionários da USP entraram em greve e se incorporaram à ocupação da reitoria da USP.

No *campus* de Marília, no dia 9, os estudantes realizaram uma assembleia que aprovou por unanimidade uma greve geral a partir do dia 21, ou seja, após o CEEUF. No 15, eles realizaram um ato na reunião da Congregação da unidade, que estava discutindo a questão da ronda policial. A decisão da ronda policial no *campus* foi revogada e no mesmo dia foi realizado uma assembleia geral. Durante a assembleia discutiu-se uma lista de reivindicações e deliberou-se por apenas poucos votos de diferença a ocupação da diretoria do *campus*. Logo após a assembleia, os estudantes entraram no prédio.

O CEEUF foi realizado nos dias 19 e 20 de maio no *campus* de Ourinhos e teve como pauta a luta contra os decretos e a convocação do CEUF. O *campus* de Marília enviou apenas um representante de algumas entidades, por causa da ocupação.

No dia seguinte, em assembleia geral dos estudantes no *campus* de Marília, com a presença de cerca de 600 estudantes, a assembleia com maior quantidade de estudantes dos últimos anos, foi deliberado greve por a partir do dia 25. Foi deliberada a realização de uma assembleia unificada dos três segmentos e paralisação das atividades no dia 25. Além disso, deliberou-se que no dia 23 haveria um ato local na cidade e um ato em São Paulo. A paralisação no dia 23 também foi deliberada em várias assembleias de estudantes pela UNESP.

No *campus* de Presidente Prudente, dia 22 de maio, cerca de 400 estudantes reunidos em assembleia geral deliberam por paralisar as atividades no dia seguinte, mobilização com distribuição de panfletos e ocupação da diretoria.

No dia 23 de maio foi realizado o Dia Nacional de Lutas em defesa dos direitos sociais, com um ato no MASP às 14h que se estendia até a Assembleia Legislativa. Esse ato foi encampado pelas estaduais paulistas, mas foi chamado pela CUT, Conlutas, Intersindical, MST, Assembleia Popular, Viacampesina, Marcha Mundial de Mulheres, Pastorais Sociais, Conam, entre outras entidades e também realizados em outros estados do país, com cerca de 1, 5 milhão de pessoas. No mesmo dia, o *campus* de Franca aprova em assembleia geral, greve e ocupação da diretoria a partir do dia 28 de maio.

Entretanto, o encontro dos estudantes da UNESP no dia 23 em São Paulo não era somente para o ato unificado, mas uma tentativa de ocupação da Reitoria, que não foi realizada por terem seguido o ato até o final do dia. Enquanto isso, os docentes de

Araraquara e Ilha Solteira, os funcionários de Bauru, os professores da USP e os três segmentos da UNICAMP já estavam em greve<sup>22</sup>.

No dia 24 em assembleia com cerca de 300 estudantes deliberou-se no *campus* de Rio Claro pela ocupação de um bloco de salas de aula. No mesmo dia, estudantes do *campus* de São Paulo foram até a reitoria, fizeram um ato, colaram cartazes e solicitaram o reitor para entregar a pauta de reivindicações conjunta dos estudantes da UNESP. No dia 25 os docentes e funcionários do *campus* de Marília aprovam greve geral.

Os dias 28, 29 e 30 de maio foram de muitas mobilizações na UNESP. No dia 28 os estudantes de Franca ocupam a vice-diretoria, os estudantes de Assis ocupam o saguão do prédio de Letras e entram em greve, os estudantes de Ourinhos, Bauru e Pedagogia de Presidente Prudente entram em greve e os docentes de Rio Claro e Bauru também. No dia seguinte, os funcionários de Franca aprovam greve, os três segmentos do *campus* de São Paulo e os estudantes de Ilha Solteira também. No dia 30, os funcionários do *campus* de Rio Preto decidem entrar em greve a partir do dia seguinte. Além dos estudantes de Geografia e Educação Física de Presidente Prudente<sup>23</sup>.

A greve dos estudantes nas universidades estaduais paulistas, seguida por funcionários e professores se aprofundou com manifestações, passeatas e ocupações em vários *campi*, como pode ser observado no quadro a seguir.

#### QUADRO DE MOBILIZAÇÃO DA UNESP EM 1 DE JUNHO DE 2007

<b>CAMPUS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>ARARAQUARA</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS NA FCL E FCFAR</b>
<b>ARAÇATUBA</b>	ASSEMBLEIA FUNCIONARIOS 01/06
<b>ASSIS</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS E OCUPAÇÃO</b>
<b>BAURU</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS</b>
<b>BOTUCATU</b>	<b>GREVE DOS FUNCIONARIOS, ASSEMBLEIA DIA 31/05 DOS ESTUDANTES.</b>
<b>DRACENA</b>	NÃO INFORMADO
<b>FRANCA</b>	<b>GREVE DOS FUNCIONAIROS E OCUPAÇÃO</b>
<b>GUARATINGUETÁ</b>	ASSEMBLEIA DE DOCENTES E ESTUDANTES 04/06
<b>ILHA SOLTEIRA</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS</b>

<sup>22</sup> Os estudantes da Universidade Estadual da Bahia (UEBa) estavam em greve e os estudantes e funcionários da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também ocuparam sua reitoria, como resultado da Frente de Luta contra a Reforma Universitária.

<sup>23</sup> Cerca de 100 estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ocupam a reitoria da universidade.

<b>ITAPEVA</b>	NÃO INFORMADO
<b>JABOTICABAL</b>	FUNCIONÁRIOS PARALISARÃO COM APOIO DE ALUNOS NO DIA 01/06 E ASSEMBLEIA DOS DOCENTES DIA 05/06
<b>MARILIA</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS</b>
<b>OURINHOS</b>	<b>GREVE DOS ESTUDANTES</b>
<b>PRESIDENTE PRUDENTE</b>	<b>GREVE DOS ESTUDANTES DA PEDAGOGIA, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA , OCUPAÇÃO DA DIRETORIA</b>
<b>REGISTRO</b>	NÃO INFORMADO
<b>RIO CLARO</b>	<b>GREVE ESTUDANTES E DOCENTES, OCUPAÇÃO DOS ESTUDANTES E ASSEMBLEIA 04/06 FUNCIONÁRIOS</b>
<b>ROSANA</b>	ASSEMBLEIA APÓS FERIADO!
<b>SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b>	<b>GREVE DOS ESTUDANTES E DOS FUNCIONÁRIOS, ASSEMBLEIAS DOS DOCENTES 05/06</b>
<b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>	FUNCIONARIOS ASSEMBLEIA DIA 04/06
<b>SÃO PAULO</b>	<b>GREVE DOS 3 SEGMENTOS</b>
<b>SÃO VICENTE</b>	NÃO INFORMADO
<b>SOROCABA</b>	NÃO INFORMADO
<b>TUPÃ</b>	NÃO INFORMADO

Durante as greves se iniciou um movimento denominado de *Greve não é férias*, com atividades culturais e políticas diárias dentro e fora da universidade para manter a mobilização dos estudantes. As assembleias na USP contavam com milhares de estudantes e no interior na UNESP e UNICAMP as assembleias oscilavam entre 500 e 1000 estudantes.

A análise de Carneiro (2008, p. 32) referente a esse movimento é de que

O conteúdo das reivindicações, aparentemente apenas *acadêmicas*, pode parecer tão semelhante e difuso como era o dos estudantes franceses no seu início: melhoria de condições de ensino, democratização da universidade, resistência a atitudes repressivas. A intervenção policial apenas radicalizou e ampliou a contestação, que passou a questionar diretamente o próprio governo. Independentemente do desfecho imediato do conflito que está fazendo da USP a referência para todo o movimento estudantil brasileiro, este outono paulista se assemelha a outras primaveras.

De acordo com Carneiro, Braga e Bianchi (2008, p. 23) “[...] a ocupação nas reitorias e universidades é um ato simbólico por meio do qual tem lugar a reapropriação pelo público daqueles espaços que teoricamente são ou deveriam ser públicos” e “[...] exercendo seu direito à rebelião, os estudantes estão redefinindo os termos da discussão e argumentando, com seus atos, em favor da autonomia universitária e da defesa de uma universidade pública” (2008, p. 24).

O movimento foi o mais forte das últimas décadas, tanto que o governo estadual divulgou um decreto declaratório<sup>24</sup>, dia 31 de maio de 2007. Nesse documento ele *abriu mão* da presidência do CRUESP e de outros pontos, como a mudança da redação do decreto referente à pesquisa operacional. Entretanto, não modificou todo o conjunto dos decretos instituídos.

O decreto declaratório foi divulgado no mesmo dia do Ato chamado pelo Fórum das Seis pela revogação dos decretos. Os estudantes das estaduais só tiveram acesso ao novo decreto quando já estavam reunidos na ocupação da reitoria da USP. Mesmo assim, a manifestação foi mantida, porque os estudantes entenderam que só sairiam das mobilizações após a revogação do conjunto dos decretos.

O Ato saiu do *campus* Butantã da USP rumo ao Palácio do Governo do Estado de São Paulo para exigir uma audiência com o Governador. Entretanto, na rua de acesso ao palácio, as cerca de 5 mil pessoas foram impedidas de seguir adiante pela tropa de choque da Polícia Militar, mesmo tendo a três dias descrito o trajeto da passeata. A justificativa se deu por um decreto desconhecido da população que afirmava serem proibidas manifestações populares na região do Palácio, por ser uma área considerada de segurança. Por conta disso, o governador fechou o trânsito na Avenida Professor Francisco Morato das 14h as 18h30. Os manifestantes, que estavam desarmados e com as mãos para cima, tentaram forçar o acesso até a área e foram reprimidos com spray de pimenta e cassetetes e, por conta disso, vários manifestantes tiveram que cobrir seus rostos para se proteger. Os policiais não estavam portando identificação, enquanto os estudantes levantaram suas carteiras da universidade que portava seus nomes.

Vale ressaltar que durante a passeata, os manifestantes gritavam para que os que estavam com bandeiras de suas organizações as abaixassem para que aquele movimento não fosse nomeado por nenhuma organização e assim se procedeu.

Ao final do dia, por volta das 19h30 a manifestação foi encerrada, após uma tentativa de reunião, e alguns estudantes se reuniram para deliberar por uma plenária de estudantes das universidades públicas do Estado de São Paulo no dia 6 de junho.

No dia 3 de junho, realizou-se na reitoria ocupada da USP uma reunião com seis *campi* da UNESP: Bauru, Marília, Rio Claro, Araraquara, Franca e São Paulo. Na ata da reunião consta que

---

<sup>24</sup> Foi um mecanismo no qual o governador reafirma que a autonomia universitária está mantida e explicita exatamente quais os artigos dos decretos que não devem ser aplicados às universidades.

A reunião iniciou com informes relacionados aos *campi*, no geral foram informes sobre suas respectivas greves e mobilizações. Em seguida foi proposto redigir uma carta à assembleia da ADUSP (04/06), explicando a importância de permanecer em greve, já que setores da Adusp contentaram-se com o recuo do governador (Decreto Declaratório). Outro tópico abordado na reunião foi a necessidade de um comando estadual de greve das universidades e Fatecs democrático, eleito nas assembleias de base para garantir que as decisões das assembleias de base sejam referendadas. Na retirada da reunião, foi ressaltada a importância de divulgar em outros *campi*, assim como nos presentes, os assuntos então abordados. (CHE, 2007).

Os estudantes argumentaram para que se mantivessem as mobilizações mesmo após o decreto declaratório. “Pensar em acabar com a greve depois do ato do dia 31 é um absurdo completo, foi o maior ato das UNIVERSIDADES (USP, UNESP e UNICAMP) sem outros setores desde 89!” (CHE, 2007).

Todos já sabem do decreto declaratório do governo. Embora seja um recuo do governo que evidencia a crise deste e a força do movimento, o governador mantém o central de seus ataques. Este recuo foi acordado com a burocracia acadêmica que no dia 29 reuniu-se com o governo para preparar o acordo, no dia 30 os reitores (CRUESP) soltaram uma nota pedindo um esclarecimento do governador em relação aos decretos e no dia 31 o governador aprovou o decreto declaratório. Com este recuo que visa dividir e desviar o movimento, fazendo com que setores dos professores retrocedam para ganhar apoio social e preparar a repressão ao movimento.

A intenção do governador é retirar os docentes da greve (ou uma parte dele, sendo que pode ter eco em algumas assembleias setoriais da ADUSP). Na reunião do Fórum das Seis todas as entidades fizeram uma grande pressão sobre a ADUSP pela manutenção da greve, que já se mostrava bastante interessada em cantar vitória e acabar com a mobilização que ainda cresce. Por isso saiu o indicativo de manutenção da greve, colocando a discussão de que ainda há ataques em relação aos decretos e precisamos manter a mobilização por mais verbas a educação e outras pautas. (CHE, 2007).

No dia 6 de junho<sup>25</sup>, na ocupação da USP, além do chamado para a Plenária dos estudantes das universidades estaduais, também houve um chamado para um ato contra a ocupação. Com cerca de apenas 170 pessoas dos três segmentos da USP, contra cerca de 800 estudantes já presentes para a plenária, os manifestantes mal conseguiram abraçar o denominando ponto zero da USP, enquanto os estudantes abraçaram toda a reitoria.

As resoluções da plenária foram

---

<sup>25</sup> No dia 5 de junho os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em conjunto com os servidores em Greve e os estudantes do Colégio de Aplicação (também ligado à UFRGS), ocuparam por tempo indeterminado a reitoria da Universidade. Os principais pontos de pauta da mobilização foram solidariedade aos estudantes da USP que estavam ocupados há um mês; contra a Reforma Universitária do Governo Lula que retira verbas da educação pública e favorece o ensino privado; pela ampliação do acesso à UFRGS; pela redução imediata das taxas de vestibular; ações afirmativas para entrar e Assistência estudantil para permanecer e cotas sociais e raciais. (OCUPAÇÃO UFRGS, 2007).

- Pauta unificada da greve estadual aprovada por consenso (cinco pontos): revogação dos decretos; mais verbas; contratações; moradias estudantis; não às punições;
- Luta pelas diretas para reitor e outros cargos, sem vinculação à titulação (por consenso);
- Comando estadual de greve aberto e por votação dos delegados e não por consenso. O comando será eleito nas assembleias de curso;
- Delegados na proporção de 1 para 50 em cada assembleia de curso (com fração de 30);
- 1a. reunião do Comando: dia 15 de junho, 10 da manhã, na reitoria da USP (com rotatividade: as seguintes deverão ser em cidades do interior ou em outros locais da capital);
- Como parte do calendário de lutas, participação em bloco na parada GLBTT, 10 de junho, com uma faixa da USP, UNESP e UNICAMP em greve, onde esteja escrito "Contra todas as formas de opressão";
- Ato unificado com o funcionalismo público estadual (APEOESP, saúde, etc.) no dia 15 de junho (indicativo de passeata até a Secretaria de Ensino Superior, no centro);
- Semana de ocupações de 18 a 22 de junho;
- Participação na Plenária Nacional dos estudantes no dia 16 de junho, que será realizada na reitoria ocupada da USP;
- Incorporação da Parada Cultural da UNICAMP (13/06) ao calendário;
- Campanha com o seguinte slogan: "A UNE não fala em nome dos estudantes em luta";
- Aprovação de uma nota à sociedade sobre a greve e as ocupações. (DIAS, 2007).

Após o decreto declaratório, se inicia o encerramento das greves, principalmente por parte do corpo docente. Primeiro, os docentes da USP, os docentes da UNESP de Araraquara e de Ilha Solteira e em seguida os estudantes de Ilha Solteira. Contudo, os estudantes na maioria dos *campi* em greve continuam o movimento, mesmo sozinhos. Em Araraquara os estudantes decidiram ocupar a diretoria.

No primeiro Encontro do Comando Estadual de Greve no dia 15 de junho, na reitoria ocupada da USP, reuniram-se 68 delegados eleitos em assembleias estudantis, das estaduais paulistas, além de outros estudantes como observadores. Os eixos votados foram a não punição aos militantes dos três segmentos e a revogação do conjunto dos decretos Serra.

Direcionamentos votados:

Redação de uma carta à sociedade contra a matéria publicada no jornal "Estado de São Paulo" no dia 10/06/07 que denegria o movimento estudantil;

Estabelecimento de que o 1º ponto de discussão no Cruesp seja a não punição de grevistas e ocupantes das três categorias;

Formação de uma comissão de comunicação para formulação de boletins, jornais contendo informações da USP, UNESP e UNICAMP, inclusive a criação de um grupo de e-mails com 3 moderadores, um de cada universidade;

Campanha contra punição de participantes do movimento que estão sofrendo processos criminais e civis através da produção de cartazes, adesivos e panfletos que contenham seus nomes.

Indicativo de discussão sobre Estatuinte nos GD's e Assembleias de cada universidade.

Calendário:

Ato de 5 minutos descentralizado, ou seja, fora da universidade, nas principais ruas, avenidas ou até rodovias de cada cidade com entrega de panfletos no dia 21/06 ao meio dia e no dia 28/06 (quinta-feira da semana seguinte) o mesmo ato de 5 minutos a nível federal, ou seja, com a participação das universidades de todo o país. (SPAGNOLI, 2007).

No dia seguinte ocorreu também na reitoria ocupada da USP, a Plenária Nacional dos Estudantes em Luta. Cerca de 700 pessoas de diversas regiões do país foram discutir sobre a unificação das reivindicações dos estudantes em nível nacional.

Também foi aprovado o calendário unificado do Fórum Nacional Contra as Reformas, junto a movimentos sociais e sindicatos. Foi discutida e aprovada a realização de um encontro no segundo semestre, junto com a Frente Contra a Reforma Universitária, e uma marcha à Brasília no segundo semestre para dar prosseguimento à luta contra a reforma.

Outra decisão importante foi o aprofundamento das lutas via ocupações de reitorias que já estão estourando pelo país. Leandro Soto, da coordenação da Conlute, é otimista nessa nova realidade do movimento estudantil brasileiro. ‘A Conlute, desde o início da reforma universitária, tem pautado a necessidade de construção de um novo movimento estudantil, e este processo atual de lutas é o coroamento de uma batalha contra a UNE governista’, afirma Soto. (PATRICK, 2007b).

De acordo com Araújo (2009, p. 169), a UNE não apareceu sequer um único dia, “para prestar solidariedade à ocupação, à greve ou à mobilização, ou mesmo se dignou a enviar uma moção de apoio. Portanto, é importante afirmar que essas manifestações e protestos aconteceram apesar da UNE e contra ela”.

Enquanto os estudantes de Ourinhos deliberaram por ocupação nos blocos A e B, os docentes de Marília, Ourinhos e do *campus* de São Paulo encerraram a greve.

Uma importante discussão a se fazer é sobre o principal ato de repressão que ocorreu na UNESP, que mobilizou diversas moções de repúdio e indignou os três segmentos de vários *campi*, foi o que aconteceu na recém-ocupada diretoria do *campus* de Araraquara. No dia 20 de junho, após a reintegração de posse solicitada pela direção, a força tática e a tropa de choque, fortemente armadas e sem identificação, invadiram durante a madrugada o *campus* para prender os 120 estudantes presentes, mesmo após terem desocupado o prédio. Segundo moção de repúdio divulgada pela Adunesp e pelo DA, ambos do *campus* de Marília (2007).

Nos idos dos anos de 1980, ainda sob a égide do regime militar, não apenas nossos estudantes, mas, também, os professores e funcionários ocuparam Diretorias de Unidades Universitárias e Reitoria reivindicando a construção de um Estado efetivamente democrático no país, e a autonomia e democracia na UNESP, inclusive com eleições diretas para reitor e diretores. Porém, nem mesmo naquela época, de tempos de violência e repressão contra os membros das comunidades universitárias as forças policiais foram chamadas para resolver conflitos internos.

Além disso, o governo Serra utilizou essa política em vários atos promovidos durante 2007. Em documento divulgado pelos estudantes,

Na UNESP, na USP e na UNICAMP a repressão é usada tanto para buscar dissuadir as novas lutas, quanto para punir os que já lutaram. Sobre todos aqueles que não se curvam aos mandos e desmandos da burocracia universitária, dos reitor@s, e daqueles professores/as autoritari@s, paira a eterna sombra da punição. Criam-se comissões de averiguação, comissões de sindicância, desenvolve-se um processo, termina-se por punir. É que perseguir e punir são meios de disciplinar uma população ou indivíduo; assim, como se bate em um cachorro para que ele não entre em casa, também pune-se lutadores/as para que eles não reajam, para que sejam, ao mesmo tempo, dóceis e produtivos nas posições que a burocracia universitária a eles determina. Por isso lutar contra a repressão aos estudantes, professores/as e funcionári@s engajad@s é tão importante quanto empreender a luta; pois, se após uma luta não se garante as condições mínimas para a organização das próximas, se aqueles que lutaram não podem desenvolver suas experiências nas lutas a devir, então há a derrota, ainda que não imediatamente visível, do movimento. (LUIZ, 2009, p. 28).

A Faculdade de Direito da USP também foi invadida pela tropa de choque, enquanto ocorria uma ocupação temporária, no dia 22 de agosto de 2007, em defesa da Universidade Pública.

No dia 21 de junho, os estudantes em assembleia geral na USP deliberaram por encerrar a ocupação. Em documento divulgado pelo Movimento Negação da Negação<sup>26</sup>, as expressões partidárias presentes, com exceção do Partido da Causa Operária<sup>27</sup> (PCO), puseram fim à ocupação, quando quiseram aprovar em assembleia estudantil uma proposta da reitora feita há 30 dias mesmo antes da abertura a discussão. Em sua análise

A vergonhosa carta foi uma reedição requeitada de uma carta que nos foi apresentada no dia 08 de maio. Por que naquele momento, há mais de 30 dias, a carta, que hoje é o fruto de nossa *imensa vitória*, não foi logo aceita? Exatamente porque o movimento já havia ultrapassado as reivindicações específicas internas à USP, de viés meramente assistencial e reformista. [...] Quando a ADUSP saiu, foi desencadeada uma debandada geral em vários cursos, de modo que a greve se manteve forte apenas na FFLCH, FAU, FOFITO e em alguns cursos da ECA. Além disso, na mesma semana, a reitoria lançou forte boataria de que haveria punições aos funcionários, forçando um setor do SINTUSP a defender a desocupação e o fim da greve em troca da garantia das não-punições a alguns sindicalistas. [...] Se há duas semanas o movimento recuava, nesta última semana, a ocupação da DAC na UNICAMP deu nova força ao movimento geral, desencadeando outras ocupações no interior de São Paulo. A desocupação violenta da UNESP de Araraquara também reforçava os indícios de que uma nova onda de mobilizações poderia ocorrer como resposta à repressão policial. [...] Pelo contrário, PSTU, PSOL, LER e PT fecharam os olhos para a movimentação no interior do estado, ignoraram o ato e o confronto com a polícia que havia ocorrido poucas horas antes, fecharam os olhos à situação nacional de ascenso e defenderam a retirada, uma retirada ancorada apenas numa vergonhosa proposta já recusada há mais de 30 dias! (MOVIMENTO NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO, 2007).

<sup>26</sup> Movimento marxista que está buscando sua legalização como partido brasileiro.

<sup>27</sup> Partido marxista e trotskysta, fundado legalmente em 1997.

Pela análise da LER-QI o encerramento da ocupação da USP se deu por outros motivos. Esses foram os motivos apresentados durante a defesa para a desocupação.

A negativa de construir uma greve unificada por parte das direções sindicais governistas (PCdoB e o PT) de outros setores do funcionalismo público (professores da Apeoesp, trabalhadores da Saúde, do metrô, da Sabesp/Cetesb, principalmente) , impediu uma luta unificada capaz de revogar os decretos do governo tucano para proteger os acordos do PT e do governo Lula com os principais representantes da burguesia paulista. Essa estratégia corporativista do sindicalismo ligado ao governismo pôde triunfar rapidamente porque o PSTU e o PSOL se recusaram a colocar todos os sindicatos e oposições que dirigem a serviço da solidariedade ativa a luta das universidades e utilizá-la como alavanca para uma greve unificada do funcionalismo. A Conlutas, pela política do PSTU sequer convocou uma plenária estadual do funcionalismo para organizar uma greve unificada e se recusou a levantar isso como exigência às direções cutistas. [...]. Na luta de classes há um fator essencial que é a correlação de forças, que o PCO, o grupo Negação da Negação e alguns independentes literalmente preferem não ver ao defender a posição de manter uma ocupação isolada e uma greve em poucas unidades, expondo os setores de vanguarda à repressão. (BORGES, 2007).

Apesar da análise da LER-QI referente a não poder se manter uma ocupação isolada por muito tempo, a ocupação da USP não estava isolada, foi ela que impulsionou as demais ocupações e mobilizações estudantis naquele ano. Apenas há pouco tempo, os estudantes das universidades estaduais paulistas haviam conseguido se unir com os estudantes das universidades federais. Além disso, um dia antes dessa assembleia já havia se iniciado uma repressão generalizada aos estudantes, como no caso de Araraquara. A ocupação da USP poderia ter impulsionado uma luta contra a repressão aos estudantes e demais militantes e conjugado uma luta dos estudantes a nível nacional. A desocupação naquele momento, ainda mais pelas reivindicações já colocadas pela análise do Movimento Negação da Negação, foi sim uma derrota ao movimento estudantil construído.

No dia 23 de junho, na ocupação da UNICAMP, teve a segunda reunião do comando estadual de greve. Apresentaram quais *campi* ainda estavam em mobilização: Na UNESP *campus* de: Rio Claro (com ocupação), São José do Rio Preto, Araraquara, Bauru, Ourinhos (com ocupação), São Paulo (Instituto de Artes com ocupação), Marília, Franca (com ocupação, mas sem greve). Na USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), curso de Artes Plásticas, *campus* de São Carlos (com ocupação), *campus* de Ribeirão Preto. Já na UNICAMP: ocupação na Diretoria Acadêmica (DAC), greve no Instituto de Artes, cursos de graduação e pós-graduação do

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Educação e Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). As deliberações foram

Ato dia 28/06 em Araraquara - contra as punições, pela abertura de negociações, contra a repressão e a tropa de choque/ polícia nos *Campi*. Contra os Decretos e a Reforma Universitária. Concentração às 12h. Saída do ato: 14h.

Próxima reunião do Comando Estadual de Greve - dia 28/06 às 9h em Araraquara (comando deve avaliar se há possibilidades de fazer ato/parar Washington Luís ou se há possibilidades de ocupar diretoria acadêmica).

Material do ato (panfletos) [...];

Indicativo de paralisação das aulas no dia 28/06: Dia de Luta contra as Punições.

Indicativo de realização de atos descentralizados no dia 26/06.

Comando estadual de greve, após o término da greve, continuará se reunindo e se transformará em Comando Estadual de Mobilização. Ele continuará sendo no formato aprovado pelo encontro de públicas (delegados eleitos nas assembleias de base na proporção de 1 para 50 (c/ fração de 30) com mandatos revogáveis - todos os cursos e unidades poderão mandar delegados).

Criação do GT para elaborar o dossiê "crise as universidades" e de um Fórum de discussão sobre *Propostas alternativas de universidade* [...]

Comissão de comunicação do comitê de greve ficou responsável por elaborar este email, um egroup e também um blog. [...].

Campanha contra as punições (levar pronto no ato do dia 28/06):

\* abaixo assinado estadual - responsável: UNICAMP

\* Adesivo "Eu ocupo pela educação pública" - responsável: USP SP.

\* Faixas e camisetas (oficina na quinta) "Quem pune estudantes e trabalhadores, pune a educação pública e de qualidade - responsável: UNESP.

\* a carta abaixo foi tirada na reunião do Comitê Estadual de Greve. [...]. (NOGUEIRA, 2007).

Entretanto, nada do que o Comando Estadual de greve aprovou foi realizado.

Nos dias que se seguiram apenas se iniciou a finalização do movimento.

Na UNESP, os estudantes de Marília desocuparam a diretoria em troca da vinda do reitor ao *campus* e algumas promessas da direção com relação a pautas específicas. No dia 26 de junho, os estudantes de Marília e alguns delegados do comando de greve de Ourinhos, Presidente Prudente e Rio Claro discutiram a pauta de reivindicações com o reitor, docentes e funcionários. A posição da presidente do DA de Marília foi de que

Apesar de sabermos que o Reitor não se comprometeria em relação à maioria da pauta colocada, acreditamos que a atividade foi muito positiva pois abre diálogo em vários pontos da mesma e inclusive porque tivemos um comprometimento do Reitor em alguns pontos importantes para nós. Pressionamos bastante para que as negociações fossem imediatamente abertas nos *campi* em greve e ocupados. A respeito disso Macari [reitor] disse que basta entrar em contato com a reitoria para agendar a ida dele nos respectivos *campi*, o que já ocorreu com Araraquara, onde ele deve estar amanhã, Assis e Rio Claro, onde ele deve ir nos próximos dias. [...]. Também houve votação simbólica contra as punições ao movimento, um dos pontos da pauta em que ele se colocou de forma mais intransigente, mesmo que todas as falas se colocassem veementemente contrárias às punições. Aliás, neste ponto ele foi bastante pressionado, assim como em relação aos decretos,

sobre os quais ele justifica a ação do governo como sendo uma ação de Estado que não pode ser questionada. (MORAES, 2007).

Após a discussão com o reitor, em assembleia geral, os estudantes de Marília encerram a greve e, em seguida, os estudantes de Bauru. Dias depois, desocuparam o Instituto de Artes e estudantes e funcionários encerraram a greve. Assim, se procedeu nos dias seguintes, o restante dos *campi* em greve e ocupação na UNESP.

Os estudantes da UNESP reiniciam a discussão sobre a organização do CEUF e da reorganização do DCE, que viria a ser composto no final do ano, pela forma de delegados eleitos por *campus*, com mandato revogável.

Constatamos que pela força da ocupação estudantil, de 51 dias, da Reitoria da USP, o movimento cresceu com a ocupação das diretorias dos *campi* da UNESP, totalizando 11 *campi*, a saber: Araraquara, Bauru, Rio Claro, Franca, Marília, Presidente Prudente, Assis, São Paulo, Ourinhos, Ilha Solteira e São José do Rio Preto. Exigiu-se, entre outras reivindicações, a revogação dos decretos.

Com o decreto declaratório, muitos professores que estavam apoiando a greve se retiraram, em especial os reitores. As ocupações foram sendo encerradas, assim como as greves. Apesar disso, o movimento de 2007, que passou a ser denominado como o surgimento do *novo movimento estudantil*, reavivou a discussão pela gestão e a autonomia universitárias e demonstrou que os estudantes discutem e se organizam em torno da questão da educação e da sociedade brasileira e ainda demonstrou sua independência perante o movimento docente.

Durante todo esse tempo, o ME colocou suas reivindicações e levou o movimento à frente, mas não teve força suficiente para continuar até que todas suas reivindicações fossem atendidas. A falta de uma organização estadual e o desgaste sofrido depois de muito tempo de luta podem ser fatores do encerramento das greves e ocupações.

Para Carneiro,

Retomar o debate sobre a natureza da universidade, da história de suas lutas e dos teóricos que buscaram compreender as fontes da rebelião latente que as jovens gerações alimentam no seu interior é um caminho inevitável para que não só compreendamos as manifestações presentes, mas, sobretudo, para que se construa a reflexão crítica necessária para a transformação da sociedade no interior da qual a universidade se insere. (2008, p. 43).

Contudo, é importante salientar que o movimento estudantil não conseguiu se organizar com essa magnitude e depois de tantos anos apático somente por resposta aos

ataques sofridos. Em vários setores da classe trabalhadora durante o ano de 2007 ocorreram muitas manifestações, entre eles, o funcionalismo público em geral, como os funcionários do metrô, os professores da educação básica, e em algumas cidades, os sapateiros, os bancários, entre outros. De acordo com o manual dos calouros de 2009, promovido pelo ME da UNESP-Marília e distribuído pelos demais *campi* da UNESP,

[...] temos que estar conscientes de que nossas lutas não podem se encerrar nos muros da universidade. Assim como fizeram @s estudantes franceses que protagonizaram um dos maiores ascensos estudantis em maio de 1968, temos que nos ligar á única classe capaz de romper com as amarras da sociedade exploradora e levar adiante o projeto que propomos: a classe trabalhadora. Somente uma aliança entre trabalhadores/as e estudantes pode proporcionar a superação da universidade burguesa de nossos dias. (BOCALINI, 2009, p. 33).

Podemos compreender essa questão observando o que foi discutido nesse capítulo. Em determinadas conjunturas, como na luta dos estudantes da UNESP na década de 1980, ligada à luta por democratização da sociedade, houve um ascenso, mas nos retrocessos ocorridos na década de 1990, profundos na estrutura universitária com relação ao tema estudado e também na sociedade com o advento do neoliberalismo, não houve uma movimentação forte. Em suma, estavam em luta muitos setores da classe trabalhadora em 2007, os estudantes apenas se somavam a eles e por causa deles, mas não só, conseguiram força para organizar o ressurgimento do movimento estudantil brasileiro.

### **CAPÍTULO III**

#### **MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE**

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir a contribuição e participação do movimento estudantil na luta pela autonomia e gestão democrática para as universidades.

No primeiro item delineamos a discussão sobre a construção histórica do conceito de movimento estudantil. No item dois apresentamos a tradição das lutas estudantis pela democratização das universidades na América Latina e uma discussão sobre maio de 1968. No último item analisamos as reivindicações pela autonomia e gestão democrática no movimento estudantil Brasileiro, demonstrando que a partir de 2007 surge um novo movimento estudantil e nele se insere o movimento estudantil da UNESP.

##### **1. Construção histórica do conceito de movimento estudantil**

Para Boneti (2007, p. 56) movimento social é uma manifestação coletiva de protesto, de reivindicação, luta armada ou um processo educativo, com o objetivo de interferir na ordem social. Desse modo, os movimentos sociais podem ser movimentos anti-sistêmicos, ou seja, quando lutam contra a hegemonia capitalista, atuando no âmbito público, político e representativo, sem necessariamente ter inscrição legal.

Segundo Gonh (2005) a ação educativa nos movimentos sociais possui três dimensões.

- a) A dimensão da organização política que indica a consciência adquirida progressivamente por meio do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade e leva à organização do grupo. A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funcionam os órgãos públicos, como proceder para obter verbas, quais os agentes presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público etc. Aquilo que foi elaborado objetivando o controle social passa a ser utilizado como ferramenta de libertação, à medida que o controle é explícito.

- b) A dimensão da cultura política encontra-se no exercício da prática cotidiana dos movimentos sociais que leva ao acúmulo de experiência, e a importância dessa prática está na vivência do passado e do presente para a construção do futuro.
- c) A dimensão espacial-temporal que “[...] resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular” (GONH, 2005, p. 21).

Os movimentos sociais, segundo Dal Ri (2009), de um modo geral, podem ser divididos em três tipos: a) *tradicionais*, como o movimento operário-popular, partidos, sindicatos e o movimento estudantil; b) *mais recentes*, como o movimento feminista, étnico-raciais, de direitos humanos, ecológicos, etc.; c) *novos*, como os movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, sem teto, dos indígenas, desempregados, de bairro, trabalho associado, etc.. Este último tipo mais presente na América Latina.

Os movimentos sociais *tradicionais* têm como objetivo impulsionar a luta de classes no interior de cada Estado contra a burguesia e os empresários, mas dentro deles e entre eles há divergências teóricas, de estratégias e táticas. O processo de mobilização popular inicia, em geral, com grupos pequenos, formados por intelectuais e militantes, e com campanha educativa e organizativa. Esses movimentos foram e são reprimidos pelos governos, principalmente militares. Segundo Wallerstein (2003, p.1-2), durante o processo histórico de maturação desses movimentos, muitos pesquisadores e militantes deixaram de confiar neles como impulsores de um mundo melhor e deixaram de confiar nos Estados como mecanismos de transformação.

Para Dal Ri (2009) a forma típica de organização dos movimentos tradicionais, em especial a dos partidos e sindicatos é aquela advinda da experiência histórica dos bolcheviques, com a disseminação da ideia e da prática das organizações de quadros e da formação da vanguarda da classe operária. Essa forma de organização permeou quase que completamente todas as entidades e movimentos das classes trabalhadoras.

Para Albuquerque (1977, p. 69)

O meio estudantil não constitui uma base para um movimento social, mas o movimento estudantil pode ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza, de acordo com os *temas* que propõe e as *alianças* que é levado a travar com organizações políticas ou sindicais.

Segundo Weffort (apud ALBUQUERQUE, 1977), o movimento estudantil tem uma peculiaridade, pois nem todos os estudantes se comprometem com os movimentos

estudantis e os que se comprometem não o fazem sempre do mesmo modo. A identificação do estudante com o movimento depende de um projeto pessoal, pois se trata de uma *escolha* inseparável da imagem que ele tem de si mesmo na sociedade em que vive e da imagem que constrói sobre a sociedade em que desejaria viver.

Não podemos afirmar que o estudante da classe trabalhadora é igual ao estudante burguês, pois suas condições materiais não são iguais. Mas podemos afirmar que os estudantes na sociedade capitalista são alienados do poder de decisão sobre seu processo de formação.

A decisão de lutar no movimento estudantil para decidir sobre seu processo de formação e sobre os rumos da educação de seu país é permeada pela classe a qual o estudante pertence<sup>28</sup>. Contudo, o caráter do movimento estudantil depende mais dos interesses que são defendidos, do que da classe social a que os estudantes que o compõem pertencem. Tende a existir no seio do movimento estudantil duas tendências sociais predominantes: uma mais democrática, ligada aos setores explorados da sociedade, e outra ligada à reprodução dos interesses da burguesia. A concepção de participação e de educação e o teor das reivindicações serão permeados pela disputa dessas tendências no interior da universidade.

Segundo Engels (1997, p. 18)

[...] todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara da luta de classes entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...].

Poderíamos conceituar, portanto, o movimento estudantil como movimentos estudantis, porque o teor de suas manifestações depende das concepções das tendências envolvidas em cada período, ou seja, é um movimento policlassista. Contudo, trataremos apenas como movimento estudantil, porque compreendemos que essa característica é parte intrínseca de sua constituição no interior da sociedade de classes.

---

<sup>28</sup> O movimento estudantil é conceituado na literatura (FORACCHI, 1965; ALBUQUERQUE, 1977; FÁVERO, 2009; SANTOS, 2010) como um movimento de caráter pequeno-burguês, pois além da origem de classe dos estudantes, em sua maioria da classe média, o teor de suas reivindicações é, muitas vezes, de cunho corporativista, visando quase sempre apenas seu futuro profissional. A origem de classe, portanto, é bastante elucidativa para compreensão dessa questão. Contudo, não entraremos nesse debate porque nosso interesse é compreender a concepção e atuação das manifestações em torno da autonomia e da gestão democrática, que em nosso entendimento não se situam como de cunho corporativista, mas sim em um processo de luta contra a alienação social e do trabalho.

Dessa forma, apesar da história do movimento estudantil ser marcada pela forte ligação com partidos e sindicatos dos trabalhadores, com o objetivo de uma revolução socialista, também, em alguns momentos, possui objetivos diferentes e/ou contrários, como se pode observar nos grupos de estudantes nazistas, ligados às ditaduras militares ou às classes dominantes. No entanto, em geral, o ME é visto como contestador e ligado à luta em defesa da liberdade, dos direitos dos trabalhadores e contra as ditaduras. E, no que nos interessa aqui, uma das reivindicações que perpassa a história do movimento estudantil desde a Idade Média é a luta pela autonomia da universidade e pela participação em sua gestão.

Os movimentos denominados de *mais recentes* criticaram os movimentos tradicionais por suas estratégias em etapas, hierarquias internas, prioridades políticas, e a idéia de que as necessidades desses movimentos seriam atendidas após a revolução. Também nesses movimentos há divergências teóricas e práticas e, segundo Wallerstein (2001, p. 4-5), não parecem mais anti-hegemônicos que os tradicionais, na medida em que a única mudança que fizeram foi incorporar as reivindicações dos outros movimentos em suas próprias manifestações programáticas. Chegam a ser auxiliares do Estado, mais que oponentes a ele.

Os *novos movimentos*, segundo Boneti (2007, p. 72), apresentam-se como uma espécie de contra-hegemonia ao projeto econômico e político mundial de homogeneidade social, de produção econômica, de manifestação cultural e de consumo. Os novos movimentos apresentam projetos político e educativo explícitos, os quais se constituem em ferramentas básicas de luta. Esses movimentos buscam uma consciência do entorno, de coletividade, do pertencer a uma organização social e o direito ao acesso igualitário aos bens e serviços socialmente produzidos. Para Bastos (2000, p. 33) esses movimentos apontam para um projeto alternativo de sociedade, no sentido do anti-autoritarismo e da descentralização do poder.

Para Dal Ri (2009) os novos movimentos sociais incorporam problemáticas que ou não estão presentes ou são pouco discutidas pelos movimentos tradicionais, como, por exemplo, o processo histórico de expropriação dos indígenas, a organização dos desempregados, dos sem terra, etc. No entanto, a principal característica dos novos movimentos sociais não é aquela dada pelas reivindicações ou temas que os movem, mas sim pela forma como se organizam e funcionam, ou seja, por meio da democracia direta e da horizontalidade na distribuição de poder.

Os novos movimentos sociais que vão emergindo na América Latina aparecem tomados por formas originais de organização e, na maioria das vezes, de modo espontâneo. Essas novas forças estão promovendo o princípio fundamental da prática democrática, recusando a hierarquia vertical, promovendo formas de cooperação e solidariedade, e resgatando valores e culturas esmagados pelo capital. (DAL RI, 2009, p. 1)

Mas, movimentos tradicionais, pelo próprio aprendizado histórico, também rediscutem sua organização e posturas teórico-práticas na atual conjuntura. Quanto ao ME, busca sintonizar-se com as principais reivindicações da categoria estudantil, mesmo que muitos militantes sejam ligados a organizações partidárias. Quando as reivindicações vão além daquelas ligadas exclusivamente à categoria estudantil, o que se pretende é ampliar os espaços de atuação política e as ações do ME, pelo próprio caráter transitório dos seus atores, sempre acabam inovando (BENEVIDES, 2006).

Uma marca histórica do movimento estudantil no ocidente é a contraposição às hierarquias rígidas e impostas (BENEVIDES, 2006, p. 120). Na década de 1960 e 1970 o ME teve o objetivo de combater tanto o autoritarismo político, quanto aquele vivenciado nas relações mais cotidianas, tais como, nas relações entre pais e filhos, professor e aluno, patrão e empregado.

Benevides (2006, 116-117) afirma que o ME conseguiu, subjacente às suas bandeiras de lutas, produzir um entendimento sobre a ação histórica dos indivíduos enquanto sujeitos políticos e culturais.

Nesse contexto se insere a concepção e participação dos estudantes na e pela democratização da universidade e da sociedade. Acreditamos que a organização estudantil no interior da universidade é importante para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para o próprio processo educativo. Os estudantes universitários discutem, mobilizam-se e questionam o sistema social e sua estrutura de poder, assim como discutem sua própria organização e a função da universidade e é com essa concepção que analisamos os temas a seguir.

## **2. A tradição das lutas estudantis pela democratização das universidades na América Latina**

A possível relação entre movimento estudantil, autonomia e gestão universitária, que tentamos demonstrar com o desenvolvimento deste trabalho, é um tema relevante para o conhecimento das questões que envolvem a vida da universidade.

A história da universidade é também a história do movimento estudantil e de suas ocupações. Em nosso continente, a agenda da autonomia universitária, da gestão pela comunidade universitária e da docência livre foi apresentada pela primeira vez pelos estudantes na Universidade de Córdoba. (CARNEIRO; BRAGA; BIANCHI, 2008, p. 25).

Em consonância com Carneiro, Braga e Bianchi (2008), Rodrigo M. dos Santos (2005, p.121) afirma que a luta do ME por maiores espaços nos círculos decisórios das instituições de ensino superior, em especial na universidade pública, não é um fato novo, ao contrário, caracteriza-se como luta já historicamente consolidada.

As lutas estudantis pela democratização das universidades na América Latina configurou-se como um movimento próprio reivindicando democracia na gestão universitária e autonomia perante o poder religioso.

O que nos autoriza a utilizar a maneira de definir a Reforma Universitária com indicador de projeto societal é a universalidade desse tema no movimento estudantil latino-americano. Desde o primeiro movimento de Reforma, na Argentina, no início do século, é difícil apontar um período em que tal tema não tenha sido agitado em um ou vários países da América Latina. Ainda que seja possível identificar, na história do movimento estudantil, períodos em que o tema reaparece com toda a sua força e domina todos os outros, mesmo em surdina o tema da Reforma nunca desaparece. [...]. Assim, os estudantes que identificam a Reforma à problemática da sociedade tenderão a organizar suas condutas a partir de uma correlação que estabelecem entre sua própria experiência, o futuro pessoal e o futuro da sociedade. (ALBUQUERQUE, 1977, p. 77-78).

Marín (2008, p. 1) assegura que o Congresso Internacional de Estudantes Americanos, realizado em 1908, em Montevideu, marcou o começo do programa estudantil de Reforma Universitária, com reivindicações pela participação direta dos estudantes no governo da instituição e pela autonomia universitária. Esse Congresso foi fundamental para a construção de um ME de caráter latino-americano. Dele participaram mais de cem delegados de países latino-americanos e da Espanha.

A primeira luta dos estudantes teve início em Córdoba, Argentina, em 1918, pela reforma da Universidade. A insurgência estudantil de Córdoba foi um acontecimento importante e assinalou o nascimento de uma nova geração estudantil latino-americana.

Segundo Solano (1998, p. 1), as universidades argentinas eram regidas por uma lei ditada em 1885 e recaía sobre as universidades de Córdoba, La Plata e Buenos Aires. Nestas duas últimas foram realizadas reformas dando certa participação ao corpo docente composto pela elite liberal. A intenção da classe dominante era limitar as atribuições do clero que até o momento detinha o poder. Os estudantes de Córdoba pressionaram os intelectuais liberais do corpo docente para designar um Reitor que

atendesse as suas reivindicações. Entretanto, no momento de votar, os docentes se inclinaram pelo candidato oposto. Os estudantes se levantaram e reivindicaram um governo democrático, com participação estudantil no poder. Surgiu nessa luta o princípio do co-governo tripartite e igualitário (docentes, graduados e estudantes). Esse princípio, porém, nunca teve vigência já que todos os governos o limitaram e até transformaram a participação estudantil em uma questão de Estado (SOLANO, 1998).

Segundo Solano (1998, p. 5) os estudantes de Córdoba desmascararam o papel contra-revolucionário do clero, sua aliança com os setores conservadores e sua função de propagandear entre as massas um espírito conformista. A autonomia foi concebida como o exercício de direção da Universidade sem a intromissão dos poderes do estado, no âmbito próprio da deliberação e decisão livre de estudantes e professores. Ainda, a seleção dos docentes devia ocorrer por concurso, no qual os estudantes deviam ter participação, pois assim se garantia a liberdade de pensamento tanto para o docente como para o estudante. O Manifesto de Córdoba, até os dias atuais, continua expressando o ideário da Universidade latino-americana, do ponto de vista do ME.

No início do século XX, as manifestações estudantis de Córdoba expandiram-se para as universidades do continente latino-americano, como Peru, Chile, Cuba, Colômbia, Guatemala e Uruguai. E, a partir de 1930, para o Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e México.

Solano (1998, p. 7) afirma que no Peru, a casta dos civilistas, representantes dos setores conservadores da oligarquia, foi derrubada e o poder passou para os setores liberais comandados por Augusto Leguía, que assumiu o governo em 1919. Leguía chegou ao poder apoiado pelos estudantes que o consideravam o *professor da juventude*. Rapidamente as demandas estudantis, como as de Córdoba, foram cumpridas e aprovou-se uma nova lei universitária. Porém, o governo de Leguía converteu-se em representante das classes dominantes aliadas ao imperialismo e ao clero. Em 1923, o governo reprimiu uma mobilização estudantil matando dois estudantes e as reformas foram eliminadas da universidade.

Ainda, os estudantes da Universidade de Lima, no Peru, tiveram como bandeiras a participação dos estudantes na direção das universidades e escolas especiais, direito a voto na eleição de reitores e voto simbólico na provisão das cátedras.

No Chile os estudantes também decidiram apoiar um candidato liberal, Arturo Alessandrini, que disputava o poder com o setor conservador. Logo depois de ganhar as

eleições, Alessandrini seguiu o exemplo dos governos da Argentina e do Peru e negou qualquer reforma universitária (SOLANO, 1998, p. 7-8).

A primeira reivindicação apresentada pelo Congresso Internacional de Estudantes do México, em 1921, foi pela participação dos estudantes na direção das universidades. Em 1923, os estudantes cubanos apresentaram como primeira reivindicação uma *verdadeira democracia* universitária. Já os estudantes colombianos, no ano de 1924, exigiram em seu programa a organização da universidade sobre bases de independência, de participação dos estudantes na sua direção e de novo método de trabalho (MARIÁTEGUI, 1975, p.85-90).

Em 1929 fundou-se a Federação Estudantil Universitária Uruguaia (FEUU), realização fundamental para a unidade do ME o que se consolidaria no ano seguinte com o Congresso Nacional dos Estudantes, cujo tema fundamental foi a Reforma Universitária e, segundo Marin (2008, p. 2,) com reivindicações como autonomia com independência administrativa, pedagógica e financeira; co-governo com participação direta e paritária dos estudantes; integração da classe trabalhadora na universidade. Em 1951, de acordo com Marín (2008, p. 2), o governo aprovou lei que regulamentou a dependência direta da Universidade do Uruguai ao poder político partidário. O ME respondeu com uma greve histórica, que terminou com a inclusão na Constituição de um artigo referente à autonomia universitária.

A partir desses movimentos, a luta dos estudantes pela autonomia e participação na gestão se expande na América Latina. Para Marín (2008, p. 5) a insurgência estudantil latino-americana nasce da profunda crise da estrutura desta sociedade, da dominação e da frustração dos destinos das pátrias pela presença do imperialismo norte-americano. Acrescenta, ainda, que a insurgência universitária é parte do movimento libertador que encaminham os povos da América Latina.

A década de 1960 é um marco nessa discussão, após o que já foi apresentado sobre a primeira metade do século XX. A indignação contra forças policiais que invadiram as universidades, atacando não somente a autonomia universitária, mas também o anseio de democratização foi um dos principais motivos para o levante nessa década. (MARTINS FILHO, 1996).

A luta dos estudantes e docentes da Universidade Autônoma do México (UNAM) ao longo da década de 1960 para manter a autonomia em relação ao poder estatal centralizador dominado pelo Partido Revolucionário Institucional, culminou numa grande revolta estudantil em prol da democratização da sociedade mexicana,

esmagada por tropas do exército em 2 de outubro de 1968. A UNAM mostrou uma relativa continuidade em torno da questão da autonomia e as novas bandeiras de luta dos anos de 1960. (GROPPO, 2006, p. 57-58).

Não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, espalha-se o levante estudantil. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, na Itália, na Bélgica, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, nos países da Europa do Leste, como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia e realizaram greves na década de 1960. Mas, o maior símbolo foi o Maio de 1968 na França.

O movimento de contestação universitária começara um ano antes, na Universidade de Nanterre, na periferia de Paris. Um movimento estudantil que queria reformas nos currículos e nos métodos de ensino e levantara bandeiras em defesa do Vietnã. Em março de 1968, a prisão de alguns estudantes que distribuíram panfletos em Nanterre foi o estopim para uma escalada de confrontos entre policiais e estudantes. A Universidade de Nanterre, berço da revolta, foi logo fechada. A Sorbonne, no centro de Paris, se insurgiu contra o ato e organizou um comício em solidariedade aos estudantes de Nanterre. Nesse dia a polícia invadiu a universidade mais tradicional da França. Começava aí o Maio de 68 francês. (ARAÚJO, 2007, p. 165).

As manifestações envolveram estudantes universitários, mas também professores, intelectuais, artistas, secundaristas e, em algumas regiões, trabalhadores das fábricas e do comércio. As manifestações se estenderam além de Paris. “Em Strasboug foi criada a *primeira universidade livre do ocidente*: os estudantes ocuparam os prédios da universidade e passaram a administrá-la”. (ARAÚJO, 2007, p. 165).

Na França, cerca de 10 milhões de trabalhadores pararam e as cinco centrais sindicais existentes aderiram à greve. Foram constituídos comitês compostos de estudantes, camponeses e trabalhadores para discutir e decidir sobre os rumos dos acontecimentos. Contudo, o que demonstra os autores, apesar da gigantesca dimensão dos protestos, a ausência de uma direção revolucionária, que canalizasse os descontentamentos impediu que as lutas fossem direcionadas para a tomada do poder e a constituição de um Estado operário. (ARAÚJO, 2009, p. 161).

Segundo Araújo (2007, p. 166), no dia 30 de maio, o presidente De Gaulle dissolveu a Assembleia e convocou novas eleições. As greves foram desmobilizadas, os serviços públicos retomados e a vitória das eleições foram para os partidos conservadores.

Na Universidade Nova Belgrado, na Iugoslávia, em junho de 1968, após uma assembleia geral dos estudantes e professores, todas as faculdades foram ocupadas e a

universidade foi rebatizada com o nome de *Universidade Vermelha Karl Marx*. Os estudantes reivindicavam a união com os trabalhadores, contra a burocratização da política e sociedade, abaixo a elite política-econômica dominante e repúdio ao consumismo. (GROPPO, 2006, p. 85-86).

O Movimento de 1968 exigia acesso de todos ao ensino superior, recusava a divisão social do trabalho, toda espécie de hierarquia e recusava os critérios de eficiência e rentabilidade capitalistas. A participação dos estudantes na gestão era proposta nas comissões paritárias para a reforma universitária. Defendiam a autonomia do saber e a integração da universidade com a sociedade. (GROPPO, 2006, p. 89-90).

Para Natanson (1968 apud GROPPPO, 2006, p. 92)

[...] o importante na relação entre patrão e trabalhador, assim como entre professor e aluno, era submissão dos segundos aos primeiros, a relação de patronato. O patronato era uma certa estrutura de poder: a propriedade dos meios de produção pelo patrão assemelhava-se à propriedade da competência científica pelo instituto, laboratório e/ou seção, já que dava poder absoluto ao seu detentor. Contra esse patronato intelectual, o poder estudantil afirmava que o ato de aprender é o ato daquele que aprende – individualmente ou em grupo e que as instituições que os acompanhavam deveriam ser autogeridas por aqueles que são os seus sujeitos.

A efervescência estudantil no Brasil no início da década de 1960 remetia à luta dos estudantes para participarem da gestão da universidade, que já existia em parte importante das outras universidades da América Latina. Essa é a discussão do item a seguir.

### **3. A reivindicação pela autonomia e gestão democrática no movimento estudantil brasileiro**

No Brasil, somente a partir de 1930, quando Getúlio Vargas se torna Presidente da República, foram processadas reformas de cunho nacional, tratando de forma mais aprofundada os temas educacionais. Contudo, antes mesmo de serem criadas as universidades no Brasil, os estudantes já discutiam e se organizavam. No entanto, somente em 13 de agosto de 1937, na Casa dos Estudantes do Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundada.

Fruto de uma tomada de consciência, quanto a necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História. (POERNER, 1979, p. 127).

Segundo Poerner (1979, p.134), o Presidente Getúlio Vargas logo manifestou especial interesse pelos estatutos da nova organização, ao receber em audiência os delegados estaduais. O Ministro Gustavo Capanema, logo após o 2º Congresso da UNE e eleita sua 1º diretoria, prometera “[...] levar em consideração as conclusões do Congresso no estudo de uma reforma educacional brasileira, além de garantir o respeito à autonomia dos estudantes.” (POERNER, 1979, p.140).

No entanto, “[...] há muito que o regime do Estado Novo pretendia fundar a Juventude Brasileira, nos moldes da juventude arregimentada por Mussolini” (POERNER, 1979, p.169). Em 1 de abril de 1943, o Ministro Capanema baixou a portaria que instituía a Juventude Brasileira, nomeava o então Major Jair Dantas Ribeiro seu secretário-geral e a instalava na sede da UNE. Após vários embates os estudantes conseguiram afundar tal idéia.

De acordo com Saldanha (2005, p. 21), a fundação e atuação da UNE em seus primeiros anos estava em conformidade com o projeto de desenvolvimento nacional, sua existência era compatível com o constante no Estatuto das Universidades Brasileiras no tocante à representação discente e à ideia de institucionalização dos conflitos sociais apregoada pelo Governo.

O bom relacionamento entre a UNE e o Estado Novo só será quebrado à medida que se aproxima o desfecho da II Guerra Mundial. Seganfredo (1963 apud SALDANHA, 2005, p. 27) afirma que após a Guerra, a sede da UNE foi palco das primeiras sessões de dois recém-criados partidos políticos, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira luta ideológica aconteceu em 1944 quando *comunistas* e *democratas* disputaram as eleições para a diretoria. Os *democratas* venceram e dirigiram a UNE de 1944 a 1947.

As propostas dos udenistas em relação ao setor estudantil foram o ensino gratuito em todos os graus e compulsório no primário, liberdade de cátedra e reintegração dos professores demitidos, assistência ao estudante, voto deliberativo para representantes estudantis nos Conselhos Técnico-Administrativos e no Conselho Nacional da Educação, democratização da cultura e liberdade de organização autônoma dos estudantes em todos os graus. (SALDANHA, 2005, p. 26).

Após a derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes diante do Marechal Eurico Dutra, os estudantes udenistas se reaproximam dos estudantes comunistas. Desse modo, de 1947 a 1950 foi a fase da hegemonia socialista na diretoria da UNE, a qual estabeleceu a luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, com a campanha pela

criação da Petrobrás e pela proteção das riquezas minerais brasileiras. (POERNER, 1979, p. 179).

De 1950 a 1956 foi a fase da ascensão direitista na UNE. Poerner (1979, p. 181) afirma que o líder desse retrocesso foi Paulo Egydio Martins<sup>29</sup> juntamente com Helen Rogers, estudante americana enviada ao Brasil pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. “Sob a orientação liberal, as mobilizações da UNE deslocaram-se dos grandes temas nacionais para temas e problemas vinculados ao funcionamento e melhoria das faculdades” (SALDANHA, 2005, p. 36), como admissão de professores e estudantes e financiamento público para as instituições de ensino superior.

De 1956 a 1960,

As correntes progressistas foram gradativamente recuperando o espaço anteriormente ocupado pelos setores liberais. [...] Lutaram por mais verbas e pela criação de novas vagas no ensino superior, pela melhoria da qualidade dos cursos, contra o aumento das mensalidades, pela reforma universitária. Houve um debate que ampliou sua dimensão, na medida em que se expandia o ensino superior brasileiro caracterizado pela constituição das grandes universidades públicas. (SALDANHA, 2005, p. 42).

A partir de 1956 ocorre uma politização maior no movimento estudantil por meio da atuação mais intensa na sociedade e uma preocupação pela transformação das estruturas sociais. “A própria Reforma Universitária passou a ser entendida como uma Reforma de Base indispensável” (SALDANHA, 2005, p. 47).

Em 1961 inicia-se a grande ascensão católica no movimento estudantil com a eleição de Aldo Arantes e o predomínio da Ação Popular (AP), que surgiu por volta de 1960 de uma dissensão entre o grupo estudantil da Juventude Universitária Católica (JUC) e a hierarquia religiosa. A AP afirmava que só existiam no Brasil grupos pré-revolucionários, que tenderiam a se unir, mediante trabalho político de agitação, numa tendência autenticamente revolucionária. Com tal orientação, a AP teve que se situar na mesma faixa de clandestinidade do Partido Comunista. (POERNER, 1979, p. 175).

Em agosto de 1961, no início dessa gestão, ocorreu a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de golpe para impedir a posse do vice-presidente João Goulart. A diretoria da UNE seguiu para o Rio Grande do Sul e participou ativamente, junto com o então governador Leonel Brizola, da denominada Cadeia da Legalidade. A UNE foi uma das

---

<sup>29</sup> Como descrito no capítulo II, Paulo Egydio Martins foi governador do Estado de São Paulo e responsável pelo decreto que criou a UNESP na década de 1970.

responsáveis pela mobilização do povo brasileiro, em especial dos estudantes, por meio do rádio na defesa da posse de João Goulart<sup>30</sup> e contra o golpe militar.

Foi nesta gestão da UNE que o Centro Popular de Cultura<sup>31</sup> (CPC) foi consolidado e houve também a criação da *UNE-Volante*, de idéia do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que buscava mobilizar os estudantes brasileiros em defesa da democratização da universidade, o que culminou com a greve de 1/3 que veremos mais adiante.

A discussão sobre a Reforma Universitária também se iniciou na gestão de Aldo Arantes, mediante a exigência de participação, com direito a veto, nos órgãos colegiados de administração da Universidade (POERNER, 1979, p.195).

Na década de 1960, com dois documentos, a *Declaração da Bahia* e a *Carta do Paraná*, os estudantes se organizaram teórica e estrategicamente pela educação universitária, com uma análise crítica da universidade brasileira e luta pela reforma universitária, além da reivindicação por maior participação na gestão (POERNER, 1979).

A *Declaração da Bahia*, fruto do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado entre 20 e 27 de maio de 1961, em Salvador, “[...] é um documento importante que representa a fase de transição do movimento estudantil, por tentar não separar os problemas da universidade, de um lado, e a situação econômica e política do país, de outro” (FÁVERO, 2009, p. 53).

As diretrizes gerais do documento eram a promoção do desenvolvimento, com uma reformulação total da estrutura socioeconômica, promoção da classe operária, tanto urbana quanto rural, a superação da alienação do proletariado, reforma agrária, extensão do direito de voto aos analfabetos, erradicação do analfabetismo e ampliação de verbas

---

<sup>30</sup> Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência do país após tensas negociações entre as forças políticas lideradas por Tancredo Neves, que tentavam manter o estado de direito e os chefes militares que resistiam à posse do vice-presidente eleito. Para se chegar a um acordo, os militares exigiram a mudança do regime político, do presidencialismo para o parlamentarismo. Em outras palavras, João Goulart pôde assumir o cargo de presidente, porém com poderes bastante limitados. Apenas em janeiro de 1963 o país voltou ao regime presidencialista por meio de um plebiscito realizado em todo o Brasil. O plebiscito relativo ao sistema de governo, ocorrido em janeiro de 1963, contou com intensa participação da UNE na campanha pelo *não* ao parlamentarismo e pela defesa do presidencialismo. O sistema parlamentarista saiu derrotado e o presidente Goulart pôde assumir seu cargo nas condições constitucionais em vigor na época de sua eleição em 1960, ou seja, passou a exercer o cargo com amplos poderes de acordo com a Constituição Federal. Os estudantes posicionaram-se publicamente, em muitas oportunidades, em defesa da preservação do mandato do presidente João Goulart até o final, como rezava a Carta Magna do país, fato que acabou não ocorrendo devido ao golpe militar de 1964. O presidente Goulart governou de setembro de 1961 até março de 1964.

<sup>31</sup> O CPC era organizado na forma de departamentos. As decisões gerais eram tomadas em *assembleias* nas quais se reuniam trezentas ou quatrocentas pessoas. Seus recursos provinham de suas atividades culturais. Ainda, tinha uma editora e uma distribuidora de arte e cultura. (ARAUJO, 2007, p. 112).

destinadas à educação. (FÁVERO, 2009, p. 52). Com relação à universidade brasileira, apontava que era um privilégio, situada no topo do processo discriminatório do ensino brasileiro e socialmente não detinha maiores preocupações com os problemas da sociedade. Definindo seus objetivos propunha lutar pela reforma e democratização do acesso em todos os níveis, abrir a universidade ao povo mediante a criação de cursos acessíveis, colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, autonomia universitária (didática, administrativa e financeira), regime de dedicação integral do docente, participação dos segmentos acadêmicos na gestão da universidade mediante proporcionalidade, não reeleição por mais de um período dos reitores e diretores, ampliação do número de vagas, elaboração descentralizada de currículos e programas em consonância com o desenvolvimento do país e das peculiaridades regionais, uma vez fixadas as diretrizes gerais e extinção da cátedra vitalícia. (FÁVERO, 2009, p. 54-55).

A *Carta do Paraná*, resultado do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, entre 17 e 24 de março de 1962, dá ênfase à participação estudantil na gestão das universidades: os órgãos colegiados deveriam ter em sua composição um terço de estudantes. (FÁVERO, 2009, p. 58).

Assim como a primeira declaração dos estudantes, a questão básica levantada à universidade brasileira é seu caráter arcaico e elitista. A Carta realiza uma crítica à Universidade de Brasília, por ter a pretensão de formar uma nova elite educacional, enquanto a luta dos estudantes consistia na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira. (FÁVERO, 2009, p. 58). De acordo com Saldanha (2005, p. 47) nota-se com freqüência o aparecimento dos termos *revolução* e *união operária-estudantil-camponesa* nesses documentos.

Nesse período o Centro Popular de Cultura da UNE passou a lutar a favor das reformas por meio da *arte-engajada* percorrendo o país com a *UNE-Volante*. Essas caravanas levavam como principal bandeira a participação estudantil na gestão da universidade, que se materializou na Greve de 1/3. (SALDANHA, 2005, p. 47).

Desse modo, a ação mais concreta dos estudantes pela reforma universitária, com exigências de participação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados de administração iniciou-se em 1962, com campanha encaminhada pela UNE. Os estudantes reivindicavam a participação em um terço das cadeiras nos órgãos colegiados, já que isso constava na Lei de Diretrizes e Base de 1961. Segundo Poerner (1979, p.196), os estudantes deram um prazo para sua reivindicação ser atendida e,

como não foi, entraram em greve geral nacional que paralisou a maior parte das 40 universidades existentes na época.

De acordo com Sanfelice (1986, p.40) a resistência das autoridades em aceitarem a reivindicação, criou condições para que a *greve de um terço* tivesse alcance inédito no ME até aquela época. Durante mais de dois meses, realizaram-se assembleias, reuniões locais e os estudantes chegaram a ocupar o prédio do MEC. Contudo, a greve foi suspensa sem seu principal objetivo ser alcançado. Apenas anos depois algumas universidades aprovaram a participação dos estudantes em 1/3, como no Estado do Paraná.

Segundo Poerner (1979, p. 197), a greve contribuiu para “[...] aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da Universidade no Brasil”.

Somente em 1963 a UNE conseguiu refazer-se do desgaste sofrido devido à *greve de um terço*, e iniciou várias campanhas e programas com a participação dos estudantes. O III Seminário, realizado em Belo Horizonte em 1963, propunha um substitutivo à LDB, que permitisse: a extinção da cátedra vitalícia, substituição do vestibular por outras modalidades de acesso, verbas para a educação e, ainda, a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, reforçando a reivindicação que levou à *Greve de 1/3*. Em junho do mesmo ano, o XXVI Congresso da UNE elege como presidente José Serra<sup>32</sup>.

Porém, em 1964 houve o golpe militar e a UNE foi invadida e saqueada. Dentre outras ações, a ditadura militar prendeu, exilou e assassinou milhares de jovens para *acabar com a subversão*.

Tal situação torna-se uma constante nos meses subsequentes. A reação dos estudantes, entre os anos de 1964 e 1966, foi das vaias aos boicotes – no caso da Lei Suplicy – às greves e às passeatas, [...] contra o Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965, que estabeleceu a eleição indireta para a Presidência da República, extinguiu os partidos políticos, voltou a autorizar a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão de direitos políticos e facilitou a intervenção federal nos estados. Com base nesse ato, foram baixados mais de trinta atos complementares, um dos quais decretando o recesso do Congresso por trinta dias. (FÁVERO, 2009, p. 68).

Os anos de 1964 e 1965 foram difíceis para as universidades e para o movimento estudantil. Os estudantes repudiam a Lei Suplicy, já discutida no capítulo I, por retirar sua autonomia de organização, por meio de protestos e greves.

---

<sup>32</sup> José Serra, como apresentado no capítulo II, foi o governador de São Paulo que decretou o ataque à autonomia universitária, desencadeando o movimento em 2007.

O ano de 1966 é marcado pela luta contra a Lei Suplicy, os Acordos MEC-United States Agency for International Development (USAID), a questão das anuidades e o Relatório Atcon. (FÁVERO, 2009, p. 89-92).

O Relatório Atcon surgiu em 1958 elaborado por um professor norte-americano chamado Rudolph Atcon. O relatório passou a ser adotado como linha mestra de atuação da USAID no campo educacional na América Latina. (POERNER, 1979, p. 220).

Os acordos MEC-USAID foram debate de um seminário nacional dos estudantes em 1967.

Somente após estudos realizados dentro das unidades universitárias e de discussão em assembleias, os estudantes chegam a ter conhecimento e condições para encaminhar uma luta mais conseqüente em relação aos Acordos MEC-USAID. Durante o seminário, além da denúncia contra a infiltração imperialista no ensino brasileiro, em todos os níveis, [...], é objeto de discussão e de repúdio a institucionalização do pagamento de taxas e anuidades, vistas como um dos passos para privatizar a universidade e torná-las cada vez mais frequentada por elementos provenientes das classes sociais mais abastadas, para transformar as universidades públicas em fundações, de acordo com a orientação prescrita no Relatório Atcon. (FÁVERO, 2009, p. 93).

Poerner (1979, p. 227) afirma que por Acordo MEC-USAID entende-se a escolha dos tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informações de estudantes, ou seja, aquele que se destinava a suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica.

Não há a menor dúvida de que isto obedecia a um plano de dominação cultural de toda a América Latina, pois uma das primeiras medidas do general Onganía, depois do golpe militar que depôs o presidente Illia na Argentina, foi suprimir, em 29 de julho de 1966, pela primeira vez na história daquele país, a autonomia da Universidade de Buenos Aires. (POERNER, 1979, p. 227).

Desse modo, para Poerner (1979, p. 267), 1966 foi um ano importantíssimo da história do ME brasileiro, porque partiu da temática das liberdades democráticas e chegou à denúncia da intervenção norte-americana na educação e em outros setores nacionais. Dezenas de estudantes foram detidos, mas as manifestações estudantis continuaram.

Martins Filho (1996, p. 51) afirma que a AP era conhecida como a *Primeira Posição*. Nas passeatas, sua marca registrada era a denúncia da ditadura e do imperialismo americano. Já a *Segunda Posição* – dissidências comunistas e Política Operária (POLOP) – preferia apostar na organização dos estudantes, a partir de lutas nas

faculdades. Apesar das diferenças, todos queriam ampliar as lutas e não acreditavam que a ditadura fosse longa.

Na contramão desse movimento estavam grupos de extrema direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) formado por oficiais das Forças Armadas, policiais, membros das oligarquias e setores da classe média (BENEVIDES, 2006, p. 57).

Em 1968 “A sensação de iminente democratização fez com que muitos perdessem o medo e decidissem dar a sua parte para a construção de uma sociedade mais livre e justa no Brasil” (POERNER, 1979, p.299).

No dia 28 de março de 1968 em meio a uma manifestação no Restaurante Universitário Calabouço, a polícia assassinou o estudante secundarista, Edson Luís de Lima e Souto. No dia seguinte, os estudantes do Rio entram em greve e declaram luto oficial. A partir de abril aumenta a luta estudantil com manifestações de rua e choque entre estudantes e policiais. O governo restringe as verbas das universidades. “Entre as reivindicações específicas dos estudantes universitários, destacam-se reforma universitária, mais verbas, rejeição da proposta de transformar as universidades autárquicas em fundações”. (FÁVERO, 2009, p. 76).

Retomando a discussão sobre maio de 68 realizado no item anterior, no Brasil, o mesmo junho do declínio francês foi o mês do apogeu do movimento. No dia 20 de junho dois mil alunos reunidos em assembleia na ex-Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, decidiram reivindicar a libertação de estudantes presos. Contudo, tropas da Polícia Militar cercaram o prédio em busca de oito líderes procurados. Quando chega a noite, muitos são presos. No dia seguinte, funcionários públicos, ambulantes e trabalhadores de diversas categorias aderiram à rebelião. Quatorze pessoas foram mortas. O dia ficou conhecido como *sexta-feira sangrenta*. O próximo ato, em repúdio a esse, no dia 26 de junho, ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil. (MARTINS FILHO, 1996, p. 88-109).

Depois da grande marcha o movimento estudantil brasileiro de 1968 inicia um lento declínio. O último suspiro do movimento estudantil de massas teve lugar em São Paulo, na marcha de cinquenta mil estudantes em protesto contra a repressão. No dia 12 de outubro, a polícia militar cercou e invadiu o congresso que a UNE tentava realizar clandestinamente em Ibiúna, São Paulo. Quase mil estudantes foram presos. (MARTINS FILHO, 1996, p. 88-109).

Em 13 de dezembro de 1968 a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), que fechou o Congresso Nacional e proibiu as organizações políticas, entre outros, e o decreto-lei nº 477, em 26 de fevereiro de 1969, que aplicou ações disciplinares a estudantes, docentes e funcionários cessaram quase todas as manifestações estudantis no meio universitário. “De 1969 a 1979, as atividades do movimento estudantil estão praticamente restritas à clandestinidade”. (FÁVERO, 2009, p. 96).

“Algumas centenas de jovens aderiram às organizações de esquerda armada, chegando a constituir metade de seus partidários”. (MARTINS FILHO, 1996, p. 112).

A volta dos estudantes às ruas deu-se somente em março de 1977, vindo reforçar e intensificar a luta contra a ditadura militar. Cerca de três a quatro mil estudantes saíram do *campus* da USP no Largo de Pinheiros em São Paulo, apesar da proibição do governador Paulo Egydio Martins. Suas reivindicações eram mais verbas para a universidade, melhoria do nível de ensino e dos restaurantes universitários, defesa do ensino público e gratuito, revogação das punições impostas, fim do jubramento dos estudantes de menor rendimento e libertação de militantes presos. Em abril, os protestos e greves alcançavam outras universidades pelo Brasil. (POERNER, 1979, p. 302).

O Congresso de Reorganização da UNE foi um marco, pois foi a primeira entidade nacional a se reestruturar, em 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador, mesmo sem uma legalidade formal. Compareceram ao Congresso mais de cinco mil estudantes, representando vinte e um estados e o Distrito Federal.

Após isso, inicia-se o predomínio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)<sup>33</sup> na diretoria da UNE, com algumas exceções, como em 1987 que predomina as tendências do PT, que dura até os dias atuais. No Congresso em 1989, a diretoria da UNE, antes majoritária, agora se torna proporcional, devido à polêmica em torno do aparelhamento da entidade. (POERNER, 1979).

Mas as marcas do período ditatorial não acabaram junto com o regime militar. Segundo Fernandes (1989, p. 106), com os acordos MEC-USAID foi introduzida na universidade a concepção de que o ensino é uma mercadoria e que o estudante não saberia o seu valor se ele não pagasse pelo curso. Divulgando essa idéia, o governo militar estrangulou a universidade pública e patrocinou a expansão do ensino comercializado.

---

<sup>33</sup> Na primeira metade da década de 1980, uma chapa controlada pela tendência *Viração*, que era ligada ao PCdoB, conseguiu chegar à liderança da UNE, onde permaneceu por vários anos no controle da Diretoria, até que em 1987 a liderança foi conquistada pelo PT. Outra tendência forte nessa mesma época era a denominada *Caminhando* com predomínio do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Como já discutido nos capítulos anteriores, na década de 1970, e durante todo o período da ditadura, a legislação autoritária e a repressão foram o maior empecilho para o desenvolvimento de uma gestão autônoma e democrática nas universidades.

Após o processo de industrialização, quase totalmente assente no endividamento externo, que conduziu a uma profunda crise financeira, particularmente grave a partir de 1981-1983, Vieitez e Dal Ri (2011, p. 288) afirmam que existe um refluxo dos movimentos sociais. Como confirma Barbosa (2002, p. 8) após 1984 encontra-se uma lacuna no movimento estudantil, pois quase não há registros.

Antes de 1984, o movimento estudantil ainda, em junho de 1980, protesta contra a demolição do seu prédio no Rio de Janeiro. Em 1981, com uma pauta de reivindicações nacional a UNE mobiliza milhares de estudantes em greve geral. Além disso, participa do Congresso que funda a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). (SALDANHA, 2005, p. 69).

Entretanto, na década de 1980 e na esteira do movimento dos trabalhadores contra a ditadura militar e contra a carestia, em algumas universidades, como na UNESP, estabeleceram-se processos de democratização interna com a participação dos três segmentos. Como discutimos no capítulo II, a UNESP teve duas lutas expressivas nessa década, em 1983 e em 1988. Além disso, Araujo (2009, p. 163) afirma que em 1989, as universidades federais, envolvendo 41 universidades, entraram em greve, mobilizando cerca de 300 mil pessoas.

Na década de 1990, sob a influência direta do neoliberalismo, manifestou-se na universidade pública a redução da autonomia, desobrigação do Estado com a educação e a transferência da lógica administrativa capitalista para a gestão da universidade, entretanto, com poucas respostas por parte de setores da academia, mediante o desenvolvimento de pesquisas e de lutas pela autonomia e gestão democrática.

Após as Diretas Já, a única grande luta do movimento estudantil na década de 1990 foi em agosto de 1992 pelo impeachment do presidente Collor. Ante a gravidade de denúncias de corrupção, a explosão iniciou-se no Paraná e expandiu-se pelo país. Os denominados *cara-pintadas* saíram às ruas gritando *Fora Collor* com os rostos pintados de vermelho, verde e amarelo e preto e o movimento só acabou quando o presidente foi derrubado. (POERNER, 1979, p. 320).

Para Saldanha (2005, p. 72), “[...] a mobilização, contemporânea à crise do socialismo, não se guiou pela idéia da revolução como porta para o futuro, estava alheia

à utopia organizada. Sua marca foi a indignação ética, o repúdio às práticas imorais das elites brasileiras”.

O movimento estudantil na década de 1990 parece ter desaparecido, pois poucas foram as manifestações e lutas. Barbosa (2002, p. 10) afirma que as preocupações estudantis estavam mais individualizadas. “O afastamento das questões políticas indica um conformismo de quem já não se vê mais como sujeito da história, mas sim, como objeto passivo dela” (BARBOSA, 2002, p. 12).

Contudo, a partir de 2002, com as contradições advindas das crises econômicas do capitalismo e com a discussão e percepção de cooptação da UNE a partir da eleição do Presidente Lula, as lutas do movimento estudantil, dentre elas as referentes ao tema estudado, mesmo que em nível local, ressurgem. Tanto que os estudos sobre o movimento estudantil voltam à tona, agora mais descentralizados e focando estados.

“[...] a UNE foi, de forma cada vez mais acelerada, deixando de cumprir seu papel na organização e centralização das lutas estudantis e de defesa dos interesses dos estudantes [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 164).

Pudemos observar, na discussão desse item, que o movimento estudantil no Brasil sempre reivindicou autonomia e participação na gestão da universidade. Porém, essa luta sempre esbarrou em posição contrária, normalmente advinda do Estado e, com relação à participação discente, com a resistência do corpo docente. Mesmo com a legislação atual que coloca a representação discente minoritária, em algumas universidades os estudantes conseguiram a paridade. Isso mostra que não é somente a legislação que ordena a universidade, mas também a luta travada em cada uma delas.

### **3.1. O surgimento do novo (ou velho) movimento estudantil**

Se os estudantes fossem apenas os profissionais que se preparam para a competição nas funções técnicas e intelectuais especializadas da variedade das profissões, por que de quando em quando, acometeria aos jovens estudantes de todos os países uma vontade de transformar a vida e o mundo e de desencadear movimentos políticos estudantis que, de fato, mudam a história? (CARNEIRO, 2008, p. 35).

A reforma universitária foi tema das reivindicações estudantis na América Latina desde Córdoba, mas é a primeira vez no Brasil que as lutas contra ela se fazem por fora de sua entidade nacional, a UNE. Essa ação teve início com a Reforma Universitária do Governo Lula, já discutida no capítulo I.

O apoio da UNE à Reforma Universitária tem sido veemente contestado por vários setores do movimento estudantil universitário, resultando, inclusive, em muitos processos de ruptura com essa entidade, a exemplo da criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis – Conlute e da Frente de Luta contra a Reforma Universitária. (ARAÚJO, 2009, p. 165).

Desse modo, em maio de 2004 realizou-se o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, no Rio de Janeiro, com a participação de mil e duzentas pessoas. Desde então, a discussão para a criação de uma nova entidade nacional e lutas por fora da UNE cresceram.

Não somente no Brasil, o movimento estudantil ganhou visibilidade na última década e a longa greve dos estudantes da UNAM, em 1999, foi a primeira. Anos depois, a luta dos estudantes secundaristas chilenos, conhecida como Revolta dos Pingüins; em 2006, a insurreição da juventude francesa; em 2005 e 2006, a Comuna de Oaxaca, no México; em 2006, as mobilizações populares contra a fraude eleitoral no México, (LEHER, 2007, p. 98). Além disso, em 2007, na Espanha e, em 2008, na Itália (ALMADA, 2009).

Em 2007, o movimento estudantil brasileiro teve impacto fulminante e catalisador. Como já apresentado no capítulo II, o governador José Serra irrompeu seu mandato com uma série de decretos que atacaram a autonomia das universidades estaduais paulistas.

A ocupação da reitoria da USP foi uma ruptura no *continuum* do tempo marcado pelo conformismo e pela aceitação passiva da ofensiva neoliberal. Provavelmente foi o ato de maior visibilidade nas lutas universitárias da presente década. A extensão – quase dois meses -, as nuvens de chumbo que cobriam o céu da USP, anunciando uma dura repressão, e a gravidade dos decretos [...] exaltam sua importância. (LEHER, 2007, p. 97).

Um levantamento realizado por Minto (2008, p. 1) contabiliza no ano de 2007 treze ocupações de reitorias (UFAL, UFBA, UFES, UFGD, UFJF, UFMA, UFPA, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSM e USP) – a mais longa delas, na USP, foi iniciada no dia 03 de maio e encerrada no dia 22 de junho; uma ocupação no *campus* da UFMT; da Sala dos Conselhos (UFS); uma Diretoria Acadêmica (UNICAMP); Diretorias de Unidades (os *campi* da UNESP de Araraquara, Franca, Rio Claro, Ourinhos, Presidente Prudente, São Paulo, São José do Rio Preto, Marília, Assis, Ilha Solteira e da USP-São Carlos). Até 14 de julho de 2007 os funcionários de 40 instituições federais de ensino superior permaneciam em greve.

O que configura a discussão sobre um novo movimento estudantil é que

[...] todos esses movimentos recusaram delegar o poder a formas institucionalizadas de representação, que embora presentes, tiveram de se

submeter às formas mais diretas de democracia [...]. Outro traço comum desses movimentos é a reivindicação de uma educação não mercantilizada [...]. (LEHER, 2007, p. 100).

Segundo Araújo (2009, p. 169) as mobilizações estudantis, independente de suas reivindicações específicas, contestam o modelo de universidade existente e, ao mesmo tempo, afirmam outro modelo, o de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com ampla democracia e autonomia, voltada para atender às necessidades daqueles que a sustentam, os trabalhadores.

Solano (1998, p. 9) afirma que o movimento estudantil, com sua luta por autonomia e co-governo, deveria partir da conclusão de que a transformação educacional é inseparável da transformação social dirigida pela classe trabalhadora contra a opressão e a miséria capitalistas. A revolução educacional só pode realizar-se como revolução social, pois a própria história do movimento estudantil demonstra seus próprios limites.

Porém, parece não estar no horizonte dos novos movimentos sociais, e do ME renovado, esperar o período da revolução para lutar por mudanças. Hoje o neoliberalismo está difundido em todos os países e, em maior ou menor intensidade, as suas políticas têm sido implantadas. No entanto, no que diz respeito ao ME, os estudantes continuam propondo e lutando por um projeto de universidade diferente do atual, resgatando, em última análise, as proposições de Córdoba. Como os países latino-americanos passaram por processos históricos semelhantes, desde as colonizações e explorações até as ditaduras do século XX, há muito em comum também nas lutas de resistência e de contra-hegemonia nesses movimentos.

No entanto, aqui se encontra uma dificuldade. Se a mudança dos atores do movimento estudantil fez com que suas ações inovassem, também aí se localiza sua limitação: transformar as experiências vividas em conhecimento acumulado, isto é, em sua tradição. O movimento estudantil enfrenta a dificuldade de relacionar as suas urgências cotidianas com as lutas mais gerais de toda a população.

Por enquanto, o ME no Brasil tem demonstrado que, como um movimento social, possui proposições para a educação brasileira. Essas proposições, como as relativas à autonomia e à gestão democrática, precisam ser expostas em um projeto de universidade a ser amplamente discutido com a comunidade acadêmica. De acordo com Rodrigo M. dos Santos (2005, p.121) “Porém, como demonstram os fatos, essa luta parece longe do fim”.

## CAPÍTULO IV

### CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA UNESP

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar a concepção teórico-prática do movimento estudantil da UNESP referente à gestão democrática e autonomia universitária. Para alcançar esse objetivo analisamos os dados empíricos recolhidos a partir das observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas com estudantes e militantes que participaram do ME da UNESP durante os anos de 2007 a 2009.

No primeiro item caracterizamos a amostra da pesquisa e o processo de recolhimento dos dados empíricos. No item dois tratamos da caracterização dos sujeitos entrevistados, explicitando as tendências presentes no movimento estudantil da UNESP. A partir do item 3 discutimos as concepções e atuação dos estudantes referentes ao objeto de estudo, dividindo cada item de acordo com as categorias analisadas, quais sejam, autonomia universitária, organização administrativa da universidade, dinâmica da universidade, efeitos didático-pedagógicos da gestão democrática, decretos do governo Serra e o movimento estudantil, o movimento estudantil a partir de 2007 e ideologia.

#### **1. A caracterização da amostra para a pesquisa**

Como apresentado na Introdução, definimos a amostra dos sujeitos para a aplicação das entrevistas de acordo com a estrutura de representação do ME da UNESP, ou seja, as entidades estudantis de organização máxima, como o DCE e os DAs e, portanto, entrevistamos os delegados eleitos para os anos de 2007-2008. Além dos representantes das entidades, entrevistamos os eleitos para representar os estudantes da UNESP no Conselho Universitário durante os anos de 2007-2008.

Demos destaque aos representantes do *campus* de Marília, primeiro pela proximidade que facilitou a realização das entrevistas e, segundo, pela forte atuação e representatividade que esse *campus* possui em vista dos demais.

A definição da amostra foi uma decisão extremamente séria e complexa. O movimento de 2007 foi marcado por sua auto-organização, portanto, não havia entidades estudantis definidas para a organização do movimento. O DCE da UNESP estava sendo reestruturado, por isso também não tinha uma gestão que simbolizasse e

aglutinasse as concepções dos estudantes da UNESP, de forma que pudéssemos analisá-las como representativa das concepções dos estudantes. Os representantes entrevistados do DCE e do CO foram eleitos no segundo semestre de 2007, ou seja, após a mobilização e atuação do movimento. Entretanto, compreendemos que os eleitos logo após esse processo foram aqueles que simbolizaram as principais posições manifestadas em cada *campus* da UNESP que participou do movimento, pois apenas os *campi* mobilizados elegeram seus representantes. Durante a coleta de dados, por meio das entrevistas e por meio dos documentos divulgados no processo, também observamos que outros militantes foram importantes e influenciaram o processo. Essa influência foi verificada por meio da análise dos dados coletados no grupo de e-mails dos estudantes e pelas respostas dos estudantes já entrevistados, que apontaram os outros militantes que mais participaram do processo. Desse grupo de pessoas, entrevistamos o maior número possível de pessoas, de acordo com as condições objetivas encontradas pelo/a pesquisador/a de pós-graduação em nível mestrado, em especial o tempo limitado para o término do trabalho.

Outra preocupação que rondou nosso trabalho foi a de que os entrevistados, em sua maioria, não eram pessoas desconhecidas, pois participamos do movimento e interagimos com elas o tempo todo. Preocupamo-nos com o fato de que essa proximidade poderia afetar a análise objetiva dos dados e a interação necessária entre pesquisadora e informante na realização da entrevista. Contudo, encaramos essa possível dificuldade como parte do processo de pesquisa no qual o pesquisador é ao mesmo tempo reflexivo/a e participante. O resultado foi um processo de interação bastante rico e construtivo, na medida em que a relação anteriormente estabelecida com os entrevistados fortaleceu o recolhimento dos dados. Um pesquisador que não tivesse participado do processo e que não conhecesse os sujeitos, talvez não conseguisse obter uma maior profundidade nas questões problematizadas e um acesso amplo à documentação necessária para a análise.

Apesar disso, advertimos para os possíveis riscos que a proximidade pesquisador e informante pode trazer. Por vezes, durante as entrevistas, o próprio entrevistado nos advertia que não necessitava discutir ou responder algo, porque nós já sabíamos como ele concebia determinadas questões ou, ao contrário, por reconhecermos a vivência comum não aprofundamos determinadas passagens. Contudo, concluímos que essa proximidade foi fundamental para apreender a participação dos estudantes no movimento que se deu no ano de 2007 na UNESP.

Durante o percurso da aplicação das entrevistas, defrontamo-nos com os problemas comuns aos pesquisadores, quais sejam, os de não encontrar os possíveis entrevistados ou de os entrevistados encontrados não estarem disponíveis para conceder as entrevistas. Nenhum dos contatados negou-se a conceder a entrevista, entretanto por problemas de disponibilidade de tempo do informante, algumas entrevistas não puderam ser realizadas.

As entrevistas duraram em média de 8 a 12 horas, um tempo bastante longo, mas essencial para o aprofundamento das questões. Realizamos algumas entrevistas presenciais no *campus* da UNESP de Marília e outras por intermédio de vídeo-conferência, em especial com aqueles que moram em outras cidades ou estados. Todos os entrevistados permitiram a divulgação dos seus nomes. Foram realizadas quinze entrevistas.

Dos nove delegados do DCE durante os anos de 2007-2008, realizamos entrevistas com cinco: Francisco Nery da Silva<sup>34</sup> – *campus* de Rio Claro; Enio Lourenço<sup>35</sup> – *campus* de Bauru; Vitor Paulo Siqueira Silva<sup>36</sup> – *campus* de Ourinhos; Rafael Borges Barbosa Santos<sup>37</sup> – *campus* de Franca; e Bruna Balbi<sup>38</sup> – *campus* de Botucatu.

Dos delegados de 2009 – 2010, dos três eleitos, realizamos entrevistas com dois: Felipe Luiz<sup>39</sup> – *campus* de Marília e Anderson de Oliveira Pelegrini<sup>40</sup> – *campus* de Presidente Prudente.

Dos representantes para o Conselho Universitário (2007-2008), dos sete eleitos, realizamos cinco entrevistas: Adriano Favarin<sup>41</sup> – *campus* de São José do Rio Preto, Rafael Del’Omo Filho<sup>42</sup> – *campus* de Marília, Luiz Augusto Rocha<sup>43</sup> – *campus* de

---

<sup>34</sup> Entrevistamos Francisco Nery da Silva no mês de março de 2011. Atualmente, ele é professor da rede pública.

<sup>35</sup> Entrevistamos Enio Lourenço no mês de dezembro de 2010. Atualmente, ele está no quinto e último ano de Jornalismo.

<sup>36</sup> Entrevistamos Vitor Paulo Siqueira Silva no mês de março de 2011. Atualmente, ele é professor da rede pública.

<sup>37</sup> Entrevistamos Rafael Borges Barbosa Santos no mês de junho de 2011. Atualmente, ele está no último ano de Direito.

<sup>38</sup> Entrevistamos Bruna Balbi no mês de abril de 2011. Atualmente, ela é professora de escolas técnicas em Enfermagem.

<sup>39</sup> Entrevistamos Felipe Luiz no mês de fevereiro de 2011. Atualmente, ele está no último ano de Filosofia.

<sup>40</sup> Entrevistamos Anderson de Oliveira Pelegrini no mês de abril de 2011. Atualmente, ele está no segundo ano do Mestrado em Educação.

<sup>41</sup> Entrevistamos Adriano Favarin no mês de agosto de 2010. Atualmente, ele estuda no *campus* de Franca.

<sup>42</sup> Entrevistamos Rafael Del’Omo Filho no mês de maio de 2011. Atualmente, ele é aluno do Mestrado em Ciências Sociais.

Bauru, José Alexandre Buso Weiller<sup>44</sup> – *campus* de Botucatu e Diego Vilanova Rodrigues<sup>45</sup> – *campus* de Presidente Prudente.

Do *campus* de Marília, também entrevistamos a presidente do Diretório Acadêmico, Manuela Garcia Gomes de Moraes<sup>46</sup>, um representante discente na Congregação, Alessandro de Moura<sup>47</sup> e uma diretora do Centro Acadêmico de Pedagogia, Tawana Domeneghi Orlandi Tosta<sup>48</sup>.

Quando citamos os entrevistados nesse capítulo, utilizamos apenas seu primeiro nome.

Dessa forma, entrevistamos um total de quinze estudantes.

As observações foram realizadas em assembleias, congressos e reuniões durante os anos de 2009 e 2010, principalmente nos CEEUF e CEUF, em nível de UNESP, e fóruns da UNE e da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), em nível nacional.

## 2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A formação de identidade dos militantes do ME e sua consequente organização, contrasta com a dos estudantes que pouco participam ou que não participam do movimento e da organização das atividades. Almada (2009, p. 85) expõe que a identidade coletiva dos militantes do movimento estudantil, seja organizado em tendências ou não, advém de sua participação constante nas atividades políticas de suas universidades, definindo sua identidades até mesmo como pessoas.

Os participantes do ME na UNESP, assim como afirma Almada em trabalho sobre objeto de estudo semelhante ao nosso,

[...] se constrói em torno de uma identidade e discurso político diferenciadores no interior da universidade, no sentido das aproximações de alguns estudantes mais militantes, ou por um histórico de militância, ou mesmo, na militância casual, surgida no interior das actividades estudantis –

---

<sup>43</sup> Entrevistamos Luiz Augusto Abilio Silveira Rocha no mês de janeiro de 2011. Atualmente, ele é jornalista.

<sup>44</sup> Entrevistamos José Alexandre Buso Weiller no mês de abril de 2011. Atualmente, ele é Assistente Técnico Hospitalar.

<sup>45</sup> Entrevistamos Diego Vilanova Rodrigues no mês de maio de 2011. Atualmente, ele é professor da rede pública.

<sup>46</sup> Entrevistamos Manuela Garcia Gomes de Moraes no mês de março de 2011. Atualmente, ela é fotógrafa e estudante do quarto ano de Jornalismo.

<sup>47</sup> Entrevistamos Alessandro de Moura no mês de fevereiro de 2011. Atualmente, ele é professor da rede pública e doutorando em Ciências Sociais.

<sup>48</sup> Entrevistamos Tawana Domeneghi Orlandi Tosta no mês de fevereiro de 2011. Atualmente, ela é professora da rede pública.

manifestações na sala de aula, participação nas reuniões de centros acadêmicos ou actividades estudantis como o *trote* e a *calourada*, ou organização das *Atléticas* de desporto, ou através da participação em actividades culturais na universidade. A pluralização das actividades dos estudantes reflecte, também, a diversidade estudantil e a participação destes, criando processos de diferenciação na massa estudantil e a formação de individualidades e colectividades entre os estudantes. A pessoalidade desse processo confronta-se com a colectividade dos grupos já constituídos, implicando diversas alterações na sua organização e no esquema geral de organizações e de grupos internos à universidade. (ALMADA, 2009, p. 83).

A força dos partidos políticos e grupos organizados depende da configuração constante do fluxo de estudantes que participam do ME e da conjuntura política. Prova disso é a crescente diminuição de militantes do ME ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em especial após a eleição de Lula em 2002. Em contrapartida, ocorreu o crescimento no número de militantes ligados a outros partidos, como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido da Causa Operária (PCO) e Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI), assim como grupos políticos como Movimento a Plenos Pulmões e Pão e Rosas, ambos ligados a LER-QI.

Enquanto isso, a representatividade da UNE diminuiu nas universidades públicas, principalmente nas estaduais paulistas. A UNE foi cooptada pelo governo federal, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras organizações desde a eleição presidencial de Lula em 2002, como discutimos nos capítulos anteriores. Com o PCdoB sendo fração majoritária da UNE há mais de uma década, a maioria dos militantes das universidades públicas desistiu de atuar em seus fóruns para se preocupar mais com a atuação local. Isso acabou abrindo uma maior possibilidade de *não institucionalidade* dos estudantes em ações locais em cada universidade.

Mas, a necessidade de uma organização nacional produziu as bases para a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL) fundada em 2009, no Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro, que congregou mais de 2000 estudantes de todo o país. Apesar das controvérsias sobre sua fundação e atuação, a ANEL possui como fração majoritária os militantes do PSTU, mas congrega outros partidos e, principalmente, os estudantes independentes.

Participamos dos fóruns da UNE e da ANEL e pudemos constatar que os militantes das universidades públicas do Estado de São Paulo, em sua maioria, aderiram à ANEL, enquanto os das universidades particulares continuam na UNE. A ANEL se

apresenta como um espaço mais aberto para posições divergentes e disputa de propostas, enquanto nos fóruns da UNE existe a dificuldade até de se inscrever para falar e de se chegar ao microfone para se posicionar nas reuniões ou congressos.

O Congresso dos Estudantes da UNESP e Fatec (CEUF) realizado em 2010 aprovou a adesão à ANEL como entidade representativa dos estudantes em nível nacional, mas até hoje se discute como se deve proceder em relação à UNE. Grande parte dos estudantes considera que não se deve abandonar a UNE como espaço de disputa, principalmente porque ela congrega os estudantes das universidades privadas.

Com relação aos sujeitos da pesquisa, metade é vinculada a partidos políticos. Diego e Manuela são militantes do PSTU. Enio foi militante da Negação da Negação durante 2008 e 2009. Francisco e Rafael B. são militantes da LER-QI. Rafael D. foi militante da LER-QI, inclusive em 2007. Atualmente, Alessandro e Adriano são militantes da LER-QI e Bruna do PSOL, mas em 2007 não estavam organizados em nenhuma tendência. Felipe reivindica-se anarquista. Os demais não estavam organizados em nenhuma tendência no ano de 2007 e nem estão atualmente.

Na UNESP os militantes partidários, em sua maioria, fazem parte do partido, sem inscrição legal, LER-QI, partido marxista, leninista e trotskista, que possui sua maior expressão no *campus* de Marília. Podemos encontrar, ainda, em menor número, o PSTU, o PT e o PCdoB. Antes de 2005, o PCdoB era a expressão majoritária nas entidades estudantis da UNESP. No CEUF daquele ano, no qual se organizaram as demais expressões partidárias e os militantes independentes, os militantes do PCdoB foram expulsos por burlar processos eleitorais das entidades. Foram também considerados atrelados ao governo federal, portanto não representando mais os interesses do ME. A partir desse ano, a LER-QI cresceu e se tornou a maior expressão organizada do ME da UNESP.

A maioria dos estudantes entrevistados afirma ser proveniente da classe trabalhadora, seja pelo trabalho que realizam (os que se formaram são funcionários públicos), seja pelo conteúdo de suas reivindicações, como poderá ser observado nos itens a seguir.

### **3. Autonomia da Universidade**

Pela percepção dos entrevistados, a maioria, com exceção de Tawana (2011), Alessandro (2011) e Rafael B. (2011), afirmou que a UNESP possui uma autonomia

relativa, pois ao mesmo tempo que existe uma legislação em vigor que afirma que ela possui autonomia e lhe confere poderes para legislar sobre aspectos didático-pedagógicos, científicos, de gestão financeira e patrimonial, existem forças externas e internas que limitam e determinam esses assuntos.

Eu acho que a autonomia política e financeira estão totalmente ligadas, pois a universidade é um órgão de poder. Mas antes que se chegue à autonomia da universidade é preciso compreender qual a relação que ela tem na sociedade, pois hoje a sociedade se organiza pelo modo de produção capitalista e desse modo se reflete na universidade por ser ela produtora de conhecimento. Com isso, conhecimento é o poder que se pode destinar a quem isso vai servir diretamente. A correlação de forças não é igual e ela está inserida totalmente nos órgãos e espaços de administração. A formação política é inexpressiva para boa parte da população e por isso não ocupa espaços que lhe cabem. Então quando se pensa em autonomia precisamos avaliar o contexto no qual a universidade está inserida e o grau de consciência política das pessoas envolvidas naquele ambiente. (BRUNA, 2011).

Os exemplos mais citados de forças externas que interferem na universidade foram as parcerias público-privadas e a ingerência do Estado em determinados momentos. Para os estudantes essas parcerias reforçam alguns setores importantes de acordo com normas estipuladas pelo mercado, quando determinam, por exemplo, o tipo de pesquisa que será realizado. Sobre a ingerência dos governos, os estudantes deram exemplo da própria luta de 2007, pois quando há interesses o governo não se *acanha* em ferir a autonomia.

Acredito que a atual estrutura é falha num ponto bem específico. Ela é autônoma até o momento em que os rumos de mudança irão acarretar muito trabalho ou problemas a serem resolvidos pelos nossos governadores, reitores, deputados e tal. Nesse ponto acredito que se deveria inserir a comunidade/população nas decisões sobre os formatos e rumos das faculdades que compõem a universidade e aí sim acredito que a autonomia seria válida. Porque aí a autonomia não *pararia* nos poderosos! (JOSÉ, 2011).

O exemplo de forças interna foi o da predominância dos docentes como *gestores* da universidade. Segundo os estudantes não é possível afirmar que a UNESP possui autonomia, pois dois segmentos dela têm menor representatividade para decidir sobre seus rumos, os funcionários e os estudantes.

O que eu vejo é que as *autoridades* científicas que comandam a Universidade fazem valer essa autoridade dada pela titulação, pela escalada acadêmica, por meio do conhecimento técnico altamente especializado, nem sempre, muitos são apenas políticos, mas, têm lá guardado seu *deproma de dotô*. O que facilita e muito essa autonomia de projeto e de visão acadêmica é que por si, eles já são conservadores. Têm larga experiência com administração pública, orçamentos, planilhas, números e uma retórica quase sempre de austeridade, de compromisso com a ciência, enfim, aquela conversa fiada de sempre. Resumindo a visão que eu tenho de autonomia universitária é a seguinte: a

autonomia financeira existe amparada em lei fixa de repasse, efetivada em LOA e a autonomia de ensino e projeto se efetiva muito mais graças a um afinamento para com os governos que se sucedem no Bandeirantes do que numa relação política de disputas. (LUIZ, 2011).

Tawana (2011), Alessandro (2011), Rafael B. (2011) e Adriano (2010) foram exceções, pois enquanto a primeira afirmou que a UNESP é autônoma, os outros afirmaram que não. Tawana (2011) afirmou que a UNESP é autônoma, pois ela pode decidir sobre todos os assuntos internos, desde que seguindo algumas normas definidas pelo Estado. Alessandro (2011), Rafael B. (2011) e Adriano (2010) afirmaram que não, pois “[...] os projetos do governo decidem sobre as necessidades das instituições” (ALESSANDRO, 2011).

[...] a UNESP não tem autonomia, pois infelizmente segue sendo influenciada pelos governos neoliberais, pelas empresas e fundações privadas. A UNESP até pode decidir para onde vai sua verba, mas não pode discutir um projeto mais acabado de universidade, ou seja, uma universidade a serviço dos trabalhadores e do povo pobre. (RAFAEL B., 2011).

Contudo, as concepções dos estudantes são bastante semelhantes, o que difere é o ponto de partida. Enquanto Tawana (2011) parte da legislação para depois discutir a prática, Alessandro (2011), Rafael B. (2011) e Adriano (2010) partem da prática para demonstrar que aquilo que determina a legislação não se concretiza na realidade.

Todos os sujeitos conhecem a estrutura de gestão da UNESP, com seus órgãos colegiados, definido como órgão máximo em nível da Universidade o CO e em nível das Unidades as Congregações. Entretanto, a maioria não conhece quais os assuntos que podem ser decididos em termos estatutários em cada um dos órgãos. Alessandro (2011) ainda afirma nessa questão que “[...] o estatuto não gere coisa alguma, o que gere são as forças econômicas e políticas independentemente do que está ou não na legislação universitária.”.

Sobre o orçamento da universidade todos sabem que as verbas advêm da cota-parte do Estado pela arrecadação do ICMS. Entretanto, acrescentaram que também há verbas que advêm das parcerias com instituições privadas.

O orçamento da UNESP é composto por um parcela dos 9,57% do ICMS arrecadado, convênios com empresas e outras universidades, convênios com as três esferas de governo, SUS, MEC, alienação de bens, remuneração de aplicações financeiras, doações físicas e jurídicas entre outras. Entretanto, a grossíssima parte vem do ICMS e dos convênios com os governos estadual e federal. (LUIZ, 2011).

Afirmaram, com a exceção de José (2011), que as verbas não são bem utilizadas, pois

[...] é sempre mal distribuída. No caso da UNESP alguns *campi* ou mesmo cursos recebem mais verbas que outros. Muitas vezes obras desnecessárias recebem muita grana, como ocorreu recentemente em Bauru no caso da construção de um lago ornamental com carpas e tudo mais. (MANUELA, 2011).

José (2011) afirmou que

[...] pensando hoje, eu acho que até é sim. Porém, acredito que a estrutura ainda é muito rígida com relação à participação real dos discentes e funcionários nas tomadas de decisão sobre as prioridades para a universidade como um todo. É assim, a eficiência sobre o orçamento é boa, porém os resultados dessa eficiência podem e devem ser melhores.

Anderson (2011) e outros estudantes afirmam que existem discrepâncias na divisão da verba entre as áreas de conhecimento (humanas, exatas e biológicas). Se observarmos que José (2011) é do *campus* de Botucatu, que recebe a maior cota da verba destinada à UNESP, além de financiamentos externos, podemos compreender porque ele afirma que o orçamento é eficiente.

Na questão referente à divulgação do orçamento, todos afirmaram que é divulgado no site da UNESP uma planilha geral dos gastos. Porém, alguns colocaram em dúvida sua precisão, outros afirmaram que é de difícil compreensão e outros afirmaram que partes são divulgadas, mas outras não.

Partes deles são divulgados. Você não sabe se a planilha é verdadeira. No site da instituição tem, que dá pra você ver como foi gasto algumas coisas. Ex. milhões de reais foram investidos para o Ensino a Distância, mas primeiro você não discute com a comunidade se é viável gastar isso com esse ensino, depois o quanto isso foi bem aplicado e o quanto isso responde às necessidades brasileiras. (ALESSANDRO, 2011).

Sim, estes dados são divulgados, mas não de forma clara e com a periodicidade que possibilite uma interferência em tempo. Toda instituição tem de publicar seus balanços, mas a questão é como isso é feito, com uma linguagem de difícil acesso e compreensão. (MANUELA, 2011).

“Uma parte sim (ICMS), mas há um grande montante que não se sabe, verba das fundações.” (RAFAEL D., 2011).

Sobre a autonomia desejada ou esperada há um consenso, quase como que um conceito definido e explícito de todos os estudantes, expresso por duas sentenças:

“[...] a autonomia em relação ao governo e à classe dominante e ao mesmo tempo estar a serviço de desenvolver melhores condições de vida à população.”

(ALESSANDRO, 2011). “[...] autonomia que tenha na gestão democrática seu princípio fundamental” (ANDERSON, 2011).

A gestão democrática é entendida como a participação de todos os segmentos com a mesma proporcionalidade. Essa é a discussão do item a seguir.

#### **4. Organização administrativa da universidade**

Alguns estudantes não conheciam o termo gestão universitária. Acreditamos que isso ocorre porque o termo mais difundido entre os estudantes para discutir o assunto é estrutura de poder. A questão do poder é, normalmente, pautada pelas tendências ligadas a partidos políticos. Como há predominância dessas tendências no movimento estudantil é compreensível que o termo estrutura de poder seja mesmo o mais conhecido.

Enio (2010) e Adriano (2010) afirmaram que tanto o termo autonomia universitária, quanto gestão não eram conhecidos por eles, pois eram termos *burocráticos* e que somente alguns estudantes mais *burocratas* conheciam.

Observamos que é difundido entre os estudantes ligados às tendências, principalmente a LER-QI, que aqueles estudantes que discutem e se preocupam em compreender a organização da universidade, o funcionamento dos seus órgãos e legislações são denominados *burocratas*. Aqui cabem duas observações.

A burocracia diz respeito à hierarquia, isto é, ao sistema de poder. “Os aparelhos burocráticos atuam de acordo com seus próprios interesses particulares, que apresentam como interesses públicos ou gerais, impondo-se dessa forma à sociedade”. (BOTTOMORE, 2001, p. 40).

Os estudantes elucidaram essa questão, mas entendemos que, apesar disso, as universidades públicas se constituem em uma administração dual “de um lado é baseada num sistema de órgãos colegiados, e por outro, num sistema burocrático, o que manifesta fortes índices de controle do trabalho realizado na universidade.” (DAL RI, 1997, p. 18). Para Dal Ri (1997, p. 18-19), apesar das medidas por democratização não terem sido até agora suficientes para provocar um reordenamento profundo no sistema de poder, ela enfraqueceu a estrutura de poder de tipo burocrático. O fortalecimento da democratização no sentido da autogestão vai em direção oposta à burocracia.

Desse modo, por mais que se configure na universidade uma administração de tipo burocrática, uma vertente hierarquizada, a possibilidade progressiva em direção ao autogoverno cria condições para uma disputa das posições de classe que, por vezes, refletem um posicionamento avançado em termos da classe trabalhadora e podem ser utilizados a seu favor.

A segunda colocação a ser posta refere-se aos próprios sujeitos denominados de *burocratas*. Se burocrata é entendido como aquele que defende a hierarquização e o sistema de poder constante no modo de produção capitalista, podemos compreender que tais estudantes são mesmo burocratas, além disso, podemos afirmar que eles acabam por defender a manutenção do poder. Porém, como observamos nas entrevistas e nas observações, os sujeitos denominados de *burocratas* são quase sempre aqueles que se preocupam em conhecer os órgãos e legislações da universidade. O conhecimento sobre determinada questão não determina necessariamente uma posição política, pode apenas ser usada como instrumento por ela.

Como colocamos na Introdução, Engels (2008, p. 52) afirma que “As instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais”.

A questão referente aos denominados burocratas se remete, na verdade, à grande polêmica que existe no movimento estudantil, influenciada pela discussão do movimento operário.

No Movimento Operário Popular existem três concepções sobre sua atuação: há os que defendem que é importante tentar interferir no aparelho estatal, seja em qual nível for, pois há reformas e mudanças possíveis que irão beneficiar a classe trabalhadora. Outra tendência defende que os militantes são sempre cooptados pelo Estado e seus aparelhos. Há também uma terceira posição, que afirma que a luta de classes deve ser feita em todos os espaços, tentando não trabalhar na lógica do capital, mas no sentido de minar e ocupar, construindo uma contra-hegemonia. (DAL RI, 2004).

No movimento estudantil essa polêmica se configurou da seguinte forma. A primeira é a de que os estudantes devem participar das entidades estudantis e utilizá-las para impulsionar a luta da classe trabalhadora, se aliando aos movimentos organizados na sociedade. A segunda se refere à luta dos estudantes também por meio dos órgãos colegiados para impulsionar uma instrumentalização dos estudantes referentes às questões que se referem a sua própria vida, além de ser utilizada também como

instrumento para aprovar um projeto voltado para a classe trabalhadora. Aqueles que defendem a segunda posição são normalmente os denominados *burocratas*.

As duas concepções diferem em sua visão de mundo, de teoria e prática, mas entendemos que uma terceira concepção de ocupar esses espaços com vista à construção de uma contra-hegemonia, seria importantíssima para instrumentalizar os estudantes, mediante o conhecimento e a experiência adquiridos dos mecanismos utilizados na universidade. Como os estudantes de modo geral nunca participaram do processo de decisão sobre seu trabalho, a atuação tanto nas entidades, quanto nos órgãos são relevantes para a luta pela sua emancipação. Portanto, o conhecimento das normas que regem a universidade se soma ao conhecimento adquirido pela experiência nas lutas.

De acordo com Rodrigo M. dos Santos (2005, p. 129)

A ocupação participativa dos espaços decisórios institucionais das universidades depende, fundamentalmente, de uma conscientização estudantil acerca da importância desses espaços e de um compromisso com as gerações presentes, sim, mas talvez um comprometimento ainda maior com as gerações passadas (que lutaram na conquista daqueles espaços) e com as gerações futuras (para as quais temos o dever de conservar e ampliar tais espaços).

Em relação à pergunta se a gestão da UNESP é ou não democrática, todos os estudantes afirmaram que não, exceto Luiz (2011) que afirmou que é “um pouco”. Os argumentos apresentados pelos estudantes para justificar suas respectivas respostas foram na mesma direção, qual seja:

É uma gestão antidemocrática. Poucos definem, em nome de muitos, como será a pesquisa e a extensão dentro da academia. Uma gestão que tem mais comprometimento com o agronegócio e as grandes empresas do que em incentivar pesquisas que resolvam os grandes problemas do povo pobre. Além disso, tal gestão privilegia o avanço do trabalho precarizado, terceirizado e uma política de arrocho salarial aos funcionários. (RAFAEL B., 2011).

“Porque ela é estamental. Ela não se baseia em um princípio do direito de isonomia entre os pares, mas de diferenciação de acúmulo de saber, um critério meritocrático, como em Platão que o magistrado governa.” (FELIPE, 2011).

Para Enio (2010),

Os estudantes e os funcionários não fazem parte do processo. [...]. Existiu muito no movimento estudantil esta discussão. Sobre como seria uma gestão democrática. Se seria de forma paritária ou com uma espécie de um voto por cabeça. Tem correntes independentes que defendem isso. [...]. Da forma que está vem de cima para baixo todas as diretrizes postas, a gente, na verdade, não é consultado. Esse conselho, esses órgãos colegiados, com esses 15% de nossa parte, o que significa? O que significa fazer parte disso? Na verdade significa referendar, na maioria das vezes. Por vezes dá para você fazer uma denúncia, utilizar o instrumento que é a cadeira ali para você comunicar os

estudantes, trazer para as entidades, etc. Mas, no final das contas, eles utilizam isso para dizer que é democrático. [...]. É um referendo para as diretrizes postas, que a gente não consegue alterar. [...]. Quantas vezes a gente consegue, sei lá, se aliar mesmo com professores progressistas? Vamos dizer assim, são poucos. Então, enfim, não é democrático. A gente sabe que têm possibilidades, que seja. Os estudantes e os trabalhadores da UNESP deveriam fazer parte deste processo e não fazem, não existe interesse da reitoria e dos professores e diretores de *campi* que a gente participe e coloque nosso ponto de vista.

A resposta de Enio (2010) nos remete à grande discussão no movimento estudantil de como deveria ser organizada a representação nos órgãos colegiados e a eleição dos dirigentes. Manuela (2011), Diego (2011) e Vitor (2011) afirmaram que por paridade, enquanto que os militantes da LER-QI, por um governo tripartite com maioria estudantil, sendo as eleições realizadas por voto universal (cada cabeça um voto, como é conhecido). Os demais, como Felipe (2011), afirmam o mesmo que os militantes da LER-QI, mas sem o termo por eles colocado, apenas que a proporcionalidade nos órgãos deve ser pelo número total de cada segmento e o voto deve ser universal. Portanto, nenhum estudante afirma e justifica a estrutura atual de proporcionalidade.

Aqueles que defendem a paridade, que é a luta levantada pelo movimento estudantil no Brasil desde há muito tempo e que se firmou, principalmente, na *Greve de 1/3*, a defendem por considerá-la a mais equilibrada entre os interesses dos segmentos. Aqueles que defendem a proporcionalidade se pautam pela quantificação igualitária, para que o peso de cada pessoa seja o mesmo entre os segmentos. Porém, a concepção que está na essência dessa questão é, na verdade, que defendendo a paridade se afirma que cada segmento possui seus próprios interesses e eles são divergentes aos demais, portanto necessitam se expressar com o mesmo peso. Caso se defenda a proporcionalidade e o voto universal, afirma-se que dentro e entre os segmentos há expressões de diversas classes e distintos interesses que deveriam ser expressos na forma individual. Consideramos que um professor, um estudante e um funcionário podem ter interesses comuns e, ao mesmo tempo, um estudante e outro não. As posições políticas que se expressam claramente na universidade são reflexos dos interesses das classes sociais e cada pessoa, independente de seu segmento, as reflete dependendo da posição de classe que defende.

A afirmação de Luiz (2011), de que a UNESP é um pouco democrática, também não é diferenciada dos demais estudantes. Seu ponto de partida foi compará-la com as demais universidades existentes. “Um pouco democrática. Há mínimos espaços de atuação e de alcance dos trabalhadores internos e da comunidade estudantil. Vide como

contraponto a USP cujo colégio eleitoral para reitor não passa de 300 e poucas pessoas.” (LUIZ, 2011). Nesse sentido, como trabalhamos no capítulo 2, a UNESP possui mais avanços democráticos do que a USP e UNICAMP.

A maioria dos estudantes não conhece a história da implantação e desenvolvimento da gestão democrática da UNESP. Os que conhecem, sabem pouco e de uma forma geral. José (2011) afirma que “Tenho uma idéia sim. A estrutura já chegou a ser mais rígida e também mais aberta, com os grandes colegiados (assembleia universitária) e tal. Parece que é um negócio meio cíclico, entende, do tipo abre e se fecha.”

Confesso que conheço bem pouco e superficialmente. Conheço de pessoas que me contaram. A história é a seguinte, a gestão era formada inicialmente apenas por docentes e diretores, também não sei o período e nem por quanto tempo e há alguns anos que foi aumentando a inserção dos estudantes dentro dessa gestão através de mobilizações e reconhecimento da instituição. O que sei é isso. (BRUNA, 2011).

Em seu início, era mais descarada essa escolha, os diretores não eram eleitos. A UNESP já pegou a reforma da Educação do fim da década de 60, começo da 70, não lembro ao certo. Desse modo, a estrutura de gestão quase não teve alterações, ao que me lembre. A UNESP não tem catedráticos, tem titulares. (LUIZ, 2011).

Metade afirmou que já leu o Estatuto e regimentos da UNESP que vigoram atualmente e que conhecem mais a Reforma Universitária implementada no Governo Lula e no Estado de São Paulo nos últimos anos.

Sobre os assuntos que cabem ao reitor e diretor e ao Conselho Universitário e às Congregações deliberarem, os estudantes não sabiam definir exatamente a diferença dos primeiros para com os segundos, nem o teor de cada um. Alguns afirmaram que os dirigentes seriam os executores das deliberações de seus órgãos colegiados máximos. Os demais afirmaram que as deliberações dos órgãos e dos dirigentes eram as mesmas.

“Sozinhos, nenhum assunto. Em tese tudo deve ser discutido e decidido no coletivo” (TAWANA, 2011).

Felipe (2011) afirma que “Ele [diretor e reitor] tem um projeto, zelar pelos estatutos e regimentos, manter a ordem e o funcionamento dela como se quer que ela funcione”.

As competências são as mesmas que as do reitor e diretor. É que aquelas figuras são os coordenadores/gerentes das reuniões do CO e congregação. Aí eu digo deliberação, porque oficialmente quem responde pelas consequências e resultados das deliberações são os reitores e diretores, são os executivos, aí é no deles. (JOSÉ, 2011).

“Eu acho que fica muito numa teia essa questão, como tem sempre um jogo de interesses não dá para saber ao certo o que cada um decide”. (ADRIANO, 2010).

Concluimos que, de fato, os estudantes não conhecem as atribuições legais dos órgãos colegiados e nem aquelas relativas aos cargos executivos.

Mas, essa discussão remete à pergunta que fizemos referente a quem mandaria na universidade. As respostas ficaram entre as classes dominantes, o Estado, o reitor e os professores, citando sempre dois desses mencionados. Além dos estudantes (JOSÉ, 2011, ANDERSON, 2011, ADRIANO, 2010 e RAFAEL B., 2011) que acrescentaram as empresas privadas que financiam pesquisas e os órgãos de fomento. Compreendemos que as respostas não são antagônicas.

“Quem manda é o Estado. Quem manda com certeza não são os maiores interessados que somos nós. [...]. Dentro da universidade é o reitor.” (ENIO, 2010)

“É a classe dominante que impõe a todas as instâncias da sociedade, por meio de ideologia ou pela força, a sua opinião. O reitor e diretor mandam, enquanto eles aplicam o que o setor dominante quer, eles são somente agentes.” (DIEGO, 2011).

Quando reapresentamos a questão perguntando quem manda mais na universidade, se o reitor e diretor ou o CO e Congregação, as respostas se dividiram.

Alguns afirmam que são o reitor e diretores,

O reitor e o diretor. Porque ele tem uma centralidade na mão para intervir nesses colegiados e na composição. As portarias que regulamentam a UNESP atribuem muito poder de decisão aos executivos. Cria uma relação contraditória, criam relações de poder. Os colegiados têm uma interdependência com o executivo. (DIEGO, 2011)

Aqueles que afirmam que são os órgãos colegiados, na verdade também disseram que são os professores, uma vez que eles são a maioria nos órgãos.

“O Conselho Universitário e a Congregação, as pessoas que tem mais cadeiras nesses órgãos” (BRUNA, 2011).

O CO e a Congregação. Muitas vezes, pelo menos o que eu percebi, o reitor e o diretor ficavam encurralados ou então *neutros* para que as propostas fossem aceitas e tal. Quando tem coalizão o *bixo pega!* Ninguém derruba os professores quando eles estão organizados! (JOSÉ, 2011).

Dois estudantes afirmam que depende da correlação de forças.

O reitor. Quanto aos diretores, há alguns que não conseguem maioria folgada na congregação o que possibilita uma maior correlação de forças. Quanto aos reitores, cito como exemplo de que não tinha poder a Suely Villela da USP.

Depois da ocupação, ela foi amparada por um grupo de cerca de 12 diretores. Eles mandavam e ela mantinha as aparências. (LUIZ, 2011).

Eu ainda acho que o C.O. manda mais que os reitores, porque os reitores vem e vão. Geralmente canalizamos os movimentos contra os reitores pela figura que eles representam, é mais fácil, o mesmo ocorre com o diretor. Penso que CO e Congregação mandam mais, quero dizer em quantidade, porque tem decisões chaves que partem das direções. Estou diferenciando o teor do poder, entende? Quer dizer, em uma greve não negociamos com a congregação ou o CO, mas sim com o reitor, diretor, muitas vezes suas decisões são determinantes e tem o poder de influenciar as outras instâncias como o CO. (MANUELA, 2011).

Além disso, Adriano (2010) afirma que quem manda mais na universidade são “as empresas privadas. [...]. Quem manda mais é aquele que paga mais. Eu acho que nenhum dos quatro tem um poder de mando nesse sentido, eles apenas executam tarefas para aqueles que financiam a universidade.”

Os estudantes compreendem as relações de poder que se estabelecem na universidade e, conseqüentemente, nos órgãos colegiados. As relações de poder se estabelecem pelas políticas implementadas pelo Estado, influenciadas pelas classes dominantes; pela figura dos dirigentes, que muitas vezes representam os interesses dessas classes e centralizam decisões que poderiam estar diluídas em seus colegiados; pelo corpo docente que detém o maior peso das decisões; pelo controle exercido pelas agências de fomento e pelas empresas que determinam muitas vezes a produção de conhecimento. Todas essas relações estão postas na realidade e se situam no âmbito das contradições do modo de produção capitalista, como apresentamos nos capítulos anteriores.

A contradição envolve forças de origens relacionadas operando de forma que uma força tenda a produzir ela mesma o produto de condições que, simultaneamente ou subsequentemente, produzam uma força contrária que tende a frustrá-la, anulá-la, subvertê-la ou transformá-la. (BOTTOMORE, 2001, p. 80). Desse modo, o grau das relações de poder se tornará ou não mais agudo, dependendo das correlações que são travadas no interior da universidade, principalmente das lutas pelo controle do trabalho.

#### **4.1. Participação nos órgãos colegiados da UNESP**

Com exceção de Enio (2010), Rafael B. (2011) e Felipe (2011), os demais estudantes entrevistados participaram de órgãos colegiados na UNESP, desde comissão

de moradia, conselhos departamentais, conselhos de curso, congregações até o Conselho Universitário.

Rafael B. (2011) explica porque não participou de órgãos colegiados.

Não, minha participação no movimento estudantil se deu dentro do DCE. Mas não tenho problema em travar uma luta dentro desse espaço. Por que centrei e priorizei minha atuação no DCE, pois sabia que tinha outros companheiros que fariam esta luta nos órgãos colegiados.

Os motivos levantados de porque se interessaram em participar foi de conhecer como era a organização da universidade, ter acesso a informações que seriam negadas caso não participassem e tentar aprovar reivindicações estudantis.

Alessandro (2011) ainda afirmou que participou

Porque eu acreditava que era um fórum democrático, que os projetos estudantis, baseados na assembleia, seriam alcançados. Não acredito mais por causa dessa estrutura colocada. Eu defendo a participação nos órgãos colegiados, porque é uma forma de você estar mais a par dos projetos que estão sendo discutidos e também para você tentar colocar os projetos estudantis. Além disso, tem um papel educativo, para o estudante ver o quanto é possível que ele possa influenciar nas decisões, para ele ver que ele como representante da maioria não conseguirá nada, para ver como a estrutura está posta.

A resposta de Alessandro (2011) remete à indagação que fizemos referente a se os estudantes gostavam de participar desses órgãos. A metade afirmou que sim, para saber o que realmente acontecia e tentar aprovar as reivindicações estudantis, ou seja, para participar das decisões que competia à vida dos estudantes.

“Sempre gostei. Porque sempre acreditei que era importante ocupar esses espaços para promover nossas lutas, um momento importante de saber o que está acontecendo e fazer pressão.” (DIEGO, 2011).

“Sim. Eu gosto porque acredito que estar na universidade não é só assistir aulas, é se sentir parte dela como um todo, lutando para que as coisas sejam melhores não só para os que estão lá, mas para os que virão” (TAWANA, 2011).

Gosto, participar dos órgãos colegiados nos coloca no grau de responsabilidade e desenvolvimento da competência de reconhecer as necessidades e diferenças entre todos que estão inseridos e envolvidos naquele processo de disputa e de decisão. Também nos coloca o desafio de melhorar a inserção das pessoas nos processos políticos que elas estão envolvidas e que não reconhecem. (BRUNA, 2011).

Gostava sim! Gostava, pois os espaços eram de decisões e de impasses, muitas vezes gerados por nós e que necessitavam de mais participação dos discentes. Aí a gente levava para as reuniões e articulava ações a serem feitas ou mesmo decisões a serem tomadas. (JOSÉ, 2011).

Aqueles que disseram que não gostavam, afirmaram isso não exatamente pelo teor das discussões, mas pelo pouco poder de decisão do estudante.

Participava porque achava necessário, não porque gostava. Muitas vezes era discriminado ou perseguido politicamente por conta destas participações. Sofri dois processos civis e uma sindicância interna na UNESP, penso que ninguém gosta de passar por tais situações. Todavia, gosto muito das pessoas que conheci e aprendi muito com o movimento estudantil. Me fez crescer muito. Neste sentido eu gostei sim. (ANDERSON, 2011).

Não. Acho um saco! Porque é um jogo de interesses, então não há uma discussão de fato, nem acadêmica, muito menos pedagógica, política. Há um jogo de interesses, há uma relação de poder de um lado e de outro, então não há uma possibilidade de desenvolvimento autônomo dentro desses espaços. (ADRIANO, 2010).

“Acho importante participar das instâncias de decisão da universidade, mas confesso que pessoalmente não tenho paciência, pois a burocracia é tanta que me irrita. Prefiro a representação em CAs e DAs”. (MANUELA, 2011).

Não tendo força para interferir nas decisões dos órgãos, os estudantes se decepcionam e, muitas vezes, desistem de participar. Por que alguém se interessaria em doar um tempo de sua vida, sem receber qualquer remuneração, por fora de suas atividades acadêmicas e, por fim, sem poder influenciar nas decisões?

Todos os estudantes afirmaram que foram eleitos por meio de apresentação de chapa e votação em urna ou em assembleia discente. Além disso, todos afirmaram que conheciam seus representantes nos demais órgãos colegiados.

Perguntamos se os estudantes possuem direito a voz e voto nas reuniões e todos afirmaram que somente os representantes eleitos. Mesmo assim, explica Anderson (2011) que

Nem sempre. Os estudantes que a *universidade* considerava *legalmente constituídos* sim, mas, nem sempre a universidade aceitava as indicações ou eleições dos estudantes. Com relação ao diretório central dos estudantes a reitoria e o conselho universitário por diversas vezes não reconheceu a legalidade e legitimidade dos representantes escolhidos pelos estudantes.

Também Luiz (2011) elucida

No CO não podíamos votar, porque o DCE não estava regularizado. Só tínhamos direito a voz. Legalmente, havia dois estatutos, os dois registrados. Assim, juridicamente, uma instituição só pode ter um estatuto. Tendo dois e os dois estando registrados, caso uma chapa perdedora conteste qualquer coisa judicialmente, torna inválido o processo eleitoral, que conseqüentemente, algum descontente no CO sabendo disso impugna qualquer votação que tenha havido participação estudantil.

Além das dificuldades apontadas pelos entrevistados, constatamos que as reuniões dos colegiados são sempre restritas aos seus membros. Concordamos com Dal

Ri (1997, p. 211) de que “[...] não há nada que justifique a prática de realização de reuniões secretas verificada nestes órgãos, mesmo porque os assuntos discutidos e votados são do interesse de todos. [...]. a fiscalização dos representados sobre os representantes eleitos seria mais direta e efetiva”.

Segundo os estudantes, ainda existe a interferência das direções e da reitoria na eleição ou indicação dos representantes discentes. A autonomia e independência de organização dos estudantes é uma luta nascida juntamente com o movimento estudantil, como pode ser observado nos capítulos anteriores.

Observamos que uma nova alteração na resolução da UNESP n. 55 de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre as eleições dos órgãos colegiados, aprovada em reunião do CO no dia 25 de agosto de 2011, traz uma nova e profunda interferência. A alteração afirma que a reitoria ficará responsável em realizar as eleições dos órgãos colegiados centrais para todos os segmentos e de forma virtual. A deliberação do último CEUF, realizado em 2010, foi a de que seus representantes seriam eleitos durante os CEUFs, organizados em chapas, ou seja, a resolução infringe a deliberação da maior instância dos estudantes, seu Congresso. Como os estudantes responderão a isso ainda não sabemos, mas podemos indicar que desde a ditadura militar não existiu uma interferência institucionalizada tão grande sobre a organização e representação dos estudantes.

Sobre as deliberações dos órgãos colegiados, a maioria afirmou que nem sempre eram cumpridas, dependendo do conteúdo.

“Nem sempre. Presenciei deliberações sobre cronograma de prioridade de construções, por exemplo, serem alteradas ao bel arbítrio de diretores. Caso da construção do restaurante universitário de Presidente Prudente, que sempre era passado para trás na ordem de prioridade de construções.” (ANDERSON, 2011).

“Normalmente eram sim. Mas as principais ou as mais *drásticas* sempre demoravam mais ou os representantes faziam pouco caso.” (JOSÉ, 2011).

Mesmo aqueles que afirmavam que as deliberações eram cumpridas colocaram ressalvas.

A grossíssima parte das decisões são de processos cotidianos, ratificação de convênios, aprovação de contas, um ou outro professor ou aluno que recebeu prêmio essas coisas. Mas, as deliberações são cumpridas sim. Que eu me lembre a única deliberação cumprida conforme a conveniência foi em relação ao consumo de álcool dentro dos *campi*. Aluno não pode fazer festa com bebida alcoólica, mas na colação de grau da minha faculdade quando eu era membro da congregação, atrás do palco onde ficávamos tinha cerveja e vinho a rodo, inclusive com um professor visivelmente embriagado. (LUIZ, 2011).

“Bom, geralmente são cumpridas sim, pois só é decidido o que eles querem.” (MANUELA, 2011).

Os dirigentes têm grande poder na universidade, seja pelo controle que exercem sobre o CO, seja pela hegemonia exercida por seus grupos, seja pelas decisões que cabem a eles. Além disso, o cumprimento das deliberações também depende do *interesse* daqueles que as executam. Como os estudantes apontam, as deliberações que não os favorecem diretamente, por vezes ficam para segundo plano.

Em relação a esse tema, Dal Ri (1997, p. 208) coloca que

[...] para aumentar o poder de decisão da comunidade, em todos os níveis e nas questões que realmente interessam, o orçamento global, o planejamento financeiro e a política salarial devem ser discutidos e decididos, anualmente, pelos órgãos colegiados superiores, tais como o CADE, o CEPE, as Congregações e o CO. Periodicamente, a Assembleia Universitária deve discutir os mesmos temas e definir metas e prioridade para a universidade.

Todos afirmaram que, de modo geral as resoluções dos órgãos são divulgadas, normalmente por meio das atas. Porém, apresentaram que essa divulgação não é feita devidamente, por falta de interesse dos órgãos e também porque poderia gerar uma situação de *cobrança*. Quando perguntamos a quem caberia a divulgação, a maioria afirmou que tanto ao órgão quanto ao representante discente.

“Elas ficam registradas na atas e tal. Mas as resoluções e ações mais importantes não eram divulgadas de forma aberta [...]. A meu ver caberia, inicialmente, à administração divulgar de forma clara as decisões, [...] a diretoria e a reitoria.” (JOSÉ, 2011).

Nem sempre são divulgadas da forma como deveriam ser. Na verdade, todas as decisões ganham 'materialidade' a partir das atas, mas nem sempre temos acesso a esse material. As portarias também raramente são repassadas aos alunos. O teor das decisões não chega até nós porque os administradores não têm interesse, e nem deveriam, em ficar divulgando tudo que se passa. Eu penso que isso deveria ser obrigação de nossos representantes, mas nem sempre temos um. Neste caso os próprios estudantes deveriam procurar se informar. Quando se trata de informação temos que correr atrás, e não ficar se lamentando que eles não chegam até nós. Muitas vezes o acesso a elas não é difícil, mas nós somos desinformados. Quero dizer que parte da culpa também é dos estudantes. (MANUELA, 2011).

Quando perguntamos o que os estudantes faziam com as informações obtidas nos órgãos, todos responderam que repassavam aos estudantes em assembleias, reuniões, por meio de boletins impressos ou por mensagens eletrônicas.

Podemos constatar que não existem mecanismos que facilitem a transmissão das informações sobre as deliberações dos colegiados. Ainda, existem colegiados que não divulgam suas atas e ainda órgãos cujos representantes docentes têm resistência em tornar públicas as suas decisões. A divulgação das decisões, como afirmou os estudantes, depende da *vontade* dos órgãos ou da responsabilidade dos representantes. Entendemos que deveria existir uma forma mais adequada de organização das deliberações que fossem disponibilizadas a toda a comunidade acadêmica, pois não é possível que alguém consiga ler todas as atas de todos os órgãos colegiados existentes na universidade. Uma forma razoável seria disponibilizar as informações no site da instituição em forma de tópicos. Contudo, até para isso, é necessário uma pressão da comunidade acadêmica. Enquanto os segmentos, principalmente os estudantes, não lutarem por essas questões, provavelmente não serão concretizadas.

Na discussão acerca da importância da participação discente nos órgãos colegiados e se de modo geral os estudantes se interessam em participar, todos os estudantes afirmaram a sua importância, mas que a maioria dos estudantes não se interessa em participar.

[...] a participação é importante, mas é lógico, [...] da forma atual só serve para a gente trazer e saber o que está sendo discutido, mas não que a gente possa ter alguma ilusão que ali dentro vai mudar alguma coisa. [...] Na verdade, a gente tem um marasmo na universidade. [...] muitos querem passar no vestibular, tirar seu diploma, ganhar sua grana e, pronto, ir embora. No geral eles nem querem saber o que faz a universidade. (ENIO, 2010).

“Acho que sim, para conseguir informações e fazer denúncias da estrutura de poder. A maior parte não [participa]. Primeiro que esse esforço será inútil. A sociedade não nos forma para ser um cidadão ativo e participante. É despolitizado.” (FELIPE, 2011).

Uma parte dos estudantes não entende para que serve, outra parte entende, mas acha que é inútil e uma outra parte entende que é burocrático, mas acha que é importante ir para denunciar. Tem uma série de fatores que desestimulam a participação, mas de modo geral, temos sempre pessoas dispostas a serem representantes. Mas mesmo os que são eleitos, eles estão fazendo uma experiência, mas as vezes por discutir coisas que não mudam a organização da universidade e de sua aula, alguns desistem. (ALESSANDRO, 2011).

Exceto Adriano (2010) que afirma

Depende. Eu acho que no atual momento a única importância que tem os estudantes para estar nos órgãos colegiados é para denunciar o regime. Não participar com uma ilusão de que é possível transformar a universidade a partir dessa participação. Não é que os estudantes não se interessam, na verdade eles não são possibilitados a desenvolver esse interesse dentro da universidade nem na educação que eles têm durante suas vidas. Os estudantes

não são desenvolvidos para questionar a sociedade, para querer criticar, se desenvolver, participar, então acaba não se envolvendo. Aqueles que se envolvem acabam sofrendo repressões quando se envolvem de maneira a questionar e criticar o regime. Eles acabam sendo expulsos, então tem tudo isso.

A falta de interesse dos estudantes em participarem nos órgãos colegiados decorre de duas questões principais: a função que atualmente cumpre a educação e a parte minoritária de poder de decisão que detêm na universidade. A educação no modo de produção capitalista tem como concepção “Formar indivíduos aptos para a competição do mercado” (PONCE, 2000, p. 136). Desse modo, para Gutiérrez (1988, p.83), “[...] insistente e sistematicamente a escola mata no estudante dois esteios fundamentais da vida democrática: a capacidade crítica e a participação”.

No entanto, a função da educação deveria ser

[...] formar o intelectual para o exercício da dirigência: formar as pessoas para serem líderes, para serem dirigentes, e não apenas súditos; formar o cidadão para ser governante, para assumir uma posição superior na sua relação consigo mesmo e na sua relação social; para pensar, dirigir e controlar quem dirige. (RODRIGUES, 1987, p. 76).

Rodrigues (1987, p. 78) ainda afirma que a prática colegiada deve ser capaz de elevar o nível de formação intelectual, técnica e política de toda a comunidade acadêmica, a fim de que todos assumam seu papel de co-responsáveis na tarefa da educação. Vemos que a função dessa prática colegiada não está sendo realizada, pois não se concebem os estudantes como co-responsáveis no processo educacional. Contudo, como observamos nas falas dos entrevistados, a participação mesmo que minoritária acaba por elevar o nível de formação, principalmente política, dos estudantes, na medida em que os situam no âmbito das decisões e disputas que ocorrem na universidade.

Vitor (2011) também afirma que o interesse diminui “[...] devido à postura do próprio movimento estudantil, que se diz representante dos estudantes e na verdade é dominado pelos interesses políticos dos ditos organizados sem levar em conta a verdadeira representação dos alunos.”

Pudemos apurar ao realizar nossas observações que, por vezes, a falta de compromisso dos representantes estudantis, normalmente ligados a partidos políticos, com as deliberações das assembleias, afastam os estudantes do movimento estudantil. Entretanto, esse não é o principal motivo do afastamento estudantil das discussões políticas na universidade. Como apontou Adriano (2010), os estudantes não são

formados e impulsionados para participarem de seu processo de formação, muito menos para refletirem sobre as principais questões sociais, assim é difícil que a maioria dos estudantes se envolva com o movimento estudantil. Ainda, aqueles que se envolvem, acabam por participar de um órgão que lhe atribui uma ínfima parte na deliberação, ou seja, um ínfimo poder.

#### 4.2. A atuação nas entidades estudantis

Todos os entrevistados participaram de entidades estudantis, de Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). Quando indagados de porque se interessaram em participar, afirmaram que por necessidade e ocasião.

Acho que tudo começou devido à situação do *campus* de Rosana. Quando cheguei lá não tinha quase nada, isso meio que obrigou a mim e meus colegas a fazer alguma coisa e daí foi indo pra coisas maiores. Não parou apenas na indignação com a precariedade do curso, mas com a situação do ensino geral e aí o universitário. Fui percebendo como as coisas estavam ligadas, como a universidade era parte de um todo, enfim sempre ligando com o governo. (MANUELA, 2011).

“Cansado de ver os governistas e pelegos do PCdoB deitar e rolar nas entidades, propondo-me fazer uma gestão diferente baseada na auto-organização.” (RAFAEL D., 2011).

Acho que a criação, minha personalidade, a visão de mundo que vamos construindo me levaram para essa trincheira. O que nos leva a participar das coisas é um conjunto de fatores. O fato de me interessar pelo movimento estudantil, em particular das vias institucionais são, grosso modo, a criação que tive, minha mãe é assistente social e em sua época também militou no DA. Minha personalidade, um tanto agitada, mas centrada nas vias institucionais. As amizades, os estudos, as circunstâncias me levaram a esse caminho. (LUIZ, 2011).

“De maneira geral por interesse político. Geralmente as pessoas começam de extrema esquerda e vão se endireitando. Eu comecei reformista no PT e cheguei ao anarquismo em 4 anos.” (FELIPE, 2011).

Me interessei porque queria conhecer a estrutura da universidade e todos os órgãos em quais eu pudesse estar inserida, pois vinha de um contexto social que me permitia ter interesse político. Vinha de um contexto material com limitações financeiras e morei na periferia de São Paulo. (BRUNA, 2011).

Eu entendi o CA como o espaço político por excelência dos estudantes. Primeiro é necessário canalizar a proposta dos estudantes, e eu queria ajudar, e também para entender a estrutura. Eu era da classe trabalhadora e queria

entender o que se passava aqui. Meus amigos não entraram em uma universidade pública. (ALESSANDRO, 2011).

“Eu entrei na universidade em 2007. [...] o maior ânimo para ter participado foi o ano de 2007, foi a greve” (ENIO, 2010).

Porque eu acho que o movimento estudantil é um espaço de luta. As entidades estudantis são instrumento de luta dos estudantes, que servem para impulsionar as lutas em momentos de avanço, e também manter a discussão política e cultural no *campus* nos movimentos de refluxo do movimento estudantil. Então, eu acho que as entidades são bem importantes. Interessei-me pelo DA porque eu acho que na época era a entidade mais politizada do *campus* e eu achei que era o espaço que daria pra atuar com essa pretensão política. (ADRIANO, 2010).

Quando Thompson (2004) discute a formação da classe operária, afirma que a aproximação com a experiência de classe cria a articulação necessária entre a condição objetiva de classe e a subjetividade de classe. Dessa forma, “[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2004, p. 4). Similarmente, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção e a “[...] consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (THOMPSON, 2004, p. 4).

Compreendemos que o interesse dos estudantes em participar das entidades estudantis, nasce de necessidades comuns contra outros interesses que interferem nos seus. Dessa forma, a ação coletiva constrói-se em termos de organização política e identidade. Contudo, devido ao caráter policlassista do movimento estudantil, muitos estudantes que assumem a reprodução dos interesses da burguesia não se identificam com essas lutas. É compreensível, portanto, que os entrevistados se identifiquem com a tendência democrática ligada aos interesses da classe trabalhadora.

As eleições para as entidades são anuais, normalmente por chapas, mas algumas, como no *campus* de Ourinhos, são por cargo. Todos afirmaram que não existe muita disputa, normalmente as chapas são únicas para concorrer às entidades estudantis.

De acordo com Alessandro (2011), o processo eleitoral dá-se da seguinte forma.

Faz uma assembleia geral, onde todo mundo tem direito a voz e voto. Tira uma comissão eleitoral. Essa comissão tem que sintetizar os eixos que a assembleia coloca em um edital. A comissão executa esse edital determinado pela assembleia, isto é, quantos membros pode ter, sobre o período das eleições, etc. Todo estudante tem direito a voto e por fim conta-se os votos e a gestão assume.

A organização dos estudantes no processo eleitoral de suas entidades, principalmente quando eles possuem uma chapa com programa político, se situa contramão de “[...] formas de organização baseadas no individualismo e na competitividade, vão sendo superadas por formas de organização baseadas no coletivo e na cooperação [...] vão rompendo com o personalismo e com a competitividade e levam à descoberta da necessidade de luta, de cooperação e do outro”. (ORSO, 2008, p. 58).

Ainda, Anderson (2011) afirma que “Algumas chapas são compostas por coletivos organizados majoritariamente em torno de partidos e outras majoritariamente de independentes.”

A campanha em Marília era com programa definido em conjunto pela chapa, com propostas e posicionamento político não apenas sobre as questões da universidade, mas sobre a situação do país de forma geral. Discutíamos conjuntura, tomávamos posição frente aos governos e suas políticas e sobre os principais fatos nacionais e internacionais. Acho que eram campanhas bem politizadas, aqui [em Bauru] não chega nem perto. (MANUELA, 2011).

#### Sobre a eleição do DCE discute Felipe (2011)

Um pouco distinto de programas, normalmente são militantes já conhecidos pela base. É ruim pelo personalismo, mas é bom, pois a política do delegado é uma lógica de atuação basista e não vanguardista, que afasta as pessoas. DCE é eleito em assembleias de base e a Comissão de Moradia também. As demais são chapas com voto em urna, sufrágio universal, com campanha.

A discussão sobre a forma de organização do DCE não foi e ainda não é consenso no movimento estudantil da UNESP. Pelas nossas observações constatamos que os militantes ligados às tendências reivindicam a formação de chapas, porque compreendem que com isso se elegeriam programas e não pessoas. Enquanto muitos estudantes independentes reivindicam a eleição de delegados, porque entendem que dessa forma seria uma organização direta, de difícil manipulação e, principalmente, mais fácil de os mandatos dos eleitos serem revogados, caso eles não representem as deliberações de suas assembleias.

É possível constatar que a dificuldade de organização do DCE na UNESP advém da estrutura *multicampi* da instituição. Quando a eleição se dava por chapas muitos estudantes não conheciam seus representantes, já que os componentes das chapas advinham de vários *campi*, e era difícil a comunicação entre eles durante a gestão. Apesar do modelo por delegados também ter a possibilidade de chegar a ser pouco representativo, na medida em que os estudantes de *campi* pouco mobilizados não conseguem eleger seu delegado, essa proposta se configura como a mais democrática.

Os delegados serão representantes das posições majoritárias de seus *campi*. Também serão aqueles que convivendo com o corpo estudantil em seu cotidiano, compreenderão melhor como devem ser trabalhadas as propostas que o DCE julgue necessárias. Além disso, dessa forma as propostas do DCE serão expressão das principais reivindicações que advêm das assembleias de base.

A participação dos estudantes na diretoria do DCE também é facilitada quando a eleição se dá por delegados, pois os estudantes independentes possuem dificuldade para compor chapas por conhecerem poucos estudantes de outros *campi*. Contudo, compreendemos que para as entidades locais é importante a organização das chapas e do programa, pois é necessária certa organicidade para manter uma gestão. Nesse caso, os estudantes conheceriam suas diretorias e seria mais fácil fiscalizar, participar e reivindicar suas propostas.

Quando Marx (2002, p. 44-45) discute a Comuna de Paris afirma que “[...] foi formada por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e revogáveis a qualquer momento”. Guardada a devida distância histórica e de conjuntura, podemos depreender que a forma de organização mais democrática advém da organização direta. Constituir delegados vai em direção oposta à burocracia, vai em direção à construção da autogestão. A forma de eleição por delegados pode vir a formar na subjetividade do estudante uma mudança do seu papel passivo, como é concebido no modo de produção capitalista. Ele pode depreender que uma outra forma de organização social é possível e que nesse papel ele tem uma participação ativa.

Todos afirmaram que normalmente é organizado um programa para concorrer às eleições.

Os programas variam de acordo com a abrangência da entidade. Centros acadêmicos tratam mais de questões referentes aos cursos, enquanto diretório acadêmico respondem por faculdades compostas por vários cursos e diretório central dos estudantes pela UNESP como um todo. (ANDERSON, 2011).

Sim, todos elaboram um programa, sempre contendo questões de conjuntura, universidade e movimento estudantil e, por vezes, opressões. No programa que me candidatei defendíamos a independência política ante aos governos e reitorias, revolucionar a universidade pelo vértice desde sua gestão à sua produção científica no sentido de buscar torná-la a serviço dos trabalhadores e um movimento estudantil combativo e auto-organizado nos tempos de luta e o combate a todas as formas de opressão. (RAFAEL D., 2011).

Basicamente partia de uma compreensão geral de conjuntura nacional e internacional e ia afunilando até a realidade da universidade, a universidade pública, posicionamento sobre as principais questões políticas até as demandas específicas. (DIEGO, 2011).

Depende. Para as eleições de delegados de base os candidatos fazem uma apresentação do que farão no seu mandato, sua concepção de educação, de sociedade, porque seu papel é representar as bases. É a noção do sindicalismo revolucionário. As chapas são feitas fechadas e apresentadas depois. Depende do conjunto de militantes, os morenistas terão um, os stalinos outro, é bem variado. (FELIPE, 2011).

A questão do programa das chapas é importantíssima para a compreensão do estudante sobre as diversas propostas políticas em disputa. Apesar de ainda observamos que certo personalismo se sobrepõe em alguns casos, é pelo projeto que o estudante delinea suas próprias posições políticas e pode até assumir posições diferentes das que tinha anteriormente. Pelo programa as chapas podem atuar de forma mais condizente com o que aqueles que os elegeram reivindicam.

As diretorias das entidades, segundo os entrevistados, em sua maioria são horizontais, ou seja, organizadas por coordenadorias, e todas têm o mesmo peso de voto. “As assembleias não têm por cultura aceitar esse presidente que gere sozinho” (ALESSANDRO, 2011).

A maioria dos entrevistados afirmou que as diretorias das entidades também permitiam que suas reuniões fossem abertas aos estudantes interessados e eles podiam votar. “Normalmente são horizontais, estão perdendo sua hierarquia. Na prática alguns pegam mais tarefas do que outros, mas isso significa falta de organicidade.” (FELIPE, 2011).

Todas as entidades possuíam estatutos e eles eram conhecidos pelos membros da gestão. Muitos dos estatutos foram reestruturados nas gestões desses estudantes. Quando perguntamos qual era a instância máxima de deliberação da entidade, todos responderam que a assembleia geral. As assembleias são realizadas de acordo com a necessidade, normalmente mensais. As reuniões das diretorias em sua maioria são realizadas semanalmente.

A forma de gestão das entidades estudantis na UNESP é, de forma geral, horizontal. Existe uma preocupação para que não haja uma separação entre os representantes e os representados. Isso se situa na contramão da democracia liberal. Os estudantes reivindicam uma democracia na qual se possa participar do poder e não delegar a outros.

Sobre o objetivo das entidades, os estudantes afirmaram que

É representar os interesses da maioria dos estudantes, tirados nas assembleias estudantis, concretizar as deliberações da assembleia, socializar informações,

principalmente administrativas dos órgãos colegiados, mas o objetivo central é organizar a luta estudantil. (ALESSANDRO, 2011).

Rafael D. (2011) diz que “Segundo seu estatuto, defender uma universidade pública, gratuita e de qualidade voltada para os interesses dos trabalhadores e da população em geral.”

As atividades que são desenvolvidas vão “[...] desde cursos, palestras, encontros de estudantes, assembleias e congressos. Em casos de mobilização em torno de reivindicações organizavam também atos públicos, greves, ocupações, etc.” (ANDERSON, 2011).

Como exemplos de atividades, Luiz (2011) afirma que

Em parceria com os outros DAs e CAs, fazíamos o PICU [Programa de Integração do Calouro na Universidade], voltado para os bixos, com uma cartilha de orientações para não cair na mão de imobiliárias sacanas, com mapa da cidade, dicas da estrutura do câmpus, das deficiências. Tínhamos a festa 24 horas, para angariar fundos para o ME durante o ano. Ali as bandas da faculdade podiam tocar e quem quisesse manifestar-se também podia. Tivemos o quinta no bosque, onde o pessoal podia ir tocar um som, cantar, recitar, etc. Fazíamos duas vezes por semana o x-greve, sanduíches e refrigerante por 1,50 na hora do almoço e à noite em protesto à falta de RU.

Os estudantes também afirmaram que aqueles que não fazem parte das diretorias ajudam nas atividades e participam das reuniões, desde passar nas salas, colar cartazes até realizar os piquetes e atos públicos.

Dessa forma, as entidades estudantis servem para aglutinar as reivindicações dos estudantes e organizar suas lutas.

A maioria dos entrevistados afirmou que outros segmentos interferiam no funcionamento das entidades, normalmente as direções das Unidades. Por isso, afirmaram que elas possuíam autonomia política ou relativa, pois além de sofrer interferências das direções em várias questões, normalmente não tinham uma dotação orçamentária, o que prejudicava a organização das atividades. Também estavam sempre sofrendo perseguições e retaliações. “Se tivesse autonomia mesmo, o que as entidades decidissem seria acatado pelas direções” (ALESSANDRO, 2011).

Sim, a direção sempre tentava interferir. Querendo dizer a forma como deveríamos eleger nossos representantes e usar nosso dinheiro de dotação orçamentária, aquele a que a entidade tem direito. Ela sempre usa da burocracia para dizer se deve ou não reconhecer nossos representantes. (MANUELA, 2011).

“Por vezes professores coagiam estudantes para não participar das entidades estudantis sob diversos tipos de ameaças. Desde cortar bolsas até serem punidos administrativamente.” (ANDERSON, 2011).

Aqui cabem duas constatações. A primeira se refere a que “A vivência democrática não pode germinar em meio ao medo e às represálias” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 83). Contudo, a repressão continuará existindo enquanto houver luta de classes. Quando as mobilizações e reivindicações dos estudantes *balançam* a estrutura do *status quo*, não tarda a chegar todas as formas possíveis de retaliações.

A segunda se refere à autonomia. Os estudantes possuem uma concepção de autonomia e a reivindicam para a universidade e também para as suas entidades. Na prática, as entidades estudantis não possuem autonomia, porque são constantemente regulamentadas e reguladas pelas direções ou porque não possuem verbas para se manter, ou seja, os estudantes afirmam a autonomia de gestão financeira com dotação orçamentária como essencial para o seu funcionamento.

A importância das entidades e o papel que elas desempenham na universidade foram apresentados como “É importante para estimular a participação dos alunos em relação a assuntos que não estão só ligados à sala de aula de uma forma direta” (TAWANA, 2011).

“Organizar as posições dos estudantes. Ser um fórum onde o estudante possa elaborar, discutir e votar em projetos. São essas entidades que conseguem colocar enquanto posição efetiva e política o projeto estudantil para a universidade.” (ALESSANDRO, 2011).

“Ela tem o papel de defender o interesse coletivo dos estudantes e tencionar a estrutura universitária para aproximar do ideal, ou seja, mais democrática.” (DIEGO, 2011).

“De luta contra o regime universitário imposto. O que vai levar a luta contra a sociedade posta. Para mim, a luta do movimento estudantil é transformar a sociedade.” (FELIPE, 2011).

O movimento estudantil entende que suas lutas devem se pautar em três vias que se inter-relacionam: participar para decidir sobre seu processo de formação (controle do seu trabalho), participar para transformar a universidade em uma universidade democrática, com participação direta dos segmentos que a compõem e voltada a atender aos anseios da classe trabalhadora e participar para transformar a sociedade, seja por meio da revolução socialista, seja por meio da implementação de reformas.

Desse modo, a participação está indissociada daquilo que os estudantes desejam para a sociedade.

Perguntamos se as entidades discutem a autonomia e a gestão universitárias. Todos afirmaram que sempre discutem, algumas vezes de modo geral, por meio de pautas específicas e outras vezes de forma explícita, como a luta de 2007.

“Na época [2007] foi discutido e quase sempre esse é um assunto que volta. Volta nas pautas de discussão, pois isso é algo que não mudou e provavelmente demorará muito para mudar e isso sempre gera discussões do porque não se mudar essa estruturação.” (VITOR, 2011).

Constantemente, mas não dessa forma, pois em cada decisão que os estudantes querem se esbarra nas decisões dos colegiados e na estrutura de poder, portanto você sempre discute isso. No geral discutimos a partir do fato, aquele que prejudica o estudante, porque *a priori* o estudante acha que ele tem uma liberdade e que ele vai ser ouvido e só na prática que ele descobre que não. Todos os segmentos quando entram normalmente pensam que a universidade é democrática, mas como é uma democracia burguesa e adjetivada ela mostra na prática quais são seus limites. (ALESSANDRO, 2011).

Como colocado no capítulo anterior, o movimento estudantil discute constantemente a autonomia e gestão universitárias, entretanto, quase sempre aparece como resposta aos *ataques* à universidade e não como um projeto definido *a priori*.

## 5. A dinâmica da universidade

Nas questões acerca das relações de poder, os estudantes afirmaram que existem conflitos na universidade e que alguns podem ser resolvidos e outros não. Alguns conflitos podem ser resolvidos em reuniões, mas com pressão advinda das greves, ocupações, manifestações diversas. Os que não podem ser resolvidos são os conflitos de classe.

“Os principais conflitos tem uma aparência e uma essência, eles aparentam ser conflitos pessoal e de gestão, mas a essência é que é uma ilha de micro poder inserida em uma sociedade, todos os conflitos que vemos na sociedade têm na universidade.” (DIEGO, 2011).

Você tem professores localizados, mas não tem uma tradição histórica de lutar contra os projetos. Com os estudantes sim, sempre tem conflitos, esse do Plano de Desenvolvimento Institucional foi um dos maiores, os decretos também, inclusive as direções que ficaram passivas perante as decisões do governador. A base dos estudantes é um segmento muito inquieto, como eles se organizam sem os estudantes isso gera conflito. (ALESSANDRO, 2011).

Os conflitos de classe só podem ser resolvidos com o fim das classes.

Vão desde os conflitos de grande política até os de pequena política. De classe. Picuinhas de professores, que vão ser chefes de departamentos, financiamentos. Os conflitos de classe só podem ser resolvidos com o fim das classes. Os outros transversais, como a questão da opressão, gênero, são mais fáceis de você lidar na universidade. A politicagem dos professores só muda mudando a estrutura de poder. (FELIPE, 2011).

Contudo, observa Snyders (2005, p. 102) que as instituições educacionais não são feudos da burguesia, são terreno de luta de classes, da burguesia e da classe trabalhadora. Nela se refletem a exploração e a luta contra a exploração.

A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça estabelecida e possibilidade de libertação. O seu aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o tipo de combate a ser travado, a possibilidade desse combate que já foi desencadeado e que é preciso continuar. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade efetiva de luta.

A possibilidade de luta se dá de dois modos na universidade, entre classes e entre segmentos. Normalmente se dá por disputas de classes, mas devido à concepção hegemônica, que não considera o estudante como co-responsável pelo seu trabalho, existe ainda entre os segmentos a luta pela participação na gestão da universidade.

Mariátegui (2007, p. 41-42) discutindo a crise existente na universidade afirma que os docentes são conservadores definidos ou conservadores potenciais, reacionários ativos ou reacionários latentes que, em política doméstica, suspiram impotente e nostalgicamente pela velha ordem das coisas. “Ao lado desta gente cética, desta gente negativa, com fobia do povo e fobia da multidão, imbuída de estetismo e decadentismo, confinada no estudo da história escrita das idéias pretéritas, a juventude sente-se naturalmente órfã de professores e órfã de idéias.”

Bom, acho que existem conflitos de interesse entre os diferentes segmentos da universidade. É claro que estou tomando os segmentos organizados. Estes conflitos se tornam mais evidentes em determinados momentos. É o que acontece nas campanhas salariais, nas campanhas estudantis pedindo mais verbas para assistência estudantil, pela democracia nos órgãos colegiados, essas coisas. Esses conflitos podem expressar interesses particulares de um segmento, mas em determinados momentos podem expressar concepções diferentes de ensino, universidade, gestão, etc. Aí depende da mobilização dos setores organizados. Pode ser resolvido em uma reunião de Congregação ou CO, pode se reverter em uma greve, e mesmo em ocupações, formas de luta que impõe um tencionamento maior e exigem outras formas de negociação, reuniões com comando de greve, negociações com a reitoria, etc. (MANUELA, 2011).

“Grande parte desses conflitos resultam em tensões constantes, a maior parte não é resolvido, fica em constante discussão sem redutibilidade de um dos lados.” (VITOR, 2011).

Com exceção de José (2011), todos os estudantes afirmaram que não existem divergências entre o diretor e congregação e reitor e CO.

Adriano (2010) afirma que

É uma relação de poder, é um relacionamento de poder, de hierarquia e de troca de interesses e de favores. Eles conduzem a reunião de maneira sistemática, com uma planilha de como organizar uma reunião e é nesses princípios. Eles fazem aprovações sem discussão [...] prezam mais pela agilidade da aprovação do que pela discussão do caso em si. [...]. Por causa da relação de poder, os membros do conselho universitário e da congregação fazem o possível para não topar de frente com essa direção porque essa defende o poder administrativo e também o poder dela fazer essas trocas de favores, então eles buscam o mínimo de enfrentamento possível.

“Na minha leitura conduzem de forma arbitrária, hierarquizante e antidemocrática. Quando não manipulam, dissimulam. Quando existem [conflitos] quase sempre se *resolvem* pela hierarquia.” (ANDERSON, 2011).

O diretor tem o voto de minerva e ele também tem eleitas pessoas de confiança para as cadeiras ocupadas pelos docentes. O diretor encaminha as pautas durante a discussão também. No CO os diretores se reúnem um dia antes para discutir as pautas da reunião de CO do dia seguinte. O reitor encaminha as pautas e também possui diretores de confiança e mesma linha política ocupando as cadeiras da reunião. O reitor também tem o voto de minerva. Tanto o diretor quanto o reitor são articuladores políticos desses órgãos. Não é uma disputa de interesse pessoal da figura deles. Eles são as figuras públicas de interesses políticos de um grupo de pessoas que se articulam na universidade. Eles tendenciam as discussões e aprovações do que é divergente dentro das reuniões. (BRUNA, 2011).

Para José (2011) existiam conflitos de cunho pessoal.

Normalmente as congregações acatavam muitas determinações do CO sem ao menos debater, enfim, existiam casos em que, nós discentes, levávamos a discussão até o CO sem consentimento da congregação! Enfim, agora entre reitor e diretores sempre havia divergências, mas sempre rolava mais por questões pessoais e tal. Ah! conflitos de cunho pessoal, não concordar e tal, não gostar da pessoa, ter *rolos* do passado e assim vai. Sabe o por que? porque normalmente o reitor era um dos diretores e sempre se forma coalizões e tal, grupinhos. Aí o cara *sobe* e desce o braço nos grupos que eram contrários!

Compreendemos que o que José (2011) denomina de conflitos pessoais são, como afirmou Bruna (2011), conflitos políticos devido aos grupos que representam diferentes interesses. Mesmo dentro de uma mesma classe existem grupos disputando hegemonia.

As relações dos órgãos colegiados com os segmentos foram trabalhadas por meios de duas questões, quais sejam, se o conteúdo daquilo que é decidido é importante para a universidade e se os órgãos são conhecidos e as representações disputadas pelos segmentos. Todos os estudantes afirmaram que os órgãos colegiados são importantes, porque decidem sobre todas as questões que envolvem a universidade, são mais conhecidos pelos docentes e sempre existem pessoas interessadas em participar.

“[...] essa estrutura engessada, pela pouca divulgação dos seus feitos, tem poucos interessados nessa disputa, a massa [dos estudantes] está preocupada em terminar seu curso.” (DIEGO, 2011).

Alessandro (2011) complementa que

É importante para a universidade tal como ela é. É muito importante para manter a universidade nos trilhos da classe dominante. Os colegiados são as formas de se efetivar as demandas desse grupo de poder. No PDI esses órgãos foram usados para referendar isso e a terceirização também. Mas também discute planos de carreira, reajuste salarial e etc.

Já Adriano (2010) afirma que

Acho que deve ser interesse nosso destruir os órgãos colegiados que na verdade não servem para nada além de manter a relação de poder e de troca. Existe as mesmas disputas eleitorais nos segmentos docentes que acontecem em relação a disputa da burguesia pelo Estado, na verdade não é, é uma disputa entre docentes e burocratas [...], mas os interesses que estão por trás são os mesmos interesses de quem está no Governo do Estado ou no Governo do país.

A ampliação da participação nos órgãos colegiados são resultado de uma luta pela democratização da universidade, por mais que da forma como estão organizados atualmente, estejam servindo mais aos interesses daqueles que não estão realmente preocupados com a sua democratização ou com os problemas sociais. Entretanto, visto que na realidade os estudantes acabam *referendando* as deliberações com as quais não compactuam, por não terem um espaço maior, são compreensíveis as afirmações de Alessandro (2011) e Adriano (2010) sobre os órgãos.

É compreensível também que o corpo docente se preocupe em participar mais que os demais segmentos desses órgãos, na medida em que suas posições determinam as decisões, enquanto os funcionários e estudantes não. Mas não cabe a justificativa, normalmente levantada pelos docentes para a não participação dos estudantes de que eles apenas *passam* pela universidade, pois assim como os docentes, os funcionários também *ficam* na universidade.

As reivindicações dos segmentos, segundo os entrevistados, são realizadas por duas vias: encaminhadas aos órgãos colegiados ou diretamente aos dirigentes. Somente

Rafael D. (2011), Bruna (2011) e Diego (2011) afirmaram que normalmente era direto com os dirigentes, além de Tawana (2011) e Adriano (2010) que não souberam responder.

Depende da conjuntura. Há momentos que é possível e favorável dialogar com os colegiados. Todavia, há momentos em que estes diálogos são impossíveis. Aí somente por via da mobilização e pressão nos dirigentes. Penso que com o segmento dos funcionários seja da mesma forma. Já com relação aos professores é mais difícil generalizar. Varia de *campus* para *campus*. Alguns são mais organizados e outros menos, logo, a estratégia muda de acordo com a conjuntura. (ANDERSON, 2011).

Poucos estudantes reconhecem os órgãos colegiados e a maioria não encaminha a solicitação ou reclamação porque sabe que não terá espaço para discussão num mesmo nível de direitos e sem que haja perseguição política. Eles preferem falar diretamente com as pessoas ligadas à reivindicação ou na maioria dos casos preferem se adaptar à situação. (BRUNA, 2011).

O medo da repressão também foi apontado por outros estudantes, como Felipe (2011), para afirmar que são poucas as vezes que os estudantes e funcionários reivindicam alguma questão.

Na maior parte das vezes eles se falam. Dependendo do grau de interação, conhecimento com a burocracia eles falam diretamente. Os professores tanto encaminham quanto falam. Os trabalhadores muito menos, pelo fato deles terem que reclamar com os professores, que possui a função de patrões.

A discussão acerca de se a gestão democrática que existe hoje aumenta ou diminui os conflitos existentes na universidade dividiu os estudantes. Metade afirmou que aumenta e a outra metade afirmou que diminui. Contudo, quando justificaram o porquê de sua resposta, os estudantes afirmaram que o motivo, tanto do aumento do conflito como da diminuição é porque não existe realmente uma gestão democrática.

Aqueles que afirmaram que diminui, argumentaram no sentido de que os órgãos colegiados existem para referendar as decisões dos dirigentes como sendo democráticas e, assim, abafar as manifestações e reivindicações.

“Não sei responder, talvez diminui os conflitos, porque você cria com a gestão democrática uma pretensão de democracia e a ideia de democracia é um argumento forte nas principais disputas da universidade. É falso, mas é forte.” (DIEGO, 2011).

É difícil saber, depende da mobilização estudantil. O objetivo dos órgãos colegiados é diminuir conflitos, porque mandar ofício e deixar suas queixas circulando, esse sistema é útil para diminuir. Cansa e desgasta os estudantes. Por isso que falamos que não se pode alimentar esperanças na burocracia, porque ela te enrola para manter as coisas como estão. Isso prejudica uma discussão direta, separa os fóruns. De outra forma seria por assembleias conjuntas e lá se tira comissões revogáveis para executar as coisas. (ALESSANDRO, 2011).

Por outro lado, outros argumentam que “Não existe gestão democrática hoje. E é justamente a não existência dela é que faz aumentar os conflitos.” (TAWANA, 2011).

Mas é a resposta de Bruna (2011) e de Manuela (2011) que ajudam a elucidar melhor a questão. “Como disse a democracia pela maioria não é uma democracia de igualdade de forças e poderes para administrar os conflitos e por essa desigualdade de forças eu acho que ela esconde esses conflitos, mas ela não dá conta de diminuí-los. Acho que ela aumenta os conflitos. (BRUNA, 2011).

Na verdade eu não sei, existiam conflitos em Marília e penso que a falta de democracia na representação contribuía para isso, mas acho que na maioria dos *campi* a relação com os colegiados não chega a ser um problema por conta da falta de informação da maioria dos estudantes, exceto para os *campi* que tem o ME mais organizado, isso não é problema, aqui mesmo [em Bauru] nada acontece em relação a isso. (MANUELA, 2011).

Como afirma Rodrigo M. dos Santos (2005, p.130), que discute a luta dos estudantes pela participação na gestão da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

[...] ocupar os espaços político-institucionais universitários, lutar por sua democratização, denunciando o caráter antidemocrático que hoje os caracteriza e conceber a participação e a representação como dois importantes elementos do processo democrático: esses são os objetivos maiores que os estudantes devem perseguir. Guardadas as devidas proporções, os exemplos de Córdoba e da UEL demonstram o quão importante pode apresentar-se a participação discente na vida universitária e o quanto de responsabilidade cabe ao estudante no processo de radicalização democrática dessa importante instituição social.

Podemos concluir que os conflitos entre segmentos aumentam exatamente pela falta de democracia que se expressa nos órgãos colegiados. Como no Manifesto de Córdoba:

A juventude já não pede. Exige que se lhe reconheça o direito de pensar por sua própria conta. Exige também que se lhe reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nas instâncias universitárias através de seus representantes. Está cansada de tolerar os tiranos. (TRINDADE, 2001, p. 15).

Os conflitos existentes entre classes são aqueles que se configuram em maior grau e dependem da correlação de forças internas e externas à universidade. Os órgãos colegiados são órgãos de poder e seu significativo fortalecimento indo em direção oposta à centralização dos dirigentes, podem expressar mudanças significativas para a universidade.

## 6. Efeitos didático-pedagógicos da gestão democrática

Questionamos os entrevistados se a atuação dos órgãos colegiados contribui para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, novamente a metade afirmou que não e a outra metade que sim.

Dos que afirmaram que não, apontaram em direção à ínfima participação dos segmentos de funcionários e estudantes nas deliberações e que o resultado atualmente das deliberações dos órgãos estão acompanhando a tendência da mercantilização da educação. Bruna (2011) disse que “[...] tem o poder para isso, mas avalio que não contribui para essa melhoria”.

Manuela (2011) afirma que

Penso que órgãos colegiados são importantes para a educação pública, mas a proporção em que se dá a representação é ruim, mas a possibilidade de discutir em conjunto é positivo. Agora, pela experiência que tenho nunca vi uma decisão que contribua muito para a qualidade da educação sair de um CO. Penso que estes órgãos e suas decisões vêm acompanhando a tendência geral da educação, que é de dirigir para o mercado e se livrar de algumas responsabilidades, como assistência estudantil. Os planos neoliberais exercem pressão sobre estes órgãos.

Por outro lado, Alessandro (2011) afirmou que os órgãos são mecanismos de controle. Entendemos que sua afirmação se deve pelo mesmo motivo apresentado anteriormente, os órgãos estão deliberando contrariamente àquilo que os estudantes concebem como qualidade, por isso se *culpabiliza* a forma de gestão e não o conteúdo das deliberações.

Aqueles que afirmam que contribui é porque a possibilidade de participação proporcional dos segmentos “[...] portanto a colaboração de todos esses olhares só faz aumentar a qualidade da universidade como um todo”. (TAWANA, 2011).

Ajuda a compreender a estrutura e funcionamento da universidade e sociedade de forma mais ampla e complexa, possibilitando ao conjunto da academia uma visão de conjunto que contribui para o desenvolvimento da consciência crítica por parte dos alunos e professores. Penso que muitos professores apresentam uma visão de universidade completamente reducionista e individualizante, voltada quase que exclusivamente para o atendimento de interesses particulares. A participação nos colegiados e o enfrentamento de conflitos de interesse pode contribuir para a tomada de consciência de que a universidade não é o quintal da casa deles, como alguns pensam. (ANDERSON, 2011).

A participação dos segmentos, como afirmaram os estudantes, possibilita um conhecimento maior da sociedade e da função da educação. Os órgãos colegiados, dessa

forma, serviriam para disputar projetos de forma mais aberta e condizentes com as necessidades daqueles que a vivenciam.

Os entrevistados afirmaram que há interferência da gestão democrática na inclusão/admissão dos estudantes na universidade.

A maioria dos estudantes pouco conhece a história da implementação da gestão democrática nas universidades, com suas lutas e legislações, e muito menos do movimento estudantil reivindicando tais questões. Como eles apenas tiveram acesso à estrutura que está posta atualmente é compreensível que alguns não compreendam que o conteúdo decidido pelos colegiados não tem relação necessariamente com a forma de gestão. Mesmo assim, os entrevistados reivindicam sua parcela no poder de decisão, demonstrando, portanto, que mesmo sem saber das lutas anteriores eles necessitam decidir sobre seu processo de formação e a produção do conhecimento.

Como somos parte da universidade e um dos principais motivos dela existir, público alvo, é através de nossa participação que ganhamos e desenvolvemos nosso espaço enquanto decisórios da universidade que queremos e tal. Com isso a universidade pode ter parte da cara dos estudantes que nela existem e nesse processo a ideia de admissão e exclusão também entra nas disputas para mudanças e renovações. (JOSÉ, 2011).

Quando discutimos se as entidades estudantis se preocupam com as questões acadêmicas, como aulas, currículo, trabalho docente, avaliação, eventos científicos todos afirmaram que normalmente os centros acadêmicos se organizam em torno dessas questões.

Bruna (2011) explicita que “As entidades discutem esses assuntos conforme a demanda que os estudantes trazem. Algumas dessas questões são polemizadas para que os estudantes possam se aprofundar no assunto através de atividades que as entidades promovem.”

“[...] tem algumas que sim e tem algumas que não. Tem umas que servem só para fazer festa e tem algumas que vão brigar pelos seus interesses, sempre existiu. Então é diluído, depende de cada curso.” (ENIO, 2010).

Diego (2011) ainda coloca que

Eu faço parte de um setor do movimento estudantil que temos que ser os melhores estudantes, primeiro para provar que a estrutura é questionável, segundo para conquistar outros estudantes. Aquele outro estereótipo participa, mas não prova por dentro que a estrutura é questionável. Eu tive bolsa de iniciação científica, outros colegas também. Eu iniciei o curso de mestrado, fui o melhor aluno da turma, utilizei isso para fazer o discurso para questionar a universidade. Eu me preocupava em manter o currículo lattes atualizado para que outros setores não desmoralizassem os militantes. O CA era um dos organizadores da semana de Geografia em Prudente.

Podemos perceber que os estudantes ligados às tendências políticas e/ou partidos não se preocupam muito com a discussão acerca dessas questões e as consideram secundárias. As questões acadêmicas, assim como o tema da gestão democrática são normalmente pautados pelos estudantes não ligadas às tendências.

Perguntamos se as relações entre docentes e estudantes melhoraram com a gestão democrática implementada após a década de 1980 e a maioria afirmou que não sabe informar. Aqueles que responderam, com a exceção de Vitor (2011) e Adriano (2010), afirmaram que sim.

“[...] é tão ditatorial quanto antes, não há uma diferença qualitativa do que era na época da ditadura, o poder que é decidido por docentes somente e burocratas, do que é agora, não existe a possibilidade de uma participação efetiva da maneira como está.” (ADRIANO, 2010).

Percebemos que os estudantes ligados à LER-QI, como Adriano, possuem mesmo uma concepção de que os órgãos colegiados são apenas formas de controle. Contudo, a organização dos órgãos colegiados é uma forma de gestão que vai em direção oposta à burocracia. O poder, em tese, deve ser dividido por todos os segmentos, que disputam seus projetos, e o resultado das deliberações é o resultado da correlação de forças postas naquele momento. Contudo, o que podemos observar é que atualmente com a ínfima parcela do poder que cabe aos estudantes fica difícil uma participação efetiva. Nessa conjuntura atual, é compreensível que os estudantes concebiam os órgãos dessa forma.

“Depende do ponto de vista. Hoje ficam claros os pontos de vista e diminuem um pouco os jogos de cena. Com a participação de todos os setores é mais difícil de falar algo para os alunos e ter outra postura nas reuniões ou quando o fazem fica escancarado.” (VITOR, 2011).

“Acredito que sim, porém hoje os estudantes não têm consciência dos espaços que possuem” (TAWANA, 2011).

Com a ampliação da participação de discentes e funcionários com possibilidade de voz e votos nos órgãos colegiados foi possível se iniciar um processo de barulho nos locais antes silenciados pelo domínio dos docentes/titulares. Não vou dizer que a relação melhorou e tal, acho que ela ficou mais franca e mais direta, com possibilidades de qualquer um dos lados apertar e derrubar o outro. (JOSÉ, 2011).

A possibilidade de ter clareza dos projetos em disputa é com certeza uma mudança qualitativa e com uma progressiva ampliação desses espaços o fortalecimento dos projetos e dos envolvidos na instituição modifica a subjetividade dos sujeitos e a efetivação de uma proposta educacional diferente da tendência atual. Os entrevistados vislumbram essa possibilidade.

Sim. Porque você cria um mecanismo de aproximação e equiparação, mesmo que desproporcional. Colocar os segmentos em um colegiado, eles têm o mesmos direitos, pelo menos naquele momento eles são dois iguais. Na estrutura toda não é bem assim. No CO os professores vinham conversar comigo. No dia-a-dia também. Por conta disso é um avanço a situação anterior da ditadura. (DIEGO, 2011).

Contudo, “[...] o docente tem o poder de decidir também na disciplina que rege o estudante e isso resulta muito em perseguição política, por isso o estudante ainda não consegue se relacionar politicamente mais saudável com o docente. (BRUNA, 2011).

Indagamos aos entrevistados se a participação na gestão da universidade torna os estudantes mais interessados na vida acadêmica.

Felipe (2011) argumentou que a participação incentiva o estudo.

[...] se você é um estudante politicamente ativo significa que você é contra essa estrutura, te dá nojo, você não consegue nem ficar na sala de aula. Eles [militantes] costumam desenvolver uma série de habilidades que não se aprende na sala de aula, como falar, eles estudam, não só a bibliografia do curso, mas também uma bibliografia política que dá uma carga argumentativa. Ela incentiva o estudo de tópicos e temas.

Não sei se tem essa relação e não sei se é necessário que se tenha. O que eu consigo ver é que esses estudantes têm um senso de organização política aguçado, isto é, sabem identificar o que implica cada política, quais conseqüências têm essas deliberações, e etc. Tem estudante que vai ler a legislação, então acaba desencadeando curiosidade e pesquisa. Mas não sei se tem uma relação direta. Tem um peso, de que é preciso que os estudantes tenham média excelente para falar, mas isso vem dos professores e da direção. (ALESSANDRO, 2011).

Rafael D. (2011) disse que “Não são todos que participam. Os que participam, com certeza. Porque, pelo menos nas áreas de humanas, a luta política que ocorre na gestão da universidade, também pode se desenrolar na sala de aula, em outros espaços que não apenas os institucionais.”

Com certeza! Eu sou um caso desses! Depois que entrei para o C.A. mudei totalmente minhas ideias para o futuro. Queria a vida em laboratório e pesquisas, aí descobri a vida. Hoje estou no campo da gestão da saúde pública, para o público e com o máximo de qualidade possível. Não vou desistir, não. (JOSÉ, 2011).

Podemos observar pela fala dos entrevistados e pelas observações, como discutimos no capítulo III, que a participação do estudante na gestão contribui para que

ele se interesse por estudar assuntos relacionados às reivindicações estudantis e à organização da universidade, mesmo que ele não se interesse exatamente por algumas disciplinas específicas de seu curso. Dessa forma, contribui para a tomada de consciência sobre seu processo de trabalho e para lutar pelo controle dele.

## 7. Decretos do governo Serra e o movimento estudantil

Para os estudantes, os decretos baixados pelo governador José Serra em 2007 buscaram consolidar um projeto de universidade que vinha sendo gestado nas Estaduais Paulistas.

Um projeto de Universidade a serviço do capital, buscando adequar ainda mais o gerenciamento, o financiamento e a estrutura dessas Universidades a serviço desses interesses do governo de SP. Entre as medidas, estava uma ainda maior regulamentação de parcerias público-privadas, uma interferência direta ainda maior do governo do Estado nos órgãos de deliberação das universidades, com a criação de uma nova Secretaria, a Secretaria de Ensino Superior. (FRANCISCO, 2011).

No entanto, alguns estudantes perceberam as contradições presentes no fenômeno, inclusive aquelas que foram geradas por meio dos decretos que ameaçaram a relativa autonomia da universidade e o poder da própria camada dirigente.

Se é verdade que a Universidade já era dirigida por uma camarilha ligada ao governo estadual, formada por reitores e diretores que decidiam antidemocraticamente os rumos das universidades, com a criação da nova secretaria, a relativa autonomia dos burocratas acadêmicos foi ameaçada, gerando uma *crise nos de cima*, entre governo e CRUESP, que permitiu aos estudantes, trabalhadores e professores desenvolverem uma forte mobilização como não víamos há tempos nas Universidades. (FRANCISCO, 2011).

Além disso, perceberam, também, a sincronia das políticas macros, em nível nacional, com as políticas estaduais, embora se tratassem de governos advindos de partidos com programas diferentes.

É importante lembrar que junto ao processo que se desenvolveu em SP, começava a se desenvolver um processo de mobilização nacional contra a Reforma Universitária nas federais, expressão de que apesar das distinções dos projetos, os objetivos naquele momento de Serra e Lula para a educação eram os mesmos: adequar a estrutura de ensino brasileira aos grandes interesses e necessidades do desenvolvimento do capitalismo. (FRANCISCO, 2011).

Foi uma série de decretos para o conjunto do funcionalismo público que atingia também as universidades, com cortes de verbas, congelamento das

verbas, proibição de novas contratações, de novas licitações para obras, estas atingiam todo o funcionalismo estadual. Mas teve algumas específicas para a universidade, que atrelavam a universidade ainda mais à tutela do senhor governador, por intermédio da secretaria de ensino superior. Atrelavam em todos os sentidos gestão, didático-científico, etc. (RAFAEL D., 2011).

Quando discutimos como eles concebiam essa política, Francisco (2011) ressalta que

Acho essa política nefasta, e por isso, deve seguir sendo combatida pelo movimento estudantil. Ela segue sendo aplicada e aprofundada, com novas roupagens, como foi com a criação da Univesp posteriormente e com o avanço da terceirização do trabalho, a semi-escravidão de nossos tempos.

O adjetivo *nefasta* foi utilizado pelos entrevistados que eram ou foram militantes da LER-QI. “Nefasta. É a política da burguesia paulistana para atrelar o conhecimento produzido na universidade ainda mais aos seus interesses.” (RAFAEL D., 2011).

Todos os entrevistados colocaram-se contrários a essa política.

Quando perguntamos como iniciou a discussão sobre isso na UNESP, todos os estudantes afirmaram que antes do início das aulas. Bruna (2011) explica que

A UNESP tem um sério problema, por ser *multicampi* as discussões demoram mais para acontecerem e a organicidade também fica prejudicada. A notícia chegou por pessoas que acompanhavam a mobilização por outras universidades, não foi pelo Fórum das Seis porque também não temos representantes por lá. Ai pessoas envolvidas com o movimento estudantil passaram a tocar essa discussão através de assembleias, centros acadêmicos e espaços de discussão na universidade.

Francisco (2011) completa que

[...]. Serra errou em seu cálculo político, tentando impor o projeto sem nenhuma preparação anterior com seus principais aliados do alto escalão universitário. Sem dúvida, um momento fundamental para nossa articulação foram alguns encontros ocorridos na USP ainda nas férias, entre estudantes das estaduais paulistas e o Sintusp. Aquelas reuniões, que reuniam poucas dezenas de estudantes, foram sem dúvida um potencializador para se organizar os milhares que saíram as ruas nos meses seguintes nas Estaduais Paulistas e que ocupariam vários *campi* na UNESP.

Contudo é Rafael D. (2011) quem se recorda com maior detalhes desse processo.

Em janeiro, logo quando saíram os decretos, começamos a organizar os centros acadêmicos e diretórios acadêmicos da UNESP. Desde o CACS [Centro Acadêmico de Ciências Sociais em Marília], chamamos uma série de CAs para uma reunião em São Paulo. Fizemos uma primeira reunião logo no fim de semana seguinte ao que saiu os decretos. [...] dessa reunião lançamos um chamado [...] se dirigindo às outras entidades estudantis da USP e da UNICAMP e aos sindicatos no Fórum das Seis, convocando uma reunião para começar a preparar a greve. Desde o começo tínhamos claro que era necessário construir a greve. Fizemos uma primeira reunião mais ampla na USP, em plenas férias e de lá tiramos um chamado para a construção da

greve unificada. [...]. E começamos a discutir com a base dos estudantes desde o dia da matrícula, antes mesmo da calourada. Lembro de no dia da matrícula ter ficado distribuindo panfleto sobre os decretos. Todas as calouradas tiveram os decretos como eixo. A campanha contra os decretos acabou sendo muito ampla. [...]. Todos os partidos se mobilizaram. Todos os sindicatos foram enfáticos.

Enio (2010) e Vitor (2011) ainda afirmaram que começaram a participar do movimento estudantil por causa desse movimento. “Não participava efetivamente do movimento estudantil, eu já havia ido a um CEEUF e participava das reuniões do CA e foi a partir dos decretos que comecei a participar efetivamente.” (VITOR).

Francisco (2011) aponta que “[...] os delegados eleitos [para o DCE no segundo semestre de 2007] eram a nova camada dos principais ativistas de 2007”.

As mobilizações, segundo os entrevistados, se desenvolveram por meio das discussões das entidades e em assembleias.

Lembro que assim que voltaram as aulas começaram as reuniões e discussões que só foram crescendo. Nessa época tivemos reuniões conjuntas com os funcionários e docentes até que a tensão foi aumentando, começaram as greves e entramos em greve também e ocupamos o *campus*. Nessa época muitos professores nos ajudaram e outros mostraram que só tinham discursos bonitos. As assembleias eram bem cheias, a participação era alta, principalmente pelo *campus* ser pequeno. A relação era de muita troca de informações entre os *campi* e baseada em moções de apoio. Essa proposta de ocupação veio depois de uns dias de greve e o diretor duvidou que ocuparíamos e ocupamos. Isso eu acho que foi entre maio e junho, foi em junho precisamente. Fizemos atos na cidade antes da ocupação, durante maio com passeata, panfletagem e carro de som. Na cidade de São Paulo tiveram atos tanto dentro do *campus* da USP como uma passeata na Av. Paulista. Não lembro quem os convocou, mas tinha grande participação e eles foram realizados sempre de forma pacífica. (VITOR, 2011).

Para Leher (2007, p. 101) a opção por pautas concretas e facilmente identificáveis não é contraditória com as lutas anti-sistêmicas. Se as pautas parecem ter se tornado menores do que os movimentos ao centrar o foco na luta pelo público, podem, pela ação política, conter germes anticapitalistas. “Não há como universalizar o público sem lutar contra a mercantilização de todas as esferas da vida e, por conseguinte, contra o império do capital”.

A maioria dos estudantes destacou que o primeiro estopim para as mobilizações foi a ocupação temporária da UNICAMP e o grande estopim a ocupação da USP.

Havia uma grande unanimidade na universidade contra os decretos e a mobilização até que demorou pra estourar como deveria, faltava o empurrãozinho inicial. O primeiro foi a UNICAMP. Uma parte da moradia lá começou a cair e os estudantes ocuparam a reitoria, ligando os problemas da moradia aos decretos do Serra. Lá foi o primeiro estopim de que algo estava por vir. Os estudantes da UNICAMP aprovaram um indicativo de greve, se

não me engano para dia 16 de março ou abril. Na mesma semana em Rio Claro, teve uma assembleia muito grande, com mais de 400 estudantes que também votou a greve, quer dizer, votou o indicativo da greve. Todos os *campi* e assembleias aprovavam construir a greve, mas a greve não saía, não saía até que um dia o vice-reitor da USP nos deu um presente. Tinha uma audiência do movimento estudantil da USP com a reitoria e a reitoria tinha ido viajar e o vice-reitor não compareceu. Aí, discutimos na assembleia, quer dizer, a audiência virou uma assembleia, eu não era da USP, mas nesse dia estava lá. Decidimos que iríamos pacificamente, sem fazer nada demais, até a sala do gabinete do reitor cobrar a reunião e fomos, não estávamos mais que em 200, 300 pessoas. Só que quando descemos do auditório da História da FFLCH, até a reitoria, chegamos na porta da reitoria e os guardas da reitoria, os vigias de uma empresa terceirizada, acho que a EVICK, começaram a fechar tudo e não deixaram a gente entrar e tava em obras a entrada da reitoria. Não deu outra, *movucou* todo mundo e todo mundo começou a empurrar para entrar até que a grade cedeu, caiu parte do gesso do forro na gente na entrada, e aí o ato já tinha ficado muito mais quente do que o inicialmente previsto e todo mundo já foi entrando gritando "Ahá, uhu, a reitoria é nossa", até que entramos num salãozão e vimos que o que já tínhamos feito era muito para retroceder e aí começou a ocupação da reitoria da USP. (RAFAEL D., 2011).

Somente depois da ocupação da USP, a UNESP começou suas manifestações massivas.

Começou um estado de assembleia permanente. Não sei se as pessoas sabiam a dimensão do movimento que iria surgir dali, mas o clima foi ficando muito apreensivo. Começamos a nos organizar para encher a USP de panfletos e convocar uma assembleia. A ocupação deu tanta visibilidade para o movimento que as assembleias começaram a ser lotadas em todos os lugares nas três universidades. Na primeira negociação, a reitoria já começou cedendo, prometendo mil coisas, construção de moradia, contratações, mas o movimento estava muito determinado: o foco eram os decretos. E aí foi a primeira assembleia da USP com mais de 2000 alunos que votou 'É pouco, queremos mais, abaixo os decretos'. Na verdade nem teve votação. A mesa encaminhou a proposta assim, foi a Débora do PSTU se não me engano: 'gente, como não houve proposta pelo fim da ocupação, a mesa entende que a ocupação continua'. E a assembleia já começou a aplaudir e gritar 'USP, UNESP, Fatec e UNICAMP, na luta professor, funcionário e estudante', ah, sim e a assembleia votou greve! Um ou dois dias depois o SINTUSP votou greve junto com os estudantes. A Assembleia da ADUSP votou a greve pra 13 dias depois dos estudantes e funcionários, já começavam mal. Mas as assembleias de estudantes em todo o Estado foram muito cheias. (RAFAEL D., 2011).

Segundo a percepção de Felipe (2011), as mobilizações dos segmentos de funcionários e docentes foram "A maior parte dos professores fez uma defesa corporativa da defesa da universidade. E uma menor parte queria a mudança da estrutura de poder. Os trabalhadores ficou vaga. Porque eles pensavam que essas questões não os atingiam diretamente." Diego (2011) ainda afirma que "Os outros segmentos um pouco mais na retaguarda. Menos intensidade, eu não sei dizer como foi exatamente, só lembro que foi mais fraco".

Todos os entrevistados participaram do movimento de 2007.

Enio (2010) argumenta que participou

Porque para mim fazia muito sentido fazer parte daquilo tudo, do que estava sendo posto na universidade. Era uma discussão que me envolvia, eu recém ingresso na universidade. [...] Era a minha vida também que estava ali. Então, era o interesse que eu tinha de estar mobilizado com milhares de pessoas nas ruas. Isso era fantástico, era ótimo poder afrontar o Estado, era ótimo você ter uma correlação de forças e estar com um povo numa luta. Lógico, não era o povo, o operariado, mas era uma camada da sociedade que estava organizada e era ótimo não só para discutir nossos interesses, mas para a gente confrontar a barbárie que este Estado oferece para a gente diariamente. Isso já é um ótimo motivo.

Anderson (2011) afirmou que sua maior participação também foi no movimento de 2007.

Particpei sim, foi um dos meus primeiros contatos com o movimento estudantil. Estava iniciando meu 3º ano na faculdade e ainda não entendia muito bem como funcionava o movimento estudantil naquele momento, participava principalmente por conta de reivindicações específicas, como contratação de professores e permanência estudantil, mas, com a participação pude perceber como estas questões *específicas* são apenas parte de processos mais amplos, como parte de projetos político-educacionais neoliberais, por exemplo.

Rafael D. (2011) afirma que

Eu estive em todos os eventos que descrevi, ocupação da USP São Carlos, da UNICAMP, chutei a porta da reitoria da USP. Nunca participei tanto que nem naquele ano. Eu já participava, militava e os decretos do Serra foi a coisa mais cabeluda que eu já vi no movimento estudantil.

Os entrevistados avaliaram que a atuação em 2007 foi a maior vitória em décadas do movimento estudantil brasileiro.

Sobre os erros cometidos pelo movimento, os militantes partidários afirmaram que faltou uma organização nacional que coordenasse as lutas até que todas as reivindicações fossem atendidas. Porém, para Manuela (2011)

Penso que as pessoas que participaram daquele momento ganharam um acúmulo de experiência de luta que se não fosse a ocupação talvez eles nunca fossem ter, digo isso por mim. E o movimento universitário de São Paulo ganhou um acúmulo histórico também. Infelizmente, tivemos dificuldades em passar essa experiência para frente. Acho que a principal conquista foi mostrar que podemos mudar a realidade através da luta. Porque as pessoas se formam e a experiência vai se perdendo, as novas gerações nem sabem o que foi a ocupação. Temos dificuldade em manter o ritmo de luta até por questões conjunturais. A elitização da universidade segue avançando, e isso também é um fator negativo, são outras concepções de mundo, formas de organização que vão tomando corpo na universidade. Quanto aos erros eu só posso falar da UNESP, penso que algumas pessoas do movimento superdimensionaram o momento, isso se refletiu no formato do nosso DCE, que foi mudado no congresso de 2007 após toda aquela mobilização. Essa mudança levou a uma desagregação total do nosso DCE, perdemos uma

organização histórica, que tinha muitos defeitos claro, mas que era nossa entidade e e depois deste erro não conseguimos mais reequer o DCE. [...]. Fizeram isso com base dos delegados do comando de greve, tiveram a coragem até de comparar com os *soviets*, por conta disso, as eleições foram esvaziadas política e ideologicamente. Passamos a votar em pessoas, e não programas políticos, que muitas vezes se candidatavam sem sequer colocar um programa depois sumiam, até porque não tinha mais luta.

Vitor (2011) e Anderson (2011) afirmaram que

O levante em si já foi uma conquista. O movimento estudantil por muitos anos permaneceu inexpressivo, principalmente por conta da cooptação/debandada da UNE. Todavia, a desorganização da esquerda e dos diversos coletivos que compunham o movimento estudantil, bem como o sectarismo de alguns setores do movimento e a incapacidade de dar continuidade ao diálogo estabelecido durante o levante foi o principal erro do movimento estudantil naquele momento. (ANDERSON, 2011).

Foi participativa e mobilizou muitos estudantes pelo menos dos debates. A principal conquista foi a freada no ímpeto do José Serra e nas atribuições da secretaria do ensino superior. [...]. Erros foi o cunho amplamente político do fim e que afastava boa parte dos estudantes. É que no fim grande parte dos alunos que não tinham alinhamentos políticos com partidos e participavam encararam o fim da greve como muita propaganda política e tanto que depois de 2007 os alunos se afastaram e muito do movimento estudantil. Os alunos encararam que vários grupos políticos tentaram tomar para si as manifestações e o que ocorreu, colocando-se mais importante que a participação dos alunos. Todos tentaram puxar suas sardinhas, desde o PSTU e a sua juventude até o PCO com a sua participação conturbada. Em quase todos os *campi* tem alguém do PSTU. O PSTU na época participou tal, mas sempre quem teve papel fundamental foram os estudantes. (VITOR, 2011).

Para Adriano (2010) “[...] foi uma luta defensiva não ofensiva.” Isso remete à discussão apresentada por Felipe (2011).

Depende do lugar que você está analisando. É uma vitória tática, mas uma derrota estratégica. A vitória de uma batalha não significa a vitória da guerra. No ano seguinte vem o PDI e a UNIVESP. O erro foi ter feito a defesa da universidade como ela é. A gente não dava nenhuma saída. Negava a universidade técnica em defesa de uma universidade crítica. A ocupação da reitoria é o maior fato político da década, a partir desse exemplo mais de 50 federais ocupadas. Esse movimento não conseguiu ser capitaneado pela população. Alguém vem ajudar a manter uma coisa que ela não poderá usufruir? A lógica foi de independentes, a política é basista, atende o que a base quer. Os independentes não têm um programa comum e isso dificulta muita coisa. A maior culpa foi dos partidos, que poderiam ter colocado essa questão. O grande derrotado de 2007 não é nem o governismo, mas é o PSTU, porque é a única força política de esquerda que conseguiria organizar os estudantes em nível nacional.

Outros, como Bruna (2011) e Enio (2010), afirmaram que teve

[...] uma mobilização importante e que hoje muitos estudantes se inserem politicamente por conta do contexto vivido naquela época. Ocorreram erros organizativos gerados pelo cansaço da situação, pois foram muitos dias de ocupação e além disso, no caso da UNESP, foi difícil levar isso a todos os *campi*, o de Botucatu não entrou nem em greve infelizmente, por ser um *campus* de alta concentração de uma classe [média e burguesa]. (BRUNA, 2011).

Podemos constatar que os entrevistados afirmam que apesar de os estudantes terem uma concepção de universidade, de autonomia e de gestão, o movimento estudantil não conseguiu em 2007 produzir um projeto de universidade que aglutinasse essas concepções. Estudantes, como Felipe (2011), afirmam que a elaboração desse projeto caberia às tendências, mas compreendemos que nem mesmo elas possuem tais concepções sistematizadas, já que a questão educacional, em geral, ganha apenas uma ou duas frases nos programas dos partidos. Caberia, sim, a realização de fóruns de discussão e a partir disso a produção de um projeto. Entretanto, a preocupação maior naquele momento foi a de aumentar as manifestações e os protestos nas ruas. Porém, sem uma discussão aprofundada, uma hora a luta se desgasta e, por fim, cessa e com ela morre o conhecimento coletivo em torno das questões.

Todos os estudantes afirmaram que o ME sofreu repressões durante e após esse movimento. Como afirma Leher (2007, p. 98-99)

Para a esquerda socialista, a forma de luta adotada pelos estudantes brasileiros parecia sumamente promissora e, por motivos opostos, também para a nova e velha direita a ocupação parecia anunciar lutas que poderiam sair dos estreitos limites observados pelas entidades representativas burocratizadas, colocando em risco a ordem social e a governabilidade. Por todos esses fatores, o setor conservador da sociedade considerou que era preciso cortar pela raiz aquilo que julgavam ser o mal.

“Sofreu sim, não em Marília, mas na USP e em Araraquara. Existem estudantes que ainda hoje são ameaçados de ter o diploma cassado por ter participado das ocupações. Foram organizadas muitas campanhas contra repressão.” (MANUELA, 2011).

Ah, sim, sempre sofre. Desde a mínima repressão dentro da sala de aula, que o professor persegue o aluno até o fim da sua graduação até a repressão da polícia, que nos atos demonstrava muito disposta a bater nos estudantes, professores e trabalhadores que estavam unidos à mão quando teve o caso de uma passeata, em 2007, rumo ao Palácio dos Bandeirantes. A gente conseguiu chegar a uma distância de 5 a 10 km do Palácio dos Bandeirantes. Então tem repressão, tem por todos os lados, desde o professor até a polícia. Qualquer pessoa que se organiza tem repressão, esse é o fato. (ENIO, 2010).

“Sofreu. Eu fui preso, espancado pela polícia. Invasão da tropa de choque em Araraquara. Sindicância de estudantes e funcionários.” (FELIPE, 2011).

Muita repressão. Eu fui preso. Na ocupação do *campus* eu tive um boletim de ocorrência. [...]. Em Araraquara teve a invasão da polícia, prendeu todos os estudantes, instaurou a sindicância nos líderes. Ocorreram em vários lugares, eles arrumavam subterfúgios administrativos para justificar a repressão. Na USP também. (DIEGO, 2011).

Sofreu e vem sofrendo. Só pra dar alguns exemplos, vem aí os inquéritos policiais que caíram sob as costas de vários estudantes da USP que ocuparam a reitoria, sob as costas dos trabalhadores que fizeram essa greve de 2007, as grandes multas ao DCE da USP, ao SINTUSP, a perseguição política aos estudantes da UNESP, a entrada da polícia na UNESP de Araraquara em 2007, a suspensão de vários estudantes do movimento estudantil da UNESP depois dessa mobilização utilizando outros argumentos, mas que a gente sabe que é uma caça às bruxas. Creio até que esse movimento não foi um que morreu é um novo movimento estudantil. Esses ataques continuam em 2008. A gente viu a demissão do dirigente sindical do Sintusp, o Brandão, esse ano a gente está vendo a suspensão da Patrícia na FFLCH, uma trabalhadora que fez greve no início desse ano e a perseguição ao próprio DA em Rio Preto e a repressão em Bauru aos estudantes que fizeram um ato em apoio aos trabalhadores. São reflexos. (ADRIANO, 2010).

Podemos observar que a repressão aos estudantes acontece desde a sala de aula pelo professor, passando por sindicâncias e expulsões pelas diretorias e reitorias até espancamentos e prisões por policiais e o Estado. Essa repressão acaba por desmobilizar outros estudantes que receiam passar por isso também. Aqueles que sabem e mesmo assim continuam lutando estão se colocando, apesar de suas divergências teóricas, na contramão do poder. Esses estudantes acabam construindo a história do movimento estudantil, de suas lutas e reivindicações e, além disso, adquirem no processo experiência e conhecimento, que extrapolam o conhecimento aprendido na sala de aula.

## 8. O movimento estudantil a partir de 2007

Perguntamos aos entrevistados como viam a atuação do movimento estudantil a partir de 2007. Todos afirmaram que houve um refluxo. Para Vitor (2011) “Foi perdendo a força de representação, política e de mobilização. Tanto que as discussões nunca mais conseguiram atingir muitos alunos. Não sei se foi desgaste, perda de credibilidade ou o que aconteceu, mas o ME depois de 2007 perdeu força.”

Manuela (2011) ainda reafirma que a mudança da estrutura do DCE contribuiu para o refluxo.

É o que eu disse, acho que a estrutura do 'novo' DCE aliado a um refluxo pós mobilização contribuíram para um declínio total do movimento. É que eu estou vendo as coisas de um lugar pouco privilegiado do movimento que é Bauru, mas com certeza Bauru reflete a realidade de outros *campi*, de apatia e despolitização do movimento, mas penso que nacionalmente continua-se procurando novas organizações de luta, que passam longe da UNE. Aliás as lutas de 2007 reforçaram isso, os estudantes podem não saber o que querem, mas sabem que a UNE não os representa. Não só em função de 2007, claro.

A forma de organização do DCE é uma importante discussão, como já apresentamos, entretanto, mesmo as entidades estudantis que se organizam por chapas e com programas definidos, não conseguem por si só organizar um movimento massificado como se tornou o movimento de 2007. A conjuntura do momento é que determina, principalmente, a força das mobilizações e atuações. Em segundo lugar, a *vontade* subjetiva dos estudantes.

Enio (2010) e Alessandro (2011) apontam para essa questão.

Talvez seja fruto de uma juventude de hoje em dia que não tem tanto interesse, que não tem tanta vontade de se organizar para lutar não só pelos seus direitos mínimos que seriam aqueles postos ali, nas suas escolas, universidades. Não sei se é uma questão do momento que a gente vive, não consigo te indicar precisamente. (ENIO, 2010).

[...] mas se deve a conjuntura nacional e política, 30 anos de restauração burguesa, as mobilizações passaram a entrar em descrédito, o pessoal da nossa geração foi formado nessa égide, só no final da década de 2000 isso começa mudar, fomos formados no individualismo, para conseguir travar uma luta maior temos que ter entidades mais fortes e combativas. (ALESSANDRO, 2011).

Quando questionamos quais seriam as principais reivindicações e mobilizações do movimento estudantil na UNESP a partir de 2007 todos afirmaram que foram mais localizadas. Rafael D. (2011) afirma que

Bom, como eu disse, depois de 2007 as mobilizações não foram tão massivas, mas em cada lugar tem sua própria pauta. Alguns lugares dão mais peso para algumas questões, outros para outras. Uma pauta que sumiu foi a de aumento de verbas pra educação, como teve um relativo crescimento econômico, as universidades ficaram cheias de grana, então o movimento acabou deixando essa pauta importante de lado. Alguns poucos lugares, como na UNESP e, em particular, em Marília assumem a defesa das lutas dos trabalhadores e dos terceirizados em particular, mas essa não é a realidade do movimento estudantil nacional. Teve alguns outros processos importantes, a ocupação da reitoria da UNB contra os escândalos de corrupção foi muito importante. O processo de ocupações nas universidades federais, também em 2007 contra o decreto do REUNI, mas em geral as mobilizações posteriores não chegaram perto da de 2007, não foram tão massivas. Em 2009 teve uma mobilização importante, nas estaduais paulistas contra a repressão, o eixo da greve, apesar de ter uma pauta longa, foi o combate a repressão. A demissão do Brandão era um eixo central da greve e depois quando a PM tomou conta da USP estudantes e professores compraram a briga, mas na UNESP nesse ano a greve foi mais forte em Marília que conseguiu algumas vitórias locais importantes.

As mobilizações mais colocadas foram contra a repressão, pela permanência estudantil, pela democratização da gestão da universidade, contra a Educação a Distância (EaD) e contra o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP (PDI).

Uma série de demandas que não conseguimos resolvê-las até o final, ou seja, a estrutura de poder, a participação dos estudantes, infra-estrutura, a política de permanência estudantil, quadro de funcionários e professores, desde

questões políticas até questões estruturais. São as mesmas discussões, mas com outro patamar. A questão da autonomia ficou mais latente, porque a autonomia universitária é algo ameaçado, combatido pela classe dominante, acaba sendo um empecilho para colocar até o fim seu projeto. Os estudantes não estavam reivindicando essa autonomia que temos, estavam questionando até o fundo esse processo e essa ingerência, partindo dessa autonomia ultra-restrita que temos para pensar na autonomia necessária. Nessa autonomia restrita a reitoria não vê problema, então para os estudantes não bastava restituir a autonomia que tinha, queríamos outra. (ALESSANDRO, 2011).

Porém, Manuela (2011) questiona a posição que a luta contra a repressão assume no movimento estudantil, principalmente na UNESP a partir de 2007.

Vejo que a questão da repressão assumiu um patamar que talvez não devesse assumir. Não temos um processo de luta consistente, mas temos uma *direção* de movimento que fala o tempo todo de repressão, isso joga para baixo, afasta, na minha opinião. É uma *direção* que não usa as vitórias, só usa as derrotas para tentar mobilizar, e não consegue. Até acho uma pena que seja assim. Não participei mais dos eventos da UNESP depois de 2007, mas acompanhando as pautas por e-mail vejo que a questão ocupa hoje um lugar que antes era ocupado pela reivindicação por assistência/permanência estudantil, e isso é preocupante porque não sei se significa que menos estudantes precisem de assistência. Na verdade esta luta foi relegada a um segundo plano, mais por conta da direção do movimento do que da base.

A partir de 2007, as reivindicações do movimento estudantil na UNESP foram, normalmente, pautadas por aquelas que os militantes da LER-QI consideram prioritárias, como o caso da luta contra a repressão. A repressão, como observamos nos itens anteriores, sempre existe quando os estudantes ou demais militantes se colocam contra o poder instituído.

Perguntamos aos estudantes se o movimento estudantil na UNESP desenvolveu discussões sobre a gestão democrática e autonomia universitárias a partir de 2007, a maioria afirmou que pouco. De acordo com Enio (2010) a maior discussão pela gestão democrática foi em 2009 na ocupação temporária na reitoria da USP e os demais falaram que a gestão democrática foi discutida juntamente com o PDI na UNESP. Isso pode ser demonstrado pelo Manual dos Calouros da UNESP-Marília.

Queremos uma universidade democrática, somos pela queda da *ditadura docente*. A gestão precisa ser feita diretamente por professores/as, funcionári@s e estudantes através de um governo tripartite com maioria estudantil. Com isso alcançaremos uma outra lógica de administração e ensino. As mudanças começarão desde as salas de aula, onde passaremos a realmente interferir de forma crítica no conteúdo apreendido, tendo como objetivo adequá-lo á aquilo que entendermos ser necessário para nossa formação. Outro passo importante é a instituição de formas de democracia direta, como as assembleias de base, como instâncias máximas de deliberação, a fim de expulsar definitivamente os burocratas de suas poltronas aveludadas. (BOCALINI, 2009, p. 33).

Manuela (2011) afirmou que “Aqui em Bauru não vejo que essas discussões tenham durado. A gestão democrática durou um pouco mais porque foi articulada com a questão da repressão, mas autonomia quase não se discutiu mais.” Já Adriano (2010)

Sim, avançou bastante. Enquanto antes de 2007 havia pouca discussão com relação a isso, a partir de 2007 começou a avançar no programa político com relação à modificação dessa estrutura de poder, avançando até com relação à paridade que era o que se tinha até 2007 discutido, o movimento estudantil avançou em propor atualmente o sufrágio universal, um voto por cabeça, o mínimo que existe na democracia burguesa fora da universidade, as decisões se dariam por gestão proporcional, como os estudantes são maioria na universidade eles deveriam ocupar a maioria das cadeiras nas decisões da universidade. Essa discussão foi desenvolvida através dos fóruns do movimento estudantil, assembleias, reuniões, co-formações de chapas, conselhos de entidades, congressos estudantis. (ADRIANO, 2010).

Podemos concluir que a gestão democrática e autonomia universitárias não foram lutas constantes após 2007. O acúmulo de discussão se restringiu a poucas intervenções e não foi elaborado um entendimento coletivo sobre esse tema, talvez um pouco mais sobre a gestão.

Isso se deve à preponderância das tendências políticas que consideram essas pautas como secundárias. Para os militantes partidários, essas reivindicações não são tão importantes, pois mesmo com gestão democrática e com autonomia universitária, a universidade não deixaria de estar situada no âmbito do capitalismo, com desigualdade social, econômica, política e cultural e, ainda assim, os trabalhadores não teriam acesso a ela. Por isso, essa reivindicação é sempre apoiada pelos militantes partidários, mas nunca é colocada como principal em suas propostas.

Contudo, em todas as discussões que perpassam o movimento estudantil após 2007, se retoma a discussão sobre autonomia e gestão democrática de forma indireta, por meio, principalmente, da falta de poder que os estudantes têm quando desejam aprovar seus projetos.

## **9. Ideologia**

Todos afirmaram que defendem a participação dos estudantes na gestão.

Porque os estudantes têm sua compreensão no processo da universidade e as demandas que ela deve atender, o estudante é parte da universidade e do resultado gerado por ela. É responsabilidade intrínseca que sejamos engajados nos meios que estamos inseridos, somos naturalmente responsáveis por eles e dessa forma que funciona para o estudante também. (BRUNA, 2011).

Sim, totalmente a favor, inclusive deveríamos ter mais espaço do que temos hoje. Porque somos parte da universidade, ajudamos a construir o conhecimento produzido na universidade. As decisões tomadas afetam a nós, à produção de conhecimento e à sociedade em geral. (MANUELA, 2011).

Os estudantes se reconhecem como parte constituinte da universidade. Por isso não encaram a responsabilidade das decisões como um peso.

Questionamos os entrevistados sobre quem deveria gerir a universidade. Todos afirmaram que os segmentos que a compõe e a maioria acrescentou ainda que setores da sociedade.

Ao meu ver, assim, 1/4 estudantes, 1/4 funcionários, 1/4 docentes e 1/4 população. Este último ponto deve ser pensado em representação para as localidades que os *campi* estiverem, tentando trazer um pouco das necessidades e culturas locais. Universidade com a cara de quem a faz e precisa. (JOSÉ, 2011).

Universidades públicas devem ser geridas por conselhos de representantes de todos os setores da sociedade, já que elas são mantidas com o dinheiro público. Só que diferentemente do que ocorre hoje com pessoas que não sejam vinculadas ao governo ou aos interesses governamentais e sim com os interesses ao crescimento do ensino superior. Compostos sempre de forma igualitária com direito de voz e voto de todos. (VITOR, 2011).

Essa discussão levou a questão de se seria por paridade ou proporcional a quantidade de cada segmento na composição de seus órgãos. Felipe (2011) e os militantes da LER-QI defendem a segunda.

“[...] eu defendo a democracia direta, com mandatos revogáveis” (ALESSANDRO, 2011).

O restante defende a paridade.

Todos os setores da universidade devem gerir proporcionalmente. Porque todos os setores estão envolvidos na estrutura e nos resultados dos processos da universidade, todos fazem parte desse processo e por isso são atores dessas intervenções. Paridade. (BRUNA, 2011).

Exceto Enio (2010) que afirmou que “Eu não me decidi ainda sobre essa questão, se um modelo paritário seria melhor ou pior do que um modelo por um voto por cabeça. Por outro lado, tenho certeza que o modelo que está posto não é o ideal”.

Diego (2011) ainda coloca que “sou a favor do sufrágio universal em um outro estágio”.

Como já exposto, não existe um consenso no movimento estudantil sobre qual modelo seria melhor. Contudo, constatamos durante os congressos e fóruns do movimento estudantil que participamos em nível nacional e estadual que a paridade é a

reivindicação predominante. Além disso, é consenso em todos os fóruns que o modelo posto atualmente não é o mais adequado às necessidades de seus segmentos. Como disse Felipe (2011) “Todos que utilizam e usufruem dela [devem geri-la] ao invés de uma minoria parcela de professores sacrossantos”.

Discutimos com os entrevistados acerca dos dirigentes da universidade. Dividimos em três questões: qual seria a atribuição de um dirigente (reitor, diretor, chefe de departamento), qual seria a melhor forma de provimento ao cargo e quais segmentos da universidade poderiam ocupá-los.

Sobre a atribuição do dirigente, os estudantes pontuaram que é a de executar aquilo que é decidido pelo coletivo em seus respectivos órgãos. Entretanto, Tawana (2011) coloca que “[...] não deveria haver dirigentes, tudo poderia ser decidido em assembleias”. Felipe (2011) disse que “[...] não é necessário o reitor nem o diretor, mas é necessário um instrumento executivo, que assembleias de base deleguem a execução aos comitês.” E Diego (2011) “Não acho fundamental, poderia não existir”.

Sob esse prisma, podemos assinalar que os estudantes compreendem a função dos dirigentes diferente de uma democracia representativa, na qual os representantes possuem poder para decidir sobre seus representados. Além disso, alguns estudantes compreendem que os dirigentes acabam por assumir um papel de gerentes, com funções de comando, mas que em uma organização com poder horizontal, de democracia direta, não seriam necessários esses cargos.

A melhor forma de provimento ao cargo de dirigentes deveria ser, de acordo com os entrevistados, por eleição, por sufrágio universal de todos os segmentos, exceto Vitor (2011) que afirmou que deveria ser por paridade e Enio (2010) que afirmou que ambos seriam adequados. Somente José (2011) afirmou que deveria ser por concurso, uma vez que entende que sua função é de execução.

Na questão acerca de quem poderia ocupar os cargos de dirigentes na universidade, a maioria argumentou que qualquer segmento. Diego (2011) acrescentou que deveria ser com mandato revogável. José (2011) afirmou que deveriam ser os funcionários. “Devem ser ocupados por pessoas da administração, nada de docentes lá. Quiçá fazer concursos para o provimento destes cargos, tipo carreira mesmo”. Enio (2010) afirmou que deveriam ser os docentes ou funcionários, mas prioritariamente docentes, por serem os segmentos que estabelecem vínculos com a universidade por muito tempo.

Podemos constatar que a visão meritocrática e hierárquica da administração da universidade ainda é reafirmada pelos estudantes. José (2011) compreende que o cargo de dirigentes tem apenas uma função burocrática, portanto deveria ser ocupada por funcionários, que dominam as questões técnicas. Enio (2010) reafirma a questão meritocrática por compreender que os docentes detêm algum conhecimento técnico ou educacional superior aos demais segmentos, como se o conhecimento deles acerca da educação ou de suas áreas específicas os dotassem também do conhecimento daquilo que a universidade necessita.

Os dois estudantes afirmam que existem conteúdos específicos da administração que os dirigentes devem dominar. Contudo, compreendemos que a universidade deve ser gerida por aqueles que a usufruem e, desse modo, todos aqueles que estão envolvidos possuem capacidade para decidirem, mas precisam lutar por isso. Assim como acontece com os estudantes, que em boa parte não está preocupada em participar dos processos decisórios, boa parte dos docentes e funcionários também não estão. Isso não é reflexo do lugar que ocupam os segmentos, mas reflexo da concepção de participação que é disseminada na sociedade.

De acordo com Dal Ri (1997, p. 207)

[...] podemos perceber uma cultura tecnocrática, comum a qualquer tipo de organização moderna, na qual o executivo da universidade, legitimado através do voto da comunidade, é visto como detentor de um saber competente. O eleitor, por sua vez, espera que essa competência resulte na situação que ele considera ideal. Se isto não ocorrer, basta votar em outro candidato. Não lhe ocorre empenhar tempo e esforço para entender as nuances do processo de gestão da universidade e propor-se a participar ativamente dele. Esse é um limite que precisa ser rompido para que a intervenção na gestão possa efetivar-se. Sem a participação e o interesse, da comunidade, por esses assuntos o processo não pode avançar.

Questionamos os entrevistados sobre seu projeto de universidade. Todos afirmaram que o projeto que defendem tem como concepção uma universidade autogerida por aqueles que a compõem. Além disso, que deveria ser democratizado o acesso e o conhecimento produzido para atender à classe trabalhadora. José (2011) ainda afirma que financiada pelo Estado. Alessandro (2011) também afirma a autonomia da universidade.

Defendo uma universidade aberta à classe trabalhadora, que se pauta pelas necessidades humanas e melhores condições de vida, que seja acessível, que tenha autonomia em relação ao governo e ao estado e aos grupos de poder. Uma universidade que oferece condições para os estudantes se manterem nela, com Restaurante Universitário, moradia e gerida por maioria estudantil. (ALESSANDRO, 2011).

Para Bruna (2011) “[...] um projeto de acesso e libertação popular a partir do respeito mútuo, da consciência política, de práticas populares e desenvolvimento do conhecimento.

Muitos afirmaram que seu projeto de universidade estava ligado ao projeto de sociedade, qual seja, ao comunismo.

Não apenas um projeto de universidade, mas um projeto de sociedade. Comunismo. Defendo uma universidade democrática, onde a socialização do conhecimento não seja realizada de forma fragmentada e descontextualizada e que todo o conhecimento produzido e socializado seja com vistas em melhorar as condições de vida da população e contribua para a construção de uma sociedade sem classes e opressão. Defendo a construção de uma sociedade sem classes, que a propriedade privada seja abolida e que o ser humano não seja tratado como mercadoria. (ANDERSON, 2011).

Pública, gratuita, democrática, que garante o acesso e permanência da classe trabalhadora. Só se concretiza com a mudança da sociedade, com a supressão das classes sociais, enquanto existirem, principalmente uma classe dominante que explora, isso se reproduz em todos os espaços da sociedade. Esse projeto de universidade está relacionando com o projeto de sociedade. (DIEGO, 2011).

De acordo com nossa análise, os entrevistados possuem uma concepção de universidade, e mesmo que existam diferenças, pressupõem a autonomia e a gestão democrática como essenciais.

Sobre a organização e atuação dos estudantes no movimento estudantil, apresentamos quatro questões: a) se eram e porque eram organizados em tendências; b) se não eram em quais referenciais teóricos se embasavam; c) se a organização ou não influenciava em sua atuação no movimento estudantil; d) o que pensavam sobre a atuação das tendências e dos que não estavam organizados em tendências.

Aqueles que eram organizados em tendências afirmaram que “Porque eu quero mudar a sociedade e para isso preciso me organizar. No momento que elas forem ocorrer ajuda a intervir durante essa mudança.” (DIEGO, 2011).

A luta social se faz em grupo, minimamente precisa se organizar com setores sociais, organizar projetos e também, na verdade, a gente fala que por fora de uma organização com um programa e uma estratégia dificulta muito mais você chegar a projetos sociais mais consistentes. E também não adianta você discutir o que seria melhor, pois precisa de uma estratégia, que é um fio de continuidade numa luta histórica da humanidade por expansão de liberdades e direitos humanos. Não dá pra acreditar que a nossa vida é uma história nova perante a humanidade, é necessário ver como você se encaixa nesse projeto histórico e como você contribui para ele. Tem uma estratégia que a gente segue, eu que sou marxista e trotskysta, luto contra a propriedade privada, o estado burguês e todo o aparato que esse estado cria, isto é, jurídico, político e ideológico. Então não dá para travar essa luta sozinho. A partir desse referencial que eu luto na universidade. (ALESSANDRO, 2011).

Aqueles que não eram afirmaram que “[...] não achei nenhuma que compartilhe dos meus ideais.” (TAWANA, 2011).

“Eu não participo de nenhum partido político porque sou contra a forma partido político e os objetivos dessa organização que é a tomada do Estado. Constituir assembleias de bases na sociedade de base, que inclui as pessoas.” (FELIPE, 2011).

“Não participo por conta das minhas posições políticas de não alinhamento partidário.” (VITOR, 2011).

Me sinto participante de movimentos sociais. Movimento estudantil. Me identifico com as causas do movimento dos sem terra, pois sou contra o latifúndio e vivo em uma região de grilagem de terra. E me solidarizo com qualquer movimento que defenda direitos humanos e liberdade. Me identifico com toda luta contra a opressão e o preconceito. Ainda não faço parte de um partido político. Penso que ainda não estou pronto. Identifico várias críticas com relação aos atuais partidos de esquerda. Penso que ainda teremos que construir o tal do partido revolucionário. (ANDERSON, 2011).

Aqueles que já participaram como Rafael D. (2011) e Enio (2010).

Então, eu me liguei no *Movimento Negação da Negação* de 2008 a 2009, acho. É, acredito que é fundamental se organizar. Acho bom, acho uma experiência válida pra qualquer pessoa, não só estudante, mas qualquer trabalhador mesmo. É um instrumento válido que tanto a você avançar quanto a determinados estudos, até você ter algum discernimento de que quando você não está organizado, acho, sei lá, por vezes não teria. Agora eu não faço parte porque eu tive algumas desavenças com a organização que, acho, não vale a pena entrar nos meandros, mas não me satisfiz plenamente com algumas questões e acabei optando por me afastar. (ENIO, 2010).

Percebemos que todos compreendem a necessidade de se organizar, entretanto, como resultado principalmente da atuação dos partidos, alguns como o Felipe (2011) não querem e outros não encontraram algum que partilhasse a forma de organização, atuação ou concepção de sociedade.

Aqueles que não estavam organizados responderam que suas concepções eram “Democracia direta, ação direta, anticapitalismo, antiestatismo e federalismo.” (FELIPE, 2011). “Universidade da população, participação de todos nos rumos dela” (JOSÉ, 2011). Outros afirmaram que se aproximavam das correntes marxistas, como Vitor (2011), Enio (2010) e Anderson (2011).

A partir da análise dos dados empíricos, pudemos constatar que os militantes de 2007 da UNESP, sujeitos da pesquisa, reivindicam-se marxistas ou anaquistas. Aqueles que não se reivindicaram se aproximam de uma tendência democrática ligada aos interesses da classe trabalhadora.

Questionamos se a organização ou não nessas tendências influenciava sua atuação no movimento estudantil, os estudantes afirmaram que sim e que a influência era positiva. Aqueles que são organizados afirmaram que aprofundam as questões em suas organizações, de acordo com um programa defendido por todos, e quando chegam aos fóruns do movimento estudantil possuem maior clareza para fazer a discussão.

“Influencia sim, o partido também tem um programa para a universidade, que é coerente com o programa geral para a sociedade, e como militante eu defendo este programa em minha atividade no ME e na vida acadêmica em geral.” (MANUELA, 2011).

Aqueles que não são organizados afirmam sua autonomia em poder refletir sobre as diversas questões e decidir sozinho sobre qual encaminhamento que irá defender.

“Sim, porque isso determina o meu posicionamento político. Determina, por exemplo, que eu discuta e defenda aquilo que faz sentido para a maior parte dos estudantes e não o que o partido determina que deve ser discutido.” (FELIPE, 2011).

“Eu via que me influenciava positivamente. Já que eu não me apegava a idéias fixas e sempre tentava fazer uma análise diferente do que acontecia, sem ser influenciado por pensamentos fechados.” (VITOR, 2011).

Anderson (2011) ainda coloca que

Tudo se auto-influencia de alguma forma. Tudo tem relação com tudo. A participação em qualquer coletivo influencia e isso não é necessariamente ruim. Apenas deve ser tratado de forma transparente de modo que os interesses de determinado coletivos não se sobressaiam em relação aos interesses da maioria. Os coletivos podem e devem influenciar as totalidades, mas, sempre de forma honesta e franca. O que não se pode permitir é que os movimentos sociais sejam utilizados como massa de manobra para a defesa de interesses políticos obtusos ou que não são próprios destes movimentos.

A discussão sobre as tendências no movimento estudantil apresentaram-se diferenciadas. Os entrevistados apontaram que não vêem problema nas tendências estarem no ME, contudo os *independentes* questionam uso das entidades como *aparelhos* por algumas tendências no movimento estudantil, já os organizados questionam a aversão dos independentes por eles.

Não vejo nenhum problema no fato de a pessoa não ser de nenhum partido, desde que tenha posições claras. O problema é que muitos independentes criminalizam a presença dos militantes políticos no ME, e isso é um erro. É quase um ato fascista. Porque existe um ranço contra partidos políticos, as práticas da União da Juventude Socialista (UJS) no ME e a falta de ética na política contribuem para isso e muitas pessoas não sabem diferenciar as práticas políticas e os programas dos partidos, simplesmente colocam tudo no mesmo saco. (MANUELA, 2011).

É fundamental. Mas com o tempo todos vamos *tomando partido*. Também temos que tomar cuidados com discursos que defendem o *independentismo* como forma de permanecer em cima do muro ou ainda como forma de enganar os estudantes com um discurso supostamente *a-político*. Pode ser outra forma ideológica de manipulação. Mas este não é o caso de todos os independentes, obviamente. (ANDERSON, 2011).

Ainda, com exceção de Tawana (2011) e Felipe (2011), os outros sujeitos afirmaram que a intervenção das organizações partidárias no movimento estudantil é boa porque como elas possuem um programa podem trazer discussões mais aprofundadas para o movimento. O problema segundo Vitor (2011) é “[...] quando vem com posições e idéias fechadas que são prepostas pelos partidos. Trazem benefícios, mas também tumultuam muito.”

Tawana (2011) afirmou sobre isso que “Acho muito boa [os independentes] porque se formos ver, o maior *partido* hoje é o dos independentes, isso significa que as pessoas estão descrentes dos partidos. [...]. Acho que [as tendências] usam a universidade como aparato para promover o partido e conquistar mais militantes.”

Geralmente são parasitas em relação à articulação e participação dos demais. Para os partidos importa o programa, o objetivo é governar. Então eles precisam fazer propaganda de suas próprias ações. Eles se apropriam de movimentos e os utilizam para seus próprios fins o que afasta muitos estudantes do movimento estudantil. (FELIPE, 2011).

Na realidade, muitos independentes utilizam-se do discurso do não vínculo partidário para conseguirem aprovar propostas por vezes conservadoras. Também existem oposição e receio dos organizados. Contudo, tal receio se baseia na própria prática dos partidos com expressão no movimento estudantil, da prática de *aparelhamento* das entidades estudantis, e que *passam por cima* das deliberações das assembleias de base.

Para modificar essa prática é preciso que cada tendência política construa uma atuação diferente da atual, explicitando seu programa e suas propostas e seguindo as deliberações das assembleias de base. Pela sua própria prática poderá ir aos poucos modificando em cada local a concepção atual sobre os organizados. Assim como, cada estudante deve se preocupar em lutar pela autonomia de suas entidades, mas também saber utilizar a contribuição de todos, e não somente dos organizados, para a construção de um movimento estudantil combativo.

A fim de compreender melhor a concepção dos entrevistados acerca do movimento estudantil, indagamos sobre como ele deveria se organizar e se havia limites para sua atuação. Todos afirmaram que o movimento estudantil é importantíssimo para

a formação do estudante, que é um movimento educador principalmente sobre as questões postas na sociedade que se refletem na universidade.

Acredito que seja o principal movimento de sensibilização e aproximação das pessoas que passam pela universidade com a democracia e os verdadeiros jogos de poder de nossa sociedade. Acho que deve se organizar sempre de forma descentralizada, mas organizada, que seja propositora, mas também executoras de atos e ações mais marcantes. Os limites acho que isso não existe, uma vez que o ME pode se relacionar com qualquer outro assunto ou grupos organizados para as mais diversas ações, desde MST a funcionários de uma unidade específica. (JOSÉ, 2011).

Penso que o movimento estudantil deve partir da organização e reivindicação em torno das questões específicas dos estudantes, mas não deve permanecer apenas nelas, pois além de estudantes somos pessoas, trabalhadores em processo de formação, pais, mães, filhos, homens, mulheres, negros, idosos, deficientes, portanto, todos os temas referentes a questões sociais também são de interesse dos estudantes. Partindo do específico, mas nunca perdendo de vista o universal. Indivíduo e sociedade não são pólos antagônicos que se excluem mutuamente, mas se constroem numa reciprocidade dialética. Os limites da atuação do ME existem, mas podem ser superados cada vez que conseguimos estabelecer diálogo e ligação com outras esferas da vida social e outros movimentos. (ANDERSON, 2011).

Argumentaram que o ME deve sempre se pautar pela autonomia, pela participação direta e pela aliança com os movimentos sociais organizados que lutam pela classe trabalhadora. Muitos afirmaram que cabe ao movimento estudantil lutar pela transformação da sociedade.

Eu reivindico o movimento estudantil. Os estudantes são uma categoria importantíssima na modificação da sociedade. Se estiverem com suas bandeiras, lutas aliadas à classe trabalhadora, o movimento pode se tornar um movimento junto aos trabalhadores, um movimento revolucionário de fato. (ADRIANO, 2010).

O ME já ocupou um espaço importante na história, tanto no Brasil como no mundo. Mas nem sempre sua atuação foi progressiva, cumprindo algumas vezes um papel reacionário. Por sua composição policlassista e diversificada, os estudantes tendem a se dividir nas grandes lutas, no Brasil o exemplo mais clássico é o embate da Rua Maria Antônia. Justamente por esse seu caráter policlassista, o movimento estudantil pode adquirir por um lado uma grande amplitude em suas lutas, conseguindo em algumas delas, como os decretos em 2007, atrair a simpatia de setores de trabalhadores e das classes médias, mas também por isso tem um limite claro, não consegue por si próprio alterar a ordem social vigente. A organização do movimento também é fluida, depende da ocasião, em tempos de luta imperam as assembleias que considero o meio mais democrático para se organizar, mas em tempos de passividade, quando poucos participam, as entidades podem cumprir um papel importante preparando a organização, o terreno dos seus próximos embates. E nesses momentos, os espaços para sua atuação devem transcender somente o terreno da luta direta, mas buscar espaço onde estão a maioria dos estudantes, como nos debates de salas de aula, na luta ideológica na academia. (RAFAEL D., 2011).

Exceto Vitor (2011) que afirma que

Penso que é algo muito importante para a formação tanto dos que participam como da própria universidade. Sua organização não deveria se pautar sobre partidos políticos e sim sobre os reais interesses dos estudantes. E além de tudo deveria parar de pensamentos ufanistas, parar com os pensamentos que vangloriam o movimento estudantil como a maior instância política, como se ele estivesse acima das leis e de tudo, e concentrar suas forças para conseguir mudar aquilo que está dentro do seu poder de alcance e assim deixar de ser piada entre a maior parte dos estudantes, igual quando pedem a estatização de todas as universidades particulares. Tem que colocar o pé no chão e lutar por aquilo que é possível de alcançar e de fortalecer o próprio movimento.

A maioria afirmou que não existem limites, que depende das alianças que o ME faz e das suas reivindicações. Contudo, Manuela (2011) pontua que

O movimento estudantil é importante para a vida acadêmica e para além da universidade, aprendi muito com o movimento estudantil. Sua organização deve ser sempre independente de governos, partidos políticos, embora isso não signifique a proibição de militantes políticos, deve ser autônoma política e financeiramente e deve seguir uma unidade com o movimento dos trabalhadores. Este é o movimento estudantil que eu defendo. Depois de 2007 vejo que as possibilidades do movimento estudantil são muitas, a juventude do nosso país já mudou muito os rumos de nossa política e deve seguir mudando. Às vezes o movimento estudantil some, mas sempre volta, provando que nossa juventude não está morta. Sem dúvida, temos muitos limites, temos que nos debater contra uma burocracia enorme, de proporções nacionais, que não tem o interesse em organizar os estudantes para a luta. As organizações independentes que estão nascendo tem dificuldades em quebrar o cerco histórico formado pela UNE, pois existe toda uma limitação financeira e conjuntural, de um governo de frente popular que esmaga os revolucionários. Tem o limite que é estrutural mesmo, estudante não é classe, é categoria, por isso a limitação, mas sem dúvida serve de escola para os outros movimentos. Apesar dessa limitação estrutural penso que a organização deve continuar com uma luta em defesa de direitos e sempre tentando avançar para conquistas maiores.

Conforme a visão que apresentamos dos entrevistados, assinalamos que concebem o movimento estudantil como impulsionador de transformações profundas na universidade. Aquilo que eles vivenciam, aprendem e lutam constroem sua subjetividade acerca da sociedade e todos eles desejam mudanças na atual estrutura, começando com a luta pelo controle de seu trabalho, determinando os seus rumos. Os estudantes entrevistados possuem uma mesma concepção, qual seja, a de que a universidade deve estar voltada para aqueles que a sustentam com seu trabalho, os trabalhadores.

Apesar das divergências teórico-práticas das tendências e dos estudantes, a concepção de gestão democrática e autonomia universitárias dos sujeitos entrevistados é, de modo geral, muito semelhante. A gestão democrática e a autonomia é para eles essenciais para a universidade, contudo ainda necessita ser expressa em um projeto coletivo dos estudantes que compõe, senão a universidade, pelo menos o movimento

estudantil. É necessário clareza para lutar e essa não precisa ser necessariamente expressa na participação em um partido, pode ocorrer por meio da organização de fóruns permanentes de discussão, em que todas as tendências e os demais expressem seus programas e decidam porque, como e com quais reivindicações irão se apresentar, aliás, como já foram realizadas na história do movimento estudantil.

## CONCLUSÃO

A ideia embrionária de uma organização horizontal da universidade, praticada e reivindicada pela luta dos estudantes pelo poder de geri-la já estava presente na Idade Média, possuindo, portanto, uma longa tradição na história das universidades. A universidade nasceu autônoma e mesmo com as transformações advindas do novo modo de produção que muda fundamentalmente as relações na e da universidade, não podemos deixar de analisá-la tendo como um pressuposto e como uma prática já realizada de experiência de luta estudantil por controle do seu próprio trabalho. No entanto, é necessário ressaltar que a ideia de gestão democrática e de autonomia universitária discutida nesse período medieval não tem uma continuidade estanque nem é a mesma que chegou até o século XX. No capitalismo essas questões tomaram outra dimensão.

Gramsci (2004) observa que, com o advento do Estado moderno, ele teve como elemento constitutivo de sua base fundante a produção de uma nova camada de intelectuais que assegurou o desenvolvimento da nova ordem social, retirando a centralidade da Igreja na produção teórica e subalternizando de vez a ordem feudalista. O autor afirma que cada classe que emerge ao poder necessita constituir uma nova camada de teóricos, lançando bases para a constituição de uma nova moral, de novas leis, direitos e deveres etc. A partir destes elementos podemos pensar o interesse do Estado em buscar subsidiar, direcionar e controlar a formação universitária que produziria os novos quadros intelectuais.

No Brasil, a política e a legislação educacionais, principalmente a partir de 1930, elencaram várias metas a serem cumpridas, normalmente para os próximos 10 anos. A cada final desse ciclo, foram promulgadas novas legislações, sem, entretanto, sanar os principais problemas elencados na legislação anterior. Dessa forma, as legislações educacionais parecem servir mais a projetos específicos de interesse de determinadas frações da burguesia no decorrer das conjunturas, do que para ativar medidas para solucionar determinados déficits, como o analfabetismo, as más condições estruturais encontradas no interior das escolas, os baixos salários dos professores e até mesmo referentes à gestão democrática e autonomia das escolas e universidades. Tais déficits são sempre retomados com alguma nova *cara*, mas na verdade as soluções são sempre adiadas porque não interessam aos grupos dominantes e mesmo que interessassem, como a erradicação do analfabetismo que é até necessária para o desenvolvimento do

capitalismo brasileiro, necessita de muito recurso que os capitalistas não estão dispostos a ceder. Contudo, as conquistas de muitas dessas reivindicações, mesmo que mínimas, em geral, foram frutos das lutas desencadeadas pelos movimentos sociais, que deram força para construir uma contracorrente.

Dentre os movimentos sociais que lutaram por democratização, se encontra o movimento estudantil. Por ser um movimento peculiar, policlassista, tende a existir em seu seio duas tendências sociais predominantes: uma mais democrática, ligada aos setores explorados da sociedade, e outra ligada à reprodução dos interesses da burguesia. A concepção de participação e de educação, bem como o teor das reivindicações são permeados pela disputa dessas tendências no interior da universidade.

Os movimentos da década de 1980 foram um marco da democratização das instituições e da sociedade, como ocorreu na UNESP. A UNESP, após o movimento da década de 1980, transformou-se na mais avançada universidade do Estado de São Paulo, talvez do Brasil, em termos democráticos, com maiores espaços para discussões e decisões abarcando até mesmo a paridade entre os segmentos nas eleições para os cargos majoritários de direção.

Não obstante, no bojo das reformas neoliberais implementadas na década de 1990, essencialmente no Governo FHC, a gestão democrática e a autonomia universitárias começam a ser remodeladas. A busca pela eficiência de gestão e a abertura da universidade pública ao mercado colocam a participação e a autonomia de gestão como empecilhos para suas finalidades. Desse modo, a educação passa a ser concebida apenas como mercadoria e a administração empresarial empregada na gestão universitária com conceitos de eficácia e eficiência medidas de forma quantitativa. Todavia, a educação é um processo de longo prazo, de difícil mensuração, no qual os segmentos participantes precisam estar envolvidos com suas etapas mediante reflexões, discussões e tomada de decisões entre os setores da comunidade acadêmica.

Pudemos constatar que o movimento estudantil no Brasil sempre reivindicou a autonomia da universidade e participação em sua gestão, mas suas lutas e reivindicações sempre esbarraram em posições contrárias, de fora, advindas do Estado, de dentro, principalmente em relação à participação, advindas das direções e do corpo docente. Mesmo com a legislação atual que prevê a representação discente de forma minoritária, em algumas universidades os estudantes conseguiram a paridade. Isso demonstra que

não é somente a legislação que ordena a universidade, mas também a luta travada em cada uma delas.

A partir da década de 2000, vemos a retomada das lutas por democratização. O movimento estudantil ressurgiu agora de modo mais fragmentado. Em 2007 uma luta se inicia nas universidades públicas paulistas contra o governo do Estado, se soma à luta contra a Reforma Universitária do governo federal e às greves do funcionalismo público. Essa luta, marcada pela reivindicação pela autonomia universitária, retoma a conquista da década de 1980.

O que configura a discussão sobre um novo movimento estudantil a partir de 2000 é a recusa em delegar o poder a formas institucionalizadas de representação. O movimento estudantil busca novas formas de atuação, baseadas na organização direta. Desse modo, em 2007 o movimento estudantil conseguiu ainda demonstrar sua originalidade na atualidade, retomando a reivindicação por autonomia e gestão democrática, mas agora associada à formas de organização direta.

A partir da análise dos dados empíricos, pudemos constatar que os militantes de 2007 da UNESP, sujeitos da pesquisa, reivindicam-se marxistas ou anarquistas ou se aproximam de uma tendência democrática ligada aos interesses da classe trabalhadora.

Constatamos que os sujeitos da pesquisa possuem como concepção de gestão democrática a participação direta dos três segmentos na estrutura administrativa da universidade. Possuem por autonomia a concepção de que cabe à universidade decidir e desenvolver seu próprio projeto e que para isso a autonomia deve ser plena, ou seja, didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial. Entretanto, também afirmam que esse projeto deve ter como finalidade subsidiar a classe trabalhadora e essa questão está indissociada da luta por autonomia e gestão democrática.

Alguns estudantes não sabiam definir o que significavam gestão democrática e/ou autonomia universitária. Consideramos que estes não estão familiarizados com os termos constantes na legislação educacional e universitária, mas na atuação no ME e no partido denominam estes fenômenos de outro modo, isto é, como governo tripartite com maioria estudantil, como organização da universidade ou como estrutura de poder. Todavia, como já afirmamos, independentemente de como denominam, estes possuem uma concepção de gestão democrática e de autonomia universitária.

Em geral, as reivindicações por autonomia e gestão democrática são pautadas pelos militantes não organizados em tendências político-partidárias, os denominados

*independentes*. Essas reivindicações após 2007 tornaram-se constantes nas pautas do ME da UNESP. Entretanto, pela preponderância dos militantes partidários, como os da LER-QI, essas reivindicações tornaram-se secundárias.

Consideramos que as reivindicações por autonomia e gestão democrática são as mais gerais e antigas do ME e também as que aglutinam todos os estudantes, na medida em que se situa no âmbito universitário e é de interesse direto do corpo estudantil, que é o maior segmento da universidade e o com a menor representação. No entanto, para os militantes partidários, essas reivindicações não são tão importantes, pois mesmo com gestão democrática e com autonomia universitária, a universidade não deixaria de estar situada no âmbito do capitalismo, com desigualdade social, econômica, política e cultural e, ainda assim, os trabalhadores não teriam acesso a ela. Por isso, essa reivindicação é sempre apoiada pelos militantes partidários, mas nunca é colocada como principal em suas propostas.

De qualquer modo, sem dúvida, a atuação do ME no ano de 2007 foi imprescindível para a realização do movimento que conseguiu reverter os ataques do governo Serra à autonomia universitária. Contudo, o ME vem atuando em sentido defensivo, quando o segmento é atacado, não conseguindo expressar e propor de antemão seu projeto de gestão e autonomia universitária. Podemos inferir que a fraca atuação política dos dirigentes estudantis e, principalmente, a conjuntura de enfraquecimento participativo político-social são condicionantes da defensiva na qual o movimento se encontra. Entretanto, o ME, assim como outros movimentos, não depende diretamente de lideranças. O movimento de 2007 foi forte, mesmo não tendo a UNE, a ANEL, DCE ou até mesmo DAs em alguns *campi*. Apesar disso, as entidades e as diretorias auxiliam na instrumentalização e organização política do corpo discente, principalmente em momento de passividade.

A universidade durante sua maturação histórica sofreu várias mudanças e, de um modo ou outro, sempre esteve envolvida com os interesses do poder dominante em cada modo de produção, até porque seu controle é essencial para a disseminação e fundamentação da ideologia que se queira difundir. Entretanto, assim como por vezes ocorre nos demais locais de trabalho, os trabalhadores exigem o controle de seu próprio trabalho, seja contra influências externas, da Igreja, do Estado ou do mercado, seja contra a própria *casta* que está no topo hierárquico da sua organização. Os estudantes, que realizam um processo de trabalho intelectual, também se colocaram durante o processo de transformação da universidade e demonstraram, dependendo da conjuntura

em que ocorreu, sua capacidade de decidir sobre seu processo de trabalho e sobre a produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALMADA, P. E. R. **Resistência, Ocupação e Criminalização: O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Paulistas em 2007**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.
- ALVIM, G. J. D. **Autonomia universitária e confessionalidade**. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.
- ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARAÚJO, R. D. O movimento estudantil não é coisa do passado: de maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008. **Universidade e Sociedade**, ano 19, n. 44, p. 159-171, jul. 2009.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (ADUNICAMP). **2007 – o fim da autonomia universitária!**. *Campinas*, 17 jan. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP (ADUNESP) / DIRETÓRIO ACADÊMICO (DA) – *campus* de Marília. **Moção de repúdio à Repressão em Araraquara**. Marília, 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP/ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP. A Propósito do Processo de Intervenção do Governo Serra nas Universidades Públicas Paulistas. **Boletim Adunesp/Sintunesp**, São Paulo, n. 1, jan. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP/ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP. Não existe autonomia universitária sem democracia interna! Paridade, já!. **Carta aberta ao Colégio Eleitoral da UNESP**. São Paulo, 25 jun. 2008.
- BARBOSA, A. A (des)articulação do movimento estudantil: (décadas de 80 e 90). **Educação: Teoria e Prática**, [S.l.], v. 10, n. 18, p.5-14, jan./jun. 2002.
- BARROS, D. F.; SILVA, R. C. **Entre a autonomia e a competência: tópicos em administração universitária**. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.
- BARROSO, J. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Lisboa: Instituto de inovação educacional, 1995.
- BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão democrática**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- BASTOS, M. M. Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimento em rede. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BELTRÃO. Alma Mater – a autonomia na origem. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 7, n. 12, 1997.
- BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder**: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOCALINI, D. Da universidade que temos à universidade que queremos. In: **MANUAL DO CALOURO 2009 UNESP - MARÍLIA**. Marília: UNESP, mar. 2009 (digitado).
- BONETI, L. W. Educação e movimentos sociais hoje. In: JEZINE; ALMEIDA (Orgs). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. *Campinas*: Alínea, 2007.
- BORGES, R. **Lições da greve e ocupação da Usp** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 27 jun. 2007.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOVO, J. M. Financiamento e autonomia da universidade. In: TÓVOLI; SEGATTO; NOGUEIRA (Orgs.). **Gestão universitária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.
- BRASIL. **Bases para o enfretamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**. Brasília, DF: Grupo de Trabalho Interministerial, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reformauniversitaria3.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº. 19.851 de 1931**. Estatuto da Universidade Brasileira. Brasília, DF: Senado, 1931.
- BRASIL. **Decreto nº. 19.852 de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Brasília, DF: Senado, 1931.
- BRASIL. **Lei nº. 4.024/61 de 1961**. Dispõe sobre a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado, 1961.
- BRASIL. **Lei nº. 5.540/68 de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1968.
- BRASIL. **Lei nº. 9394 de 1996**. Dispõe sobre a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213 de 2004**. Programa Universidade para Todos – ProUni. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.200 de 2006**. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília, DF: Senado, 2006.

BRITO, S. H. A. de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., NASCIMENTO, M. I. (Orgs). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_101.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BUARQUE, C. **A universidade numa encruzilhada**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000035.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BUCCELLI, R. L. Gestão financeira e orçamentária nas universidades estaduais paulistas. In: TÓVOLI; SEGATTO; NOGUEIRA (Orgs.). **Gestão universitária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

CARNEIRO, H.; A universidade tecnocrática e a rebelião estudantil. In: BIANCHI, A. (Org.). **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Sundermann, 2008.

CARNEIRO, H.; BRAGA, R.; BIANCHI, A. O Movimento estudantil e as ocupações. In: BIANCHI, A. (Org.). **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Sundermann, 2008.

CATANI, A. M.; GUTIERREZ, G. L. Politização e transparência na gestão das universidades públicas do Estado de São Paulo. In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CACS) da Unesp – *campus* de Marília. et al. **Governo corta verbas e ataca autonomia das universidades estaduais: barrar o veto e a intervenção!** Marília: UNESP, 2007b (digitado).

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CACS) da Unesp – *campus* de Marília. **Boletim do CACS**. Marília: UNESP, 2007a (digitado).

CENTRO ACADÊMICO DE FARMÁCIA (CAF) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Reforma Universitária, o que fazer?** Paraná, 04 mar. 2007. Disponível em: <<http://cafufpr.blogspot.com/2007/03/reforma-universitaria-o-que-fazer-defesa.html>>. Acesso em: 9 ago. 2010.

CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA (CAPED) da Unesp – *campus* de Marília. **Boletim aos Calouros**. Marília: UNESP, mar. 2007 (digitado).

DAL RI, N. M. **Gestão democrática e o grêmio estudantil na escola pública**. Marília: UNESP, 2008 (digitado).

DAL RI, N. M. **Movimentos sociais na América Latina e gestão democrática da educação**. Marília: UNESP, 2009 (digitado).

DAL RI, N. M. **Sindicato, Autonomia e Gestão Democrática na Universidade**. 1997. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEL' OMO FILHO, R. **Carta da ocupação USP à UNESP** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 5 mai. 2007b.

DEL' OMO FILHO, R. **Paralisação de estudantes em Marília** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 6 mar. 2007a.

DIAS, M. R. T. **Desafios da gestão universitária: A Unesp – Universidade Estadual Paulista e a interiorização do Ensino Superior**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIAS, A. **Para as assembleias dessa semana** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 10 jun. 2007.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Raio X da UFMG – financiamento, expansão e as consequências do REUNI**. 2009. Disponível em: <<http://www.anelonline.org/?p=1326>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) “Helenira Resende” da UNESP. **Boletim Informativo**. São Paulo, n. 3, jun., 1985.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) “Helenira Resende” da UNESP. **Avançar na Luta**. São Paulo, n. 1, set., 1984.

ENCONTRO DOS ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO. **Construir a greve das Estaduais Paulistas contra os ataques de Serra**. São Paulo. 18 mar. 2007 (digitado).

ENGELS, F. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1985. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENGELS, F. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. In: MARX, K. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. [Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães]. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** [Trad. Tomaz Tadeu da Silva]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FÁVERO, M de L de A. A dimensão histórica da nova lei de diretrizes e bases e a educação superior. In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 1998.

FÁVERO, M. de L. A. **A UNE em tempos de autoritarismo.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e poder.** 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO. Autonomia universitária: Desafios Histórico-Políticos. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 7, n. 12, 1997.

FERNANDES, F. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975b.

FERRARO, K. P. **Participação dos alunos na gestão democrática da escola pública em Marília.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

FORACCHI, M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FREITAS. A autonomia das Universidades Públicas Paulistas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, 1991.

FURTADO, É. L. M. **Políticas Educacionais e Gestão Democrática na escola.** 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, S. R. Classes sociais, luta de classes e movimentos sociais. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M (Orgs.). **Educação e lutas de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GONH, M. da G. **Movimentos sociais e educação.** 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** [trad. Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRÊMIO POLITÉCNICO da Universidade de São Paulo (USP). **Decretos do Serra**. 2007. Disponível em: <[http://www.gremio.poli.usp.br/informativos/Panfleto\\_Decretos.pdf](http://www.gremio.poli.usp.br/informativos/Panfleto_Decretos.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2010.

GROPPO, L. A. **Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GUTIÉRREZ, F. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: reformas sem projeto. **Revista Adusp**, São Paulo, mai. 2005. Disponível em: <[www.adusp.org.br/revista/34/r34a06.pdf](http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a06.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LEHER, R. Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas, n. 10, p. 97-102, nov. 2007.

LIGA ESTRÉGIA REVOLUCIONÁRIA – QUARTA INTERNACIONAL (LER-QI). Preparar as lutas e forjar uma nova tradição no movimento estudantil. **Palavra Operária**, n° 28, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.ler-qi.org/spip.php?article334>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

LIMA, J. Á. V. **Gestão e autonomia universitária**: a experiência da UECE. Fortaleza: UECE, 2003.

LIMA, K. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, L. C. **Gestão das Escolas Secundárias**: a participação dos alunos. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

LODI, L. H.; LIMA NETO, N. Autonomia universitária e mudanças na educação superior pública. In: CATANI, A. M. (org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

LUIZ, F. A universidade que reprime. In: **MANUAL DO CALOURO 2009 UNESP - MARÍLIA**. Marília: UNESP, mar. 2009 (digitado).

MACEDO. Autonomia universitária: Por quê, como e para quê. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 6, n. 11, 1996.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. [Trad. Nathanael C. Caixeiro]. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MAGALHÃES, J. **Autonomia Universitária**: uma análise da autonomia das universidades estaduais públicas paulistas, sua herança histórica, aspectos jurídicos,

administrativos e políticos. 1998. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARIÁTEGUI. A crise universitária: crise de professores e crise de idéias. In: PERICÁS, L. B. **Mariátegui sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARÍN, A. L. El movimiento estudiantil latinoamericano, sus tradiciones de lucha. Una mirada desde el pensamiento de Rodney Arismendi. 2008. **IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI"**. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasisigloXXI/congreso08/conf4\\_beltranm.pdf](http://www.nodo50.org/cubasisigloXXI/congreso08/conf4_beltranm.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2009.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas: Papiros, 1996.

MARX, K. O que foi a Comuna de Paris?. In: COGGIOLA, O. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTOS, P. L. C. L. de. Quadro histórico da política e supervisão e controle do governo sobre as Universidades Federais Autárquicas. **Ciência e Cultura**, SBPC, n. 37, p.14-38, 1985.

MENDONÇA, S. G. de L. **Núcleos de Ensino: Estratégia de interação universidade – sociedade: o caso Unesp**. 1998. 300f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINTO, L. W. Governo Serra, Universidades paulistas e “autonomia” universitária. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 16, n. 41, p. 79-93, jan. 2008.

MORAES, M. **Informes sobre a vinda do Reitor a Marília** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 26 jun. 2007.

MOVIMENTO NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO. **Traição vergonhosa na USP: partidos vendem movimento por migalhas**. 2007. Disponível em: <<http://www.movimentonn.org/noticia.php?id=178>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

MOYSÉS, M. A. Autonomia universitária: uma conquista a ser reconquistada. **Advir**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 24-30, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.asduerj.org.br/publica/detalhes\\_revista.asp?ID=100](http://www.asduerj.org.br/publica/detalhes_revista.asp?ID=100)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

NOGUEIRA, E. R. **Comando Estadual de Greve** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 26 jun. 2007.

NUNES, R. A. da C. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: EPU: USP, 1979.

OCUPAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Ocupação da Reitoria da UFRGS**. 05 jun. 2007. Disponível em: <<http://ocupacaoufrgs.blogspot.com/>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAIVA, E. **Ocupação da Reitoria da Unicamp**. [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 27 mar. 2007.

PARO, V. H. **A gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PARO, V.H. **Por dentro da Escola Pública**. 3. ed. Xamã, 2000.

PARO, V.H. **Administração Escolar**: introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

PATRICK, A. **Informes**: ME da Unesp, Unicamp, Usp, Fatec nos dias 17 e 18 de mar. [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 20 mar. 2007a.

PATRICK, A. **Meus dados pessoais**. [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 19 jun. 2007b.

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de *Campinas*. *Campinas*, 1997.

PELOZO, R. de C. B. **Do estado ao município**: a concretização das políticas educacionais em nível local. 2005. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. [trad. Daniel A. Reis Filho]. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RANIERI, N. **Autonomia universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: EDUSP, 1994.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SADER, E. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SALDANHA, A. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, J. de S. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, R. M. dos. Movimento Docente, Autonomia e Financiamento das Universidades Públicas Paulistas. In: BATISTA, R. L. (Org). **Anais VI Seminário do Trabalho: trabalho, economia e educação**. Marília: Grafica Massoni, 2008. Disponível em:  
<<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/mariarosimarysoaresdosantos.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SANTOS, R. M. dos. Representação, participação e democracia: o papel do estudante na gestão do *demos* universitário. In: RAMPINELLI; ALVIM; RODRIGUES (Orgs.). **Universidade: a democracia ameaçada**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHWARTZMAN, S. Universidade, ideologia e poder. **Presença Filosófica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3/4, p.58-62, jul./dez. 1983. Disponível em:  
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/filosof.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

SGUISSARDI, V. Autonomia universitária e mudanças no ensino superior: da polissemia do conceito às controvérsias de sua aplicação. In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, F. N. da. **Situação em Rio Claro**. [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 21 mar. 2007a.

SILVA, J. A. A. da. Gestão democrática na nova universidade. **Jornal da Ciência**, SBPC, 7 mar. 2003. Disponível em:  
<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=8278>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

SILVA, V. F. da. **Informes recentes sobre a ocupação da Reitoria!** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 27 mar. 2007b.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **PDE - o plano de desestruturação da educação superior.** Brasília, out. 2007. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/PDEAndes.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2010.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes.** São Paulo: Centauro, 2005.

SOLANO, G. **Fundación del movimiento estudiantil latinoamericano.** 1998. Disponível em: <<http://po.org.ar/edm/edm20/fundacin.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

SPAGNOLI, M. V. **1º Comando Estadual de Greve.** [mensagem de grupo de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <me\_unesp\_fatec@yahoogrupos.com.br> em 18 jun. 2007.

TEXIER, J. **Revolução e democracia em Marx e Engels.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

THOMPSON, E. **A Formação da Classe Operaria Inglesa.** vol 1. A Árvore da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TRINDADE, H. As metáforas da crise: da universidade em ruínas às universidades na penumbra na América Latina. In: GENTILI, P. **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Lembo veta aumento de recursos para universidades na LDO. **USP Online**, São Paulo, 02 jan. 2007. Disponível em: <<http://www4.usp.br/index.php/sociedade/1282>>. Acesso: 4 dez. 2010.

VIEITEZ, C. G.. Trabalhadores e políticas de auto-administração. **Universidade e Sociedade.** Ano 6, n. 10, p. 138-46, jan. 1996.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. A Contra-reforma universitária e o movimento democrático. **Educação**, Maceió, ano 13, n. 22, p.13-44, jun. 2005.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público.** 2011. [no prelo].

WALLERSTEIN, I. Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? **Revista del OSAL**, n. 9, jan. 2003.

WEFFORT, F. C. Prefácio. In: ALBURQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

## APÊNDICE

### Roteiro de Entrevista semi-estruturada

#### DADOS DE REFERÊNCIA DO ENTREVISTADO

Nome:

Sexo:

Idade:

Curso e ano:

Cidade de origem:

Cidade que estuda:

Nível de escolaridade do pai:

Nível de escolaridade da mãe:

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Número de irmãos e suas idades:

Renda familiar:

Você trabalha? O que faz? Quanto Ganha?

Tem bolsa?

#### MÓDULO 1 – AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

##### 1.1. A autonomia hoje

- O que é autonomia da universidade?
- A UNESP tem autonomia?
- Quais os assuntos que a Unesp pode decidir por si mesma e quais ela não pode decidir?
- Os assuntos que ela não pode decidir são decididos por quem, onde, ou pelo quê? E os que ela pode?

##### 1.2. Orçamento

- Qual a origem das verbas da Unesp?
- Quem determina como usar as verbas?
- O orçamento é bem utilizado?
- O orçamento e os gastos são divulgados? Como?

##### 1.3. A autonomia desejada

- Você considera a autonomia necessária para a universidade? Se sim, qual?

#### 2- A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE

- O que é gestão universitária?
- Você poderia descrever a gestão da UNESP? Como è?
- Você considera a gestão da UNESP democrática? Por quê?

### **2.1. História da implantação e desenvolvimento da gestão democrática na Unesp**

Conte a história da GD da UNESP.

- Você conhece a legislação que regula a estrutura da gestão da Unesp?

### **2.2. Instâncias de gestão da universidade, sua hierarquia, e as autonomias que cada uma tem (de gestão financeira, de ensino, etc.)**

- Quais são as instâncias de gestão da Unesp?
- Quais as instâncias máximas de deliberação em nível da universidade e das unidades?
- Quais os assuntos que são de competência do reitor e do diretor decidir?
- Quais os assuntos que são de competência do Conselho Universitário e da Congregação decidir?
- Quem manda na universidade?
- Quem manda mais na universidade, o reitor ou o Conselho Universitário, o diretor ou a Congregação?

### **2.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS**

- Você participou ou participa de algum órgão colegiado na universidade? Quais? Por quê? Se não, por quê?
- Se sim, como foi que você começou a participar? Foi eleito ou indicado? Por quem?
- Você conhece seus representantes nos demais órgãos colegiados?
- Você gosta de participar? Explicar
- Qual a periodicidade das reuniões e quem pode participar?
- Os estudantes têm direito a voz e voto nas reuniões?
- O seu voto vale tanto quanto o voto dos demais?
- As deliberações ocorridas nas reuniões são cumpridas? Como?
- As resoluções que são tomadas são divulgadas? Como? Se não, por quê? A quem caberia divulgar?
- O que você faz com as informações que obtém na reunião?
- Você acha a participação dos estudantes nos órgãos colegiados importante? Você acha que os estudantes se interessam em participar?

### **2.4. ENTIDADES ESTUDANTIS**

- Você participa ou participou de alguma entidade estudantil? Quais e em que ano?
- Por que você se interessou por essa participação?

- Qual a periodicidade das eleições para a entidade?
- Como se dá a eleição dos membros? Há formação de chapas? Os candidatos ou chapas fazem campanha?
- Elaboram um programa? Quais os principais pontos do programa?
- Qual a estrutura de gestão da entidade?
- A entidade possui estatuto? Você conhece?
- Por quem e quando foi elaborado o estatuto?
- Qual a instância máxima de deliberação da entidade?
- Qual a periodicidade das reuniões?
- Quais os objetivos da entidade?
- Quais as atividades que a entidade desenvolve? Dê exemplos
- Os demais estudantes ajudam a construir a entidade? Dê exemplos?
- Os outros segmentos interferem no funcionamento da entidade? Como?
- A entidade tem autonomia para se organizar?
- Qual a importância da entidade? Qual o papel que ela desempenha na universidade?
- A entidade discute a autonomia e a GD da universidade?

## **MÓDULO 3- A DINÂMICA DA UNIVERSIDADE**

### **3.1. As relações de poder**

- Há muitos conflitos na universidade? Se sim, quais?
- Se sim, como eles são resolvidos?
- Como é o relacionamento do Diretor com a Congregação e do Reitor com o CO? Como eles conduzem as reuniões?
- Existem divergências entre o Diretor/Reitor e a Congregação/CO? Se houver, se resolve? Como?

### **3.2. As relações dos órgãos colegiados com os segmentos**

- O que os órgãos colegiados decidem é importante para a universidade? Se sim, dê exemplos de deliberações importantes. Se não é importante, por que não é?
- Os órgãos colegiados são conhecidos pelos segmentos? Eles possuem prestígio? Dê exemplos de como se revela esse prestígio.
- Há interesse dos segmentos em participarem dos órgãos colegiados? Há disputas eleitorais?

### **3.3. As forças mais atuantes em relação à gestão democrática**

- Quando há eleições para os órgãos colegiados, quem mais participa?

- Os estudantes encaminham solicitações e reclamações para os órgãos colegiados? Ou preferem falar diretamente com os dirigentes? E os demais segmentos?

### **3.4. Oposições e Conflito na Universidade**

- Enumere os principais conflitos que existem na universidade, em especial os que envolvem as entidades estudantis.
- Você acha que a gestão democrática que existe hoje aumenta ou diminui os conflitos?

## **MÓDULO 4 - EFEITOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

### **4.1. Efeitos na organização pedagógica da universidade em decorrência da presença da gestão democrática.**

- A atuação dos órgãos colegiados contribui para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão? Em quais aspectos?
- A gestão democrática que temos interfere de alguma forma na inclusão/manutenção dos estudantes na universidade (processo de admissão/exclusão)?

### **4.2.Efeitos nas relações de produção pedagógicas e sua percepção pelos sujeitos.**

- As entidades se preocupam com as questões acadêmicas, como aulas, currículo, trabalho docente, avaliação, eventos científicos? Como?
- As relações entre docentes e estudantes melhoraram com a gestão democrática implementada após a década de 1980? Explique.
- Com a participação na gestão da universidade os estudantes tornam-se mais interessados na vida acadêmica?

## **MODÚLO 5 – DECRETOS SERRA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

- Quais foram os decretos do governador José Serra em 2007 referentes à universidade?
- O que você acha dessa política?
- Como iniciou a discussão sobre isso na Unesp?
- Como se desenvolveu as mobilizações estudantis nesse ano? E as dos demais segmentos?
- Você participou das mobilizações? Por quê? Se não, por quê?
- Como você avalia a atuação do ME nesse ano? Quais foram as conquistas e os erros?
- O ME sofreu alguma repressão por causa de suas mobilizações? Quais? Como se procederam?

**MODÚLO 6 – MOVIMENTO ESTUDANTIL A PARTIR DE 2007**

- Como você vê a atuação do ME a partir de 2007?
- Quais são as principais reivindicações do ME depois de 2007?
- Quais são as principais mobilizações do ME depois de 2007?
- O ME desenvolveu discussões sobre a gestão democrática e autonomia universitária no ME depois de 2007? Quais?

**MÓDULO 7 - IDEOLOGIA**

- O que você acha da democracia representativa?
- Você é a favor do poder estudantil na universidade?
- Qual a função dos dirigentes na universidade? Como deve ser o provimento desses cargos e quem poderia ocupá-los?
- Como você vê a atuação dos sindicatos de docentes e funcionários? Qual a importância da organização deles?
- Qual o papel que as entidades estudantis vem desempenhando na universidade em relação à gestão democrática e a autonomia universitária?
- Quem deve gerir a universidade? Por quê?
- Você defende um projeto de universidade?
- Você participa de alguma organização partidária ou política? Por quê? Se não, por quê?
- Se você é independente, a sua atuação se baseia em quais princípios?
- A sua participação nessa organização influencia na sua atuação no ME? A sua não participação em alguma organização influencia na sua atuação no ME?
- O que você pensa da atuação dos independentes no Movimento Estudantil?
- O que você pensa da atuação dos militantes partidários no ME?
- O que você pensa sobre o Movimento Estudantil? Como ele deve se organizar? Quais os limites de sua atuação?